



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul

Relatório de Gestão

Exercício 2011

Missão MAPA: Promover o desenvolvimento sustentável e a competitividade do agronegócio em benefício da sociedade brasileira





1. Órgão de Vinculação:

- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

2. Unidade Jurisdicionada:

- Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA/RS.

3. Documento:

- Apresentação aos órgãos de controle interno e externo da prestação de contas anual a que esta Unidade Jurisdicional está obrigada nos termos do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 108/2010

4. Forma de Apresentação:

- Relatório de Gestão apresentado de forma Individual.

5. Unidade Responsável pela Elaboração do Relatório de Gestão:

- Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul
 - Gabinete da Superintendência
 - Serviço de Planejamento e Acompanhamento.

6. Local e ano de elaboração:

- Porto Alegre, 30 de março de 2012.



1. Sumário

1.1	Identificação da UJ.....	05
2.1	Responsabilidades Institucionais da Unidade.....	06
2.2	Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	15
2.3	Programas de Governo sob responsabilidade da UJ.....	18
2.3.1	Execução dos programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.....	18
2.3.2	Execução Física das ações realizadas e análise das principais ações desenvolvidas na SFA-RS.....	25
	• Análise Ação 8591 – Apoio ao Desenvolvimento das cadeias produtivas Agrícolas – APOIOAGRIC1.....	26
	• Análise Ação 8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo – PROMOCOOP2.....	31
	• Análise Ação 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica – CERTORGAN1.....	34
	• Análise Ação 8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró Orgânico – DESENORG.....	49
	• Análise Ação 8938 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal – INSPANIMAL3.....	63
	• Análise Ação 8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas – ORGMANEJO.....	72
	• Análise Ação 8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIOPEC.....	74
	• Análise Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa – GAPSDC.....	77
	• Análise Ação 2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse – FISCONTRATO.....	78
	• Análise Ação 8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário– APPRODUTOR.....	84
	• Análise Ação 2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários. IG – INDIGRAF.....	89
	• Análise Ação 4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários – FISCALPEC.....	94
	• Análise Ação 2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1.....	96
	• Análise Ação 8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior – PROMOAGRO.....	102
	• Análise Ação 2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes – FISFECOI.....	104
	• Análise Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados – FISCORGEN.....	116
	• Análise Ação 2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM1.....	119
	• Análise Ação 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais – PCEVEGETAL.....	123
	• Análise Ação 2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1.....	138
	• Análise Ação 4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1.....	150



• Análise Ação 4842 – Erradicação da Febre Aftosa FEBREAFTOS.....	156
• Análise Ação – Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais – PCEANIMAL.....	164
• Análise Ação 8592 – Desenvolvimentos e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB1.....	173
• Análise Ação 2019 – Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE.....	177
• Análise Ação 2140 – Fiscalização de Produtos de uso Veterinário – FISPROMVET1.....	180
• Análise Ação 2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal – FISCINAN.....	184
• Análise Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA2.....	189
• Análise Ação 2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2.....	198
• Análise Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2.....	207
• Análise Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais – PADCLASSIF.....	214
• Análise Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – CAPACITA1.....	221
• Análise Ação 4716 – Operações dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas – MANUTSFAS.....	222
• Análise Ação 2272 – Gestão e Administração do programa Gestão da Política Agropecuária – GAPSPA.....	226
• Análise Ação 2B18 – Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética – DIFUAGROEN.....	227
• Análise Ação 8560 – Fomento à inovação no Agronegócio – INOVAGRO.....	228
• Análise Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – INATPENS1.....	230
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	231
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.....	231
2.4.2 Programação das Despesas Correntes.....	231
2.4.3 Programação das Despesas de capital.....	231
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.....	236
2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	237
2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.....	238
2.4.7 Indicadores Institucionais.....	240
3.1 Reconhecimento de passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.....	241
3.2 Análise Crítica.....	242
4.1 Pagamento e Cancelamento de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	243
4.2 Análise Crítica.....	244
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	245
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	249
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	250



5.4	Demonstração dos custos de pessoal da Unidade jurisdicionada.....	251
5.5	Terceirização de mão de obra empregada pela unidade jurisdicionada.....	253
5.6	Indicadores Gerenciais sobre recursos Humanos.....	255
6.1	Instrumentos de transferências vigentes no exercício.....	264
6.2	Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse.....	267
6.3	Análise Crítica.....	269
7.1	Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV.....	270
8.1	Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	271
8.2	Análise Crítica.....	272
9.1	Estrutura de Controles Internos da UJ.....	273
10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis.....	274
11.1	Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial da União.....	276
12.1	Gestão de Tecnologia da Informação (TI).....	277
13.1	Despesas com cartão de crédito corporativo.....	278
14.1	Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ.....	279
14.2	Valores Renunciados e respectiva Contrapartida.....	280
14.3	Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física.....	281
14.4	Beneficiários da contrapartida da renúncia tributária – Pessoa Física e Jurídica.....	282
14.5	Programas Orçamentários Financiados com a Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária.....	283
14.6	Prestação de Contas de Renúncia de Receitas.....	284
14.7	Comunicação à RFB.....	285
14.8	Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas.....	286
14.9	Declaração.....	287
14.10	Fiscalizações realizadas pela RFB.....	288
15.1	Deliberações do TCU atendidas no exercício.....	289
15.2	Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.....	290
15.3	Recomendações do OCI atendidas no exercício.....	291
15.4	Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício.....	292
16.1	Recomendações da unidade de controle interno ou auditoria interna atendidas no exercício.....	293
16.2	Recomendações da unidade de controle interno ou auditoria interna pendentes de atendimento.....	294
17.1	Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis.....	295



1.1 Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA		Código SIORG: 2779
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul		
Denominação abreviada: SFA-RS		
Código SIORG: 2779	Código LOA:	Código SIAFI: 130074
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Órgão Público		
Principal Atividade: Defesa		Código CNAE: 84.22-1-00
Telefones/Fax de contato:	(051) 3294-9588	(051) 3284-9590
E-mail: gab-rs@agricultura.gov.br		
Página na Internet: http://www.agricultura.gov.br		
Endereço Postal: Av. Loureiro da Silva, nº 515 – 7º andar, sala nº 701 – CEP 90.010-420 – Porto Alegre/RS.		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Instituída pelo Decreto nº 2681 de 21 de julho de 1998, publicado no Diário Oficial da União de 20 de julho de 1998.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2010.		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
-		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
130074	Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
00001	Tesouro Nacional	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
-	-	



2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

As responsabilidades institucionais da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul são representadas pela soma de dois componentes, quais sejam: competência institucional e objetivos estratégicos.

2.1.1 Competência Institucional

A competência institucional está definida no artigo 1º da Portaria n.º 428, de 09 de junho de 2010:

Art. 1º Às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, unidades descentralizadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente subordinadas ao Ministro de Estado, consoante orientação técnica dos órgãos específicos singulares e setoriais do Ministério, compete executar atividades e ações de:

- I - defesa sanitária, inspeção, classificação e fiscalização agropecuárias;
- II - fomento e desenvolvimento agropecuário e da heveicultura;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - infraestrutura rural, cooperativismo e associativismo rural;
- V - produção e comercialização de produtos agropecuários, inclusive do café, cana-de-açúcar, açúcar e álcool;
- VI - administração e desenvolvimento de pessoas, bem assim de serviços gerais;
- VII - planejamento estratégico e planejamento operacional;
- VIII - programação, acompanhamento e execução orçamentária e financeira dos recursos alocados;
- IX - qualidade e produtividade dos serviços prestados aos seus usuários; e
- X - aperfeiçoamento da gestão da Superintendência Federal.

Parágrafo único. As Superintendências Federais têm jurisdição no âmbito de cada Estado da Federação e do Distrito Federal, podendo haver alteração desse limite, no interesse comum, para a execução das atividades de defesa agropecuária e de apoio à produção e à comercialização agropecuária, à infraestrutura rural, bem como ao cooperativismo e ao associativismo rural, mediante ato do Ministro de Estado.

2.1.2 Dos Objetivos Estratégicos

2.1.2.1 Marco Conceitual

As organizações públicas têm visto seu paradigma gerencial alterar-se da segunda metade do século passado até os dias de hoje. De uma sociedade industrial chegamos à sociedade da informação e do conhecimento, em função da revolução provocada pelo uso intensivo da tecnologia da informação; da conscientização do consumidor e do cidadão pela exigência de melhores serviços e produtos de empresas e do Estado, respectivamente; e dos efeitos da globalização na economia mundial e nos países.

O papel do Estado também se alterou, como resultado das transformações sociais. Hoje, suas funções principais são de promoção e regulação das atividades. Por isso, o modo de gerenciamento da administração pública deve se adequar às novas exigências mundiais.

A nova forma gerencial foca a atuação estratégica, enfatizando, ao invés do controle de processos, os resultados a serem obtidos e o comprometimento da organização como um todo, com as suas estratégias e a satisfação dos seus públicos de



interesse.

O MAPA, buscando alinhar-se às mais modernas técnicas de gestão, optou pela implantação de um modelo capaz, ao mesmo tempo, de estabelecer uma estratégia de ação e traduzi-la em resultados mensuráveis, que possibilitarão gerir a sua implementação.

Essa metodologia é o *Balanced Scorecard* (BSC), desenvolvida pelos Professores Robert Kaplan e David Norton, da Harvard Business School, que pode ser resumida na seguinte equação:

$$\boxed{\text{Resultados} = \text{Descrição da Estratégia} + \text{Mensuração da Estratégia} + \text{Gestão Estratégica}}$$

A estratégia da organização é desenhada a partir de sua Missão, estabelecida de forma conjunta e consensual por seus líderes. Além disso, é preciso estabelecer, em horizonte de tempo preestabelecido, aonde a organização pretende chegar, isto é, estabelecer sua Visão de Futuro.

A partir das tendências globais e do agronegócio, da Missão e Visão de Futuro do MAPA e dos públicos de interesse a serem atendidos, foi elaborado o **Mapa Estratégico**, composto de um conjunto de *Objetivos Estratégicos* que traduzem a estratégia do Ministério para atingir sua *Visão de Futuro* e pelos *Indicadores de Desempenho* e *Metas* associadas aos *Objetivos Estratégicos*. A *Visão de Futuro* atual do MAPA cobre o horizonte 2006-2015, abrangendo dois ciclos de Planos Plurianuais - PPA's (2008/2011, 2012/2015).

A consecução desses objetivos é realizada por meio de um conjunto de *Iniciativas Estratégicas*, que não substituem as atividades rotineiras, mas garantem que o MAPA avance, em qualidade e velocidade, no desenvolvimento de seus trabalhos.

2.1.2.2 A Missão

A **Missão** do MAPA foi construída, de forma conjunta por seus líderes, a partir da avaliação dos seguintes elementos:

- Tendências globais e do agronegócio;
- Impactos das tendências para o MAPA;
- Públicos de Interesse do MAPA; e
- Atividades desenvolvidas pelo Ministério

A **Missão** do MAPA é:

“Promover o Desenvolvimento Sustentável e a Competitividade do Agronegócio em Benefício da Sociedade Brasileira.”

Os termos da *Missão*: Agronegócio, Agricultura, Desenvolvimento Sustentável e Competitividade têm o seguinte significado.

Agronegócio: A soma das atividades de **fornecimento** de bens e serviços à agricultura (refere-se às competências institucionais do MAPA), da **produção** agrícola, do **processamento**, da **transformação** e da **distribuição** de produtos de origem agrícola até o consumidor final. No segmento de produção são contemplados o **pequeno**, o **médio** e o **grande produtor rural**.

Desenvolvimento Sustentável: Processo de transformação que permite à agricultura e ao agronegócio evoluírem **econômica**, **social**, e **politicamente**, com **respeito ao meio ambiente**, satisfazendo as aspirações e **necessidades das gerações atuais e futuras**.

Competitividade: A capacidade que os produtos agrícolas gerados no país tem de **competir**, em **preço**, **qualidade** e outros atributos desejados pelo mercado, com seus **similares produzidos no exterior**.



2.1.2.3 Visão de Futuro

A **Visão de Futuro** do MAPA, prevista para o ano de 2015, é:
“Ser Reconhecido pela Qualidade e Agilidade na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio.”

2.1.2.4 Público de Interesse

Visando aumentar efetividade de relacionamento e de prestação de serviços com a sociedade em geral, esta foi segmentada por um conjunto de públicos de interesse, ou seja, agrupamento de instituições e setores da sociedade que interagem com o MAPA de uma forma uniforme e/ou semelhante.

Os principais públicos de interesse são:

Poder Executivo, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Governo Federal, Setor Público Estadual, Prefeituras, Ministérios, Banco Central, etc.

Sociedade em Geral, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Consumidores, entidades Nacionais (CNI, CNT, FIESP, etc.), ONG's, Mídia, Movimentos Sociais, etc.

Agronegócio (Agentes e Representantes), onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Entidades de Classes, Cooperativas, Federações de Agricultura, Sindicatos, etc.

Relações Internacionais, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Importadores, PAN – Aftosa, Exportadores, Ministério da Agricultura de outros países (ou congêneres), etc.

Poder Legislativo, onde estão contempladas as seguintes organizações, entre outras: Comissões de Agricultura da Câmara e do Senado, Outras Comissões do Congresso, Assembléias Legislativas, etc.

2.1.2.5 Mapa Estratégico

Para alcançar a visão de futuro até 2015 e cumprir a **Missão** do Ministério, ambas aliadas às tendências do agronegócio e às demandas de seus públicos de interesse, foi elaborada uma estratégia que indica claramente qual o caminho a ser trilhado pelo MAPA e quais os grandes desafios que terão de ser vencidos.

A estratégia do MAPA foi sintetizada em um **Mapa Estratégico** que é uma representação gráfica do conjunto de desafios ou **Objetivos Estratégicos** relacionados de forma causal, que terão de ser alcançados para a consecução da **Visão de Futuro** e o cumprimento a **Missão**. Tais objetivos estratégicos foram distribuídos horizontalmente em **perspectivas de análise**, cada uma delas focando os desafios da instituição a partir de determinado ângulo, embora sempre mantendo a relação de causalidade com as outras. As perspectivas de análise são:

a) **Perspectiva da sociedade**, que contem os **Objetivos Estratégicos** que retratam o que o MAPA pretende atingir mediante o olhar do poder executivo e da sociedade como um todo.

b) **Perspectiva do agronegócio e parceiros**, com o conjunto de **Objetivos Estratégicos** a serem atingidos pela instituição para ter o reconhecimento dos parceiros (dos três poderes e entidades internacionais) e do agronegócio brasileiro (tanto os agentes como os representantes).

c) **Perspectiva de processos internos**, que agrupa os **Objetivos Estratégicos** que a instituição terá de alcançar para atender cada um dos atributos de valor retratados na perspectiva anterior. Foca os desafios relativos aos processos da organização onde terá de ter excelência para garantir a satisfação dos públicos de interesse e consequentemente seu reconhecimento.

d) **Perspectiva de pessoas, aprendizado e crescimento**, que congrega os **Objetivos Estratégicos** focando o desenvolvimento das pessoas, a estruturação da instituição assim como suas tecnologias que servem de base para execução dos processos organizacionais.



Enquanto as perspectivas de Sociedade e do Agronegócio e Parceiros trazem os pontos de vista de públicos de interesse externos à instituição, as perspectivas de Processos Internos e de Pessoas, aprendizado e crescimento, trazem os pontos de vista de dentro da organização de como ela terá de se organizar para atendê-los de forma satisfatória criando desta forma uma visão.

2.1.2.6 Objetivos Estratégicos do MAPA

Os vinte e cinco **Objetivos Estratégicos** retratam o que o MAPA deve alcançar, ou seja, o que é imprescindível para a consecução dos resultados esperados. São declarações breves que em conjunto indicam como o MAPA pretende sair da situação atual para a situação desejada no futuro conforme colocado na **Visão** da instituição. Os títulos e as descrições dos **Objetivos Estratégicos** são apresentados a seguir por **perspectiva** de análise:

Perspectiva da Sociedade:

Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável do País Por meio do Agronegócio

Descrição: Participar do desenvolvimento do país, ao fomentar a produção agropecuária, gerar emprego e aumentar a renda, principalmente no meio rural, trazendo estabilidade aos agentes do agronegócio. Contribuir para a interiorização do desenvolvimento, o incremento da arrecadação de impostos e a geração de excedentes exportáveis que impactam a balança comercial brasileira.

Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários não Alimentares e não Energéticos

Descrição: Aumentar a produção de matérias-primas e produtos agropecuários não alimentares e não energéticos, visando ampliar o abastecimento, de forma a disponibilizar no mercado quantidades destas matérias-primas a preços adequados, tanto para consumo in natura quanto para a produção de bens processados. São exemplos destas matérias-primas e produtos: borracha, madeira, fumo, couro, algodão, flores, fibras, celulose.

Garantir a Segurança Alimentar

Descrição: Garantir a produção de alimentos com qualidade e inocuidade e em quantidade suficiente para gerar preços competitivos, possibilitando o acesso pela população. Contribuir para a manutenção da saúde da população, trazendo melhoria na qualidade de vida.

Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética

Descrição: Garantir o fornecimento regular de matérias-primas para a produção de biocombustíveis. Assegurar que os níveis de processamento sejam adequados ao incremento de sua participação na composição da matriz energética.

Perspectiva do Agronegócio e Parceiros

Ser Referência em Informações Estratégicas sobre o Agronegócio

Descrição: Ser instituição de excelência na produção e disseminação de informações estratégicas qualificadas, quer seja com recursos próprios ou por meio de coordenação da ação de várias organizações. Estas informações estratégicas possibilitariam maior segurança na tomada de decisão pelos agentes do agronegócio e ganho de credibilidade pelo MAPA. Os processos de produção e disseminação destas informações devem entregar os seguintes atributos de valor ao agronegócio, com excelência: acessibilidade, credibilidade, previsibilidade e proatividade.

Ser Excelente na Implementação de Políticas e na Prestação de Serviços para o Agronegócio

Descrição: Atuar e ser percebido como implementador de políticas e fornecedor de produtos e serviços com alto nível de excelência (efetividade, credibilidade, agilidade, tempestividade,



inovação e democracia), visando atender adequadamente às demandas do agronegócio, contribuindo para sua sustentabilidade e competitividade.

Ser Agente de Fortalecimento e Harmonização do Agronegócio

Descrição: Consolidar-se como agente principal para o fortalecimento e harmonização do agronegócio, promovendo, de forma participativa, a integração dos agentes nas cadeias produtivas, objetivando minimização de distorções e a distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos.

Perspectivas dos Processos Internos – Tema Estratégico Informação

Melhorar a Qualidade e o Acesso às Informações para o Agronegócio

Descrição: Aprimorar continuamente as informações, prospecções e cenários técnicos e comerciais gerados, fornecendo-os de forma ágil e tempestiva. Ampliar e aperfeiçoar mecanismos de disseminação das informações, possibilitando a universalização de sua utilização como subsídio para tomada de decisão pelos agentes do setor.

Aprofundar o Conhecimento sobre o Agronegócio

Descrição: Mapear constantemente a dinâmica e as mudanças nos segmentos do agronegócio, por meio da ampliação da capacidade de escuta e processamento de demandas e da busca de outros meios de conhecimento, com o objetivo de identificar as necessidades e as interações entre os elos das cadeias produtivas.

Ampliar a Oferta de Estudos de Prospecção e Avaliação

Descrição: Aumentar a oferta de estudos de prospecção de oportunidades e ameaças para o Agronegócio, principalmente por meio de maior integração com centros de estudos e entidades representativas, objetivando melhorias na identificação de formas de aproveitamento de oportunidades e na estruturação de soluções para contingências.

Perspectivas de Processos Internos – Tema Estratégico Produtos e Serviços

Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos

Descrição: Garantir a segurança dos alimentos, com custos competitivos, por meio da adequação do modelo de Defesa Agropecuária à dinâmica do setor e às regras internacionais; do aperfeiçoamento dos mecanismos de prevenção, erradicação e controle de pragas e doenças; e da ampliação dos instrumentos de fiscalização e auditoria dos processos de produção de alimento. Desenvolver e ampliar ações de educação sanitária para produtores e consumidores.

Desenvolver e Garantir o Acesso a Tecnologias

Descrição: Induzir a geração de novas tecnologias e ampliar sua difusão, com base nas demandas do setor e em estudos prospectivos, buscando o aumento da produtividade e da qualidade, a redução de custos, a sustentabilidade e a preservação dos recursos naturais. Apoiar processos de implantação de inovações tecnológicas, sobretudo para médios e pequenos produtores.

Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária

Descrição: Incentivar a criação de atributos e características que resultem em um maior valor econômico, social e ambiental dos produtos. Promover a rastreabilidade, certificação, produção integrada, produção de orgânicos, identificação geográfica e integração lavoura-pecuária, entre outros, contribuindo para a maior geração de renda do produtor.



Buscar Maior Efetividade na Formulação e implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio

Descrição: Buscar a implementação tempestiva de políticas que estimulem a melhor utilização de recursos produtivos, a integração das ações de defesa, a ampliação de seus beneficiários e que incentivem a sustentabilidade do agronegócio, além de estabelecer políticas diferenciadas por segmentos e regiões.

Perspectiva de Processos Internos – Tema Estratégico Articulação e Promoção

Aprimorar a Articulação do Agronegócio e sua Participação nas Ações do MAPA

Descrição: Ampliar a participação pró-ativa em negociações internacionais, para estabelecimento de regras e normas de comércio, visando a conquista e manutenção de mercados para os produtos brasileiros. Aumentar e aperfeiçoar o relacionamento com entidades privadas e públicas (Federal, Estadual e Municipal), buscando influenciar a elaboração e execução de políticas de interesse do setor. Além disso, subsidiar o Poder Legislativo com informações para obter a formulação e aprovação de projetos de interesse do agronegócio. Articular e negociar com entidades de representação do agronegócio, buscando a consideração de seus interesses na elaboração e implementação de políticas para o setor.

Promover o Agronegócio e a Imagem do MAPA

Descrição: Contribuir para a maior inserção do agronegócio no mercado externo e para seu reconhecimento no mercado interno. Ampliar o reconhecimento do MAPA, por meio da disseminação de informações técnico-institucionais de suas atividades, promovendo sua imagem junto aos agentes e representantes do agronegócio, do governo e da sociedade.

Promover a Organização e a Integração das Cadeias Produtivas

Descrição: Estimular a integração, o adensamento e a verticalização das cadeias produtivas, objetivando minimização de distorções, distribuição mais equitativa dos benefícios auferidos e harmonização dos interesses dos diversos agentes. Estimular formas de organização associativa e cooperativa respeitando peculiaridades regionais e dos segmentos do setor.

Perspectiva de Processos Internos – Tema Estratégico Excelência Administrativa

Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA

Descrição: Fortalecer o processo de gestão estratégica, consoante ao plano de Governo, visando garantir o alinhamento interno entre os planejamentos estratégico e operacional e entre áreas e unidades descentralizadas.

Ter Eficiência e Transparéncia na Execução Orçamentária e Financeira

Descrição: Articular a alocação e disponibilização dos recursos e acompanhar sua aplicação. Ampliar a transparéncia por meio do acesso às informações sobre a atuação do Ministério, oferecendo à sociedade e ao agronegócio a oportunidade de fiscalizar a aplicação dos recursos.

Melhorar Continuamente a Infra-estrutura e os Processos de Trabalho

Descrição: Otimizar (mapear, melhorar continuamente, implantar e automatizar) processos de trabalho, visando o aperfeiçoamento da gestão operacional. Melhorar processos finalísticos e de apoio, revisar normas com o objetivo de dar mais agilidade e qualidade aos serviços e produtos ofertados. Dotar, manter e atualizar infra-estrutura necessária para a execução adequada das atividades desenvolvidas.



Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento

Melhorar a Gestão da Informação e do Conhecimento

Descrição: Ampliar e aperfeiçoar a geração e a troca de informações entre os diversos níveis organizacionais, por meio de instrumentos como comunidades virtuais, entre outros, visando melhoria no atendimento a demandas internas e externas.

Valorizar e Motivar as Pessoas e Fortalecer o Trabalho em Equipe Interdisciplinares

Descrição: Melhorar o clima organizacional, por meio da valorização e motivação do corpo funcional, estimulando a integração entre as diversas unidades organizacionais do MAPA, formando equipes multidisciplinares e interdepartamentais com o objetivo de atingir resultados mais efetivos.

Desenvolver Cultura Orientada a Resultados

Descrição: Desenvolver cultura focada em resultados, visando a mudança comportamental, por meio da motivação, do comprometimento e do engajamento necessários à consecução dos objetivos estratégicos do MAPA.

Desenvolver Comunicação Interna Ágil e Eficaz

Descrição: Estruturar e ampliar a comunicação interna, de forma distinta e compatível a cada público, para disseminação tempestiva de informações de qualidade, possibilitando criar sinergias entre as diversas áreas da instituição.

Desenvolver e Reter as competências do Corpo Funcional

Descrição: Desenvolver continuamente competências de forma a adequá-las, quantitativa e qualitativamente, às necessidades do MAPA, bem como estimular a retenção dos quadros qualificados.

Para mensurar a estratégia do MAPA, foram definidos instrumentos de medição utilizados para avaliar e comunicar o desempenho alcançado frente aos resultados esperados de cada um dos **Objetivos Estratégicos** constantes no **Mapa Estratégico**. Indicam às pessoas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento onde devem investir seus esforços, direcionando desta forma o comportamento organizacional rumo ao alcance das Metas pré-estabelecidas, e assim cumprir os objetivos.

Os Indicadores de Desempenho criam condições necessárias para avaliações periódicas da estratégia e assim, possibilitam a tomada de decisão baseada em dados e fatos sobre ações de correção de rumo caso forem necessárias.

2.1.3 Resultados Estratégicos do MAPA sob responsabilidade da SFA/RS:

Encontram-se sob a responsabilidade da Superintendência a execução de 15 Resultados Estratégicos perfazendo um total de 27 tarefas, abaixo apresentadas por unidade executora:

- **Gabinete do Superintendente - GAB:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
- Fortalecer o Processo de Gestão Estratégica no MAPA;	<ul style="list-style-type: none">• AGE R.1 - Processo de Gestão Estratégica Consolidado;
- Melhorar Continuamente a Infra-Estrutura e os Processos de Trabalho	<ul style="list-style-type: none">• GM R.1 - Sistema de Comunicação Integrada do MAPA;• GM R.4 - Contas do MAPA Certificadas pela CGU e pelo TCU.



• **Divisão Administrativa - DAD:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipe;- Desenvolver e reter competências do corpo funcional.	<ul style="list-style-type: none">• SE R.1 - Gestão por Competência Implantada;• Espaço Físico do MAPA, reformado e reformulado

• **Serviço de Sanidade Animal – SSA:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Garantir a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos	<ul style="list-style-type: none">• SDA R.1a - Sistema Zoossanitário Implantado e Operacional em todo Território Nacional

• **Serviço de Sanidade Vegetal – SSV:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Garantir a Inocuidade e Qualidade dos Alimentos	<ul style="list-style-type: none">• SDA R.8 - Melhorar e Qualificar o Status Fitossanitário Nacional.

• **Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos	<ul style="list-style-type: none">• SDA R.2a - Conformidade dos Insumos Agrícolas Assegurada.

• **Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos	<ul style="list-style-type: none">• SDA R.3a - Conformidade dos Insumos Pecuários Assegurada.

• **Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Vegetal – SIPOV:**

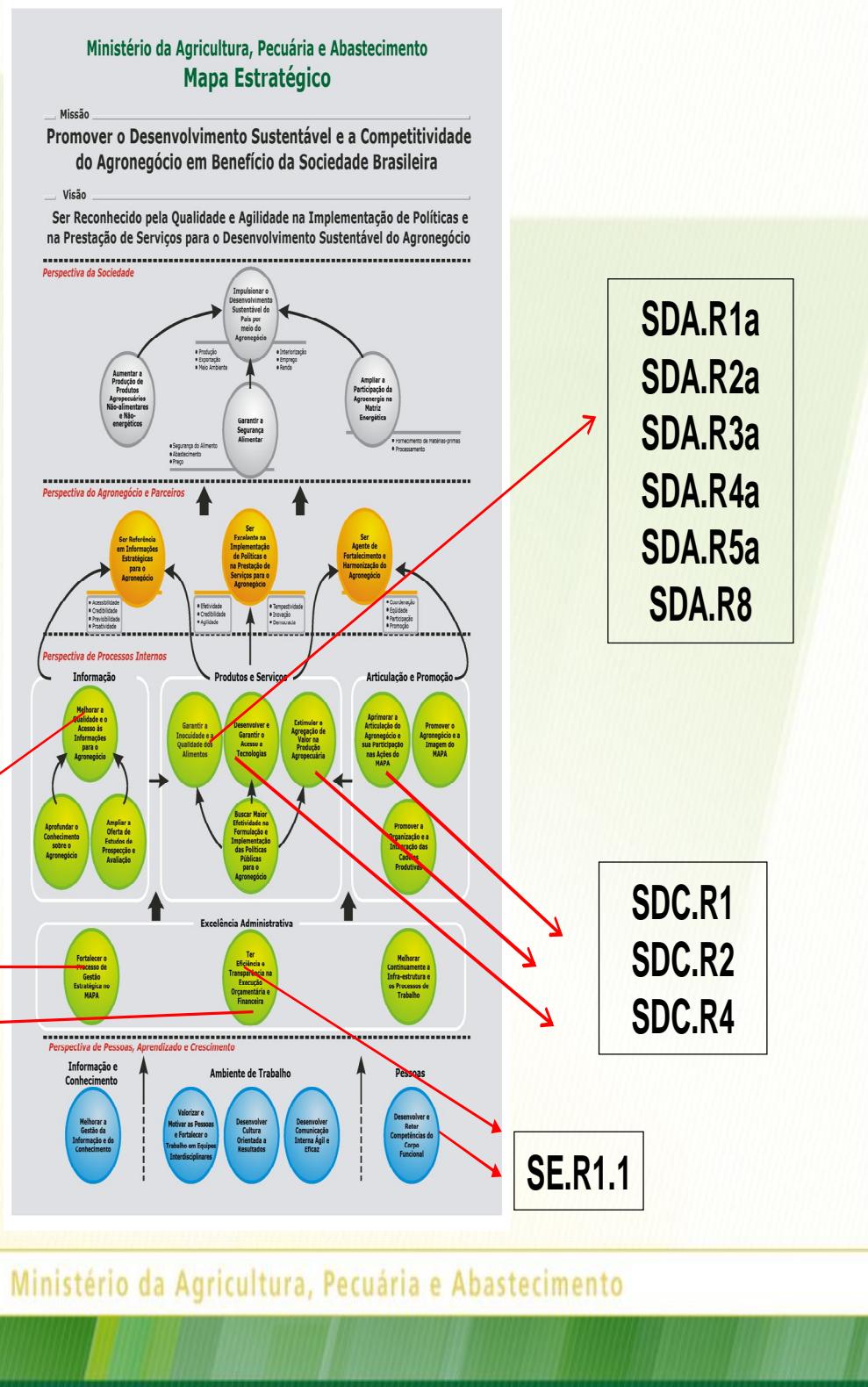
Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;- Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio	<ul style="list-style-type: none">• SDA R.4a - Qualidade dos Produtos de Origem Vegetal Assegurada.

• **Serviço de Inspeção dos Produtos de Origem Animal – SIPOA:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Garantir a Inocuidade e a Qualidade dos Alimentos;- Buscar maior efetividade na formulação e implementação das políticas públicas para o agronegócio.	<ul style="list-style-type: none">• SDA R.5a - Sistema de Inspeção Animal Revisado e Implantado.• SDA R.6a - Redução da Produção e Comercialização dos Produtos de Origem Animal sem Inspeção Oficial.

• **Divisão de Política e Desenvolvimento Agropecuário – DPAG:**

Objetivo Estratégico	Resultado Estratégico
<ul style="list-style-type: none">- Desenvolver e garantir o acesso a tecnologias;	<ul style="list-style-type: none">• SDC. R1 - Sistemas de Produção Agropecuária Sustentáveis Implantados.
<ul style="list-style-type: none">- Melhorar a qualidade e o acesso às informações para o agronegócio;Estimular a Agregação de Valor na Produção Agropecuária;Maior efetividade na formulação e implementação de políticas para o setor agropecuário;	<ul style="list-style-type: none">• SDC R.2 - Ampliação do Capital Intelectual Protegido, do Desenvolvimento Tecnológico e da Inovação no Agronegócio.
<ul style="list-style-type: none">- Estimular a agregação de valor na produção agropecuária.	<ul style="list-style-type: none">• SDC R.4 – Minimizar os Problemas de Infraestrutura e Logística.



Para o acompanhamento e monitoramento dos resultados estratégicos são realizadas as Reuniões de Análise Estratégica – RAE, visando acompanhar a execução das estratégias, a situação dos objetivos estratégicos, indicadores de desempenho, iniciativas estratégicas e resultados estratégicos.



2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais

A SFA/RS, sem dotação orçamentária específica, tem exigido de seus gestores, uma postura pró-ativa, com utilização do planejamento estratégico e do plano operativo como ferramentas de antecipação e de resposta rápida às mudanças dos cenários. Neste aspecto busca tirar maior proveito das oportunidades de melhoria, atendendo às novas demandas do órgão central e às necessidades dos usuários, otimizando o uso de recursos de forma a maximizar os resultados.

Sendo a SFA/RS uma Unidade descentralizada do MAPA, fortemente orientada pela condição de administração direta no atendimento de requisito

s da lei, sob o aspecto conceitual de formulação de estratégias, suas atividades de planejamento (e autonomia) se alinham a diretrizes ou estratégias corporativas, representadas prioritariamente pelas diretrizes estabelecidas pelo MAPA.

Entretanto, como compete a SFA/RS executar as ações corporativas, muitas vezes o que é planejado no Estado acaba não sendo realizado da maneira proposta, uma vez que a descentralização de recursos depende do órgão central que estabelece as diretrizes, implicando em reprogramações orçamentárias pelos serviços técnicos. Cada Serviço gerencia o seu Plano Interno correspondente, que é programado para atender aos indicadores do programa ao qual pertence.

Quanto ao Planejamento Operacional, a programação das atividades, a avaliação das metas e a uniformização dos procedimentos são estabelecidas e comunicadas através de reuniões internas da equipe técnica de cada Serviço com a Divisão Técnica.

A natureza das atividades da SFA/RS é vinculada ao atendimento das necessidades da sociedade, no que diz respeito à garantia da oferta e da qualidade de produtos e serviços agropecuários e à segurança alimentar dos consumidores. A SFA/RS busca atender essas necessidades pautando-se nos fundamentos constitucionais da legalidade, moralidade, impessoalidade e transparência.

Os clientes da SFA/RS são identificados a partir das competências institucionais relacionadas às atividades de defesa agropecuária e de desenvolvimento agropecuário, com jurisdição no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul.

A efetividade das ações tem como suporte a Visão de Futuro do MAPA, seu mapa estratégico, e todo o aparato legal que modula a ação das várias unidades. Como prestadora de serviço, o nível de atividade é variável no decorrer do ano, dependendo da demanda dos usuários, da sazonalidade da safra agrícola e do movimento do mercado interno. O trabalho de auditoria e de fiscalização obedece a periodicidade própria, a critério dos gerentes de programas e também de denúncias de concorrentes, de usuários ou de consumidores.

É importante destacar que, a sociedade e o cidadão, de uma forma direta ou indireta, são atingidos pelo efeito preventivo da atuação da SFA/RS (e seu consequente impacto multiplicador) em todos os grupos de clientes. Todas as atividades das áreas de interesse (Serviços) estão voltadas para a garantia da qualidade dos serviços e produtos oferecidos pelos produtores e empresas do Estado do Rio Grande do Sul fiscalizadas pela SFA/RS e que se destinam ao cidadão e à sociedade em geral.

A presença física da SFA/RS, por meio de suas dezessete Unidades localizadas nos municípios de Passo fundo, Santa Maria, Ijuí, Lajeado, Santa Cruz do Sul, Caxias do Sul, Pelotas, Rio Grande, Chuí, Santana do Livramento, Aceguá/Bagé, Uruguaiana, Jaguarão, São Borja,



Porto Xavier, Itaqui e Quaraí, contribui para que o atendimento seja operante em todo o Estado do Rio Grande do Sul.



O Rio Grande do Sul é um Estado visceralmente agropecuário, com um nível de organização e exigência das cadeias produtivas muito elevadas resultando no maior volume de recursos aplicados no setor, bem como no maior número de contratos firmados para o financiamento, o custeio, investimentos e comercialização dos produtos. A diversificação da produção gaúcha exige também uma alta qualificação dos profissionais do MAPA, em virtude da multiplicação das tarefas resultantes.

As relações brasileiras com o MERCOSUL, nem sempre beneficiam a produção agropecuária gaúcha, havendo em algumas culturas uma disputa acirrada pelos mercados consumidores, como por exemplo, a cultura do trigo, da uva e do arroz, que possuem grande produção, exigindo um nível elevado de competitividade, e que permanentemente geram conflitos.

O Brasil é um país com vocação para o agronegócio, em face de suas características e diversidades, tanto de clima quanto de solo, possuindo ainda áreas agricultáveis altamente férteis e ainda inexploradas. O aumento da demografia mundial e sua consequente demanda por alimentos nos leva a uma previsão de que o Brasil alcançará o patamar de líder mundial no fornecimento de alimentos e commodities ligadas ao agronegócio, solidificando sua economia e catapultando seu crescimento.



O agronegócio é todo o conjunto de negócios que se relacionam com a agricultura, dentro de uma visão econômica, e é o responsável, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), por cerca de 1/3 do PIB do Brasil, alocando aproximadamente 38 % da mão-de-obra do país e responsabilizando-se por 42% das nossas exportações, tendo assim uma significante representatividade em nossa balança de pagamentos, sendo o setor mais importante na nossa economia e que apresenta um crescimento considerável, impulsionado pela globalização dos mercados, pelo aumento das taxas demográficas mundiais e o consequente aumento de demanda de alimentos em nível mundial.

O Brasil possui uma vocação natural para o agronegócio em função da diversidade de seu clima, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, contando ainda com uma enorme área agricultável fértil e de alta produtividade, na ordem de 388 milhões de hectares, dos quais 90 milhões ainda constam inexplorados, o que vem a comprovar as previsões da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad), de que o Brasil será o maior produtor mundial de alimentos da próxima década, o que irá causar impactos positivos diretos em sua economia, reforçando sua taxa de crescimento e auferindo uma maior credibilidade frente a outras economias, o que pode ser entendido como um ciclo sinérgico de vantagens, catapultando fatores econômicos, e contribuindo para a solidificação da economia interna do país.



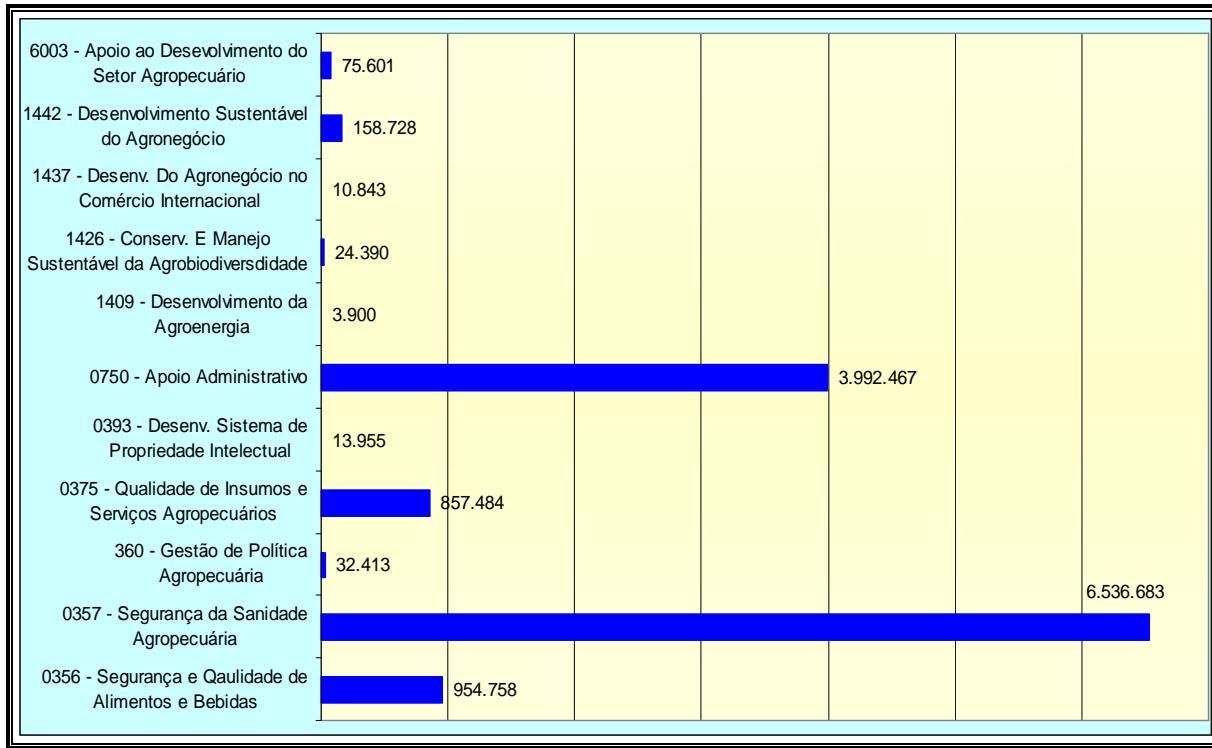
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.

2.3.1 Execução dos Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ.

A execução dos Programas de Governo é de responsabilidade das Secretarias e Departamentos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, cabendo as Superintendências Federais tão somente a *execução das ações* correspondentes de acordo com o PPA, não tendo a responsabilidade de gerenciamento dos Programas, assim sendo, as informações do “**QUADRO A.2.1 – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO**” do item II – anexo II da DN TCU nº 108 de 24/11/2010, ficam prejudicadas a nível de Superintendências e por serem a nível nacional devem ser contempladas no “Relatório de Gestão” das respectivas Secretarias e Departamentos do MAPA.

Demonstramos nos quadros abaixo a execução das ações vinculadas aos Programas de Governo a nível da SFA-RS, que totalizaram o montante no exercício-2011 de R\$12.661.220,88 (doze milhões seiscentos e sessenta e um mil duzentos e vinte reais e oitenta e oito centavos) em ações tipo finalísticas e de apoio e R\$100.566,01 (cem mil, quinhentos e sessenta e seis reais e um centavos) em ação do Programa de Previdência da União.

Gráfico 1 – Ações Tipo Finalísticas e de Apoio



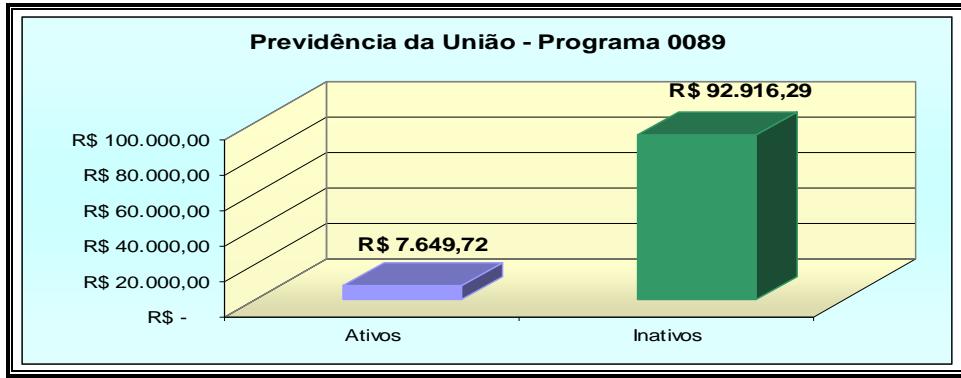


Gráfico 2.

Quadro 1.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	0356			
Denominação:	SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS			
Tipo do Programa:	Finalístico			
Objetivo Geral:	Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos consumidores.			
Objetivo Específico:	Garantir a segurança alimentar.			
Gerente:	Francisco Sérgio Ferreira Jardim			
Público Alvo:	Produtores, indústrias, cerealistas, armazémistas, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias e consumidores.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações Vinculadas ao Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.125.0356.8939 – IPVEGETAL2	104.682,74	98.610,00	6.072,74	98.610,00
20.125.0356.4746 – PADCLASSIF	50.375,83	45.619,85	4.755,98	45.619,85
20.125.0356.8938 – INSPANIMAL3	765.264,51	742.190,44	23.074,07	739.518,48
20.125.0356.4745 – FISCORGEN	16.734,80	16.731,04	3,76	16.731,04
20.604.0356.2132 – LABANIMAL	6.500,00	6.500,00	-	6.500,00
20.603.0356.2136 – LAVEGETAL	11.200,00	9.115,83	2.084,17	4.866,00
TOTAL AÇÕES VINCULADAS	954.757,88	918.767,16	35.990,72	911.845,37

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Quadro 2.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	0357			
Denominação:	SEGURANÇA DA SANIDADE AGROPECUÁRIA			
Tipo do Programa:	Finalístico			
Objetivo Geral:	Minimizar o risco da introdução e disseminação de pragas e doenças que afetam a produção agropecuária, atendendo às exigências de padrões fitozoosanitários dos mercados internos e externos.			
Objetivo Específico:	Garantir a segurança alimentar.			
Gerente:	Francisco Sérgio Ferreira Jardim.			
Público Alvo:	Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, inclusive passageiros, armazeneadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações Vinculadas ao Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.603.0357.8572 – PCEVEGETAL	141.281,05	140.262,41	1.018,64	133.412,81
20.603.0357.4738 – ERRADMOSCA1	6.251,46	6.251,46	-	6.251,46
20.604.0357.8658 – PCEANIMAL	424.126,11	417.181,95	6.944,16	403.970,83
20.604.0357.8658 – PCEANIMAL 1	891.445,58	891.445,58	-	891.445,58
20.604.0357.4842 - FEBREAFTOS	408.666,87	401.532,16	7.134,71	386.383,04
20.604.0357.4842 – FEBREAFTOS 1	3.585.754,88	3.585.754,88	-	3.585.754,88
20.603.0357.2180 – FISCPLANTA2	365.537,59	352.057,68	13.479,91	345.743,53
20.604.0357.2181 – FISCANIMAL2	408.286,21	390.200,61	18.085,60	387.417,55
20.603.0357.2134 – VIGIFITO1	93.333,39	81.627,27	11.706,12	79.885,75
20.604.0357.2139 – VIGIZOO2	212.000,00	149.220,88	62.779,12	140.220,88
TOTAL DAS AÇÕES VINCULADAS	6.536.683,14	6.415.534,88	121.148,26	6.360.486,31

Fonte: SIAFI GERENCIAL

1 - Recursos destinados a repasse através de Convênio com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul.

Quadro 3.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	0360			
Denominação:	GESTÃO DA POLÍTICA AGROPECUÁRIA			
Tipo do Programa:	Finalístico			
Objetivo Geral:	Coordenar a formulação o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.			
Objetivo Específico:	Não definido			
Gerente:	Caio Tibério Dornelles da Rocha			
Público Alvo:	Governo Federal			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.128.0360.4572 – CAPACITA1	17.412,77	16.564,98	847,79	16.564,98
20.122.0360.2272 – GAPSPA	15.000,00	15.000,00	-	15.000,00
TOTAL DAS AÇÕES VINCULADAS	32.412,77	31.564,98	847,79	31.564,98

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Quadro 4.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	0357			
Denominação:	QUALIDADE DE INSUMOS E SERVIÇOS AGROPECUÁRIOS			
Tipo do Programa	Finalístico.			
Objetivo Geral:	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.			
Objetivo Específico:	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.			
Gerente:	Francisco Sérgio Ferreira Jardim.			
Público Alvo:	Agricultores, estabelecimentos produtores e comerciais, laboratórios, certificadores, reembaladores e armazanadores de insumos agropecuários.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.125.0375.2141 – FISFECOI	380.022,32	315.648,87	64.373,45	314.310,90
20.125.0375.2179 – FISCALSEM1	212.617,41	176.353,63	36.263,78	165.957,35
20.125.0375.2909 – FISAGROTOX	55.201,82	49.295,71	5.906,11	49.295,71
20.125.0375.2177 – FISCAGRIC1	29.364,56	28.888,31	476,25	28.888,31
20.125.0375.2124 – FISCINAN	100.802,14	80.036,92	20.765,22	80.036,92
20.125.0375.4747 - FISCALPEC	16.194,18	16.180,44	13,74	16.180,44
20.125.0375.2140 – FISPROMVET1	37.217,28	36.817,28	400,00	36.817,28
20.125.0375.2019 – FISCGENE	26.064,11	25.677,03	387,08	25.677,03
TOTAL AÇÕES VINCULADAS	857.483,82	728.898,19	128.585,63	717.163,94

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 5.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	0393			
Denominação:	DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.			
Tipo do Programa:	Finalístico.			
Objetivo Geral:	Promover o desenvolvimento e uso do sistema de propriedade intelectual.			
Objetivo Específico:	Promover o uso estratégico e reduzir a vulnerabilidade do sistema de propriedade intelectual de modo a criar um ambiente de negócios que estimule a inovação, promova o crescimento e o aumento da competitividade das empresas e favoreça o desenvolvimento tecnológico, econômico e social.			
Gerente:	Jorge de Paula Costa Ávila.			
Público Alvo:	Pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras que podem ser beneficiadas pelo registro, uso e comercialização da propriedade intelectual em território brasileiro.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.665.0393.2B47 – INDGRAF	13.955,40	11.155,40	2.800,00	11.155,40

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Quadro 6.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	0750			
Denominação:	APOIO ADMINISTRATIVO			
Tipo do Programa:	Apóio as políticas públicas e áreas especiais.			
Objetivo Geral:	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.			
Objetivo Específico:	-			
Gerente:	-			
Público Alvo:	Governo			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.122.0750.4716 – MANUTSFAS	3.992.466,54	3.684.190,22	308.276,32	3.577.465,46

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 7.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	1409			
Denominação:	DESENVOLVIMENTO DA AGROENERGIA			
Tipo do Programa:	Finalístico			
Objetivo Geral:	Ampliar a participação da agroenergia na matriz energética nacional, de forma sustentável e competitiva.			
Objetivo Específico:	-			
Gerente:	Manoel Vicente Fernandes Bertone			
Público Alvo:	Produtores rurais, suas associações e cooperativas, produtores industriais, fabricantes de bens de capital, instituições de pesquisa, consumidores finais de energia e países com potencial para o desenvolvimento de suas indústrias locais de biocombustíveis.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.573.1409.2B18 – DIFUAGROEN	3.900,00	3.900,00	-	3.900,00

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 8.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	1426			
Denominação:	CONSERVAÇÃO E MANEJO SUSTENTÁVEL DA AGROBIODIVERSIDADE			
Tipo do Programa:	Finalístico.			
Objetivo Geral:	Assegurar a conservação e o uso sustentável dos componentes da agrobiodiversidade, visando a segurança alimentar, a geração de trabalho e renda por serviços ambientais.			
Objetivo Específico:	Promover e difundir a gestão ambiental, a produção e o consumo sustentável nos ambientes urbanos e rurais e nos territórios dos povos e comunidades tradicionais.			
Gerente:	Maria Cecília Wey de Brito.			
Público Alvo:	Produtores rurais, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, agricultores familiares e assentados de reforma agrária.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.665.1426.8606 – DESENORG	24.390,05	21.136,45	3.253,60	18.981,85

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Quadro 9.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	1437			
Denominação:	DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL			
Tipo do Programa:	Finalístico.			
Objetivo Geral:	Assegurar a inserção e o desenvolvimento do agronegócio brasileiro no comércio internacional de forma competitiva e sustentada, por meio da diversificação de sua pauta exportadora de produtos e de mercadorias de destino, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do País.			
Objetivo Específico:	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do País por meio do agronegócio.			
Gerente:	Célio Brovino Porto			
Público Alvo:	Produtores, importadores e exportadores de produtos agropecuários.			
Ações Vinculadas:	.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.691.1437.8548 – PROMOAGRO	10.842,71	10.842,71	-	10.842,71

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 10.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	1442			
Denominação:	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AGRONEGÓCIO			
Tipo do Programa:	Finalístico.			
Objetivo Geral:	Impulsionar o desenvolvimento sustentável do país por meio do agronegócio.			
Objetivo Específico:	Contribuir para a garantia da qualidade e competitividade dos agropecuários brasileiros, tendo por princípio a organização setorial das cadeias produtivas, o uso de boas práticas, a agregação de valor à produção e a busca da sustentabilidade ambiental, social e econômica das atividades agropecuárias.			
Gerente:	Erikson Camargo Chandoha.			
Público Alvo:	Produtores, cooperativas, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.128.1442.8622 – PROMOCOOP2	3.100,00	3.100,00	-	3.100,00
20.541.1442.8593 – ORGMANEJO2	12.800,00	11.958,17	841,83	3.958,17
20.128.1442.8591 – APOIOAGRIC	3.485,00	2.795,00	690,00	2.795,00
20.122.1442.2272 – GAPSDC	107.105,03	107.105,03	-	68.319,27
20.125.1442.4720 – CERTORGAN1	23.325,67	21.556,67	1.769,00	20.056,67
20.125.1442.8592 – RASTREAB1	5.855,60	4.438,44	1.417,16	4.405,84
20.125.1442.8598 – APOIOPEC1	2.575,00	1.776,09	798,91	1.034,81
20.572.1442.8560 – INOVAGRO	481,42	481,42	-	481,42
TOTAL DAS AÇÕES VINCULADAS	158.727,72	153.210,82	5.516,90	104.151,18

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Quadro 11.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	6003			
Denominação:	APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO			
Tipo do Programa:	Finalístico.			
Objetivo Geral:	Aumentar a produção de produtos agropecuários não-alimentares e não-energéticos.			
Objetivo Específico:	Apoiar iniciativas e projetos voltados à melhoria da infra-estrutura e logística da produção agrícola e ao fomento da agroindústria, bem como permitir o atendimento de demandas de amplo efeito socioeconômico para o desenvolvimento do setor agropecuário.			
Gerente:	Erikson Camargo Chandoha.			
Público Alvo:	Pequenos e médios produtores, cooperativas, associações de produtores e criadores, agroindústrias, pesquisadores e técnicos do setor agropecuário.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
20.122.6003.2B17 –FISCONTRATO	12.544,95	12.544,95	-	12.544,95
20.605.6003.8611 –APRODUTOR.	63.055,90	63.055,90	-	63.055,90
TOTAL AÇÕES VINCULADAS	75.600,85	75.600,85	-	75.600,85

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quadro 12.

Identificação do Programa de Governo				
Código no PPA:	0089			
Denominação:	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO			
Tipo do Programa:	Apoio a políticas públicas e áreas especiais.			
Objetivo Geral:	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.			
Objetivo Específico:	-			
Gerente:	-			
Público Alvo:	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.			
Ações Vinculadas:	– Pagamento de aposentadorias e pensões, servidores civis.			
Informações Orçamentárias e Financeiras das Ações do Programa				Em R\$1,00
Ações Vinculadas	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Restos a Pagar não Processados	Valores Pagos
09.272.0089.0181 – INATPENS1	100.566,01	100.566,01	-	100.566,01

Fonte: SIAFI GERENCIAL



2.3.2 Execução Física das ações realizadas pela UJ.

QUADRO A.2.2 – EXECUÇÃO FÍSICA DAS AÇÕES REALIZADAS PELA UJ

Função	Sub Função	Progra-ma	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
20	128	1442	8591	A	3	UNID	-	-	-
20	125	1442	8622	A	3	UNID	-	-	-
20	125	1442	4720	A	3	UNID	130	129	Nota 1
20	665	1426	8606	A	3	UNID	19.810	19.810	Nota 2
20	125	0356	8938	A	3	UNID	601	534	665
20	541	1442	8593	A	3	UNID	-	-	-
20	125	1442	8598	A	3	UNID	Nota 4	Nota 4	Nota 4
20	122	1442	2272	A	4	UNID	-	-	-
20	122	6003	2B17	A	3	UNID	-	21	NI ¹
20	605	6003	8611	A	3	UNID	-	5.000	Nota 5
20	665	0393	2B47	A	3	UNID	1.327	868	1.000
20	125	0375	4747	A	3	UNID	11	11	11
20	125	0375	2177	A	3	UNID	102	91	-
20	691	1437	8548	A	3	UNID	-	-	-
20	125	0375	2141	A	3	UNID	600	496	562
20	125	0356	4745	A	3	UNID	102	108	120
20	125	0375	2179	A	3	UNID	1.185	1.058	1.276
20	603	0357	8572	A	3	HA	4.430.000	4.417.700	4.430.000
20	603	0357	2134	A	3	UNID	57.000	64.829	56.000
20	603	0357	4738	A	3	HA	28.174.854	28.174.854	28.174.854
20	604	0357	4842	A	3	Km ²	281.749	281.749	281.749
20	604	0357	8658	A	3	UNID	77.243	79.456	80.000
20	125	1442	8592	A	3	UNID	15	16	Nota 3
20	125	0375	2019	A	3	UNID	35	37	30
20	125	0375	2140	A	3	UNID	89	131	91
20	125	0375	2124	A	3	UNID	224	278	185
20	603	0357	2180	A	3	UNID	78.000	91.595	96.673
20	604	0357	2181	A	3	UNID	38.000	38.404	40.137
20	125	0356	8939	A	3	UNID	50	41	87
20	125	0356	4746	A	3	TON	1.281.569	1.077.820	1.281.569
20	128	0360	4572	A	3	UNID	-	-	-
20	122	0750	4716	A	3	UNID	1 (Nota 6)	1 (Nota 6)	1 (Nota 6)
20	122	0360	2272	A	3	-	-	-	-
20	573	1409	2B18	A	3	UNID	-	-	-
20	572	1442	8560	A	3	UNID	-	-	-
09 Nota 7.	272	0089	0181	A	4	-	-	-	-

Fonte: SIPLAN

Nota 1: Vide página 46 – Item desempenho operacional..

Nota 2: Vide página 62 – Item desempenho Operacional.

Nota 3: Meta não atribuída no SIPLAN.

Nota 4: Vide página 76 – Item Metas Físicas.

Nota 5: Vide página 88 – Item Desempenho Operacional.

Nota 6: Ação com meta não cumulativa = execução igual a 1.

Nota 7: Pagamento Inativos e Pensões.

NI¹: Tratando-se de uma fiscalização por amostragem a amostra é encaminhada ao DPDAG pelo DIEL, sendo que, esta informação ainda não foi disponibilizada.

Análise Crítica

A solicitação dos recursos orçamentários, bem como, a execução física e financeira das ações é gerenciada pelos chefes de Serviços, de acordo com a área de atuação, desta forma a apresentação da analise das principais ações das desenvolvidas no âmbito da SFA-RS estão a seguir demonstradas.



Ação:	8591 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas APOIOAGRIC1
Tipo:	Atividade.
Produto:	Pessoa beneficiada.
Especificação do produto:	Projeto de Produção Integrada assistido.
Finalidade:	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias agrícolas, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Agrícolas e de Desenvolvimento do Suporte à Produção Integrada, com a promoção, divulgação, logística de pós-colheita e comercialização, bem como de material genético melhorado para as cadeias produtivas do agronegócio.
Descrição:	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais;
Detalhamento:	Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional. Os projetos, através de convênios, serão implantados em parceria com instituições de ensino e pesquisa SENAR, SEBRAE, EMATER, Órgãos do Governo Estadual e Municipal, Associações de Produtores e Cooperativas.
Unidade Responsável:	CGSPI/DEPROS/SDC.
Coordenador da Ação Nacional:	Sidney Almeida Filgueira de Medeiros.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado – Ricardo Furtado.
Estratégia da Ação:	<p>A Produção Integrada (PI) é um sistema moderno baseado em boas práticas agropecuárias. O modo de produzir contribui para o desenvolvimento humano, levando em conta a segurança do trabalhador, a legislação trabalhista, a qualidade de vida dos produtores e comunidades, a conservação do meio ambiente (especialmente, solo e água) a sanidade e o bem-estar dos animais.</p> <p>O sistema resulta em alimentos seguros, principalmente para o consumo humano, com monitoramento em todas as etapas de produção, análise de resíduos de agrotóxicos e uso de tecnologias apropriadas que otimizam o modo de trabalhar. Os procedimentos permitem a continuidade do sistema produtivo, com sustentabilidade ao longo dos anos, e elevam os padrões de qualidade e competitividade dos produtos ao patamar de excelência.</p> <p>No Brasil, o sistema começou com a Produção Integrada de Frutas, em 2001, coordenado pelo Ministério da Agricultura, com parcerias públicas e privadas. Atualmente, o programa está sob responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC), por meio do Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade e de sua Coordenação de Sistemas de Produção Integrada.</p>



A adesão à Produção Integrada é voluntária, porém o produtor que optar pelo sistema terá que cumprir rigorosamente as orientações estabelecidas.

Ele poderá acessar o site do Ministério da Agricultura ou contatar o Inmetro para saber como proceder para adotar esse sistema de produção, inclusive verificar se o produto que deseja produzir já tem norma técnica publicada. Se tiver, então o Inmetro fornecerá a lista de empresas credenciadas e acreditadas para certificar aquele produto em Produção Integrada. Caso não tenha norma, então o Mapa analisará a proposta do setor e as construirá diretrizes, as quais são elaboradas por comitês formados por especialistas de órgãos públicos e privados, além de representantes de cooperativas e empresas. As regras estão relacionadas à capacitação de trabalhadores rurais, manejo, responsabilidade ambiental, segurança alimentar e do trabalho e rastreabilidade.

Em 2010 foi publicada a Instrução Normativa nº 27 que institui o marco legal da Produção Integrada Agropecuária (PI Brasil) e valida normas técnicas específicas para ter o selo oficial de certificação, em produtos de origem animal e vegetal.

Operacionalização da Ação:

1) Reuniões para a Implementação das Normas de Produção Integrada do Tabaco - durante o ano de 2011 a DPDAG participou de reuniões com o comitê gestor do Projeto de Produção Integrada do Tabaco (PITAB).

As reuniões culminaram com a entrega das diretrizes, normas e regulamentos oficialmente à SDC/MAPA para análise e publicação. Na oportunidade foi apresentado aos empresários, técnicos, pesquisadores e entidades de classe representativas, que a Produção Integrada do Tabaco é um sistema moderno de produção, garantindo melhor qualidade ao produto, permitindo sua valorização, maximização dos lucros e a sustentabilidade econômica e ambiental, as quais se tornam vantagens competitivas na conquista por novos mercados, além de permitir maior credibilidade do produto quanto à sua qualidade e rastreabilidade, promovendo o desenvolvimento social com a geração de emprego e renda aos produtores.

2) Reuniões para a Implementação das Normas de Produção Integrada de Trigo - por iniciativa da EMBRAPA (CNPT - Centro Nacional de Pesquisa de Trigo) a DPDAG participou de reuniões com pesquisadores, objetivando acompanhar a construção das normas para a produção Integrada do Trigo. Realizaram-se duas reuniões, uma em Junho/2011 outra durante a Expointer em Setembro/2011.

- Foi discutidos principalmente a grade de agrotóxico a ser exigida para o produtor que desejar entrar no sistema proposto.
- os agroquímicos somente podem ser utilizados quando indicados pelos resultados de análises, do monitoramento de pragas e moléstias ou quando recomendados pelos técnicos responsáveis, mas desde que estejam registrados para a cultura no MAPA e que sejam respeitados as doses de aplicação e os prazos de carência constantes no rótulo do produto.

A SDC/MAPA ainda não disponibilizou recursos para esse projeto aqui no estado. Até o momento os recursos são oriundos da EMBRAPA e dos próprios produtores envolvidos.

3) Reunião para Discussão da Produção Integrada do Arroz – Realizaram-se 3 reuniões com objetivo de avançar na construção da norma para o Produção Integrada do arroz irrigado, as duas primeiras realizadas com os pesquisadores da Embrapa Clima Temperado buscando estabelecer um método para avaliação da construção da grade de agroquímicos, e uma



última reunião contando com pesquisadores da Embrapa (CNPCT) e da Epagri/SC , nesta já foram apresentados os critérios para escolha dos agrotóxicos que formarão a grade. Segundo os profissionais envolvidos o mercado está ávido para estabelecimento de normas, pois acreditam que será um diferencial e que o consumidor perceberá a vantagem do produto ser certificado, refletindo diretamente no preço agregando valor ao seu produto.

4) Reunião com a Cadeia Produtiva das Oliveiras – Foram realizadas 5 reuniões na sede da SFA-RS e no interior do Estado(Bagé, Caçapava) com o objetivo uniformizar procedimentos e divulgar informações sobre as ações que as diversas entidades desenvolvem em prol da produção de oliveiras nos estado do Rio Grande do Sul.. Também se pretendia discutir a necessidade da formulação de um sistema de produção integrada de oliveiras para o país.

Os eventos contaram com a presença total de 150 participantes, estre representantes da SDC/MAPA, da SFA-RS/MAPA (DPDAG, SSV, SIPOV, UTRA Passo Fundo, UTRA Ijuí, UTRA Santa Maria, UVAGRO Aceguá.), da DPDAG/SFA-SC/MAPA, 1 representante da EMBRAPA Clima Temperado, 1 representante da UFPEL, representantes da EMATER, representantes da EPAGRI-SC, Prefeitos municipais, representantes de prefeituras municipais, representantes de associações de produtores e produtores de oliveiras.

Ao final da reunião ficou acordado entre os participantes que, apesar da cadeia produtiva das oliveiras ainda estar em formação, há necessidade de implantar um projeto de Produção Integrada. Em 2012 a DPDAG em conjunto com a SDC e demais entidades devem trabalhar nesse sentido.

5) Workshop com os Coordenadores Nacionais(DPDAGs) e Pesquisadores da Embrapa Coordenadores de Projetos de Produção Integrada

05 e 09 de dezembro em Brasília.

A SDC entendendo a importância das Boas Práticas Agropecuárias e do Sistema Agropecuário de Produção Integrada, que resultam na identificação e na busca da qualidade na produção agrícola, promovendo a segurança ambiental, a saúde e bem-estar dos trabalhadores rurais e ainda a produção de alimentos seguros, promoveu o Workshop(oficina) para Construção de Objetivos para maior direcionamento do trabalho e consolidação dos processos .

Esta Oficina contou com 26 Pesquisadores de várias Embrapas do País, dos representantes dos DPDAGs do RS e SC e de todo o “staff” da SDC/DEPROS/Produção Integrada, totalizando 42 pessoas.

Indicadores:

1) Eficiência da Ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas -os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Para a Ação Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas indicadores de eficiência são informados na tabela a seguir.

Tabela – Resultados Físicos e Financeiros da Ação no Exercício de 2011

ANO	2011
Total de Recursos Aplicados	R\$ 2.795,00
Número de Projetos de Produção Integrada Assistidos	3
Custo por Projeto ou Potencial Assistidos	R\$ 931,67

Nota: Custo com base nos valores de Empenhos Liquidados



2) Eficácia da Ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Agrícolas - o indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

Considerando que dos 3 projetos ou futuros projetos apoiados um já concluiu o trabalho, considera-se a ação eficaz.

3) Efetividade da Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários - o indicador de efetividade tem o objetivo de valiar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

A efetividade da ação não pode ser mensurada em função da estruturação da ação definida pela SDC. O MAPA não tem informações sobre o número de produtores que utilizam a certificação para a Produção Intragada, o número de certificadoras credenciadas no INMETRO, o número de propriedades, os produtos certificados e o volume de produção. Esse é um dos grandes problemas dessa ação.

Análise:

Considerando a carência de técnicos na DPDAG e a grande demanda de trabalho na análise dos planos de trabalho do PRODESA, não foi realizada uma previsão de resultados para o ano de 2011. Tomando como base o trabalho realizado com algumas cadeias produtivas em 2011 a meta para 2012 é continuar o trabalho.

Tabela: Atividades realizadas relativas ao PI APOIAGRIC no ano de 2011.

Tipo de Atividade	Quantidade		
		VALOR	%
Participação em Reunião Nacional	01		
Participação em Seminários e Workshop	01		
Participação em Dia de Campo	01		
Participação em Reuniões com Cadeias Produtivas para Discussão de Projetos de Produção Integrada	07		

Despesas Orçamentárias:

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	2.095,00	2.095,00	2.095,00	100%
3390.30	600,0	600,0	600,0	100%
3390.33	690,00	690,00	690,00	100%
3390.39	100,00	100,00	100,00	100%
TOTAL - CUSTEIO	3.485,00	3.485,00	3.485,00	100%
TOTAL GERAL	3.485,00	3.485,00	3.485,00	100%

Fonte: SIAFI GERANCIAL

Os recursos financeiros disponibilizados foram utilizados na participação em reuniões e eventos, no RS e em Brasília.

Como mencionado anteriormente, o MAPA não tem informações sobre o número de produtores que utilizam a certificação para a Produção Intragada,



o número de certificadoras credenciadas no INMETRO, o número de propriedades, os produtos certificados e o volume de produção. Esse é um dos grandes problemas dessa ação.

Metas:

Por ser um PI de Fomento é difícil a quantificação de metas, realizadas ou a serem realizadas. Mesmo porque não foi desenvolvido um indicador do desempenho desta atividade, até o presente momento.

Considerações Finais:

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - na opinião da DPDAG a implementação da ação deveria ser revista e estruturada nos moldes da certificação da produção orgânica.

Com a Oficina realizada em Brasília em Dezembro/2011, ficou claro que o processo para a consolidação das Normas do PIBrasil deve ser dinamizado, pois o mercado está ansioso pela certificação.



Ação:

**8622 – Desenvolvimento do Associativismo Rural e Cooperativismo
PROMOCOOP2**

Tipo:

Atividade.

Produto:

Entidade Assistida.

Especificação do produto:

Assistência técnica às entidades e fomento e capacitação de agentes gestores de associações rurais e cooperativas.

Finalidade:

Fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços.

Descrição:

Organização econômica e social dos indivíduos na sociedade, cujos benefícios se revertam em avanços sociais e melhoria na qualidade de vida da sua comunidade. Contribuir para a diminuição da exclusão social, experimentada por grupos e redes sociais que não dispõem de acesso à plena participação política, econômica e social. Fomentar as estruturas associativas e apoiar as práticas de desenvolvimento inclusivo para orientar o bem estar socioeconômico da população.

Apoiar a realização de diagnósticos locais ou regionais, e a elaboração de projetos que visem à agregação de valor ao produto das cooperativas.

Contribuir para a geração de renda e de oportunidades de trabalho; para a otimização do processo produtivo, organizando a infra-estrutura e os serviços essenciais, agregando valor aos produtos básicos e abastecendo o mercado; para o aumento da oferta interna de alimentos, contribuindo para suprir as necessidades nutricionais da população; e para melhorar a estruturação sistêmica do setor agropecuário, com a participação organizada de produtores e consumidores ao longo das cadeias produtivas e de abastecimento.

Detalhamento:

Descentralizada, por meio de convênios com estados e municípios e de acordos de cooperação técnica com entidades representativas das associações rurais e cooperativas

Unidade

Responsável:

CGA/DENACOOP/SDC

Coordenador da Ação Nacional:

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Responsável no

âmbito da UJ: Sandra Machado – Ricardo Furtado.

Estratégia da Ação: A missão do DENACOOP é promover e fortalecer o associativismo rural e o cooperativismo em todos os seus ramos, visando a inclusão social, com ações que promovam o desenvolvimento humano e a geração de trabalho e de renda sustentável (arts. 5º, inciso XVIII; e 174, § 2º, da Constituição Federal, combinados com a Lei nº 8.171/91, capítulo XI, art. 45 – Lei Agrícola).

O objetivo das ações do DENACOOP é consolidar e fortalecer a atuação do sistema cooperativista em todos os seus ramos e do associativismo rural, participando dos processos de criação de empregos, de produção de alimentos, de geração e de distribuição de renda e de melhoria da qualidade de vida das comunidades rurais e urbanas.

Entre os projetos estratégicos do DENACOOP estão o desenvolvimento autogestionário, o apoio ao agronegócio cooperativo, o estímulo à competitividade, e a promoção do associativismo rural e do cooperativismo em geral.

É importante notar que o DENACOOP não desenvolve, diretamente, ações executivas no seu esforço de apoio ao desenvolvimento rural. Para ampliação de sua capacidade de atuação, celebra convênios com seus parceiros e



colaboradores.

Operacionalização da ação:

Participação e Divulgação do ENCOMEX MERCOSUL - nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2010, foi realizado em Porto Alegre, Centro de eventos FIERGS, a segunda edição do Encontro de Comércio Exterior - ENCOMEX MERCOSUL. Trata-se de evento de caráter internacional e formato múltiplo, que objetiva promover a aproximação entre governo e iniciativa privada, buscando soluções e alternativas para os problemas existentes no comércio exterior, bem como favorecer a integração regional e o comércio intra-bloco. O ENCOMEX MERCOSUL 2010 foi promovido de forma conjunta pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pela Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS).

Para a divulgação do evento a DPDAG, em parceria com o DENACOOP, realizou uma série de reuniões onde foram apresentadas as estratégias de atuação do Departamento. Os eventos foram os seguintes:

- audiência na Assembléia Legislativa do estado;
- participação no Programa da TV Assembléia;
- reunião com Coordenador Técnico da OCERGS;
- reunião na SFA-RS com representantes de Cooperativas;
- reunião na FARSUL;
- reunião com Pós-graduação em agronegócios da UFRGS;
- reunião na SEAPPA com o Diretor do Departamento de Planejamento e Fomento Agropecuário.

Além das reuniões foram encaminhadas correspondências eletrônicas para 234 cooperativas ligadas ao setor agropecuário gaúcho. Técnicos da UTRA Passo Fundo e UVAGRO Aceguá/Bagé visitaram cooperativas para promover o ENCOMEX.

Durante o evento o MAPA coordenou o painel "Agronegócio Cooperativista e Integração no Mercosul", com a participação dos órgãos governamentais de cooperativas dos membros do Mercosul e também da Espanha. Foram discutidas as parcerias entre cooperativas para acesso a mercados e o cooperativismo no âmbito do Mercosul. A DPDAG representou o MAPA em seu estande institucional onde os participantes puderam ser atendidos individualmente para obtenção de informações e esclarecimentos de dúvidas referentes a assuntos, entre eles o uso de sinais distintivos na agropecuária. Foram distribuídos folhetos e publicações sobre o tema.

Participação no 9º Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa - a Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa (OCPLP) promoveu, de **6 a 8 de outubro de 2010**, o 9º Encontro Cooperativo dos Países de Língua Portuguesa. O encontro será na capital gaúcha, Porto Alegre (RS). O evento mostrou, além das experiências do cooperativismo brasileiro, exemplos de Angola; Cabo Verde; Moçambique; Guiné Bissau; Portugal; São Tomé e Príncipe e do Timor Leste. O evento foi uma realização em conjunto com OCB, Ocergs e OCPLP. A OCPLP foi constituída em Julho de 1997, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, é uma associação internacional que tem como objetivo a difusão do cooperativismo e a intercooperação entre as cooperativas lusófonas.



Dois técnicos capacitados em cooperativismo lotados na UTRA Passo Fundo e UVAGRO Aceguá/Bagé participaram do evento.

O DPDAG tem procurado estabelecer um painel mais claro do cooperativismo no RS e a partir disso definir as ações estratégicas, posicionando-se neste contexto.

Como a equipe é bastante reduzida tem se avançado pouco nesta perspectiva e o DPDAG ainda tem trabalhado quase que exclusivamente no acompanhamento e vistoria in loco de convênios selecionados e firmados pelo DENACOOP.

Considerando que os convênios são realizados diretamente pelo DENACOOP, sem a participação da DPDAG, não é possível a realização de previsões.

Em 2010 foram acompanhados os convênios em andamento firmados em anos anteriores. Em 2010 nenhum convênio foi firmado pelo DENACOOP na ação PI-PROMOCOOP para o estado.

Despesas Orçamentárias:

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	1.600,00	1.600,00	1.600,00	100%
3390.30	1.500,00	1.500,00	1.500,00	100%
TOTAL - CUSTEIO	3.100,00	3.100,00	3.100,00	100%
TOTAL GERAL	3.100,00	3.100,0	3.100,0	100%

Fonte: SIAFI GERANCIAL

Metas:

Por ser um PI de Fomento é difícil a quantificação de metas, realizadas ou a serem realizadas. Mesmo porque não foi desenvolvido um indicador do desempenho desta atividade, até o presente momento.

Comentários Finais:

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - na opinião da DPDAG a implementação da ação deveria ser revista e estruturada nos moldes da certificação da produção orgânica.

Com a Oficina realizada em Brasília em Dezembro/2011, ficou claro que o processo para a consolidação das Normas do PIBrasil deve ser dinamizado, pois o mercado está ansioso pela certificação. Então este processo deve ser dinamizado.



Ação: 4720 – Aplicação de Mecanismos de Garantia da Qualidade Orgânica
CERTORGAN1

Tipo:	Atividade.
Produto:	Unidade Controlada.
Especificação do produto:	Unidade produtora de produtos de origem animal ou vegetal com à certificação de que foi efetivamente produzido em conformidade com a regulamentação brasileira para produção orgânica de alimentos.
Finalidade:	Garantir ao consumidor à identidade e a qualidade dos produtos orgânicos.
Descrição:	Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos orgânicos.
Detalhamento:	Credenciamento e fiscalização do exercício de entidades certificadoras de produtos orgânicos por técnicos do MAPA.
Unidade Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo
Coordenador da Ação Nacional:	Rogério Pereira Dias.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado – José Cleber Dias de Souza.
Estratégia da Ação:	<p>Os Sistemas orgânicos de produção agropecuária tem experimentado sensível aumento na demanda por seus produtos, fruto de hábitos alimentares cada vez mais saudáveis e, de forma geral, a uma maior conscientização de parte de agricultores e consumidores. Coube ao MAPA a tarefa de estruturar um sistema confiável que seja capaz de informar e assegurar a qualidade orgânica dos produtos agropecuários.</p> <p>Esta ação compõe o Resultado estratégico “sistemas de produção agropecuária sustentáveis implantados” com o indicador “unidades de produção controladas”. As unidades controladas vinculadas à organizações de avaliação da conformidade - OACs - foram lançados pela COAGRE cabendo as UFs lançarem os dados das unidades vinculadas à OCSs. Desta forma o planejamento “ajustado” do RS previu o cadastramento de 130 unidades de produção vinculadas a OCS e foram alcançadas 129 unidades.</p> <p>As OCSs cadastradas no RS são: Cooperativa Arcoíris: 21 agricultores vinculados, OCS Porto Alegre Viamão 13 agricultores vinculados, Cooperativa Sul Ecológica: 88 agricultores vinculados, Sul Ferrabraz: 7 agricultores vinculados, totalizando 129 agricultores cadastrados.</p> <p>O “público” das OCSs, em geral, é constituído por feirantes e fornecedores dos programas de segurança e alimentação escolar e, no RS, em boa parcela estão vinculados à Rede Ecovida de Agroecologia, que constituiu um SPG e aos Assentamentos da Reforma Agrária, através da Cooperativa Central dos Assentamentos do RS - COCEARGS, que possui certificação em grupo realizada pela IMO. Em razão disso estes agricultores não tiveram necessidade de constituir OCS já que a certificação os habilita à estas formas de comercialização. Acreditamos que os números apresentados estão adequados e que, no futuro, deva haver um crescimento moderado do</p>



número de UPCs ligadas a OCSs no RS.

A produção orgânica no RS ultrapassa os **10.000 hectares** de área e abrange **134 municípios** (27% dos municípios gaúchos). São mais de **1.200 famílias** produzindo com a qualidade orgânica comprovada.

Os requisitos estão estabelecidos na Legislação Brasileira de orgânicos, estruturada a partir da aprovação da Lei 10.831, em 2003. Toda a normatização, construída a muitas mãos desde então, passou a vigorar em 01 de janeiro de 2011.

Os produtores que comercializam produtos orgânicos devem estar adequados a uma das três formas previstas:

- Cadastrados no Ministério da Agricultura através de uma OCS (Organização de Controle Social) para venda direta em feiras e mercados institucionais;
- Certificados por um OAC (Organismo de Avaliação da Conformidade) que podem ser SPGs (Sistemas Participativos de Garantia) e Certificadoras de Terceira Parte. Nesta modalidade os produtores podem fazer tanto venda direta quanto comércio comum.

- OCS cadastradas: Arcoiris, Porto Alegre/Viamão, Sul Ecológica e Sul Ferrabraz;

- SPG credenciado: Rede Ecovida;

- Terceira Parte credenciadas e habilitadas a trabalhar no RS: Ecocert Brasil, IBD Certificações e Imo Control;

Os SPGs e as Certificadoras devem fazer constar o selo do SisOrg (Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica) nos produtos por ele controlados



Preservação da Biodiversidade - Mais de 220 espécies vegetais são cultivadas em sistemas de produção orgânicos no Estado, o que contribui para a preservação da biodiversidade e do meio ambiente.

Atividades Desenvolvidas:

Janeiro:

No dia 01 de janeiro de 2011 passou a vigir a legislação de orgânicos, em razão disso, e durante todo o ano, houve um grande número de solicitações de informações e esclarecimentos, tanto de agricultores e suas organizações como também da imprensa.

Neste período concluímos a análise e procedemos o credenciamento da Organização de Controle Social – OCS- Cooperativa Arcoiris dos Produtores Ecológicos LTDA, da OCS Porto Alegre/ Viamão, desta forma habilitando 30 agricultores a comercializarem a produção orgânica em venda direta e no mercado institucional (alimentação escolar, Programa de Aquisição de Alimentos. Procedemos a análise da solicitação de cadastramento de OCS da Associação de Produtores Orgânicos de Gramado, OCS Ferrabraz e OCS Litoral, nos reunimos com as lideranças e expusemos as insuficiências detectadas que impossibilitaram o cadastramento das mesmas. No dia 05 de janeiro de 2011 realizamos um almoço festivo na SFA/RS onde foram entregues as Declarações de cadastramento da OCS Porto Alegre/Viamão e dos 13 agricultores vinculados.

Fevereiro:

Apoiamos a Coordenação de Agroecologia do MAPA na realização da reunião da Câmara Temática Nacional de Agricultura orgânica fazendo a aquisição de passagens aéreas e pagamento de diárias de colaborador eventual para Laércio Ramos Meirelles e Romeu Mattos Leite.



Março:

Iniciamos o mês realizando a primeira reunião do ano da Comissão da Produção Orgânica do estado - CPOrg/RS - e participamos de reunião da Caravana Copa orgânica, onde fizemos esclarecimentos relativos a legislação brasileira de orgânicos.

Abril:

No dia 02/04 entregamos as Declarações de cadastramento da OCS Cooperativa Arcooiris dos Produtores Ecológicos LTDA e dos 17 agricultores vinculados em atividade com a presença de autoridades municipais de Porto Alegre e do Superintendente do MAPA, na Feira Ecológica da José Bonifácio, reunimos com os técnicos da OCS Ferrabraz e com a coordenação regional das comunidades quilombolas do litoral norte esclarecendo o processo de constituição de OCS.

Maio:

Publicamos a Portaria SFA/RS/MAPA nº 081, que regularizou a CPOrg/RS no período 2009/2011.

OBS: Este procedimento é de suma importância, tanto que a estruturação das CPOrg/UFs está normatizada em uma Instrução Normativa específica e consta como meta no PPA 2012/2015

Junho:

Reunimos com a Chefia da Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA/MAPA e o gestor do Vigiagro no RS e tratamos dos requisitos a serem observados na importação de produtos orgânicos bem como encaminhamos cópia do Memo 053/2011 da COAGRE a todos os Unidades de Vigilância Agropecuária e Serviço de Vigilância Agropecuária. Palestramos no Seminário Agricultura familiar e certificação na UFPel, entregamos as declarações de OCS da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares LTDA e dos 84 agricultores vinculados, em uma atividade festiva junto à Feira do Mercado em Pelotas e iniciamos a participação no Grupo de Trabalho instituído pela Prefeitura de Porto Alegre visando a criação de um regulamento para as Feiras Ecológicas.

Finalizamos a Semana do Alimento Orgânico com o recebimento dos relatórios dos eventos apoiados. Neste ano foram realizadas 79 eventos que envolveram um público direto de 35519 pessoas, além de um público estimado em 420000 pessoas através de matérias e entrevistas em jornais, rádio e televisão.

Julho:

Realizamos a reunião da CPOrg/RS que compôs a programação da 2ª AGROIND Familiar – Feira Nacional de Máquinas, Equipamentos, Produtos e Serviços para a Agroindústria Familiar- e, com o apoio do colega Eduardo Amaral, de SC, vistoria para verificar a adequação dos procedimentos na comercialização de produtos orgânicos no Hipermercado Bourbon e no Centro de distribuição da Companhia Zaffari.

Agosto:

Participamos de reunião com a OCS Ferrabraz e realizamos a Assembléia das Instituições da sociedade civil para constituição da CPOrg/RS para o período 2011/2013, na qual foram definidas as 10 Instituições titulares e as 10 suplentes bem como avalizado o processo de indicação das 17 governamentais.

Setembro:

Participamos da plenária estadual de núcleos da rede Ecovida onde apresentamos e distribuímos 320 exemplares do Cadernos do Plano de



Manejo Orgânico e realizamos a união ordinária da bimestral CPOrg/RS na casa do MAPA, durante a EXPOINTER.

Outubro:

Fizemos reunião com diretores e chefes de áreas do Wal Mart Sul esclarecendo sobre a legislação de orgânicos e os procedimentos no transporte, armazenamento e exposição à comércio destes produtos e também participamos de mais uma reunião do GT Feiras Ecológicas de Porto Alegre. Finalizamos as indicações e procedemos a publicação da Portaria SFA/RS/MAPA nº 354/2011 que definiu a composição da CPOrg/RS, para o período 2011/13.

Novembro:

Participamos da Reunião técnica nacional aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica, em Brasília, palestra no Curso de produção de Sementes de Hortaliças promovido pela UFRGS e Embrapa, em Porto Alegre e na capacitação em pecuária orgânica promovido pela Emater/RS-ASCAR em Jaguarão.

Dezembro:

Em conjunto com a Emater e a SDR realizamos o Curso “homeopatia e visão sistemática de saúde dos animais”, realizamos reunião extraordinária de planejamento da CPOrg/RS. Participamos de almoço com o núcleo de avicultura orgânica da Associação Rural de Viamão e realizamos a reunião técnica de análise e planejamento com gestores de SPGs gaúchos.

Além destas atividades também distribuímos material instrucional impresso a diversas instituições do RS, sempre direcionando para aquelas que tenham efetivo trabalho em agroecologia.

A relação das instituições está expressa a seguir:

Tabela 1

CARTILHA						
ADUBOS VERDES						
					Inicial	700
Entrada		Saída		Destino		Disponível
Mês	Qtde	Mês	Qtde	Instituição	Unidade	
	0	MAR	10	IRGA/VIAMÃO		690
	0	ABR	10	IRGA/VIAMÃO		680
	0	MAI	200	EMATER/RS-ASCAR		480
	0	MAI	80	SEAPPA - SDR		400
	0	MAI	100	FEPAGRO		300
	0	MAI	100	CAPA/PELOTAS		200
	0	MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA		190
	0	MAI	50	CAD/SMIC/PMPA		140
	0	JUN	40	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA		100
	0	JUL	50	SFA/RS		50
	0	NOV	10	CAD/SMIC/PMPA		40
	0	NOV	10	ANAMÁ/MAQUINÉ		30
	0	NOV	15	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA		15
RESTANTE (em 31/12/2011)						15



Tabela 2

CARTAZ					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		ABR	50	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	450
		ABR	50	CAPA/PELOTAS	400
		ABR	20	SEAPPA/RS	380
		MAI	180	EMATER/RS-ASCAR	200
		MAI	6	COPTEC	194
		MAI	20	CPACT/EMBRAPA	174
		MAI	40	TERRASUL/SANTA MARIA	134
		MAI	6	IRGA/VIAMÃO	128
		MAI	25	COCEARGS	103
		MAI	10	COPTEC	93
		JUL	25	SFA/RS	68
		SET	10	UVAGRO BAGÉ	58
RESTANTE (em 31/12/2011)					58

Tabela 3

CARTAZ					
PRODUTO ORGÂNICO					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
MAI	400	MAI	10	COOPERATIVA ARCOOIRIS	390
		MAI	10	COPTEC	380
		MAI	20	SDR/RS	360
		JUN	42	IRGA/VIAMÃO	318
		JUN	20	CPACT/EMBRAPA	298
		JUN	20	FACAGRP/UFRGS	278
		JUL	25	SFA/RS	253
		SET	10	UVAGRO BAGÉ	243
RESTANTE (em 31/12/2011)					243

Tabela 4

CHAPÉU					
PRODUTO ORGÂNICO					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
MAI	450	MAI	15	VER COM JOSE CLEBER	463
		MAI	25	COPTEC	438



Tabela 4 – Continuação

CHAPÉU				
PRODUTO ORGÂNICO				
			INICIAL	28
	MAI	10	NEJ/RS	428
	MAI	20	SDR/RS	408
	JUN	20	ASSOCIAÇÃO RURAL DE VIAMÃO	388
	JUN	20	COCEARGS	368
	JUN	15	CAPA PELOTAS	353
	JUN	15	OCS SUL ECOLÓGICA	338
	JUN	15	UNAAC	323
	JUN	15	ARPASUL	308
	JUN	20	REDE ECOVIDA	288
	JUN	15	OCS ARCOOIRIS	273
	JUN	7	SFA/RS	266
	JUN	3	INCRA/RS	263
	JUN	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA	253
	JUN	20	CPACT/EMBRAPA	233
	JUN	20	FACAGRO/UFRGS	213
	OUT	10	CPNUV/EMBRAPA	203
	DEZ	5	ASSOCIAÇÃO RURAL DE VIAMÃO	198
RESTANTE (em 31/12/2011)				198

Tabela 5

CARTILHA				
ESCOLHA, FREGUÊS				
			INICIAL	0
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO	DISPONÍVEL	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO
JUN	1260	JUN	50	APAECO
		JUN	50	COPTEC
		JUN	100	FEPAGRO
		JUN	20	PUC/RS
		JUN	200	CERES/SANTA CRUZ DO SUL
		JUL	20	COPTEC
		JUL	300	AGROIND
		AGO	100	EXPINTER
		AGO	100	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA
SET	275	SET	50	UVAGRO BAGÉ
		SET	50	PÃO DOS POBRES
		SET	220	BIONAT
RESTANTE (em 31/12/2011)				275



Tabela 6

CARTILHA					
MECANISMOS DE CONTROLE PARA GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO		DISPONÍVEL	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		ABR	10	CAPA/PELOTAS	507
		ABR	10	IRGA/VIAMÃO	497
		MAI	100	EMATER/RS-ASCAR	397
		MAI	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	387
		MAI	2	INCRA	385
		MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA	375
		MAI	200	CAD/SMIC/PMPA	175
		JUL	50	AGROIND	125
		JUL	30	AGROIND	95
AGO	250	AGO	20	CAD/SMIC/PMPA	325
		AGO	50	EXPONTER	275
		AGO	100	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	175
SET	125	OUT	30	CPACT/EMBRAPA	270
		NOV	10	CPUV/EMBRAPA	260
RESTANTE (em 31/12/2011)					260

Tabela 7

LIVRO					
LEGISLAÇÃO					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO		DISPONÍVEL	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAI	2	INCRA	30
		MAI	1	IRGA/VIAMÃO	29
		MAI	2	COPTEC	27
		MAI	4	SEAPPA	23
		SET	3	UVAGRO BAGÉ	20
		SET	10	CPACT/EMBRAPA	10
		DEZ	7	SFA/RS	3
RESTANTE (em 31/12/2011)					3



Tabela 8

CARTILHA					
OCS					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	15	IRGA/VIAMÃO	1530
		ABR	40	CAPA/PELOTAS	1490
		ABR	10	IRGA/VIAMÃO	1480
MAI	225	MAI	500	EMATER/RS-ASCAR	1205
		MAI	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	1195
		MAI	100	FEPAGRO	1095
		MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA	1085
		MAI	50	CAD/SMIC/PMPA	1035
		MAI	100	COPTEC	935
		JUN	50	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO	885
		JUN	50	CÂMARA DOS VEREADORES DE VIAMÃO	835
		JUL	230	SFA/RS	605
AGO	225	AGO	50	CAD/SMIC/PMPA	780
		AGO	200	EXPOINTER	580
		AGO	40	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	540
		NOV	10	CPACT/EMBRAPA	530
RESTANTE (em 31/12/2011)					530

Tabela 9

FOLDER					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	300	IRGA/VIAMÃO	8560
		ABR	3000	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	5560
		ABR	1000	CAPA/PELOTAS	4560
		ABR	300	SDR/RS	4260
MAI	8000	MAI	2000	EMATER/RS-ASCAR	10260
		MAI	50	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	10210
		MAI	10	COPTEC	10200
		MAI	800	FACAGRO/UFRGS	9400
		MAI	300	ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA	9100
		MAI	300	CPACT/EMBRAPA	8800



Tabela 9 – Continuação

FOLDER					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
				INICIAL	
		MAI	600	SES/CAVG/PMPA	8860
		MAI	1000	TERRASUL/SANTA MARIA	8200
		MAI	1000	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	7200
		MAI	200	CAD/SMIC/PMPA	6200
		MAI	200	IRGA/VIAMÃO	6000
		MAI	250	COCEARGS	5750
		MAI	300	SDR/RS	5450
		MAI	100	COPTEC	3450
		MAI	50	NEJ/RS	3350
JUN	4000	JUN	250	CÂMARA DOS VEREADORES DE VIAMÃO	3300
		JUN	4000	CPACT/EMBRAPA	7050
JUL	500	JUL	1150	SFA/RS	3050
AGO	4000	AGO	2.000	EXPOINTER	2400
		SET	200	UVAGRO BAGÉ	4400
		NOV	30	CPACT/EMBRAPA	4200
				RESTANTE (em 31/12/2011)	4170

Tabela 10

CARTILHA					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
				INICIAL	
ENTRADA	SAÍDA		DESTINO	DISPONÍVEL	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	50	IRGA/VIAMÃO	2115
		ABR	400	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	2115
		ABR	500	CAPA/PELOTAS	1715
		ABR	200	SDR/RS	1215
MAI	2000	MAI	500	EMATER-RS/ASCAR	1015
		MAI	25	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	2515
		MAI	10	COPTEC	2490
		MAI	200	FACAGRO/UFRGS	2480
		MAI	200	ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA	2280
		MAI	100	FEPAGRO	2080
		MAI	200	CAPA/PELOTAS	1980
		MAI	50	SES/CAVG/PMPA	1780
		MAI	100	TERRASUL/SANTA MARIA	1730
		MAI	400	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	1630
		MAI	100	IRGA/VIAMÃO	1230
		MAI	100		1130



Tabela 10 – Continuação

CARTILHA					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
		INICIAL			
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
		MAI	100	SES/CAVG/PMPA	2165
		MAI	150	COCEARGS	1030
		MAI	100	COPTEC	880
		MAI	25	NEJ/RS	780
JUN	1200	JUN	150	CÂMARA DOS VEREADORES DE VIAMÃO	755
		JUN	30	AGRÔNOMIA - UPF	1805
		JUN	20	PUC/RS	1775
		JUN	800	EMBRAPA CT	1755
		JUN	400	CEREST SANTA CRUZ DO SUL	955
		JUL	25	COPTEC	555
		JUL	230	SFA/RS	530
AGO	800	AGO	600	DIOCESE CAXIAS	300
		AGO	100	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	200
		SET	150	UVAGRO BAGÉ	190
		SET	50	PÃO DOS POBRES	180
		OUT	10	CPUV/EMBRAPA	180
		NOV	10	CPACT/EMBRAPA	180
RESTANTE (em 31/12/2011)					180

Tabela 11

CADERNO					
PLANO DE MANEJO ORGÂNICO					
		INICIAL			
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	DISPONÍVEL
SET	680	OUT	320	SPG REDE ECOVIDA	0
		OUT	80	OCS SUL ECOLÓGICA	360
		SET	5	CPNUV/EMBRAPA	280
		SET	10	CPACT/EMBRAPA	275
RESTANTE (em 31/12/2011)					265

Tabela 12

CARTILHA					
REMÉDIOS CASEIROS					
		INICIAL			
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	DISPONÍVEL
		ABR	5	IRGA/VIAMÃO	80
		MAI	30	SDR/RS	75
		MAI	30	CAPA/PELOTAS	45
		DEZ	5	SFA/RS	15
RESTANTE (em 31/12/2011)					10



Tabela 13

CARTILHA					
MANUAL DE APLICAÇÃO DO SELO					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	10	IRGA/VIAMÃO	722
		ABR	10	CAPA/PELOTAS	712
		ABR	100	SDR/RS	612
		MAI	2	INCRA	610
		MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA	600
		MAI	50	CAD/SMIC/PMPA	550
		MAI	50	COCEARGS	500
		JUN	50	COPTEC	450
		JUL	10	SFA/RS	440
		AGO	50	EXPONTER	390
RESTANTE (em 31/12/2011)					390

Tabela 14

CARTILHA					
SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		ABR	60	CAPA/PELOTAS	432
		ABR	10	IRGA/VIAMÃO	422
		MAI	100	EMATER/RS-ASCAR	322
		MAI	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	312
		MAI	10	COPTEC	302
		MAI	2	INCRA	300
		MAI	10	TERASUL/SANTA MARIA	290
		MAI	90	CAD/SMIC/PMPA	200
		MAI	50	COCEARGS	150
		JUN	30	COPTEC	120
		JUL	80	SFA/RS	40
		AGO	20	CAD/SMIC/PMPA	20
AGO	750	AGO	50	EXPONTER	720
		NOV	10	CPACT/EMBRAPA	710
RESTANTE (em 31/12/2011)					710



Tabela 15

RESUMO - CONTROLE DE MATERIAL				
Material	INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	RESTANTE
Adubos Verdes	700	0	685	15
Cartaz - O Olho Do Consumidor	500	0	442	58
Cartaz - Produto Orgânico	0	400	157	243
Chapéu	28	450	280	198
Escolha, Freguês!	0	1535	1260	275
Legislação	32	0	29	3
Mecanismos	517	375	632	260
Ocs	1545	450	1465	530
Folder - O Olho Do Consumidor	8860	16500	21190	4170
Cartilha - O Olho Do Consumidor	2165	4000	5985	180
Plano De Manejo Orgânico	0	680	415	265
Remédios Caseiros	80	0	70	10
Manual De Aplicação Do Selo	732	0	342	390
SPG	492	750	532	710

Desempenho Operacional:

Tabela – Metas Físicas

Produto	Previsto Inicial	Previsto Corrigido	Realizado
Unidade Controlada	213	130	129

Fonte: SIPLAN

Por oportuno informamos que a responsabilidade pelo lançamento as Unidades Controladas ligadas às OAC (Certificadoras e SPGs) em 2011 ficou com a Coordenação de Agroecologia - COAGRE, em Brasília., por conta disso, das 12.300 unidades que o MAPA deveria atingir até o final de 2011, 10.000 ficaram sob responsabilidade da COAGRE e 2.300 foram regionalizadas proporcionalmente ao informado no Censo Agropecuário IBGE de 2006.

Dessa forma, o previsto inicial que foi lançado no início do ano foi corrigido e lançado no programa pela COAGRE. A coluna "Previsto Corrigido" foi preenchida pelo Coordenador Executivo da Ação Estadual, estando, portanto, sob nossa responsabilidade, no nível da Superintendência, bem como a coluna "Realizado".

Por este motivo observamos a diferença entre a coluna "previsto inicial" e as demais colunas.

Em 2012 iremos alterar este formato, razão pela qual não podemos lançar, sozinhos, as metas previstas para o ano.

Em breve estaremos dialogando com a COAGRE e, a partir das metas nacionais e das possibilidades locais estaremos estabelecendo conjuntamente as metas para 2012.

Despesas Orçamentárias:

A tabela abaixo, informa os recursos financeiros liberados no PI CERTORGAN1 no exercício 2011 e a sua utilização, conforme natureza de despesa, no desenvolvimento das ações no RS.



Tabela – Despesas de Custeio

Natureza da Despesa	Solicitado	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	% Execução
Diárias	4.202,00	9.000,00	5.900,00	65,56%
Combustíveis	450,00	2.200,00	2.200,00	100%
Passagens	-	7.220,00	7.154,47	99,09%
Serv.Terceiros P. Física	5.100,00	4.900,00	2.161,20	44,11%
Apoio Administrativo	-	2.850,00	2.850,00	100%
Serv. Terceiros P. Jurídica	5.260,00	3.000,00	3.000,00	100%
Restituições	200,00	250,00	60,00	24%
Total	15.212,00	29.420,00	23.325,67	79,29%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Análise:

Os recursos liberados em fevereiro, bem como parte do liberado em maio, foram utilizados para viabilizar a participação dos colaboradores eventuais Romeu Matos Leite e Laércio Meirelles em reunião da CTAO, custeando diárias e passagens aéreas dos mesmos. Os recursos liberados em abril foram utilizados para viabilizar a participação dos colaboradores eventuais Leandro Venturin e Laércio Meirelles em reunião de assessoramento na estruturação do SPG da COCEARGS, custeando diárias dos mesmos. Os recursos liberados em maio foram utilizados para custear diárias e despesas de deslocamento em atividades de esclarecimento sobre os mecanismos de informação e controle da qualidade orgânica, de cadastramento da OCS Sul Ecológica e de fiscalização de produtor de insumos apropriados para a agricultura orgânica. Em junho foram liberados recursos para diária de servidor terceirizado que prestou apoio na participação da SFA e da CPOrg durante a Agroind Familiar - Feira Nacional de máquinas, equipamentos, produtos e serviços para a agroindústria familiar, em Lajeado, que neste ano contou com uma programação específica sobre produção orgânica e sua regulamentação. Em julho os recursos foram utilizados para viabilizar a participação de servidores na AGROIND, na publicação do edital para cadastramento das instituições da sociedade civil interessadas em compor a CPOrg e no pagamento de parte da despesa de salário de servidor terceirizado à serviço da CPOrg. Os recursos liberados em outubro foram utilizados para custeio de diárias e passagens aéreas para participação na reunião técnica nacional sobre os mecanismos de informação e controle da qualidade orgânica, dos servidores José Cleber Souza e Ângela Escosteguy e no pagamento de parte da despesa de salário de servidor terceirizado à serviço da CPOrg.

Os recursos financeiros liberados em novembro objetivaram apoiar a realização do primeiro encontro de gestores de SPGs gaúchos e o deslocamento de servidor em atividade de fiscalização. O Encontro alcançou plenamente seus objetivos e terá continuidade em 2012. Deste recursos uma parte expressiva foi devolvida à Brasília em razão de dificuldade local no empenho dos mesmos e a parcela que foi utilizada em diárias para o servidor José Cleber Souza acabou sendo devolvida, através de GRU, pois o mesmo teve problemas pessoais que o impediram de realizar a atividade programada.

Considerações Finais:

Como informado anteriormente 2011 marcou o início da vigência da legislação de orgânicos no Brasil. O RS é um estado que se destaca neste segmento, tanto por seu pioneirismo na proposição de formas sustentáveis de produzir alimentos como também pela ação da sociedade civil ligada a esta



temática, do que são exemplos as organizações de agricultores, especialmente os familiares e assentados da reforma agrária, e de consumidores.

No desenvolvimento das ações o MAPA tem se pautado pela priorização do diálogo e esclarecimento dos diversos segmentos que compõe a cadeia de produção/comercialização/consumo. Neste contexto a CPOrg/RS ganha destaque e relevância, por oportunizar a participação ativa e organizada das instituições da sociedade civil e governamentais (Prefeituras, Governo do Estado e Federal) nas discussões e formulações das ações de fomento, normatização e fiscalização da produção orgânica.

As informações dos diversos agentes (feirantes, gestores de redes de supermercados, donos de restaurantes, etc) e as estimativas divulgadas por diversas consultorias dão conta do expressivo e continuado crescimento da demanda por produtos com este atributo. Não obstante é possível observar um desconhecimento grande e uma relativa descrença do diferencial destes produtos por uma parcela significativa da sociedade e também internamente no MAPA.

Em termos conjunturais observamos que 2011 foi marcado também pelo que parece configurar uma “disputa” por corações e mentes dos consumidores e que “opõe” produtos convencionais e orgânicos.

As aspas são propositais pois, no nosso entendimento, este conflito reflete muito mais a resistência de segmentos fornecedores de insumos à agricultura ao crescimento de um outro modo de produção menos dependente de insumos externos, que é o caso dos sistemas orgânicos de produção, do que a posição dos próprios agricultores cada vez mais cientes dos limites do modeo de produção convencional.

Dois acontecimentos refletem bem este contexto:

1) Ocorreu em meados de 2011, na Europa, onde houveram uma série de intoxicações e, inclusive, mortes causadas por *E. coli*. As notícias divulgadas então informavam que a contaminação teria origem em uma fazenda de produção orgânica, na Alemanha e isto foi largamente divulgado em todo o mundo, inclusive no Brasil.

Posteriormente, em julho de 2011, a Autoridade Européia para a Segurança dos Alimentos divulgou um comunicado, do qual extraímos:

“relatório indica que a comparação das informações de rastreio dos surtos alemão e francês conduz à conclusão de que o elo comum mais provável é um lote de sementes de feno-grego importado do Egito, embora não seja de excluir que possam estar implicados outros lotes.”

Porém este comunicado não mereceu o mesmo destaque na imprensa.

2) Aconteceu no início de janeiro de 2012 quando a revista veja publicou uma matéria intitulada “A Verdade sobre os Agrotóxicos”. Tratava-se de uma clara reação ao relatório divulgado pela ANVISA no final de 2010. Na matéria, além de defender a segurança dos alimentos produzidos com a utilização dos agrotóxicos, é colocado em xeque toda a ação governamental implementada pelo MAPA. relativa a garantia da identidade e qualidade dos produtos orgânicos.

Para além destes conflitos entendemos que a função precípua do MAPA seja se estruturar adequadamente afim de que possa continuar garantindo a identidade e qualidade dos produtos orgânicos, estimulando a adoção de sistemas sustentáveis de produção de alimentos, poupadore de água, energia e insumos externos, valorizando o agricultor e suas comunidade e promovendo melhor qualidade de vida no campo e na cidade.

Neste sentido uma maior atenção em termos de dotação orçamentária e de



recursos humanos e materiais em muito contribuirá para que o MAPA possa continuar atuando de forma qualificada e no ritmo e velocidade que este segmento tem crescido.



Ação:

**8606 – Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico.
DESENORG**

Tipo:

Atividade.

Produto:

Pessoa Beneficiada.

**Especificação
do produto:**

Produtores rurais, processadores, técnicos, consumidores e outras pessoas que de alguma maneira se beneficiarão com as ações desenvolvidas.

Finalidade:

Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização de conhecimentos e a capacitação de técnicos e produtores rurais no que se refere à geração ou adaptação de tecnologias e processos de produção orgânica, além da gestão do empreendimento; Articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais setores envolvidos com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e aplicação de produtos e processos fundamentados em princípios agroecológicos.

Descrição:

Ampliação do número de técnicos capacitados a da assistência aos produtores para a inserção no sistema orgânico de produção, bem como aos demais agentes da cadeia de produção orgânica sobre os procedimentos que são necessários à produção, processamento, embalagem, estocagem, transporte e comercialização dos produtos orgânicos; promoção do acesso a informação, capacitação e treinamento em sistemas orgânicos de produção agropecuária, conjugando técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água; promoção e apoio a eventos que possibilitem a divulgação dos produtos orgânicos brasileiros para ampliação de sua colocação no mercado interno e externo; Promoção do acesso ao crédito, com características diferenciadas, que considere as particularidades do sistema de produção orgânica, principalmente no aspecto referente a produtores em processo de conversão do sistema convencional para o orgânico; divulgação sobre o que é o produto orgânico e como funciona o sistema de certificação brasileiro; fomento e ampliação do acesso a insumos e equipamentos apropriados ao desenvolvimento da agricultura orgânica entre eles a de material genético com características selecionadas para uma maior resposta ao manejo orgânico; Realização ou participação de campanhas, mostras e exposições, bem como elaboração e divulgação de materiais impressos e audiovisuais; Articulação de iniciativas para formação de consórcios, núcleos e incubadoras de empresas de base tecnológica e outros arranjos similares, para viabilizar ações de desenvolvimento ou de exploração de novas oportunidades para o agronegócio de alimentos orgânicos.

Detalhamento:

Implementação de projetos de acordo com as prioridades definidas para cada unidade da federação pelas Comissões da Produção Orgânica de cada UF e em consonância com as prioridades estabelecidas com os demais parceiros. Os projetos serão executados diretamente pela Coordenação de Agroecologia, pelas Superintendências Federais de Agricultura, ou por meio de contratos ou convênios com outras instituições.

Para a aplicação dos mecanismos de garantia da qualidade orgânica serão realizados:



O credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos orgânicos no âmbito do Ministério da Agricultura, tais como alimentos, bebidas e insumos; supervisão e orientação dos órgãos responsáveis pelo cadastramento e fiscalização dos produtores orgânicos não certificados; fiscalização do comércio de produtos clandestinos ou falsificados; capacitação de recursos humanos para a fiscalização e auditorias; e implantação e manutenção de sistema de informações sobre entidades certificadoras, produtores e produtos. Em paralelo à regulamentação e implementação das ações para a certificação e fiscalização da produção orgânica deverão estar sendo desenvolvidas ações de pesquisa, desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias que venham a melhorar a capacidade produtiva e a qualidade e diversidade de produtos em conformidade com os padrões de produto orgânico para que possam ser certificados. A promoção, divulgação e esclarecimento ao público sobre as normas para a produção de produtos orgânicos e sobre sua certificação deverão ter início assim que o sistema de certificação esteja implantado.

Unidade

Responsável:

COAGRE/CGDS/DEPROS/SDC.

**Coordenador da
Ação Nacional:**

Rogério Pereira Dias.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Responsável no

Sandra Machado – José Cleber Dias de Souza

Estratégia da Ação:

Os Sistemas orgânicos de produção agropecuária tem experimentado sensível aumento na demanda por seus produtos, fruto de hábitos alimentares cada vez mais saudáveis e, de forma geral, a uma maior conscientização de parte de agricultores e consumidores.

Coube ao MAPA a tarefa de estruturar um sistema confiável que seja capaz de informar e assegurar a qualidade dos produtos agropecuários orgânicos e ao mesmo tempo implementar ações que estimulem e viabilizem a implementação destes sistemas de produção.

O PI DESENRORG tem por finalidade aumentar a oferta de insumos e de tecnologias apropriados aos sistemas orgânicos de produção agropecuária, que atendam as especificações estabelecidas pela regulamentação nacional; viabilizar na cadeia de produção orgânica a socialização dos conhecimentos e a capacitação de técnico e produtores rurais no que se refere a geração ou adaptação de tecnologias e processos e na gestão dos empreendimentos de produção/processamento/comercialização. Também visa articular e aproximar os diferentes agentes da rede de produção orgânica e demais segmentos relacionados com o desenvolvimento sustentável do meio rural, para otimizar e viabilizar a integração de ações que fomentem a organização do setor, o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias e processos fundamentados em princípios agroecológicos.

**Atividades
Desenvolvidas:**

As ações desenvolvidas tiveram como referencial o PPA 2008/2011, as orientações emitidas pela Coordenação de Agroecologia e o planejamento efetuado no âmbito da Comissão estadual da Produção Orgânica - CPOrg/RS. Resumidamente o esforço se concentrou no apoio a organização de OCS e SPGs, na capacitação de técnicos e agricultores, integração com os três núcleos de agroecologia do RS, regularização da CPOrg/RS, implantação de núcleos do Programa Banco comunitário de Sementes de



Adubos Verdes.

Descrevemos a seguir as principais ações realizadas, distribuindo-as conforme o mês de realização:

Janeiro:

Discutimos e acordamos com a Associação de Agricultores do Assentamento Itapuí a reativação da feirinha das quartas feiras no MAPA. No dia 05/01 realizamos um almoço festivo na SFA/RS onde foram entregues as Declarações de cadastramento da OCS Porto Alegre/Viamão e dos 13 agricultores vinculados. Reunimos com o Professores do Instituto de Biociências da UFRGS, estudantes e agricultores onde discutimos a legislação para sucos de frutas nativas, apoio a atividades de formação e publicações do grupo.

Fevereiro:

No dia 04 participamos em Jaguarão, juntamente com o Superintendente do lançamento do Programa de Pecuária Orgânica da Zona Sul do RS. Este programa envolve 22 municípios, Sindicato de Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais, Emater, Embrapa Clima Temperado, Associação dos Municípios da Zona Sul do RS, entre outras entidades. Nos dias 24 e 25 participamos da abertura da colheita de arroz em Camaquã e levamos material e informações sobre produção orgânica, no estande da Superintendência, local por onde passaram ao menos 1500 pessoas das 6000 que participaram do evento.

Março:

Iniciamos o mês realizando a primeira reunião do ano da CPOrg/RS e começamos o trabalho relativo a implantação das espécies de inverno no Programa BCSAV instruímos processo para aquisição de sementes no RS, mas acabamos obtendo as sementes junto a SFA/SC. Participamos de reunião da Caravana Copa orgânica, onde fizemos esclarecimentos relativos a legislação brasileira de orgânicos. Também apoiamos e participamos junto com o Superintendente e autoridades estaduais da abertura da colheita do arroz orgânico dos Assentamentos do RS e da Expodireto COTRIJAL em Não me Toque, com material e informações sobre produção orgânica. No final deste mês participamos da inauguração da feira agroecológica de Viamão.

Abril:

Participamos da plenária mensal da OPAC Porto Alegre/Viamão, realizamos a reunião extraordinária de planejamento da CPOrg/RS, continuamos as tratativas relativas a distribuição de sementes do BCSAV e da Semana do Alimento Orgânico.

Maio:

Participamos da reunião de organização da Agroind Familiar – Feira Nacional de máquinas, equipamentos, produtos e serviços para a agroindústria familiar, em Lajeado, que em 2011 destacou na sua programação o tema orgânicos, em conjunto com a ABRASEL/RS, Secretaria de Turismo de Porto Alegre, e Associações de Agricultores participamos do Festival Brasil Sabor 2011/RS que destacou os produtos e os agricultores orgânicos da região metropolitana de Porto Alegre, da primeira reunião preparatória do XII Seminário Estadual e XI Seminário Internacional de Agroecologia, da organização e do almoço dos agricultores, pessoas e instituições relacionadas com a produção orgânica com o Governador do RS, com o grupo gestor do pavilhão da Agricultura Familiar da EXPOINTER com o objetivo de viabilizar um espaço dos produtos orgânicos. Realizamos



reunião ordinária da CPOrg e acordamos com a Embrapa Clima Temperado e FAPEG o apoio na operacionalização da Semana do Alimento Orgânico 2011. Publicamos a Portaria SFA/RS/MAPA nº 081, que regularizou a CPOrg/RS no período 2009/2011.

Iniciamos os eventos da Semana do Alimento Orgânico, onde participamos de atividades em Santa Maria e Porto Alegre

Junho:

Palestramos no Seminário Agricultura familiar e certificação na UFPel, no Seminário Sementes Patrimônio da Humanidade em Tenente Portela e no Encontro dos Professores do Ensino técnico agrícola do RS e SC. Participamos de reuniões com a OCS Ferrabraz, preparatória do XII Seminário Estadual e XI Seminário Internacional de Agroecologia e com professor Cícero Genro da UFSM. Promovemos o conserto das bancas de exposição de orgânicos, entregamos as sementes do Programa BCSAV e definimos a programação e a participação da temática de orgânicos na Agroind. Finalizamos a Semana do Alimento Orgânico com o recebimento dos relatórios dos eventos apoiados. Neste ano foram realizadas 79 eventos que envolveram um público direto de 35519 pessoas, além de um público estimado em 420000 pessoas através de matérias e entrevistas em jornais, rádio e televisão.

Julho:

Realizamos a reunião da CPOrg/RS que compôs a programação da AGROIND, participamos do Seminário frutas nativas PGDR/UFRGS , de reuniões da Câmara temática de meio ambiente e sustentabilidade do comitê organizador da Copa 2014 – Copa orgânica, com a FIERGS e SEBRAE sobre o mapeamento do setor orgânicos/RS, em conjunto com técnicos da Emater/RS, Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo, COPTEC, COCEARGS visitamos estabelecimentos produtores em transição e orgânico em Viamão e Novo Hamburgo, respectivamente, de reunião de planejamento do IRGA em Palmares do Sul. Publicamos o edital para composição da CPOrg/RS para o período 2011/2013.

Agosto:

Participamos de reunião da copa orgânica, com a OCS Ferrabraz, com a Universidade Federal do Pampa, campus de Bagé, com o Instituto Federal Sul Riograndense, campus Bagé, com a Emater e com a Prefeitura de Bagé, onde encaminhamos trabalho conjunto para implantação de hortas escolares orgânicas e fornecimento de produtos locais e orgânicos na merenda escolar, reunimos com a Diretoria do Sindicato dos hotéis, restaurantes, bares e similares de Porto Alegre, visando a comercialização de produtos orgânicos, especialmente durante a copa do mundo. Encaminhamos material para o curso de formação da Escola Fé, Política e Trabalho, realizamos a Assembléia das Instituições da sociedade civil para constituição da CPOrg/RS para o período 2011/13, na qual foram definidas as 10 Instituições titulares e as 10 suplentes bem como avalizado o processo de indicação das 17 governamentais. Iniciamos o processo para a aquisição de sementes de leguminosas de verão no Programa BCSAV.

Setembro:

Preparamos e participamos da reunião técnico gerencial BCSAV, expomos e participamos da BIONAT – EXPO, da plenária estadual de núcleos da rede Ecovida finalizamos a Portaria da CPOrg-RS período 2011/13 para publicação e realizamos a reunião ordinária da CPOrg/RS na casa do MAPA durante a EXPOINTER.



Outubro:

Expomos e participamos da BIONAT – EXPO, realizamos a reunião da CPOrg na Feira de Sementes crioulas de Canguçu, palestramos na Semana Acadêmica da Agronomia da UFRGS, participamos de reunião para estruturação de um SPG/OPAC no litoral norte, da inauguração da UBS de arroz orgânico e de reunião de estruturação do Programa Estadual de Agricultura de Base Ecológica, apoiamos e participamos da 6ª Reunião Técnica Estadual de Plantas Bioativas, da audiência pública sobre os 22 anos da Feira Ecológica da José Bonifácio. Palestramos no XVI Encontro Nacional sobre Metodologias para Laboratório promovido pela EMBRAPA, em Bento Gonçalves, na Jornada Técnica sobre Transição Agroecológica em Ijuí. Publicação da Portaria 354/2011 no DOU, de constituição da CPOrg/RS, para o período 2011/13

Novembro:

Palestramos na capacitação em pecuária orgânica promovido pela Emater em Jaguarão. Participamos do XII Seminário estadual e XI Seminário internacional de Agroecologia e do encontro do programa BCSAV, em conjunto com a SDR e a Emater/RS estruturamos o curso “Homeopatia e Visão Sistêmica da Saúde dos Animais” e distribuímos as sementes do Programa BCSAV em Tenente Portela, Porto Alegre e Maquiné

Dezembro:

Em conjunto com a Emater e a SDR realizamos o Curso homeopatia e visão sistêmica de saúde dos animais, realizamos reunião extraordinária da CPOrg/RS. Participamos de almoço com o núcleo de avicultura orgânica da Associação Rural de Viamão e realizaremos a reunião de gestores de SPGs gaúchos.

Além destas atividades também distribuímos material instrucional impresso a diversas instituições do RS, sempre direcionando para aquelas que tenham efetivo trabalho em agroecologia. Os materiais foram elaborados em linguagem acessível e com foco nos diversos segmentos que compõe a cadeia de produção de alimentos orgânicos. A relação das instituições está expressa a seguir:

Tabela 1

CARTILHA						
ADUBOS VERDES						
					Inicial	700
Entrada	Saída		Destino		Disponível	
Mês	Qtde	Mês	Qtde	Instituição	Unidade	
	0	MAR	10	IRGA/VIAMÃO	690	
	0	ABR	10	IRGA/VIAMÃO	680	
	0	MAI	200	EMATER/RS-ASCAR	480	
	0	MAI	80	SEAPPA - SDR	400	
	0	MAI	100	FEPAGRO	300	
	0	MAI	100	CAPA/PELOTAS	200	
	0	MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA	190	
	0	MAI	50	CAD/SMIC/PMPA	140	
	0	JUN	40	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA	100	



Tabela 1 – Continuação

CARTILHA				
ADUBOS VERDES				
			Inicial	700
	0	JUL	50	SFA/RS
	0	NOV	10	CAD/SMIC/PMPA
	0	NOV	10	ANAMÁ/MAQUINÉ
	0	NOV	15	PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE PORTELA
RESTANTE (em 31/12/2011)				15

Tabela 2

CARTAZ					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
			INICIAL	DISPONÍVEL	
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		ABR	50	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	450
		ABR	50	CAPA/PELOTAS	400
		ABR	20	SEAPPA/RS	380
		MAI	180	EMATER/RS-ASCAR	200
		MAI	6	COPTEC	194
		MAI	20	CPACT/EMBRAPA	174
		MAI	40	TERRASUL/SANTA MARIA	134
		MAI	6	IRGA/VIAMÃO	128
		MAI	25	COCEARGS	103
		MAI	10	COPTEC	93
		JUL	25	SFA/RS	68
		SET	10	UVAGRO BAGÉ	58
RESTANTE (em 31/12/2011)				58	

Tabela 3

CARTAZ					
PRODUTO ORGÂNICO					
			INICIAL	0	
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
MAI	400	MAI	10	COOPERATIVA ARCOOIRIS	390
		MAI	10	COPTEC	380
		MAI	20	SDR/RS	360
		JUN	42	IRGA/VIAMÃO	318
		JUN	20	CPACT/EMBRAPA	298
		JUN	20	FACAGRP/UFRGS	278
		JUL	25	SFA/RS	253
		SET	10	UVAGRO BAGÉ	243
RESTANTE (em 31/12/2011)				243	



Tabela 4

CHAPÉU					
PRODUTO ORGÂNICO					
			INICIAL		28
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
MAI	450	MAI	15	VER COM JOSE CLEBER	463
		MAI	25	COPTEC	438
		MAI	10	NEJ/RS	428
		MAI	20	SDR/RS	408
		JUN	20	ASSOCIAÇÃO RURAL DE VIAMÃO	388
		JUN	20	COCEARGS	368
		JUN	15	CAPA PELOTAS	353
		JUN	15	OCS SUL ECOLÓGICA	338
		JUN	15	UNAIC	323
		JUN	15	ARPASUL	308
		JUN	20	REDE ECOVIDA	288
		JUN	15	OCS ARCOOIRIS	273
		JUN	7	SFA/RS	266
		JUN	3	INCRA/RS	263
		JUN	10	P. M. TENENTE PORTELA	253
		JUN	20	CPACT/EMBRAPA	233
		JUN	20	FACAGRO/UFRGS	213
		OUT	10	CPNUV/EMBRAPA	203
		DEZ	5	ASSOCIAÇÃO RURAL DE VIAMÃO	198
RESTANTE (em 31/12/2011)					198

Tabela 5

CARTILHA					
ESCOLHA, FREGUÊS					
			INICIAL		0
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
JUN	1260	JUN	50	APAECO	1210
		JUN	50	COPTEC	1160
		JUN	100	FEPAGRO	1060
		JUN	20	PUC/RS	1040
		JUN	200	CERES/SANTA CRUZ DO SUL	840
		JUL	20	COPTEC	820
		JUL	300	AGROIND	520
		AGO	100	EXPINTER	420
		AGO	100	FAC. NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	320
SET	275	SET	50	UVAGRO BAGÉ	545
		SET	50	PÃO DOS POBRES	495
		SET	220	BIONAT	275
RESTANTE (em 31/12/2011)					275



Tabela 6

CARTILHA					
MECANISMOS DE CONTROLE PARA GARANTIA DA QUALIDADE ORGÂNICA					
					INICIAL
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		ABR	10	CAPA/PELOTAS	507
		ABR	10	IRGA/VIAMÃO	497
		MAI	100	EMATER/RS-ASCAR	397
		MAI	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	387
		MAI	2	INCRA	385
		MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA	375
		MAI	200	CAD/SMIC/PMPA	175
		JUL	50	AGROIND	125
		JUL	30	AGROIND	95
AGO	250	AGO	20	CAD/SMIC/PMPA	325
		AGO	50	EXPONTER	275
		AGO	100	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	175
SET	125	OUT	30	CPACT/EMBRAPA	270
		NOV	10	CPUV/EMBRAPA	260
RESTANTE (em 31/12/2011)					260

Tabela 7

LIVRO					
LEGISLAÇÃO					
					INICIAL
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAI	2	INCRA	30
		MAI	1	IRGA/VIAMÃO	29
		MAI	2	COPTEC	27
		MAI	4	SEAPPA	23
		SET	3	UVAGRO BAGÉ	20
		SET	10	CPACT/EMBRAPA	10
		DEZ	7	SFA/RS	3
RESTANTE (em 31/12/2011)					3



Tabela 8

CARTILHA					
OCS					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	15	IRGA/VIAMÃO	1530
		ABR	40	CAPA/PELOTAS	1490
		ABR	10	IRGA/VIAMÃO	1480
MAI	225	MAI	500	EMATER/RS-ASCAR	1205
		MAI	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	1195
		MAI	100	FEPAGRO	1095
		MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA	1085
		MAI	50	CAD/SMIC/PMPA	1035
		MAI	100	COPTEC	935
		JUN	50	PREFEITURA MUNICIPAL DE VIAMÃO	885
		JUN	50	CÂMARA DOS VEREADORES DE VIAMÃO	835
		JUL	230	SFA/RS	605
AGO	225	AGO	50	CAD/SMIC/PMPA	780
		AGO	200	EXPOINTER	580
		AGO	40	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	540
		NOV	10	CPACT/EMBRAPA	530
RESTANTE (em 31/12/2011)					530

Tabela 9

FOLDER					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	300	IRGA/VIAMÃO	8560
		ABR	3000	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	5560
		ABR	1000	CAPA/PELOTAS	4560
		ABR	300	SDR/RS	4260
MAI	8000	MAI	2000	EMATER/RS-ASCAR	10260
		MAI	50	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	10210
		MAI	10	COPTEC	10200
		MAI	800	FACAGRO/UFRGS	9400
		MAI	300	ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA	9100
		MAI	300	CPACT/EMBRAPA	8800



Tabela 9 – Continuação

FOLDER					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
				INICIAL	
		MAI	600	SES/CAVG/PMPA	8860
		MAI	1000	TERRASUL/SANTA MARIA	8200
		MAI	1000	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	7200
		MAI	200	CAD/SMIC/PMPA	6200
		MAI	200	IRGA/VIAMÃO	6000
		MAI	250	COCEARGS	5750
		MAI	300	SDR/RS	5450
		MAI	100	COPTEC	3450
		MAI	50	NEJ/RS	3350
JUN	4000	JUN	250	CÂMARA DOS VEREADORES DE VIAMÃO	3300
		JUN	4000	CPACT/EMBRAPA	7050
JUL	500	JUL	1150	SFA/RS	3050
AGO	4000	AGO	2.000	EXPOINTER	2400
		SET	200	UVAGRO BAGÉ	4400
		NOV	30	CPACT/EMBRAPA	4200
				RESTANTE (em 31/12/2011)	4170

Tabela 10

CARTILHA					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
				INICIAL	
ENTRADA	SAÍDA		DESTINO	DISPONÍVEL	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	50	IRGA/VIAMÃO	2115
		ABR	400	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	2115
		ABR	500	CAPA/PELOTAS	1715
		ABR	200	SDR/RS	1215
MAI	2000	MAI	500	EMATER-RS/ASCAR	1015
		MAI	25	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	2515
		MAI	10	COPTEC	2490
		MAI	200	FACAGRO/UFRGS	2480
		MAI	200	ASSOCIAÇÃO AGROECOLÓGICA	2280
		MAI	100	FEPAGRO	2080
		MAI	200	CAPA/PELOTAS	1980
		MAI	50	SES/CAVG/PMPA	1780
		MAI	100	TERRASUL/SANTA MARIA	1730
		MAI	400	CAPA/SANTA CRUZ DO SUL	1630
		MAI	100	IRGA/VIAMÃO	1230
		MAI	100		1130



Tabela 10 – Continuação

CARTILHA					
O OLHO DO CONSUMIDOR					
		INICIAL			
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
		MAI	100	SES/CAVG/PMPA	2165
		MAI	150	COCEARGS	1030
		MAI	100	COPTEC	880
		MAI	25	NEJ/RS	780
JUN	1200	JUN	150	CÂMARA DOS VEREADORES DE VIAMÃO	755
		JUN	30	AGRÔNOMIA - UPF	1805
		JUN	20	PUC/RS	1775
		JUN	800	EMBRAPA CT	1755
		JUN	400	CEREST SANTA CRUZ DO SUL	955
		JUL	25	COPTEC	555
		JUL	230	SFA/RS	530
AGO	800	AGO	600	DIOCESE CAXIAS	300
		AGO	100	FACULDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA	200
		SET	150	UVAGRO BAGÉ	190
		SET	50	PÃO DOS POBRES	180
		OUT	10	CPUV/EMBRAPA	180
		NOV	10	CPACT/EMBRAPA	180
RESTANTE (em 31/12/2011)					180

Tabela 11

CADERNO					
PLANO DE MANEJO ORGÂNICO					
		INICIAL			
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	DISPONÍVEL
SET	680	OUT	320	SPG REDE ECOVIDA	0
		OUT	80	OCS SUL ECOLÓGICA	360
		SET	5	CPNUV/EMBRAPA	280
		SET	10	CPACT/EMBRAPA	275
RESTANTE (em 31/12/2011)					265

Tabela 12

CARTILHA					
REMÉDIOS CASEIROS					
		INICIAL			
ENTRADA		SAÍDA		DESTINO	
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	DISPONÍVEL
		ABR	5	IRGA/VIAMÃO	80
		MAI	30	SDR/RS	75
		MAI	30	CAPA/PELOTAS	45
		DEZ	5	SFA/RS	15
RESTANTE (em 31/12/2011)					10



Tabela 13

CARTILHA					
MANUAL DE APLICAÇÃO DO SELO					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		MAR	10	IRGA/VIAMÃO	722
		ABR	10	CAPA/PELOTAS	712
		ABR	100	SDR/RS	612
		MAI	2	INCRA	610
		MAI	10	TERRASUL/SANTA MARIA	600
		MAI	50	CAD/SMIC/PMPA	550
		MAI	50	COCEARGS	500
		JUN	50	COPTEC	450
		JUL	10	SFA/RS	440
		AGO	50	EXPONTER	390
RESTANTE (em 31/12/2011)					390

Tabela 14

CARTILHA					
SISTEMAS PARTICIPATIVOS DE GARANTIA					
					INICIAL
ENTRADA	SAÍDA	DESTINO			DISPONÍVEL
MÊS	QTDE	MÊS	QTDE	INSTITUIÇÃO	UNIDADE
		ABR	60	CAPA/PELOTAS	432
		ABR	10	IRGA/VIAMÃO	422
		MAI	100	EMATER/RS-ASCAR	322
		MAI	10	PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE	312
		MAI	10	COPTEC	302
		MAI	2	INCRA	300
		MAI	10	TERASUL/SANTA MARIA	290
		MAI	90	CAD/SMIC/PMPA	200
		MAI	50	COCEARGS	150
		JUN	30	COPTEC	120
		JUL	80	SFA/RS	40
		AGO	20	CAD/SMIC/PMPA	20
AGO	750	AGO	50	EXPONTER	720
		NOV	10	CPACT/EMBRAPA	710
RESTANTE (em 31/12/2011)					710



Tabela 15

RESUMO - CONTROLE DE MATERIAL				
Material	INICIAL	ENTRADA	SAÍDA	RESTANTE
Adubos Verdes	700	0	685	15
Cartaz - O Olho Do Consumidor	500	0	442	58
Cartaz - Produto Orgânico	0	400	157	243
Chapéu	28	450	280	198
Escolha, Freguês!	0	1535	1260	275
Legislação	32	0	29	3
Mecanismos	517	375	632	260
Ocs	1545	450	1465	530
Folder - O Olho Do Consumidor	8860	16500	21190	4170
Cartilha - O Olho Do Consumidor	2165	4000	5985	180
Plano De Manejo Orgânico	0	680	415	265
Remédios Caseiros	80	0	70	10
Manual De Aplicação Do Selo	732	0	342	390
SPG	492	750	532	710

Desempenho Operacional:

Tabela – Metas Físicas

Produto	Previsto Inicial	Previsto Corrigido	Realizado
Pessoa Beneficiada	2.500	19.810	19.810

Fonte: SIPLAN

Por oportuno informamos que a responsabilidade pelo lançamento do indicador “Pessoa beneficiada” em 2011 ficou com a Coordenação de Agroecologia - COAGRE, em Brasília. Dessa forma a COAGRE lançou o previsto inicial, no início do ano no programa. A coluna "Previsto Corrigido" foi preenchida pelo Coordenador Executivo da Ação Estadual, estando, portanto, sob nossa responsabilidade, no nível da Superintendência, bem como a coluna “Realizado”.

Os expressivos resultados alcançados em 2011 deveram-se acima de tudo ao excelente diálogo e articulação com instituições governamentais e da sociedade civil, que permitiu, mesmo em ano de corte de recursos potencializar as ações.

Em 2012 iremos operar no mesmo formato, razão pela qual não podemos lançar, sozinhos, as metas previstas para o ano.

Em breve estaremos dialogando com a COAGRE e, a partir das metas nacionais e das possibilidades locais estaremos estabelecendo conjuntamente as metas para 2012.

Despesas Orçamentárias:

A tabela abaixo, informa os recursos financeiros liberados no PI DERENORG no exercício 2011 e a sua utilização, conforme natureza de despesa, no desenvolvimento das ações no RS.



Tabela – Despesas de Custeio

Natureza da Despesa	Solicitado ¹	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	% Execução
Diárias	-	1.265,50	1.265,50	100%
Combustíveis	-	2.092,15	2.092,15	100%
Sementes, Mudas de plantas e Insumos	-	5.407,85	5.407,85	100%
Passagens	-	700,00	700,00	100%
Diárias Colaboradores Eventuais	-	3.000,00	2.432,55	81,09%
Apoio Administrativo	-	950,00	950,00	100%
Exposições, Congressos e Conferências	-	11.500,00	11.500,00	100%
Restituições	-	200,00	42,00	21%
Total	-	25.115,50	24.390,05	97,11%

¹Valores não informados pelo DPDAG

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações Finais:

As ações desenvolvidas demonstram o alcance que vem tendo o Pró-Orgânico no RS. Evidentemente que isto vem num crescendo e tem a contribuição de colegas, atuais e passados, do MAPA, de outros ministérios e instituições do Governo Federal (MDA, Embrapa, INCRA, etc), prefeituras, Secretarias e instituições do Governo Estadual (SDR, SEAPA, IRGA, FEPAGRO), Instituições de ensino (UFRGS, UFSM, IFs, etc) mas tem sobretudo o trabalho e a organização dos agricultores e instuições de assistência técnica e assessoramento. Cabe destacar o trabalho realizado pela Rede Ecovida de Agroecologia e pela Cooperativa Central dos Assentamentos do RS, pelo alcance em termos de famílias de agricultores, de área cultivada, de inovação e, sobretudo, pela convicção dos limites do atual modelo dominante de fazer agricultura e clareza da necessidade de construir um sistema novo.

Continuaremos atuando em constante diálogo e sintonia com as instituições que compõe a CPOrg/RS, com a nossa Coordenação nacional e as demais parcerias afim de que a produção orgânica, a consciência dos consumidores e a demanda por estes produtos possam continuar aumentando.

Consideramos importante contarmos com a dedicação de, no mínimo, mais um FFA afim de que as ações de fomento, de fiscalização e de apoio à normatização possam ser desenvolvidas de forma satisfatória.

⁴Fonte: Área de Orgânicos – Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA-RS



Ação: 8938 – Inspeção e Fiscalização de produtos de Origem Animal.

INSPANIMAL3

Tipo: Atividade.

Produto: Estabelecimento Ispencionado.

Especificação do produto: Alimentos inspecionados com garantia da qualidade e inocuidade.

Finalidade: Garantir a segurança higiênico-sanitária e tecnológica, a identidade e qualidade dos produtos e subprodutos de origem animal.

Descrição: A) Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de leite, pescado, ovos, mel, cera de abelha e outros produtos apícolas, coalhos, margarinas, produtos derivados e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não-comestíveis, adicionados ou não de produtos vegetais, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação;
B) Fiscalização dos produtos acabados (industriais) e dos estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida;

C) Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para a garantia da qualidade dos produtos de origem animal, baseados nos princípios gerais do Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC) e seus pré-requisitos Boas Práticas de Fabricação (BPF) e Procedimentos-Padrão de Higiene Operacional (PPHO) e Sistema de Análise de Risco nos processos de produção, beneficiamento, armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, supervisões, auditorias e rastreamento do sistema; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas;

D) Classificação e tipificação de produtos de origem animal destinados ao comércio interestadual ou internacional e certificação de produtos com qualidade diferenciada.

Detalhamento:

Realizar atividades descentralizadas relativas ao controle, inspeção e à fiscalização dos produtos de origem animal, e de forma direta para proposição de leis, decretos, normas e regulamentos sobre o setor.

Unidade

Responsável: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal – CGI/DIPOA.

Coordenador da

Ação Nacional: Luiz Carlos de Oliveira.

Unidade Executora:

Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal – SIPOA/DDA/SFA-RS.

Responsável no
âmbito da UJ:

Marco Antonio Rodrigues dos Santos.

Estratégia da Ação:

As ações de inspeção e fiscalização sanitária e industrial dos produtos e derivados de origem animal são de caráter indelegável, de competência do Governo Federal, sendo assim, a execução do programa dar-se-á de forma direta, através do corpo fiscal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam aquelas



atividades.

Os recursos repassados, em 2011, não atenderam a 100% do programado para execução dos objetivos a fim de atender as metas do SIPA/RS, em virtude do contingenciamento dos recursos estabelecidos pelo governo, metas estas, que muitas vezes foram emergenciais, tais como, acompanhamento de missões estrangeiras que mudaram de roteiro, incluindo o RS, ou auditorias para re-inclusões de estabelecimentos em listas de exportadores, auditorias nacionais programadas pelo DIPOA em Brasília, enfim houve várias emergências que fizeram com que alterássemos o programa de 2011.

Sendo que tivemos a cada mês, fazer nova programação pleiteando recursos para atendimento das metas do próximo mês.

Quanto a recursos humanos, temos deficiência de 73 FFA's e de 1.429 AISIPOA's, para uma lotação ideal.

Cabe-nos salientar que o Rio Grande do Sul possui um faturamento de 10,5 bilhões de reais destinados ao mercado interno, e 1,003 bilhões de dólares destinados ao mercado de exportação internacional.

O número de trabalhadores nos estabelecimentos com SIF, envolvidos diretamente é de 261.890 pessoas e indiretamente é de 1.594.500 pessoas.

Utilizamos o financeiro deste PI nas diversas ações de inspeção e fiscalização do SIPOA/SFA/RS.

Incluímos neste valor de recursos recebidos do DIPOA, as constantes emissões de ordens de serviços pelo SIPOA/RS para viagens de servidores à serviço do próprio DIPOA.

Responsabilidade Institucional:

O Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal - SIPOA tem amparo regimental no âmbito do Governo Federal, na Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e Abastecimento e tem como objetivo garantir a qualidade e segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos e subprodutos de origem animal destinados aos consumidores.

O Serviço de Inspeção Federal, SIF, coordenado no RS pelo SIPOA, tem sob responsabilidade o controle higiênico-sanitário e tecnológico das empresas que realizam comércio interestadual e internacional de produtos de origem animal “in natura” e industrializados. Estão ainda sob a égide do Serviço, as análises prévias para registro de novos estabelecimentos, aprovando plantas, instalações e equipamentos, bem como a apreciação de processos e rótulos de produtos.

As atividades de inspeção “ante e post-mortem” dos animais de açougue e as realizadas nas plataformas de recebimento de leite cru exigem mão-de-obra especializada, metodologia de trabalho previamente definida e critérios de julgamentos dos dados de inspeção fundamentados em bases científicas bem como controles laboratoriais. Para o correto exercício destas ações é fundamental que as atividades de inspeção “ante e post-mortem” sejam executadas em momentos precisos do processo de abate, sob pena de comprometer a almejada garantia da qualidade dos produtos obtidos. Também, por ser uma atividade altamente restritiva, que acarreta elevadas perdas econômicas ao segmento industrial, deve ser executada com independência e transparéncia, única forma de se alcançar desejados ganhos sociais, impedindo a transmissão de zoonoses e protegendo a saúde pública. Esta é razão pela qual, em todo o mundo, a inspeção sanitária dos alimentos é uma atribuição do poder público.

As competências regimentais do SIPOA/RS seguem o mesmo princípio do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal que foram



regulamentadas pela Portaria nº 45/2007, de 22.03.07, publicada no DOU de 23.03.07, descritas abaixo.

Portaria nº 428, de 09 de Junho de 2010 – Publicado no Diário Oficial da União de 14/06/10, seção 1, Pg.38:

Art. 18 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) inspeção ante-mortem e post-mortem de animais de açougue;
- b) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que procedem ao abate de animais de açougue e que industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matériasprimas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, destinados ao comércio interestadual e internacional;
- c) fiscalização da classificação de matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal, bem como da tipificação de carcaças;
- d) inspeção higiênico-sanitária e tecnológica dos produtos, subprodutos e derivados de origem animal, inclusive resíduos de valor econômico, destinados ao comércio interestadual e internacional;
- e) reinspeção e fiscalização de produtos de origem animal no comércio varejista e atacadista, quando couber; e
- f) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - orientar, controlar e auditar os acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção sanitária de produtos de origem animal;

III - promover, orientar, e controlar a emissão de certificados, quando destinados ao comércio interestadual ou internacional de produtos e derivados de origem animal processados em estabelecimentos registrados;

IV - instruir processos para fins de registro e apresentar pareceres conclusivos sobre:

- a) produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal; e
- b) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem animal;

V - colher amostras de produtos, subprodutos, derivados, resíduos e materiais de valor econômico de origem animal, para fins de análise fiscal, controle e registro;

VI - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de pessoal técnico para o desempenho de atividades relacionadas à tipificação de carcaças e à classificação de animais e de produtos de origem animal;

VII - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

VIII - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem animal desempenhadas junto aos estabelecimentos que abatem animais, industrializam, beneficiam, manipulam, fracionam e embalam matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados de origem animal;

IX - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem animal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no



que diz respeito às atividades de competência;

X - coletar, processar e manter os dados quantitativos e qualitativos, necessários à alimentação dos sistemas de informações relativos às atividades de inspeção e fiscalização de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico de origem animal;

XI - coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes;

XII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem animal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, da SDA/MAPA;

XIII - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de suas atividades;

XIV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às atividades de competência; e

XV - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Resultados:

Execução Física das Ações realizadas:

- Unidade de Medida = Unidade
- Meta Prevista = 601
- Meta Realizada = 534 (a meta física atingiu um percentual superior a 89%)
- Meta a ser realizada em 2012 = 665

As metas físicas estão baseadas nos números de supervisões, conforme exemplo abaixo relacionado, estabelecido pelo DIPOA:

169	ER's	Estabelecimentos Relacionados com visita técnica programada uma vez por ano;
118	SIF's	Leite e Derivados habilitados para o Mercado Interno e Externo com supervisão técnica programada duas vez por ano;
5	SIF's	Ovos e Derivados habilitados para o Mercado Interno com supervisão técnica programada uma vez por ano;
26	SIF's	Aves e Derivados habilitados para o Mercado Externo e Interno com supervisão técnica programada duas vezes por ano;
14	SIF's	Bovinos e Derivados habilitados para o Mercado Interno e Mercado Externo (LG) com supervisão técnica programada uma vez por ano;
10	SIF's	Bovinos e Derivados habilitados para o Mercado Externo (União Européia) com supervisão técnica programada quatro vezes por ano
1	SIF	Bovinos e Derivados habilitados para o Mercado Externo (Estados Unidos) com supervisão técnica programada seis vezes por ano
33	SIF's	Fabricas de Produtos Não Comestíveis para o Mercado Interno e Externo com supervisão técnica programada uma vez por ano
22	SIF's	Mel e Derivados habilitados para o Mercado Interno e Externo com supervisão técnica programada uma vez por ano;
24	SIF's	Pescados e Derivados habilitados para o Mercado Interno e Externo com supervisão técnica programada uma vez por ano

Totalizando com isso 601 visitas técnicas programadas por ano.



Indicadores:

Tabela: Indicador Eficácia

Atributo	Indicador
Produto	Eficácia
Estabelecimento Ispencionado	Variação Absoluta2011=0 / Variação Relativa2011=(-)0%

Eficácia: mede o grau de alcance das metas programadas, em um determinado período de tempo, independentemente dos custos implicados.

Variação Absoluta entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2011, em quantidade da meta física:

Quantidade realizada do produto 2011 (-) Quantidade programada do produto em 2011 =

534 – 601 = VA2011 (-) sessenta e sete (-67)

Variação Relativa entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2011, em percentagem:

$[(\text{Quantidade realizado do produto 2011} : \text{Quantidade programada do produto em 2011}) \cdot 100] - 100 = [(534:601) \cdot 100] - 100 = \text{VR2011} (-)11\%$

Lembrando que no ano 2011 foi utilizado um valor financeiro maior do que programado para execução de metas físicas do SIPOA/RS, porque foram projetadas auditorias nacionais e visitas de missões estrangeiras no estado, ambas programadas pelo DIPOA em Brasília.

Em 2011 também foram executados auditórios nacionais, acompanhamento de missões estrangeiras no estado e fora deste, participações de reuniões técnicas nacionais, além de outras atividades, todas convocadas pelo DIPOA em Brasília, e que os recursos foram repassados para o SIPOA sem programação anual, e com isso os valores Liberados e Executados está acima do valor programado, porém as metas físicas programadas pelo SIPOA estão abaixo do que programado para 2011, porque os recursos disponibilizados pelo DIPOA estavam incluídos para as convocações nacionais de servidores do RS.

Para garantir os padrões de qualidade e conformidade dos produtos e serviços é indispensável à realização de inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem, recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-morten e post-morten dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, sub-produtos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.

Avalia-se como bom o resultado alcançado.

Destacam-se também como resultados positivos os itens descritos abaixo, não incluídos como indicadores na tabela acima:

08 Acompanhamento de missões estrangeiras à estabelecimentos com SIF no RS;

150 Acompanhamentos de eventos de capacitação realizados pelo Estado ou Participação em eventos organizados pelo DIPOA ou externos;

617 autos de infrações aplicados, com observância que



naqueles que resultaram em multa, os valores foram recolhidos ao tesouro nacional e, ou estão em cobrança em Dívida Ativa da União;

239 Auto de Multas com pagamento efetuado, totalizando um valor R\$1.425.148,30 em 2011.

1.981 amostras de produtos de origem animal coletadas por servidores lotados no SIPOA/RS, nos SIF's, mercados de consumo, importadores, exportadores e analisadas em laboratórios oficiais do MAPA e credenciados pelo MAPA;

78 Auditorias Nacionais realizadas e acompanhamento de auditorias;

Lembramos também que recebemos recursos para manutenção, funcionamento e compra de material permanente para utilização na fiscalização.

Análise Crítica:

1- Cumprimento das Metas Físicas e o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo:

O Rio Grande do Sul é hoje um grande exportador de produtos de origem animal, comercializando seus produtos em mais de cento e oitenta países. Esta projeção internacional é obtida pela credibilidade e seriedade da marca SIF que ao serem reconhecida e aceita internacionalmente, gera em nosso país significativo impacto sócio-econômico com o aumento de divisas, geração de empregos e consequente inclusão social;

Análise Crítica:

2- Evidenciar se as ações apresentaram problemas na sua execução, especificando os problemas ocorridos, por exemplo: dotação insuficiente, contingenciamento, liberação de recursos fora de prazos, etc.:

Em virtude do contingenciamento determinado pelo governo para todos os ministérios, não foram realizadas todas as metas físicas previstas, não foram realizadas os treinamentos devidos aos servidores ligados ao Serviço de Inspeção Federal para um bom andamento dos serviços executados e nem reuniões de nivelamento de normas estabelecidos pelo DIPOA;

Análise Crítica:

3- Evidenciar e justificar as ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

Em 2011 o SIPOA/RS procurou atender dentro do possível todas as demandas para garantir a segurança alimentar aos consumidores, nos aspectos de inocuidade, qualidade e identidade de produtos e subprodutos de origem animal, com seu quadro de servidores hoje com 111 Fiscais Federais Agropecuários, 267 Agentes técnicos de nível médio, 04 Agentes administrativos, 47 Auxiliares de inspeção conveniados, 73 Médicos Veterinários conveniados e 1382 servidores cedidos pelas empresas através do artigo 102 do RIISPOA e com déficit de 73 FFA's e de 1.429 AISIPOA's. Conseguimos, mesmo não sendo o ideal, realizar treinamentos para atualização dos servidores em normas do mercado internacional e do mercado nacional, criando com isso uma harmonia em procedimentos nas IIFF's e um maior controle dos produtos de origem animal que seguem para o consumo.

Análise Crítica:

4- Avaliar a execução das ações examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista:

Temos como fato positivo além da segurança alimentar propiciada ao



consumidor, termos recebido dotação orçamentária acima do programado, porém, como fato negativo não termos conseguido realizar um número maior de supervisão e coletas de produtos para análises em laboratórios para um controle mais amplo no consumo, tendo em vista a cedência dos FFA's, ao longo do ano, para realizar auditorias para o DIPOA/SDA, com isso prejudicando a execução das metas físicas deste SIPOA/RS, nas empresas com SIF do RS.

Sistemas incorporados ação:

Esta afeta também ao PI INSPANIMAL3 as ações do **SISTEMA BRASILEIRO DE INSPECÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL NO RIO GRANDE DO SUL**, a saber:

Os Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários foram instituídos pelo Art. 130 do Decreto 5.741/06, como parte do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, e estão sob a coordenação do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento que, por solicitação dos serviços públicos de inspeção vinculados aos Estados da Federação, ao Distrito Federal e aos Municípios, procederá a verificação e o reconhecimento de equivalência para adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal, através de análise e auditoria técnico-administrativa.

Os requisitos para adesão dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios estão estabelecidos em Instrução Normativa nº36, de 20 de julho de 2011, definidos em relação a:

- Infraestrutura administrativa;
- Inocuidade dos produtos de origem animal;
- Qualidade dos produtos de origem animal;
- Prevenção e combate à fraude econômica e
- Controle ambiental.

A adesão será concedida mediante a comprovação da equivalência, realizada por meio da análise do conjunto das legislações apresentado pelo Serviço de Inspeção solicitante, constatação de sua aplicação prática no âmbito dos estabelecimentos registrados e comprovação dos requisitos estabelecidos pela IN 36/2011.

A partir da publicação da IN 36, abriu-se a possibilidade de os estados e municípios solicitarem auditoria prévia, em caráter de orientação, a fim de construir os planos de trabalho e adequar os procedimentos de inspeção e fiscalização, mesmo antes de solicitar a adesão ao Sistema.

A Portaria 428/2010 atribui à Divisão de Defesa Agropecuária a implementação e a operacionalização das ações demandadas pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e pelos Sistemas Brasileiros de Inspeção de Produtos de Origem Animal, de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, de Insumos Agrícolas e de Insumos Pecuários. As ações do SISBI-POA no Rio Grande do Sul são geridas por um Gestor Estadual, indicado pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal, a quem compete a coordenação operacional do Sisbi.

Histórico:

Todas as atividades do Sisbi no Rio Grande do Sul são sustentadas pelo PI Inspanimal3, a partir de programações mensais aprovadas pelo DIPOA. Por não se tratar de uma ação do programa, não há metas estabelecidas. Somente no Resultado Estratégico R6 do DIPOA, denominado “Redução da produção e da Comercialização de Produtos de Origem Animal sem Inspeção Oficial”, é possível encontrar referência ao Sisbi, quando prevê o aumento de adesões



ao sistema como tarefa.

Apesar de ter sido regulamentado e normatizado em 2006, o Sistema Brasileiro de Inspeção ainda está em implantação no país, e são poucas as solicitações de adesão por parte dos Estados e Municípios. Até final de 2009, no Estado do Rio Grande do Sul, um único município- Crissiumal - havia obtido o reconhecimento da equivalência, porém foi excluído do Sistema em 2010 por descumprimento de metas previstas no programa de trabalho.

Ações executadas:

Em 2008, a Coordenadoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal – CISPOA – da Secretaria de Agricultura do estado do RS, executora das atividades de inspeção no Estado, protocolou sua intenção em aderir ao Sistema, porém, diante de entraves apontados em auditoria operacional executada pelo DIPAO, desinteressou-se até meados do ano de 2010.

Em 2010, os municípios de Santa Cruz do Sul e Rosário do Sul obtiveram o reconhecimento da equivalência dos seus sistemas de inspeção, passando a integrar o Sistema, cada um deles com um estabelecimento produtor indicado.

- Pesquisa sobre Serviço de Inspeção Municipal – foram encaminhados questionários para todas as Prefeituras do RS, através do SEPDAG/SFA-RS, para estabelecer diagnóstico da situação dos municípios gaúchos quanto a inspeção municipal e os estabelecimentos de produtos de origem animal registrados.

- Processos de adesão – em 2011 seis novos processos com solicitação de adesão foram protocolados na SFA/RS, totalizando 31 processos no estado, incluindo os já aprovados.

- Palestras sobre SISBI em eventos – objetivam a divulgação do programa e esclarecimentos sobre a operacionalidade do Sistema, dirigidas a gestores públicos, agroindustriais (especialmente da Agricultura Familiar), estudantes, produtores rurais, etc.

- Reuniões técnicas – realizadas com público externo, como Federação de Municípios do RS, CISPOA, e prefeituras municipais.

- reuniões GT SEAPA-SUASA – o Grupo Técnico foi constituído pela Secretaria Estadual de Agricultura, Pesca e Abastecimento para discussão do processo de adesão do estado, com participação da Secretaria de Desenvolvimento Rural, Secretaria de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre outros.

- Auditorias orientativas – conforme art. 7 da Instrução Normativa 36/2011.

- Verificações prévias – realizadas nos serviços de inspeção em processo de adesão ao Sisbi com objetivo de preparar os serviços para a auditoria operacional.

- Treinamentos de Médico Veterinários de Serviços Municipais e do Estado do RS – realizados em estabelecimentos com SIF e em cursos de capacitação promovidos pelo MAPA.

- Inspeção de comércio de produtos de origem animal – realizada uma ação de vigilância no comércio de Porto Alegre em conjunto com CISPOA e Secretaria de Vigilância Sanitária do Município.

- Supervisão em SIM – SISBI – executadas nos Serviços de Inspeção Municipais de Santa Cruz do Sul, Rosário do Sul e Erechim, integrantes do Sistema desde 2010.

- Adesões ao SISBI – obtiveram o reconhecimento da equivalência de sistemas de inspeção o Estado do Rio Grande do Sul, através do CISPOA, e o município de Alegrete.



- Estabelecimentos incluídos no SISBI – um abatedouro de aves registrado no CISPOA, uma fabrica de produtos cárneos (charque), do SIM/ Alegrete, e um entreposto de carnes e derivados, do SIM/Santa Cruz do Sul.

Atividades	Realizado
Questionários sobre inspeção municipal	69
Processos de adesão	6
Palestras /participantes	9 / 800
Reuniões técnicas / participantes	11 /60
Reuniões GT SEAPA-SUASA	4
Auditórias orientativas em municípios	5
Verificação prévia de SIM com processo de adesão	4
Treinamentos de médicos veterinários de SIM / treinados	6 / 140
Supervisão em SIM - SISBI	4
Inspeção de comércio de produtos de origem animal	1
Adesões ao SISBI	2
Estabelecimentos incluídos no SISBI	3

Considerações:

A adesão de estados e Municípios ao SISBI é voluntária e está intimamente ligada aos anseios das empresas inspecionados pelos serviços estaduais ou municipais, visto que é a forma de acessar o mercado nacional, que só é permitido aos estabelecimentos com inspeção federal, por força da Lei 7.889/89. O desinteresse do setor produtivo deve ser a razão da incipiente procura dos serviços oficiais pela adesão.

O baixo índice de reconhecimento de equivalências no Estado do Rio Grande do Sul, relativo ao numero de Prefeituras que já manifestaram interesse na adesão desde o inicio do programa, em 2006, parece também estar fundamentado na falta de interesse, uma vez que após a constituição de processos e de análise prévia, de auditórias documentais e operacionais realizadas, a grande maioria dos interessados não respondeu ou não deu continuidade ao processo. Outros fatores determinantes são o desconhecimento e falta de domínio do Sistema e carência de recursos humanos e financeiros das Prefeituras Municipais.



Ação:	8593 – Apoio ao Uso e Manejo Sustentável dos Recursos Naturais em Agroecossistemas - ORGMANEJO.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Pessoa Beneficiada.
Especificação do produto:	Pessoas beneficiadas em projetos de manejo e conservação sustentável dos recursos naturais.
Finalidade:	Promover a atividade agropecuária, de forma integrada, competitiva e sustentável, mediante o estímulo à difusão e adoção de práticas conservacionistas de uso e manejo dos recursos naturais direta ou indiretamente vinculados ao processo produtivo, principalmente do solo e da água, com vistas a garantir a produção de alimentos, fibras e matérias primas, aumentar as disponibilidades hídricas em termos qualitativos e quantitativos, bem como promover o aumento da produtividade agropecuária.
Descrição:	Fomento a utilização de práticas conservacionistas, de natureza preventiva e corretiva, como o sistema plantio direto na palha, integração lavoura-pecuária, para a otimização do uso da água, a valorização da biodiversidade, fundamentada na concepção e gestão da bacia hidrográfica (microbacia) como unidade territorial de planejamento. Capacitação, a realização de cursos, seminários, dias de campo, implantação de unidades demonstrativas e pilotos, produção e difusão de material técnico e instrucional. <ul style="list-style-type: none">- Identificar e estratificar os resíduos e dejetos oriundos do setor agropecuário com potencial econômico de aproveitamento;- Identificar tecnologias disponíveis e linhas de financiamento que estimulem a utilização racional de resíduos e dejetos no setor agropecuário;- Realizar ou apoiar campanhas, mostras, exposições, cursos e outros eventos que tratem sobre o manejo e uso racional de resíduos e dejetos do setor agropecuário;- Articular com outras instituições do setor público e privado, em nível nacional, regional e local, para a promoção e desenvolvimento de tecnologia apropriada ao aproveitamento de resíduos e dejetos do setor agropecuário;- Articulação para criação e implementação de instrumentos que viabilizem economicamente a adoção dessas técnicas, no sentido de estimular o setor a participar do mercado de créditos de carbono no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL, constituindo-se em mais uma alternativa de renda ao produtor, além dos benefícios relativos ao meio ambiente.- Estímulo ao setor produtivo agropecuário a adotar técnicas que permitam a agregação de valor aos atuais resíduos e dejetos de seus processos produtivos, bem como promover a diminuição dos impactos ambientais negativos gerados pelo uso e manejo inadequados dos mesmos, bem como reduzir os custos de produção.
Detalhamento:	Esta ação poderá apresentar execução direta ou indireta, por meio de projetos específicos, contratos com atores privados, ONG e entidades representativas da sociedade civil; convênios e acordos com órgãos públicos das várias esferas; participação em iniciativas e programas das várias esferas governamentais e não governamentais. Envolve ainda a mobilização de parceiros institucionais nas áreas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.
Unidade Responsável:	CMSP/CGDS/DEPROS/SDC.



Coordenador da

Ação Nacional: Elvison Nunes Ramos.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Responsável no

âmbito da UJ: Sandra Machado – Ricardo Furtado.

Estratégia da Ação: Segundo a Portaria Ministerial do MAPA nº 478 de 09/06/2010, em seu Artigo 27, compete à DPDAG promover, orientar e acompanhar a execução de atividades relativas ao desenvolvimento rural e às políticas de crédito e investimentos públicos, em especial no que se refere a proteção, manejo e conservação de solo e água; agricultura irrigada; plantio direto e recuperação de áreas agricultáveis, pastagens e agroflorestais degradadas, florestas plantadas e sistemas de integração de lavoura, pecuária e floresta.

Durante a Expodireto, em Não-me-toque, e a Expointer, em Esteio, duas grandes feiras internacionais do agronegócio, os técnicos do DPDAG estavam presentes na “Casa do MAPA”, quando foram distribuídos publicações sobre Integração Lavoura Pecuária, Integração Lavoura Pecuária e Silvicultura (ILPS) e prestados esclarecimentos sobre o tema para o público interessado.

Despesas Orçamentárias:

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	3.000,00	3.000,00	3.000,00	100%
3390.30	1.600,00	1.600,00	1.600,00	100%
3390.39	8.200,00	8.200,00	8.200,00	100%
3390.93	200,00	200,00	-	0%
TOTAL - CUSTEIO	13.000,00	13.000,00	12.800,00	98,46%
TOTAL GERAL	13.000,00	13.000,00	12.800,00	98,46%

Fonte: SIFI GERANCIAL

Metas:

Por ser um PI de Fomento é difícil a quantificação de metas, realizadas ou a serem realizadas. Mesmo porque não foi desenvolvido um indicador do desempenho desta atividade, até o presente momento.

Análise:

No ano de 2010 e 2011 não foram realizados convênios nesse plano interno. Em 2011 com o advento do Plano ABC, foram realizadas diversas eventos, ao todo foram realizados 6 eventos inclusive o lançamento estadual do Plano ABC onde contamos com a abertura realizada pelo Ministro da Agricultura Mendes Ribeiro. Também realizamos eventos em Santa Maria e Bagé sempre contando com o apoio técnico da UVAGRO-Aceguá-Bagé, Prefeitura Municipal de Bagé, EMBRAPA e SEAPA.



Ação:	8598 – Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias – APOIO PEC.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Pessoa Beneficiada.
Especificação do produto:	Nº de entidades (instituições de Ensino e Pesquisa, Extensão Rural, Órgãos de Governo Federal, estadual e Municipal, Associações de Produtores, Cooperativas e entidades afins) que serão atendidas, seja por análise de documentos, assinatura de convênios ou fiscalizações realizadas.
Finalidade:	Apoiar a organização da base produtiva das cadeias pecuárias, por meio de projetos de Produção Integrada, de Boas Práticas Pecuárias e de Desenvolvimento Agropecuário do Suporte à Produção Integrada, com a seleção, multiplicação e preservação do material genético animal e a melhoria da eficiência da produção pecuária.
Descrição:	Coordenação e identificação dos processos de industrialização, logística de distribuição, varejo, exportação e utilização da informação como base da inteligência competitiva do agronegócio ante o panorama atual marcado pelos diagnósticos e tendências identificadas, demandando estratégias de gestão e, sobretudo, capacidade de identificação do consumo interno e de acesso aos mercados globais; Implantação de Sistema Agropecuário de Produção Integrada - SAPI, que é caracterizado por exploração agropecuária sustentável, em conformidade com protocolos formais de Boas Práticas Agropecuárias, assegurando alta qualidade, inocuidade e rastreabilidade, tanto para os agro-alimentos, quanto para os produtos não alimentares, subprodutos e resíduos agroindustriais, permitindo aos agentes envolvidos na cadeia produtiva condições de competitividade em relação ao cenário agropecuário nacional e internacional.
Detalhamento:	A ação será feita pela regulamentação e apoio a Provas Zootécnicas, a Provas de Performance, Atividades Turfísticas e Hípicas, ao Serviço de Registro Genealógico e aos Programas de Melhoramento Genético, por meio de análise documental e convênios com instituições de Ensino e Pesquisa, Extensão Rural, Órgãos de Governos Federal, Estadual e Municipal, Associações de Produtores, Cooperativas e entidades afins; além de, fiscalizar "in loco" a conformidade dos serviços e programas realizados por estas entidades quanto às legislações vigentes e outros documentos regulatórios próprio das mesmas, enviados ao MAPA.
Unidade Responsável:	CPIP/CGSPI/DEPROS/SDC.
Coordenador da Ação Nacional:	Kleber Villela Araújo.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado – Roberto Schoroeder.
Estratégia da Ação:	A ação é feita pela regulamentação e apoio a Provas Zootécnicas, a Provas de Performance, Atividades Turfísticas e Hípicas, ao Serviço de Registro Genealógico, ao Bem Estar Animal e aos Programas de Melhoramento Genético, por meio de análise documental e convênios com instituições de Ensino e Pesquisa, Extensão Rural, Órgãos de Governos Federal, Estadual e Municipal, Associações de Produtores, Cooperativas e entidades afins; além de, fiscalizar "in loco" a conformidade dos serviços e programas realizados por estas entidades quanto às legislações vigentes e outros documentos regulatórios próprio das mesmas, enviados ao MAPA.



Desempenho Operacional:

As ações relativas ao **Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias** se dão pela participação de representantes do MAPA junto às reuniões dos Conselhos Deliberativos Técnicos das entidades delegadas para a execução de registro genealógico, bem como nas atividades relativas a fiscalizações e auditorias nestas entidades. Ocorre também através do acompanhamento dos convênios firmados pelo MAPA com as diversas entidades atuantes na atividade.

De outra forma, é importante também a orientação passada pelo MAPA aos interessados e envolvidos nestas atividades, sendo papel fundamental para o correto desenrolar das atividades das entidades envolvidas. Deste modo a atualização dos profissionais envolvidos nesta atividade também é de extrema importância, para que a correta informação seja levada aos interessados.

Atividades Desenvolvidas:

Tabela: Atividades realizadas relativas ao PI APOIOPEC no ano de 2011.

Tipo de Atividade	Quantidade
Participação em reunião de nivelamento/atualização	01
Participação em Reuniões de CDT	05

Metas Físicas:

Para 2011, não houve determinação uma meta inicial, pois não depende do MAPA a realização de reuniões dos Conselhos Deliberativos Técnicos das entidade delegadas, por exemplo. Nem a possível proposição de convênios.

Despesas Orçamentárias:

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	1.034,81	1.034,81	1.034,81	100%
3390.30	1.540,19	1.540,19	1.540,19	100%
TOTAL - CUSTEIO	2.575,00	2.575,00	2.575,00	100%
TOTAL GERAL	2.575,00	2.575,00	2.575,00	100%

Fonte: SIAFI GERANCIAL

Os recursos acima descritos foram utilizados na participação de técnico da SFA/RS em reunião sobre bem estar animal, organizada pela Coordenação de Produção Integrada na Cadeia Pecuária da SDC em Brasília. Para participação em reuniões de CDT de entidades de registro genealógico, foram utilizados recursos de outros PIs.

Indicadores:

1) Eficiência da ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias:

Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos. Devido a subjetividade das atividades relativa a este Plano Interno, a medida dos Indicadores de Eficiência fica prejudicada, não sendo avaliada neste momento, até seja recebida orientação de como deverá ser feita.

2) Eficácia da ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias:

O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.



Para a Ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias como não foi feita uma previsão inicial da meta a ser realizada, pois em muitos dos casos não depende do MAPA a quantidade de atividades a ser realizada/acompanhada, também não será quantificada a eficácia da atividade, até se ter orientação de como proceder esta avaliação.

3) Efetividade da Ação de Apoio ao Desenvolvimento das Cadeias Produtivas Pecuárias:

O indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento as suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

Devido a subjetividade das ações realizadas por neste Plano Interno e também a intangibilidade de seus resultados, a Efetividade desta ação também não será avaliada, até se ter uma orientação/determinação de como fazer esta avaliação.



Ação:	2272 – Gestão e Administração do Programa – GAPSDC.
Tipo:	Atividade.
Produto:	-
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição:	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades - meio necessárias à gestão e administração do programa.
Detalhamento:	-
Unidade	
Responsável:	CAO/SDC.
Coordenador da Ação Nacional:	Leonardo Abreu de Oliveira.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado – Roberto Schroeder.
Desempenho Operacional:	Tabela: Resultados Financeiros da ação no exercício 2011 do PI – GAPSDC.

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	6.600,00	6.600,00	6.589,45	99,84%
3390.30	10.500,00	10.500,00	10.500,00	100%
3390.37	78.537,19	59.689,38	59.689,38	76%
3390.39	29.500,00	29.500,00	29.500,00	100%
3390.93	3.000,00	3.000,00	826,20	27,54%
TOTAL - CUSTEIO	128.137,19	128.137,19	107.105,03	83,59%
TOTAL GERAL	128.137,19	128.137,19	107.105,03	83,59%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Os recursos dessa ação foram empregados pela DPDAG para o pagamento de servidores terceirizados, participação em reuniões nacionais da SDC, participação em eventos como a EXPOINTER, EXPODIRETO e o AVISULAT, pagamento de despesas de manutenção e uso de frota veicular, manutenção e conservação das salas e demais atividades-meio que foram necessárias.



Ação:	2B17 – Fiscalização de Contratos de Repasse - FISCONTRATO.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Contrato Fiscalizado
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Acompanhar a execução de obras e serviços oriundos de contratos de repasse, celebrados por intermédio da Caixa Econômica Federal com entidades públicas e fiscalizar o contrato de prestação de serviços firmados entre o Mapa e a CAIXA para operacionalização dos contratos de repasse.
Descrição:	Fiscalização, acompanhamento e avaliação dos contratos executados pelas instituições responsáveis pela operacionalização dos repasses decorrentes dos projetos agropecuários a que se destinam, de forma contínua por amostragem ou denúncia.
Detalhamento:	Fiscalização, por amostragem de contratos de repasse, firmados com o Ministério da Agricultura, mediante descentralização de créditos às Superintendências Regionais de Agricultura para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo. Como subsídio a essas atividades são promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/Caixa Econômica Federal e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência e vistas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.
Unidade Responsável:	CIER/DIEL/SDC.
Coordenador da Ação Nacional:	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado – Roberto Schroeder
Estratégia da Ação:	A gestão do Contrato de Prestação de Serviço (CPS) MAPA/CAIXA encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo – SDC, tendo como Gerente Executivo do PRODESA o Diretor de Programas dessa Secretaria. As ações que compõem o PRODESA, no entanto, são coordenadas pela Coordenação-Geral de Parcerias Institucionais – CGPI/SDC e fiscalizadas pelo Departamento de Infraestrutura e Logística – DIEL/SDC por meio de um Plano Interno – PI específico, denominado de Fiscalização de Contratos de Repasse, internamente intitulado de FISCONTRATO. De acordo com a Portaria MAPA nº 1.232/2008, as ações do PRODESA, que envolvem somente investimentos, objetivam viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações, contemplando atividades competentes à Coordenação de Infraestrutura Rural – CIER. Assim, para garantir o cumprimento das suas atribuições regimentais no tocante a informações sobre a implementação dos investimentos voltados para a infraestrutura rural, incluindo-se aqueles oriundos do PRODESA, coube à CIER o atendimento aos órgãos de controle internos e externos, às demais Unidades Gestoras do MAPA e, em geral, à sociedade brasileira.



Os DPDAGs das SFAs têm sua participação no processo de contratação dos recursos do PRODESA prevista na mesma Portaria nº 1.232/2008, que condiciona a aprovação das propostas à análise e respectiva assinatura dos Planos de Trabalho pelo Superintendente Federal de Agricultura em cada Estado, entre outras incumbências.

É nesse arcabouço institucional que se dá o atendimento às diversas formas de acompanhamento dos contratos de repasse, seja por denúncias encaminhadas ao MAPA (a partir da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União, Ministérios Públicos Federais e Estaduais e da Ouvidoria do MAPA), ou através de intervenções planejadas de fiscalização, por iniciativa própria e de demandas internas.

Então, quando há alguma demanda contendo elementos que propõem a realização de fiscalização in loco, a CIER atua diretamente no levantamento das informações sobre os fatos denunciados junto à CAIXA, quanto à consecução do objeto do contrato, e junto às SFAs, em relação ao cumprimento dos objetivos e atendimento aos beneficiários, podendo ser necessário o deslocamento até o município atendido para verificar a pertinência da denúncia.

Visando ao melhor aproveitamento dos recursos do PI FISCONTRATO e à redução do número de denúncias recebidas todos os anos envolvendo os contratos para repasses federais, a CIER elaborou o Plano de Fiscalização e Acompanhamento dos Contratos de Repasse por método de amostragem, quando foram estabelecidos critérios para implementar a fiscalização dos objetos dos contratos de repasse com a proposta de descentralizar a execução das atividades do gênero para as Superintendências, não só por representar legítimo interesse do MAPA, mas também para satisfazer orientações/determinações provindas da Controladoria -Geral da União – CGU-PR e/ou do Tribunal de Contas da União – TCU.

A ação visa a fiscalização, por amostragem, de contratos de repasse, firmados com o MAPA, mediante descentralização de créditos às SFAs para disponibilização de veículos e pessoal (técnicos e motoristas) em diligências realizadas por iniciativa própria ou provocadas por denúncias provenientes dos vários segmentos da sociedade, inclusive de órgãos de controle interno e externo.

Como subsídio a essas atividades devem ser promovidos treinamentos e atualizações de técnicos em cada Superintendência quanto ao Contrato de Prestação de Serviço MAPA/CAIXA e aos procedimentos de acompanhamento e fiscalização de contratos de repasse, em conformidade com aspectos legais. Mediante correspondência, telefonemas, correio eletrônico e visitas em loco as entidades beneficiadas são orientadas para que apresentem projetos consoantes à legislação vigente, com maior alcance social, custos adequados e compatíveis com a aptidão da região.

Inicialmente, a CIER efetua, em cada ano, a amostragem aleatória dos contratos de repasse celebrados pelo MAPA nos últimos cinco anos, retroativamente a partir do exercício em curso, estimando-se a porcentagem em relação ao número de contratos celebrados por Unidade Federativa..

As fiscalizações do gênero foram executadas por intermédio do DPDAG, e exercida por Fiscal Federal Agropecuário acompanhado por servidor efetivo de nível superior.

Os servidores designados para as fiscalizações emitiram relatórios descritivos e sobre a situação encontrada, ao DPDAG que os encaminha ao DIEL/SDC.

A adoção de providências para a correção de impropriedades eventualmente



observadas deve ser conduzida pela própria Superintendência, comunicando os fatos aos órgãos de controle e solicitando os esclarecimentos à CAIXA, diretamente às suas Gerências de Desenvolvimento Urbano – GIDUR/CAIXA, responsáveis pelo acompanhamento do contrato de repasse.

Desempenho Operacional:

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Para tanto, a seguir são informados os que servem para embasar essa avaliação.

Tabela: Execução Física das Ações Realizadas pelo DPDAG na Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse.

Função	Agricultura
Subfunção	Administração Geral
Programa	Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário
Ação	2B17 Fiscalização de Contratos de Repasse
Tipo de ação	A
Prioridade	4
Unidade de medida	Contrato Fiscalizado
Meta prevista	Não havia
Meta realizada	21
Meta a ser realizada para 2012	NT ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Tratando-se de uma fiscalização por amostragem a amostra é encaminhada ao DPDAG pelo DIEL, esta informação ainda não foi disponibilizada.

Despesas Orçamentárias:

Tabela: Resultados Financeiros da ação no exercício 2011 do PI - FISCONTRATO

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	9.400,00	9.400,00	9.400,00	100%
3390.30	2.800,00	2.800,00	2.800,00	100%
3390.93	470,00	470,00	344,95	73,39%
TOTAL - CUSTEIO	12.670,00	12.670,00	12.544,95	99,01%
TOTAL GERAL	12.670,00	12.670,00	12.544,95	99,01%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Indicadores:

1) Eficiência da Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse:

Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Para a Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse os indicadores de eficiência foram informados na “Tabela – Resultados Físicos e Financeiros da ação nos exercícios de 2008 e 2011do PI – FISCONTRATO”.



Tabela – Resultados Físicos e Financeiros da Ação nos Exercícios de 2008 e 2011 do PI - FISCONTRATO

ANO	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Nº de Contratos Fiscalizados	1	84	50	21	152
Recursos Executados	R\$ 8.800,00	R\$ 27.898,17	R\$ 10.910,37	R\$ 10.910,37	R\$ 58.518,91
Recursos Executados por Contrato Fiscalizado	R\$ 8.800,00	R\$ 332,12	R\$ 218,21	R\$ 519,54	R\$ 384,99
Municípios Fiscalizados	1	37	14	19	71
Recursos Executados por Município Fiscalizado	R\$ 8.800,00	R\$ 754,00	R\$ 779,31	R\$ 574,23	R\$ 824,21

Os recursos empregados em 2008 para a realização de reuniões em UTRAs para divulgar a existência e o funcionamento do PRODESA, culminando com o 1º Treinamento para a Execução de Atividades dos DPDAGs da Região Sul em 2009, foram fundamentais para a execução da meta nesse ano. Por isso, os resultados físicos e financeiros devem ser valiados levando-se em consideração os três anos. Todavia um novo treinamento deve ser programado para 2012, para atualização e aprimoramento dos procedimentos de fiscalização.

A designação dos servidores para a realização da fiscalização do contrato de repasse teve como priorização a lotação do mesmo, visando a redução dos custos com deslocamento. Foram envolvidos servidores do DPDAG (Porto Alegre) das UTRAS de Santa Maria, Lajeado, Passo Fundo, Pelotas, Ijuí, Bagé e da UVAGRO de Porto Xavier.

Considerando que o custo maior da ação é, atualmente a capacitação dos servidores e o deslocamento ao município a ser fiscalizado, o indicador “Recursos Executados por Município Fiscalizado” é mais significativo do que o indicador “Recursos Executados por Contrato Fiscalizado”. Assim, quanto maior for o número de municípios fiscalizados maior será o custo da ação.

2) Eficácia da Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse:

O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

Para a Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse o indicador de eficácia foi informado na “Tabela – Metas e Resultados Físicos da Ação no Exercício 2010 do PI – FISCONTRATO”.

Tabela: Metas e Resultados Físicos Da Ação no Exercício 2011 do PI - FISCONTRATO

Meta	Previsão	Execução	Execução/ previsão %
Fiscalização de Contratos de Repasse	17	21	123



Tabela – Origem da Demanda para a Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse nos Exercícios de 2008 a 2011.

ANO	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Contratos Fiscalizados por Iniciativa do DPDAG	0	0	0	0	0
Contratos Fiscalizados por Amostragem (DIEL)	0	82	48	17	147
Contratos Fiscalizados por Demandas Externas (Órgãos de Controle)	1	2	2	4	9
% Contratos Fiscalizados por Iniciativa do DPDAG	0%	0%	0%	0%	0%
% Contratos Fiscalizados por Amostragem (DIEL)	0%	98%	96%	81%	94%
% Contratos Fiscalizados por Demandas Externas (Órgãos de Controle)	100%	2%	4%	19%	6%

3) Cumprimento das Metas Físicas da Fiscalização de Contratos de Repasse:

Em 2011 as ações superaram a meta física estabelecida que era o número de contratos a serem fiscalizados por amostragem, pois houve uma demanda externa para a fiscalização de 4 contratos oriunda da CGU-PR.

4) Efetividade da Ação de Fiscalização de Contratos de Repasse:

O indicador de efetividade tem o objetivo de valiar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

A adoção de providências para a correção de impropriedades eventualmente observadas nos contratos fiscalizados deve ser conduzida pela própria Superintendência, comunicando os fatos aos órgãos de controle e solicitando os esclarecimentos à CAIXA, diretamente às suas Gerências de Desenvolvimento Urbano – GIDUR/CAIXA, responsáveis pelo acompanhamento do contrato de repasse.

O indicador de Resultado Estratégico, relativo ao PI FISCONTRATO se refere ao “percentual de contratos de repasses regulares”, ou seja, dentro daqueles contratos de repasse fiscalizados, quantos não apresentam não conformidades ou irregularidades. Desta forma, este indicador, avalia não somente a execução da ação de fiscalização dos contratos de repasse, mas também todo o processo de repasse de recursos, auferindo se o objetivo dos investimentos, visando viabilizar infraestrutura às comunidades rurais, agricultores e suas associações, está sendo atingido.



Tabela – Percentual de contratos de repasse fiscalizados regulares.

ANO	2008	2009	2010	2011	TOTAL
Contratos Fiscalizados pelo DPDAG	1	84	50	21	152
Contratos Fiscalizados considerados regulares	-	64	49	18	131
Percentual de contratos de repasse regulares	-	76%	98%	85%	86%

No ano de 2011 as irregularidades encontradas durante a fiscalização dos contratos de repasse foram as seguintes:

Tabela – Tipos de irregularidades encontradas em fiscalização de contratos de repasse no ano de 2011.

Tipo de Irregularidade	Número de Ocorrências
Objeto em desuso	02
Aquisição de objeto em descordo com proposta (usado)	01



Ação:	8611 – Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - APPRODUTOR.		
Tipo:	Atividade.		
Produto:	Produtor Atendido.		
Especificação do produto:	Produtor atendido pelas melhorias promovidas na ação.		
Finalidade:	Apoiar a pequena produção agropecuária, por meio do estímulo à promoção da agregação de valor a seus produtos, melhorando a renda e a qualidade de vida dos produtores.		
Descrição:	Criação de incentivo e fomento a pequena produção agropecuária por meio da manutenção de estradas vicinais, correção de solos, construção de pequenos abatedouros de animais, aquisição de máquinas de beneficiamento de produtos agrícolas e equipamentos de pequeno porte. Elaboração de estudos e diagnósticos técnicos, implantação, acompanhamento da execução e avaliação de projetos para o desenvolvimento sustentável, visando o aumento da produção, produtividade, processamento, garantia da qualidade, armazenamento, comercialização e melhoria na logística de transporte para redução dos gargalos ao escoamento da safra agropecuária.		
Detalhamento:	Consórcios intermunicipais, parcerias com estados e municípios, de forma direta ou por meio de convênios e contratos.		
Unidade Responsável:	CGPI/SDC.		
Coordenador da Ação Nacional:	Marcelo Alexandre Andrade de Almeida.		
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.		
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado – Roberto Schroeder.		
Estratégia da Ação:	A Ação é implementada através de parcerias com estados e municípios, de forma direta ou por meio de convênios e contratos.		
1) Implementação Da Ação Através De Contratos De Repasse:			
Em 2010, para a ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, foi realizado um contrato de repasse no valor de R\$ 995.000,00 com o município de Trindade do Sul. O projeto foi para a construção da segunda etapa de construção de um frigorífico para o abate de aves. Serão beneficiadas diretamente mais de 500 famílias.			
2) Implementação Da Ação Através De Convênios:			
Em 2011, para ações de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário, foram realizados XX convênios no valor de R\$ 52.000,00. Convênios que tiveram como objeto o apoio a realização de eventos. Os dados estão descritos na tabela a seguir.			
Tabela – Tipo de Objetos, Número e Valor dos Convênios para o Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul no Ano de 2011.			
Tipo de Convênio	No. De Convênios	% No. De Convênios	Valor dos Convênios
Apoio a Realização de Evento	5	55,5	R\$ 249.224,00
Projeto aquisição de calcário granel	1	22,26	R\$ 100.000,00
Projeto de aquisição de insumos para recuperação de solo de propriedades rurais	1	22,26	R\$ 100.000,00
Total			R\$ 449.224,00



*Dados da planilha de controle da DPDAG/SFA-RS, baseado em Convênios empenhados em 2011

É importante notar que a DPDAG é responsável apenas pelo acompanhamento “in loco” dos convênios selecionados pela SDC.

3) Implementação Da Ação de Forma Direta:

A ação direta da DPDAG para o Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário foi através da participação na Expainter, em Esteio, quando foram divulgadas informações sobre a Ação ao público presente.

Desempenho Operacional:

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental.

Para tanto, a seguir são informados os que servem para embasar essa avaliação.

Tabela: Execução Física

Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Prevista para 2012
Produtor Atendido	-	5.000	-

Os produtores beneficiados são apenas aqueles atendidos através dos convênios celebrados, computados por uma estimativa de participantes dos eventos atendidos por convênios. Seria fundamental poder mensurar o número de pequenos e médios produtores atendidos através dos convênios firmados. Seria recomendável, aos analistas das propostas de convênios da SDC, que solicitasse a inserção de uma declaração informando o número de produtores atendidos pelo convênio. Essa declaração é solicitada pela DPDAG, quando da análise das propostas de repasse.

Despesas Orçamentárias:

Tabela: Resultados Financeiros da Ação no Exercício 2011 no PI APRODUTOR

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	5.900,00	5.900,00	5.899,90	100%
3390.30	4.000,00	4.000,00	4.000,00	100,%
3390.39	52.000,00	52.000,00	52.000,00	100,%
3390.93	260,00	260,00	156,00	60,%
TOTAL - CUSTEIO	63.160,00	63.160,00	62.055,90	98,41%
TOTAL GERAL	63.160,00	63.160,00	62.055,90	98,41%

Fonte: SIAFI GERANCIAL

Alguns dos recursos utilizados em 2011 foram para o acompanhamento de convênios firmados em 2010 e executados em 2011.

Indicadores:

1) Eficiência da Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Para a Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário os indicadores de eficiência foram informados na tabela a seguir.



Tabela: Indicadores da Ação nos exercícios 2008, 2009, 2010, e 2011 – Contratos de Repasse e Convênios.

Indicador	2011	2010	2009	2008	Total
Contratos de Repasse		1	2	3	6
Valor dos Contratos		R\$ 995.000,00	R\$ 1.017.000,00	R\$ 444.500,00	R\$ 2.456.500,00
Nº de Produtores Beneficiados por Recursos Transferidos Através de Contratos de Repasse		500	4.100	3.700	8.300
Valor Aplicado por Produtor Beneficiado por Recursos Transferidos Através de Contratos de Repasse		R\$ 1.990,00	R\$ 248,05	R\$ 120,14	R\$ 2.358,18
Convênios	7	20	21	8	5649
Valor dos Convênios	R\$ 449.224,00	R\$ 2.252.104,08	R\$ 1.723.316,62	R\$ 934.868,00	R\$ 5.359.512,70
Custo de Acompanhamento de Convênio (sem 52 e 39)	R\$ 1.465,33	R\$ 2.048,82	R\$ 1.837,87	R\$ 5.091,66	R\$ 10.444,00

Para o cálculo do indicador “Custo de Acompanhamento de Convênio”, foram retiradas as despesas relativas à natureza de despesa 4490.52, que é de investimento em material permanente e a 3490.39 que foi principalmente utilizada no apoio a eventos. Foi retirado também diárias e combustível gasto em outras atividades, não diretamente relacionadas ao acompanhamento de convênios.

A designação dos servidores para o acompanhamento “in loco” dos convênios teve como priorização a lotação do mesmo, visando a redução dos custos com deslocamento.

É importante notar que a maioria dos firmados no ano de 2010 convênios tiveram ações em 2011, as quais foram acompanhadas. Por isso, os resultados físicos e financeiros devem ser valiados levando-se em consideração os convênios dos dois ou mais anos anteriores.

Outra constatação importante é que o custo do acompanhamento, pode variar conforme o tipo de objeto do convênio. Os convênios de apoio à realização de eventos tem um custo menor do que os demais, pois em geral o acompanhamento se dá em uma única ocasião, ao passo que para os convênios de capacitação, recuperação de solos, recuperação de estradas vicinais entre outros há necessidade da presença dos servidores em várias ocasiões.



Os tipos de objetos contratados estão na tabela a seguir.

Tabela: Tipo de Convênios Número de Convênios para o Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário do Estado do Rio Grande do Sul no Ano de 2008, 2009 e 2010.

Tipo de Convênio	2011	2010	2009	2008
Apoio a Realização de Evento	5	11	15	
Apoio Projeto Agrossilvipastoril		1		
Capacitação			1	
Confecção de Material de Divulgação		1	1	
Fornecimento de Insumos e Sementes	1	0	1	
Estudo de Cultivares		1		
Recuperação de Solos	1	6	3	4
Recuperação de Estradas Vicinais				4
Total	7	20	21	8

2) Eficácia da Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário:

O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

Para a Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário o indicador de eficácia foi informado na a seguir.

Tabela: – Metas e Resultados Físicos Da Ação no Exercício 2010 do PI - APPRODUTOR

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão %
Nº de Contratos de Repasse			
Nº de Convênios		7	

A DPDAG é responsável pela aprovação dos planos de trabalho através da análise de compatibilidade do objeto proposto com as ações do APPRODUTOR e o seu respectivo enquadramento em relação aos dados cadastrais, programáticos e orçamentário. A previsão da meta deve ser feita pela SDC, pois seleção dos projetos é por ela realizada.

A DPDAG é responsável pelo acompanhamento “in loco” dos convênios, a previsão da meta deve ser feita pela SDC, pois seleção dos projetos é por ela realizada.

3) Cumprimento das Metas Físicas Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário:

Todos os acompanhamentos de convênios necessários foram realizados.



4) Efetividade da Ação de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário

O indicador de efetividade tem o objetivo de valiar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento as suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realizadade social.
É difícil mensurar a efetividade dessa ação.



Ação:	2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários – IG - INDGRAF.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Produtor Atendido.
Especificação do produto:	Número de produtores atendidos com indicação geográfica.
Finalidade:	Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o consequente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.
Descrição:	Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos (capacitação de servidores, técnicos e gestores de cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo); - Realização de estudos e diagnósticos de produtos agropecuários, inclusive sua inserção mercadológica; - Realização de programas de cooperação técnica com potenciais parceiros institucionais; - Orientação, promoção e acompanhamento de processos de reconhecimento de produtos agropecuários protegidos como IG; - Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidiem e tratem as questões que envolvam a IG de produtos agropecuários; - Incremento da produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos; - Auditoria das cadeias produtivas protegidas como IG.
Detalhamento:	Realização de cursos, seminários, reuniões e workshops, bem como confecção e distribuição de material técnico-informativo sobre o tema; levantamento das potenciais IG de produtos do agronegócio brasileiro, com posterior criação de banco de dados para apoio e acompanhamento dos projetos de proteção das referidas IG (Diagnóstico Nacional); formação de parcerias institucionais; desenvolvimento de modelos referentes aos regulamentos técnicos para o uso das IG das diferentes cadeias produtivas; criação de cadastro nacional das IG e credenciamento de suas certificadoras.
Unidade Responsável:	Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.
Coordenador da Ação Nacional:	Beatriz de Assis Junqueira.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado.
Estratégia da Ação:	A indicação geográfica (IG) é uma das formas de propriedade intelectual sendo uma ferramenta importante para as cadeias de produção e de inserção de produtos em mercados diferenciados. O reconhecimento de uma IG pode agregar valor econômico ao produto, fortalece a organização social dos produtores, promove o desenvolvimento socioeconômico da região e contribui para a conservação do ambiente e dos saberes locais. O registro de Indicação Geográfica (IG) é conferido a produtos ou serviços que são característicos do seu local de origem, o que lhes atribui reputação,



valor intrínseco e identidade própria, além de os distinguir em relação aos seus similares disponíveis no mercado. São produtos que apresentam uma qualidade única em função de naturais como solo, vegetação, clima e saber fazer (know-how ou savoir-faire). O Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI é a instituição que concede o registro e emite o certificado. O Ministério da Agricultura é uma das instâncias de fomento das atividades e ações para Indicação Geográfica (IG) de produtos agropecuários. No Mapa, o suporte técnico aos processos de obtenção de registro de IG cabe à Coordenação de Incentivo à Coordenação de Incentivo à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG), do Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária (DEPTA), da Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo (SDC).

No âmbito da SFA a Portaria Ministerial do MAPA nº 428 de em seu Artigo 27, I, determina que cabe à DPDAG: promover, orientar, acompanhar e fiscalizar a execução das atividades de desenvolvimento agropecuário, em especial a inovação e uso da propriedade intelectual no agronegócio, especialmente em indicação geográfica de produtos de origem agropecuária e marcas coletivas e marcas de certificação no agronegócio.

Nos mercados nacional e internacional, muitos produtos são caracterizados não apenas pela marca que ostentam, mas também pela indicação da sua verdadeira origem geográfica. Esta indicação lhes atribui certa reputação, valor intrínseco e identidade própria que os distinguem dos demais produtos de igual natureza disponíveis no mercado. No transcurso da história o termo "indicação geográfica" foi sendo se firmando quando produtores, comerciantes e consumidores começaram a identificar que alguns produtos de determinados lugares apresentavam qualidades particulares, atribuíveis a sua origem geográfica, e começaram a denominá-los com o nome geográfico que indicava sua procedência.

Os produtos que apresentam uma qualidade única, explorando as características naturais, tais como geográficas (solo, vegetação), meteorológicas (mesoclima) e humanas (cultivo, tratamento, manufatura), e que indicam de onde são provenientes são bens que possuem um certificado de qualidade atestando sua origem e garantindo o controle rígido de sua qualidade, denominado de "indicação geográfica", nas modalidades de "indicação de procedência" ou "denominação de origem". Alguns exemplos envolvendo produtos de notável qualidade, certificados e identificados com indicações geográficas, são os vinhos tintos da região de Bordeaux, os presuntos de Parma, os charutos cubanos, os queijos roquefort, entre outros. Nesses casos, a indicação da verdadeira origem geográfica do produto adquire a configuração de um bem, agregando valor econômico e beneficiando as pessoas estabelecidas no local de produção. Desta forma, fortalece organização social e concorre para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Mas o reconhecimento da IG origina-se do esforço de um grupo de produtores ou de prestadores de serviço que se organizam para defender seus produtos ou serviços, motivados por um lucro coletivo.

Vantagens de se obter a IG :

A presença de um selo de IG é uma verdadeira garantia para o consumidor, indicando que se trata de produto genuíno, cuja especificidade se deva à sua origem. Deste modo, os produtos com este símbolo inspiram uma maior confiança ao consumidor. O selo IG assegura que os produtos têm:

- a- uma história;
- b- uma determinada forma de produção local;



- c- características determinadas pelo local de origem; e
- d- uma boa reputação ligada às características da região. Sendo assim, a IG poderá gerar, além da fidelização do consumidor, renda e emprego.

Resumidamente, os efeitos de uma IG podem ser visualizados em três diferentes campos:

- a- No desenvolvimento econômico e social da área geográfica, pois estimula investimentos na própria zona de produção e aumenta a participação do produtor no ciclo de comercialização dos produtos, além de contribuir para a preservação das características e da tipicidade dos produtos, que se constituem num patrimônio de cada região/país;
- b- No mercado, pois a aumenta o valor agregado dos produtos, promove a sua melhoria, além de tornar mais estável a demanda do produto; e
- c- Quanto à proteção legal, pois promove mecanismos legais contra fraudes e usurpações.

Das 8 Indicações de Geográficas existentes atualmente no Brasil, 5 (63%) são gaúchas. Entre essas está incluída a primeira Denominação de Origem brasileira.

Indicações de Procedência do Rio Grande do Sul:

1. Vale dos Vinhedos (produto vinho e espumantes),
2. Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (produto carne),
3. Vale dos Sinos (serviço couro acabado), Pinto Bandeira (produto vinhos e espumantes)
4. Pinto Bandeira (produto vinho e espumantes),

Denominações de Origem do Rio Grande do Sul:

1. Litoral Norte Gaúcho (produto arroz).

Desempenho Operacional:

Metas executadas e resultados físicos da ação no exercício de 2011 na ação INDGRAF:

Tabela 1 - Produtos especialmente apoiados pela Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG/SFA-RS, para indicação Geográfica ou Marca Coletiva no ano de 210:

Produto	Nome da Região
Abacaxi	Terra de Areia
Arroz do Litoral Norte	Capivari do Sul
Erva mate	Machadinho
Morango	Bom Princípio
Cucas	Santa Cruz
Pêssego	Pelotas

Tabela 2 - Ações de capacitação desenvolvidas durante o ano de 2010 (palestras, reuniões, treinamentos, cursos, etc..)

Índice	Titúlo	Local	Instituição Beneficiária	Número de Participantes
1	O passo a passo para a obtenção da IG	Terra de Areia	Câmara Municipal de Terra de Areia	17
2	O passo a passo para a obtenção da IG	Pelotas	Sindicato Rural de Pelotas	40



Titulo	Local	Instituição Beneficiária	Número de Participantes
Valorizando o Produto Agropecuário com o Uso da Indicação Geográfica	Passo Fundo	Universidade de Passo Fundo	406
O Cooperativismo e o Associativismo no Agronegócio	Novo Barreiro	Prefeitura Municipal de Novo Barreiro	14
Valorizando o Produto Agropecuário com o Uso da Indicação Geográfica	Lajeado	Parque do Imigrante em Lajeado	93
Valorizando o Produto Agropecuário com o Uso da Indicação Geográfica	Santana do Livramento	Núcleo de Estudos Fronteiriços/ UFPEL em Santana do Livramento	40
Valorizando o Produto Agropecuário com o Uso da Indicação Geográfica	Esteio	Reunião Federacite durante a EXPOINTER 2011	50
Valorizando o Produto Agropecuário com o Uso da Indicação Geográfica	Anta Gorda	Reunião de Prefeitos do G10 - Municípios do Alto Vale Taquari	25
Indicações geográficas como ferramentas de desenvolvimento rural	Santa Cruz do Sul	UNISC - Santa Cruz do Sul	30
Sinais distintivos de mercado: A abordagem político- institucional	Pelotas	UFPEL - Pelotas	50
Indicações geográficas como ferramentas de desenvolvimento rural	Porto Alegre	Prefeitos e servidores de prefeituras do RS I Jornada Municipalista	25
<u>I WORKSHOP SOBRE INDICAÇÕES GEOGRAFICAS</u>	Jaguari	Campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha PRPPGI - Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia	50
Valorizando o Produto Agropecuário com o Uso da Indicação Geográfica	Bom Retiro do Sul	Prefeitura de Bom Retiro do sul	10
O passo a passo para a obtenção da IG Aplicação de questionários para representantes dos produtores de Erva Mate Cambona 4	Machadinho	Sede da Associação dos produtores de Erva Mate - Machadinho RS APROMATE	8
Aplicação de questionários para os produtores de moranguinho de bom Retiro do sul.	Bom Retiro do Sul	Email enviado para ser distribuído pelo Secretaria da Agricultura de Bom Princípio	10
Total			868

Metas: Produtores atingidos: 868



Tabela 3 – Participação em capacitações oferecidas pelo MAPA ou por outras instituições (palestras, cursos, seminários, oficinas de trabalho, congressos, etc...)

Título	Local	Instituição Executora
Iº Treinamento para a Execução das Ações de Fomento às Indicações Geográficas da DPDAG/SFA-RS/MAPA	Porto Alegre	SFA-RS
II Workshop de Inovação e Transferência de Tecnologia UFMA-Empresa e I Simpósio Internacional de Indicações Geográficas	São Luiz do Maranhão	Universidade Federal do Maranhão
Reunião CIG	São Luiz do Maranhão	CIG/MAPA

Despesas Orçamentárias:

Tabela – Despesas Custeio

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar	Valores Pagos
Diárias	8.905,40	8.905,40	8.905,40	-	8.905,40
Combustíveis	2.250,00	2.250,00	2.250,00	-	2.250,00
Passagens	2.800,00	2.800,00	-	2.800,00	-
Total	13.955,40	13.955,40	11.155,40	2.800,00	11.155,40

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Indicadores:

A eficiência da ação de fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários, os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Tabela - indicadores de eficiência

Ano	2011
Total de recursos aplicados	R\$13.955,40
No. Total de Produtores e demais integrantes da cadeias produtivas Atendidas	962
Custo por produtor atendido	R\$13,67
Número de IGs ou potencias de IGs trabalhadas	6
Custo por IG ou potencia de IG trabalhada	R\$2.325,90

Analise:

O indicador de efetividade tem o objetivo de valiar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento as suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.

Como a Ação de Fomento à Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários de trabalha com resultados a médio e longo prazo, ainda não temos dados para avaliar este item.

Em ações de fomento os índices aplicados para avaliação são difíceis de aplicar tendo em vista que o fomento as Indicações Geográficas são realizados em colaboração e parceria de várias entidades (EMATER, EMBRAPA, SEBRAE, UNIVERSIDADES, ETC...)



Ação:
Tipos:
Produto:
Especificação do produto:

Finalidade:
Descrição:

Detalhamento:

Unidade

Responsável:

Coordenador da

Ação Nacional:

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Responsável no

âmbito da UJ: Sandra Machado – Roberto Schroeder

Desempenho

Operacional:

4747 – Fiscalização de Serviços Pecuários - FISCALPEC.

Atividade.

Fiscalização realizada.

Número de entidades que prestam serviços pecuários dentro da conformidade de padrões de qualidade estabelecidos do total de entidades prestadoras de serviços pecuários de auditadas.

Fiscalizar a conformidade dos serviços prestados ao setor pecuário.

Avaliação da conformidade do conjunto de elementos que caracterizam os controles técnicos dos serviços consignados. Auditagens técnico-fiscais e operacionais realizadas nas organizações autorizadas a prestarem serviços pecuários referentes às atividades assim especificadas: registros genealógicos; provas zootécnicas; provas funcionais; avaliações genéticas; exposições e feiras agropecuárias; competições turfísticas; promoções hípicas; classificação de animais de abate e suas carcaças; classificação de couros, peles e casulos; fiscalização do bem estar animal e da prestação de serviços das atividades delegadas.

Execução direta pelo corpo técnico do MAPA.

CPIP/CGSPR/DEPROS/SDC.

Kleber Villela de Araújo.

Ação Nacional: Kleber Villela de Araújo.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Responsável no
âmbito da UJ: Sandra Machado – Roberto Schroeder



Indicadores:

1) Eficiência da ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários:

Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos.

Tipo de Atividade	Quantidade Realizada	Entidades Existentes	Percentual Auditado
Auditoria de Serviço de registro genealógico	04	05	80%
Auditoria em Jóquei Clube	03	06	50%

Além das auditorias, foram realizadas duas reuniões para atualização de legislação sobre registros genealógicos, onde houve a participação de um FFA da SFA/RS. Além destas, houve uma reunião para capacitação de FFAs em realização de certificação zootécnica para animais de central de inseminação, onde participaram dois técnicos de SFA/RS.

Após esta reunião de capacitação em realização de certificação zootécnica para animais de central de inseminação, esta atividade foi descentralizada e a partir de então foram realizadas as seguintes quantidades de certificações zootécnicas pela SFA/RS.

Mês	Nºs de CZs	Mês	Nºs de CZs
Maio	12	Setembro	21
Junho	3	Outubro	9
Julho	3	Novembro	4
Agosto	8	Dezembro	2

Cabe salientar que as certificações zootécnicas para importação de material genético animal estão sendo feitas pelo SEFIP/SFA-RS.

2) Eficácia da ação de Fiscalização dos Serviços Pecuários:

O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.



Ação:	2177 – Fiscalização de Serviços Agrícolas – FISCAGRIC1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização Realizada.
Especificação do produto:	Empresas de aviação agrícola fiscalizadas e com os serviços em conformidade com os padrões de qualidade estabelecidos pela legislação.
Finalidade:	Fiscalizar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
Descrição:	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e junto aos proprietários de aviões agrícolas.
Detalhamento:	Registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas; homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela aviação agrícola. Atuação de fiscais federais agropecuários do MAPA sobre as empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e sobre os proprietários de aviões agrícolas.
Unidade Responsável:	DIEL/SDC.
Coordenador da Ação Nacional:	Carlos Alberto Nunes Batista.
Unidade Executora:	Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.
Responsável no âmbito da UJ:	Sandra Machado – Ricardo Furtado.
Estratégia da Ação:	No Rio Grande do Sul está a maior frota de aviões agrícolas do Brasil, existem 310 aeronaves distribuídas em 96 empresas operadoras, realizando atividades de extrema importância para o agronegócio brasileiro, influenciando diretamente na produtividade agrícola. São serviços de pulverização de agrotóxicos, semeadura, adubação, combate a incêndios florestais, etc., em uma área trabalhada de aproximadamente 4,0 milhões de hectares. Na safra 2011/2012 deve haver uma diminuição da área trabalhada, em relação ao ano anterior, pois as condições meteorológicas causadas pelo advento do “La Niña” provocando chuvas abaixo da média facilitando o tratamento fitossanitário das lavouras com equipamento terrestre, principalmente na aplicação de herbicidas, aplicados no início do plantio das culturas de verão. Fato que deve causar uma diminuição na procura pelo serviço aeroagrícola. As lavouras que adotaram o sistema “Clearfield”, desenvolvido pelas entidades de pesquisa como Instituto Riograndense do Arroz (IRGA) e pela EMBRAPA, substituíram algumas atividades que utilizavam a aviação por atividades, quase que exclusivamente via terrestre. Essas são: a aplicação de herbicida e a aplicação de cobertura de uréia. Esse sistema provocou uma diminuição mais acentuada na procura de horas/avião, no início do plantio do arroz. A questão do uso de fungicida, no final do ciclo do arroz e na cultura da soja, para o tratamento de doenças de final de ciclo e da ferrugem asiática, tem se consolidado e crescido a sua demanda ano a ano. Este fenômeno tem gerado um crescimento constante do uso do serviço aeroagrícola. A mudança no início das campanhas das aplicações parece estar consolidada, pois até quatro anos atrás, começavam em Setembro indo até final de janeiro, hoje percebemos que este período está mais amplo, começando em setembro, mas se findando somente em meados de maio, para as culturas de verão. Fato que



implica diretamente na fiscalização de campo, pois a disponibilidade de recursos financeiros e humanos deve estar presente durante todo o período mais intenso de serviços. Também foi constatado um aumento substancial na demanda de semeadura de pastagens de inverno, tendo sido aplicado aproximadamente 400 mil hectares em 2011. Outros sinais da diversificação na demanda é observado com serviços onde antes não era utilizado o avião, tais como pulverização de fungicida em milho, combate à insetos em eucaliptos, maturadores em cana-de-açúcar, etc. Até mesmo a Petrobras tem realizado testes com aplicação aérea, para lançamento de detergentes no mar, buscando melhorar o combate a acidentes de petróleo nos seus domínios.

Indicadores:

Tabela: Indicadores Quatitativos:

Atributo	Indicador			
	Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Número de Fiscalizações Realizadas	Custo de fiscalização de 2011 em relação ao ano anterior.	Custo Unitário da Fiscalização em relação à estimativa inicial	Número de Fiscalizações Realizadas como um percentual do número de fiscalizações programado	Percentual de Fiscalização realizada em relação ao universo de estabelecimentos e produtos registrados no RS
Unidade de medida	R\$	R\$	Percentual	Percentual
Fonte	DFA	DFA	DFA	DFA
Fórmula de cálculo	Variação absoluta do custo realizado de 2010 para 2011: $\text{CR 2011} - \text{CR 2010} = R\$ 28.888,31 - R\$ 41.381,50 = R\$ -12.493,19$ Variação percentual do custo realizado de 2010 para 2011: $[(\text{CR 2010} : \text{CR 2009}) - 1] \cdot 100 = [(\text{R\$ } 28.888,31 : \text{R\$ } 41.381,50) - 1] \cdot 100 = -30,19\%$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2010: $\text{CUR} = (\text{CR} : \text{NFR 2011})$ $\text{CUR} = (R\$ 28.888,31 : 80) = R\$ 361,10$ Variação percentual entre Custo Unitário realizado e programado em 2010: $[(\text{CUR} 2010 : \text{CUP} 2009) - 1] \cdot 100 = [(R\$ 510,88 : 361,10) - 1] \cdot 100 = 41,27\%$	Relação percentual entre o número de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas em 2010: $(NFR 2011 : NFP 2011) \cdot 100 = (81 : 110) \cdot 100 = 72,63\%$	Relação percentual entre o Número de Fiscalizações Realizadas e o Número Total de Estabelecimentos e Produtos $(NFR 2011 : NTEP) \cdot 100 = (81 : 110) \cdot 100 = 72,63\%$
CR = custo realizado	CP= Custo Programado	NFR= Número de Fiscalizações Realizadas	NFP= Número de Fiscalizações Programadas	NTPE= Número Total de Produtos e Empresas



Atributo	Indicador			
	Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Fiscalização Realizada	VA: -R\$ 12.493,19	VA: R\$361,10	VA: 80 (UN)	VA: 110 (UN)
	VR: -30,19%	VR: 40,27%	VR: 87,91%	VR: 72,63%

Análise I:

O índice de Economicidade (VR= -30,19%) mostrou-se compatível, refletindo diretamente a diminuição das atividades deste PI. O VA=(R\$) - 12.493,19 refletiu o diminuição dos gastos em relação ao ano anterior, um diminuição nas atividades de fiscalização a nível de sede e um aumento na fiscalização de campo, buscamos imprimir maior rigor com relação a atividade de aeronaves e empresas sem registro junto ao MAPA e identificar as empresas que não estão cumprindo a legislação com relação ao destino e tratamento dos seus efluentes. Com relação a viagens para fora do estado, foram 1 à Brasília para participar do Reunião junto a SDC(FFA Engº Agrº Ricardo D. Furtado). O 2º semestre/2010 foi o de maior quantidade de serviço demandado, reflexo do período dos cursos de aviação agrícola (Piloto, Executor) e da própria atividade-fim desta fiscalização, fiscalizar a aplicação durante a safra, que ocorre basicamente neste período.

O índice de Eficiência mostrou uma relação positiva, principalmente porque houve uma melhor alocação dos recursos e maximização nas ações, demonstrando o esforço do setor para fiscalizar todas as empresas localizadas no estado. O peso do VA= 361,10 está em bom nível; quanto ao VR=40,27%, ficou visível esta diferença entre o programado e o realizado. Este índice mostrou grande variação quando comparado ao de 2010, onde o VA = 510,88. Isto indica que houve um aumento da eficiência quando comparado ao CUR/2010.

O índice de Eficácia mostrou-se levemente positivo, VA=80 UN e VR=87,91%, valor compatível com a falta de recursos humanos e para implementar a este tipo de fiscalização. Com a mudança do servido do SEFIA para o DPDAG gerou uma diminuição das fiscalizações em geral, tanto de sede quanto de campo, pois os recursos humanos e materiais, disponíveis no Serviço de Fiscalização não estão disponíveis nos DPDAGs. Isto sem falar no direcionamento político deste serviço onde a fiscalização não é incentivada, pois são ônus ao gestor.

O índice de Efetividade mostrou-se bom, pois o VR=72,63%, onde o valor desejável é acima de 70(setenta)% assim, afirma-se que este PI mostrou-se, mesmo com todos os direcionamentos contrários por parte do DIEL/MAPA, efetivo sobre suas ações. O VA=110UN representa que ocorreu uma variação positiva nas atividades realizadas.

O PI Fiscagric1 apresentou uma boa relação dos gastos decorrentes quando comparados aos realizados no ano de 2011, apresentando uma certa estabilização entre o que é programado e o que é realizado, refletindo as limitações do serviço.

Análise II:

A fiscalização realizada pelo DPDAG/Aviação Agrícola vai desde o registro da empresa como operadora aeroagrícola, passando pela inspeção da documentação na sede administrativa até a fiscalização de campo com o



aferimento das condições atmosféricas, tecnologia de aplicação, planejamento operacional e o relatório de aplicação do trabalho realizado e receituário agronômico. Em 2011 a fiscalização foi bastante diversificada, atendendo a denúncias de deriva por parte dos agricultores, solicitações de perícia de danos por parte Ministério Público, fiscalizamos operações de campo, fiscalizamos documentação em sede e consolidamos a instalação de sistemas de tratamento de efluentes gerados pela aplicação aérea. Hoje poucas empresas não fazem tratamento dos produtos tóxicos que eram liberados diretamente no meio ambiente, as ações da DPDAG provocaram a consolidação do modelo do Pátio de Descontaminação de Aeronaves Agrícolas. Como consequência, hoje 100% de todas as empresas e 100% de agricultores e cooperativas possuem pátio. Cálculos aproximados indicam que aproximadamente 30 milhões de litros de produtos tóxicos são tratados e retidos, anualmente, antes eram ançados diretamente no meio ambiente.

No ano de 2011, as fiscalizações foram executadas dentro da disponibilidade orçamentária e de pessoal - FFA com Curso de Coordenador em Aviação Agrícola. A mudança da fiscalização da Aviação Agrícola do SEFIA para a DPDAG causou descontinuidade do serviço, pois grande parte dos recursos humanos continuaram no SEFIA, porém é louvável a disponibilidade da chefia do DPDAG em buscar a estabilização e a normalização da rotina requerida por este tipo de fiscalização. Também se fez notar que os impedimentos a nível nacional foram marcantes, e refletiram nos estados, principalmente na SFA-RS, já que aqui está grande parte das empresas, escolas de técnicos executores, pilotos e prestadores de serviços à aviação agrícola. Não houve qualquer reunião com vistas à unificação de procedimentos, nem a continuidade consolidação da legislação. Há necessidade notória de um técnico convededor do “mundo aeroagrícola” e com “espírito proativo” na sede do MAPA/Brasília, para conseguir melhor orquestrar as atividades a nível nacional.

Os FFAs que atuaram diretamente na fiscalização de campo foram : FFA Engº Agrº Ricardo D. Furtado, FFA Engº Agrº Osni Tadeu P. Lopes, a fiscalização cartorial na sede SFA contou com a atuação dos FFA Engº Agrº Ricardo D. Furtado.

Há falta de fiscais com Curso de Coordenador em Aviação Agrícola (CCAA) pois muitos estão lotados em UVAGROs e sua presença nestas unidades os impedem de prestar serviços à fiscalização aeroagrícola. A Divisão ainda carece de um fiscal ou de um funcionário na sede, para somar-se aos serviços cartoriais. Um estagiário mais específico para o setor seria bem vindo, pois há muito serviço a ser realizado e produtos a serem desenvolvidos.

No ano de 2011, a DPDAG concentrou seus esforços na fiscalização dos relatórios mensais de atividades (sede na SFA) e nas fiscalizações (de campo e sede das empresas) dos Planejamentos/Relatórios de aplicações. Devido a limitações orçamentárias, o esforço de fiscalização resultou na visita de 75 % das empresas registradas no MAPA. Foi solicitado o registro de 4 novas empresas prestadoras de serviço aeroagrícola no estado, e somente 2(duas) solicitaram cancelamento de registro.

A) Atendimento de Denúncias a Apoio ao MPE - ainda foram atendidas denúncias realizadas pelos agricultores e pelo MPE. Nos municípios de Restinga Seca, Pelotas, Rosário do Sul e Dom Pedrito. A DPDAG também participou da demanda do Ministério Público, com objetivo de estabelecer



uma área de exclusão para aplicação aérea com um raio de 10Km do centro da cidade de Pelotas/RS.

B) Capacitação e Treinamento - quanto aos Cursos para Pilotos Agrícolas, foram 4 turmas realizadas na Escola de Aviação Santos Dumont (Cachoeira do Sul), tendo sido formados 40 pilotos agrícolas; e Cursos de Executores em Aviação Agrícola , com 1(uma) turma no CAVG /UFPel – onde foram formados 34 alunos, e 4(quatro) turmas com mais 40 Pilotos Agrícolas no Aeroclube de Carazinho em 2011.

Desempenho Operacional:

Tabela - Execução Física da Ação de Fiscalização de Serviços Agrícolas Realizadas pela DPDAG EM 2010.

Especificação	Programado	Realizado
Fiscalização de Sede	91	76
Fiscalização de Aplicação de Produtos	4	2
Fiscalização de Escolas de Aviação Agrícola	4	8
Fiscalização de Cursos de Coordenadores em Aviação Agrícola	0	0
Fiscalização de Cursos para Executores e em Aviação Agrícola	1	1
Total de esforço de Fiscalização	102	91
Reuniões com outras entidades e Ministério Público	10	3
Total esforço trabalho	112	94

Despesas Orçamentárias:

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	18.450,00	18.450,0	18.450,0	100%
3390.30	5.100,00	5.100,00	5.100,00	100%
3390.33	1.140,00	1.140,00	1.140,00	100%
3390.39	4.300,00	4.300,00	4.300,00	100%
3390.93	799,29	799,29	372,85	46,65%
TOTAL - CUSTEIO	29.789,29	29.789,29	29.362,85	98,57%
TOTAL GERAL	29.789,29	29.789,29	29.362,85	98,57%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Considerações Finais:

Sugestões, dificuldades encontradas e justificativas - há necessidade de aumentar o número de pessoas envolvidas na ação, sendo mais um FFA com CCAA, para poderem atuar diretamente na fiscalização da aviação agrícola, na sede ou em uma UTRA e um estagiário diretamente ligado à Aviação Agrícola, para desafogar o volume de trabalho.

Há necessidade de equipamentos como: máquina fotográfica digital, binóculo, bússola, mapas , cartas, pás, facões, etc.

A aviação agrícola vem apresentando serias dificuldades para acompanhar as mudanças exigidas pela sociedade, principalmente com relação às exigências de outros órgão fiscalizadores, porém frente às exigência do MAPA se notas que, em geral, as empresas estão buscando a devida adequação.

Outro desafio da Aviação agrícola é a competição imposta pelos pulverizadores terrestres, que está provocando um movimento por parte dos empresários para minimizar custos, implicando em uma diminuição dos cuidados na aplicação, fato que por si só nos obriga a aumentar a fiscalização



para que os produtores, o meio ambiente e a sociedade como um todo não venham a ser prejudicados.



Ação:
Tipos:
Produto:
Especificação do produto:

Finalidade:

Descrição:

Detalhamento:

8548 – Promoção do Agronegócio no Exterior - PROMOAGRO

Atividade.
Evento Realizado.

Análise, publicação, seminário, realização ou participação em evento promocional, todos com enfoque em comércio exterior do agronegócio e destinados a agentes exportadores nacionais ou a importadores e comunidades estrangeiras.

Impulsionar as exportações por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio, na capacitação dos agentes exportadores, no apoio à integração das cadeias produtivas, na abertura de oportunidades comerciais e no fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro no exterior.

A ação contempla as seguintes atividades referentes ao agronegócio:

a) obtenção e análise de informações estratégicas sobre os mercados internacionais do agronegócio (evolução e tendências da produção e comércio, barreiras tarifárias e não tarifárias, especialmente barreiras sanitárias e fitossanitárias) e sua disseminação por meio do portal do MAPA, sistemas de informação, estudos, pareceres ou publicações com o objetivo de auxiliar o processo de tomada de decisões nos setores público e privado;

b) capacitação dos agentes do agronegócio para exportação, por meio da realização de eventos e atividades para informação e formação dos agentes das cadeias produtivas, tais como: seminários objetivando mobilizar e sensibilizar os diversos agentes da cadeia produtiva para integração e exportação; cursos de formação de agentes multiplicadores da cultura da integração para exportação; e elaboração de cartilhas e manuais informativos sobre processos de integração e procedimentos para exportação de produtos agropecuários;

c) integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação por meio do apoio, em articulação com agentes privados e públicos locais, à formação de projetos piloto de integração, com ênfase em condomínios rurais e consórcios de exportação;

d) divulgação da imagem do agronegócio brasileiro no exterior, por meio da elaboração de material institucional e realização de eventos, no Brasil e no exterior, em parceria com outras unidades do Ministério, com o setor privado e em articulação com outras entidades públicas, objetivando a divulgação de informações que enfatizem a qualidade, sanidade e sustentabilidade dos produtos e processos do agronegócio nacional, dirigidos a autoridades governamentais, técnicos, empresários, formadores de opinião, imprensa e sociedade civil internacional, visando ao fortalecimento da imagem do agronegócio brasileiro e à neutralização dos ataques internacionais que a prejudicam.

Organização dos agentes do agronegócio por meio da realização de seminários, cursos de formação, assim como coordenação e formação de parcerias entre os agentes públicos e privados para permitir a integração dos elos das cadeias produtivas do agronegócio para exportação; aquisição de softwares, publicações e bases de dados nacionais e internacionais para atualização de sistemas de informações de comércio exterior do agronegócio; elaboração, editoração, impressão e distribuição de estudos, publicações, cartilhas e material institucional; divulgação no exterior das informações



sobre qualidade e sanidade do agronegócio brasileiro, por meio da realização de palestras, seminários, encontros comerciais, participação em feiras e outros fóruns, em parceria com a iniciativa privada e em articulação com os demais órgãos do governo que tratem da promoção do Brasil no exterior.

Unidade

Responsável:

Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.

Coordenador da

Ação Nacional:

Marcelo Junqueira Ferraz.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Responsável no

âmbito da UJ:

Sandra Machado.

Estratégia da Ação: Impulsionar as exportações gaúchas por meio de atividades articuladas e integradas, que consistam na disseminação das informações dos mercados internacionais do agronegócio e no apoio à integração das cadeias produtivas.

**Despesas
Orçamentárias:**

Tabela: Recursos Recebidos

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	LIBERADO	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	1.300,00	1.300,00	1.287,96	99,07%
3390.30	2.400,00	2.400,00	2.400,00	100%
3390.37	700,00	700,00	700,00	100%
3390.39	6.200,00	6.200,00	6.200,00	100%
3390.93	290,00	290,00	254,75	87,84%
TOTAL - CUSTEIO	10.890,00	10.890,00	10.842,71	99,57%
TOTAL GERAL	10.890,00	10.890,00	10.842,71	99,57%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

**Considerações
Finais:**

O conjunto de ações da DPDAG/SRI para a promoção dos produtos e serviços agropecuários no mercado externo estimula o Rio Grande do Sul a se consolidar como provedor mundial de matérias primas vegetais e alimentos de qualidade.

O ideal é que todos os anos fossem realizados eventos em várias regiões do estado.

Se a DPDAG dispusesse de mais técnicos e pessoal de apoio poderia incrementar esta ação.



Ação:	2141 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes - FISFECOI.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Fiscalizações realizadas em produtos e estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes.
Finalidade:	Melhorar os níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes colocados a disposição dos produtores rurais.
Descrição:	A fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes consiste na execução dos seguintes processos: 1) Registro de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 2) Registro de produtos; 3) Fiscalização sobre a produção, importação e comercialização desses insumos agrícolas; 4) Elaboração e revisão de normas técnicas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; 5) Monitoramento e avaliação das ações de fiscalização, por meio da realização de supervisões e auditorias nas unidades descentralizadas no MAPA. Acrescenta-se a esses esforços de a realização de reuniões técnicas e treinamentos em serviços com vistas ao aprimoramento desses processos.
Detalhamento:	Atuação dos Serviços de Fiscalização e Fomento da Produção Vegetal – SFFV, das Superintendências Federais de Agricultura nas unidades federativas e coordenação central em Brasília.
Unidade Responsável:	Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas.
Coordenador da Ação Nacional:	Hideraldo José Coelho.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-RS.
Responsável no Âmbito da UJ:	Mauro Marques Ruggiro
Estratégia da Ação:	A inspeção e fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos e inoculantes, uma atividade obrigatória, é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto na Lei nº 6.894 de 16 de dezembro de 1980, regulamentada pelo Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004. O SEFIA é o Serviço da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio Grande do Sul (SFA/RS), responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento desta atividade em nível regional.
Atribuições:	<ol style="list-style-type: none">1. Programar e realizar a inspeção e a fiscalização de estabelecimentos produtores e comerciantes de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;2. Orientar, controlar e avaliar a aplicação da legislação e normas complementares relativas: produção, comercialização, importação e exportação de fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes; registro de estabelecimentos e produtos; e aferição de padrões de identidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes;3. Instruir processos administrativos de fiscalização para o julgamento em 1ª Instância;4. Encaminhar procedimentos sobre suspensão, cancelamento de registro e interdição temporária ou definitiva de estabelecimentos;5. Analisar os pedidos de registro de produto novo sem antecedente de uso no País, remetendo-os à instância superior;



6. Organizar e divulgar dados estatísticos sobre consumo, produção e importação de fertilizantes, corretivos e inoculantes, assim como sobre as ações da fiscalização e seus resultados;

7. Identificar a necessidade de capacitação e promover reuniões e treinamentos para os Fiscais Federais Agropecuários que atuam na fiscalização.

A fiscalização é planejada de acordo com as metas anuais e adequada aos recursos disponíveis, distribuindo-se estrategicamente em diferentes regiões do estado e períodos do ano. Aspectos que são verificados durante a ação fiscal:

1. Condições das instalações e do armazenamento das matérias-primas e produtos acabados;

2. Funcionamento adequado dos equipamentos de produção;

3. Controle de qualidade adotado pelas empresas; análises efetuadas por laboratório próprio ou de terceiros;

4. Conformidade dos rótulos, embalagens, material de propaganda e divulgação;

5. Documentos fiscais emitidos;

6. Ordens de produção e sua conformidade com as formulações obtidas;

7. Mapas trimestrais de produção;

8. Regularidade nos contratos de prestação de serviços;

Consiste, ainda, em importante meio de fiscalização, a coleta de amostras para realização de análises fiscais, visando verificação da conformidade da qualidade dos insumos. No ano de 2011, para os fertilizantes sólidos, o tamanho médio dos lotes amostrados atingiu 115 toneladas, para os fertilizantes minerais mistos. A média do tamanho do lote para os fertilizantes simples e complexos foi de 380 tons. As amostras colhidas pela fiscalização são analisadas por laboratórios credenciados pelo MAPA para a realização das análises fiscais. O Laboratório da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC efetuou as análises das amostras de fertilizantes e corretivos e o Laboratório da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária - FEPAGRO/RS efetuou as análises dos produtos inoculantes coletados em 2011. As análises periciais dos fertilizantes e corretivos foram realizadas pelo laboratório do MAPA, Laboratório Nacional de Referência Agropecuário (LANAGRO-RS). Para o alcance das diretrizes relacionadas acima, em 2011 foram coletadas 333 amostras de produtos e realizadas 163 fiscalizações em estabelecimentos. Nessas ações, quando necessário, foram tomadas medidas cautelares, como por exemplo, a apreensão de produtos e de rótulos e embalagens irregulares. Os oito termos de apreensão lavrados no ano totalizaram o seguinte volume de produtos: 21.950 rótulos de sete produtos diferentes; 2.200 embalagens plásticas. Não houve apreensão de produtos expostos a venda. Em decorrência das irregularidades constatadas, foram emitidos 27 termos de intimação e 49 autos de infração, contra 12 e 79 emitidos em 2010, respectivamente.

Processos Administrativos de Fiscalização (PAF) - A condução dos PAFs gerados por autuações são de responsabilidade da própria equipe da SFA, até a fase de julgamento em 1^a instância. Quando impetrado recurso administrativo, o processo passa a tramitar na sede do MAPA, em Brasília, para as fases de instrução e julgamento em 2^a instância. Em 2011 foram julgados 58 processos administrativos, todos considerados procedentes, para os quais foram aplicadas três advertências e 55 multas que totalizaram R\$



465.230,00 (quatrocentos e sessenta e cinco mil e duzentos e trinta reais), valor que representa apenas 25% do montante de multas aplicadas no ano anterior. Isso é reflexo do menor número de processos tramitados e julgados, em virtude de não possuirmos processos acumulados ou com atraso significativo.

Concessão de Registros – as análises documentais dos requerimentos e a concessão de registro de estabelecimentos produtores, importadores, comerciantes são efetuadas no Serviço, bem como o registro dos respectivos produtos. Da mesma forma existe demanda por renovação de registro de estabelecimentos, que possuem validade de apenas cinco anos, como também, atualização de registros de produtos pela mudança na razão social da empresa. Essas atividades demandam consideravelmente os recursos humanos disponíveis, pois se inicia na orientação quanto às normativas legais, análise documental, abertura de processo e posterior vistoria dos locais. No caso de produtos, procedeu-se a análise de 575 requerimentos, resultando em 394 registros deferidos. Para os estabelecimentos, foram concluídos os registros de oito novos estabelecimentos produtores, 4 estabelecimentos importadores e 60 estabelecimentos comerciantes.

Licenciamento de Importação - Conforme dispõe a Instrução Normativa nº 40, de 30 de junho de 2008 e a Instrução Normativa SARC nº 14, de 2003, a importação de fertilizantes e suas matérias-primas depende de autorização prévia ao embarque da mercadoria pelo SEFIA e do deferimento na sua chegada, pelo VIGIAGRO. A autorização dos licenciamentos de importação (LI) é feita via sistema SISCOMEX. Em 2011 foram analisados 1.521 requerimentos de importação, número praticamente igual ao verificado em 2010.

O desempenho da ação de Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes no ano de 2011, no âmbito da SFA/RS estão mostrados nos seguintes indicadores:

Indicadores:

1. **Indicadores de Eficiência:**
 - i. Avaliação do Custo Médio de Fiscalização (economicidade);
 - ii. Custo apurado por fiscalização em relação ao programado (eficiência);
2. **Indicadores de Eficácia:**
 - i. Fiscalização realizada em relação ao programado;
 - ii. Fiscalização realizada em estabelecimento produtor;
 - iii. Fertilizante Mineral Sólido (Simples, Misto e Complexo) amostrado em relação ao consumo anual;
 - iv. Corretivos amostrados em relação à produção anual;
 - v. Inoculantes amostrados em relação à produção anual;
 - vi. Processos relatados e julgados em relação aos autos de infração emitidos.

Os indicadores de desempenho foram propostos pela Coordenação da Fiscalização de Fertilizantes, Inoculantes e Corretivos – CFIC, para acompanhamento da atividade ao longo do ano e sofreram algumas adaptações para construção do relatório de gestão. Acompanha cada indicador um **Padrão de Desempenho**, com resultados classificados como Bom, Regular ou Ruim, segundo um índice de referência esperado



**Indicador
Eficiência:**

de Denominação: Evolução do custo médio da fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes (economicidade).

Finalidade do indicador: Avaliar a evolução do custo da ação de fiscalização, comparando com o custo apurado em períodos anteriores

- Índices de referência: 2008 = 1,20; 2009 = 1,68; 2010 = 1,01.
- Esperado: 0,95

• Padrão de desempenho:

Bom	Abaixo de 1,1
Regular	1,1 a 1,3
Ruim	acima de 1,3

• Cálculo:

OE (UF)	R\$ 101.094,32	
NFE (UF)	496	
OEAA (UF)	R\$ 136.776,40	
NFEAA (UF)	684	1,02

OE (UF): Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização no período (ano). Considera-se orçamento executado o valor liquidado ou inscrito em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo. Fonte: SIOR e SIAFI; **NFE (UF):** Número total de fiscalizações realizadas no período (ano). Fonte: RAM; **OEAA (UF):** Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização no período anterior (ano). Considera-se orçamento executado o valor liquidado ou inscrito em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo. Fonte: SIOR e SIAFI; **NFEAA (UF):** Número total de fiscalizações realizadas no período anterior (ano). Relatório mensal de atividades.

Comentários acerca do resultado - o indicador de economicidade aponta a eficiência na aplicação dos recursos liberados. O padrão de desempenho ficou na **faixa de classificação BOM**. Houve um incremento de apenas 2% no custo da atividade de fiscalização em relação a 2010, passando de R\$ 199,96 para R\$ 203,82/fiscalização. Deve-se lembrar que cada fiscalização efetuada gera uma série desdobramento que não são computados como fiscalização realizada, logo os critérios para definir o Indicador de Economicidade poderiam ser reconsiderados. Observa-se, ainda, que as passagens aéreas e diárias destinadas a despesas para participar de reuniões e cursos de capacitação estão incluídas no custo da fiscalização, embora não sejam custos operacionais e sim investimentos em pessoal, os quais irão diluir-se entre as áreas de atuação do fiscal, ao longo de vários anos.

**Indicador
Eficiência:**

de Denominação: Custo apurado por fiscalização em relação ao programado (eficiência).

Finalidade do Indicador: Avaliar a relação do custo apurado por fiscalização em relação ao custo programado para o ano.

- Índices de referência: 2008 = 1,20; 2009 = 1,83; 2010 = 0,95.
- Esperado = < 1,1.

• Padrão de desempenho:

Bom	abaixo de 1,1
Regular	1,1 a 1,3
Ruim	acima de 1,3

• Cálculo:

OE (UF)	R\$ 101.094,32	
NFE (UF)	496	
OP (UF)	R\$ 128.588,50	0,95
NFEP (UF)	600	



Onde:

OE (UF) = Orçamento de custeio executado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Considera-se orçamento executado os valores liquidados ou inscritos em restos a pagar ao final do exercício. Os valores de capital (investimento) não entram no presente cálculo. Fonte: SIOR e SIAFI; **NFE (UF)** = Número de fiscalização em estabelecimentos realizadas no período (ano). Fonte: RAM; **OP (UF)** = Orçamento de custeio programado na atividade de fiscalização de fertilizantes, corretivos e inoculantes no período (ano). Fonte: POA; **NFEP (UF)** = Número de fiscalização em estabelecimentos programadas no período (ano). Fonte POA.

Comentários acerca do resultado – o custo unitário da fiscalização atingiu 95% do valor programado. O padrão de desempenho **classifica-se como BOM** e demonstra a eficiência do planejamento e execução dos trabalhos. A meta física de fiscalização não foi atingida em virtude do contingenciamento havido, o qual restringiu a emissão de ordens de serviços por servidor.

Indicador Eficácia:

de **Denominação: Fiscalização realizada em relação ao programado.**
Finalidade do Indicador: Avaliar o cumprimento da meta de fiscalização estabelecida na Lei Orçamentária Anual (LOA).

- Índices de referência: 2007 = 0,85; 2008 = 0,96; 2009 = 1,06.
Esperado $\geq 0,95$.
- Padrão de Desempenho:

Bom	acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,89
Ruim	abaixo de 0,59

- Cálculo:

TFR	496	
TFP	600	0,83

Onde:

TFR = TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM PRODUTO + TOTAL DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM ESTABELECIMENTOS;

TFP = TOTAL DE FISCALIZAÇÕES PROGRAMADAS. Fonte: SIPLAN e RAM.

Comentários acerca do resultado - esse indicador reflete o percentual de atendimento da meta das fiscalizações físicas já mencionadas anteriormente. O resultado do indicador de eficácia classifica-se no padrão REGULAR, pois ficou abaixo de 90% do desempenho esperado. Por outro lado, esse indicador ficou acima das projeções feitas no primeiro semestre, que eram de apenas 70%, em função das restrições de diárias impostas pelo contingenciamento do governo federal.

Indicador Eficácia:

de **Denominação: Fiscalização realizada em estabelecimento produtor.**
Finalidade do Indicador: Avaliar se todos os estabelecimentos produtores foram fiscalizados no período. Calculado somente nas SFAs que possuem indústrias. A diretriz da Coordenação Nacional é para que todos os estabelecimentos sejam fiscalizados pelo menos uma vez ao ano.

- Índices de referência: 2008 = 0,95; 2009 = 0,82; 2010 = 0,65.
- Esperado $\geq 1,00$.

- Padrão de desempenho:

Bom	Acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,89
Ruim	abaixo de 0,59

EF	56	0,70
----	----	------



Comentários acerca do resultado - o indicador fiscalização realizada em estabelecimento produtor classifica-se no padrão de desempenho **REGULAR**, presente o fato da dispersão das empresas nas diferentes regiões do estado e das restrições de pessoal exigir que as ações sejam planejadas apenas para atingir os estabelecimentos de maior representatividade no mercado. O resultado não surpreendeu a equipe de gestão, pois foi o reflexo de uma decisão estratégica do serviço, juntamente com a coordenação da área. Essa é a tendência da fiscalização, migrar da ação quantitativa para atividades focada na inteligência. Para tanto, alguns indicadores também deveriam ser alterados. Essa mudança vem sendo construída nos últimos anos, resultado de um planejamento estratégico e implantação de um programa especial de fiscalização, tecnicamente fundamentado, e como pode ser visto nos indicadores anteriores, não impactou no desempenho de economicidade, eficiência e eficácia, bem como será visto abaixo, na conformidade dos produtos.

Indicador Eficácia:

de Denominação: Fertilizante mineral sólido amostrado em relação ao consumo anual.

Finalidade do Indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação ao consumo anual de fertilizantes minerais. A diretriz da Coordenação Nacional indica que a amostragem deve representar 3% do consumo anual de fertilizantes minerais sólidos.

- Índices de referência: 2007 = 2,1%; 2009 = 2,61%; 2010 = 1,93%
- Esperado $\geq 2,0\%$.

- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 2,1%
Regular	1,0 a 2,1%
Ruim	abaixo de 1,0%

- Cálculo:

FMA	45.172,54	1,37%
FMC	3.300.000,00	

Onde:

FMA = FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS). Fonte: RAM; FMC = FERTILIZANTE MINERAL SÓLIDO CONSUMIDO NO ANO (TON). Fonte: SIARGS.

Comentários acerca do resultado - Este índice aponta a representatividade do volume coletado em relação à produção do estado, portanto sofre interferência do mercado. Em 2010 verificou-se uma superação nacional do setor nas vendas de fertilizantes, que registrou no RS um acréscimo de 8% em relação ao volume vendido em 2009 e em 2011 o acréscimo foi de mais de 6% sobre o valor de 2010. Devido a limitações de capacidade laboratorial para análise das amostras, estabelecemos uma meta para o número de amostras, logo o volume amostrado será a soma da representatividade de cada amostra, que, por sua vez, dependerá da quantidade de produto encontrado no momento da coleta. Nesse ano o percentual de coleta ficou classificado no intervalo do padrão **REGULAR**, com apenas 1,35% de representatividade, a queda em relação aos anos anteriores se deve às barreiras, impostas pelo governo federal, aos procedimentos de emissão de ordens de serviço, sendo que mais de 100 amostras deixaram de ser coletadas, as quais, considerando a média, poderiam contribuir para atingir cerca de 2% do volume consumido, ficando mais próximo do padrão BOM.



**Indicador
Eficácia:**

de Denominação: Corretivo amostrado em relação à produção anual.

Finalidade do Indicador: Avaliar a cobertura da amostragem coletada pela fiscalização em relação à produção anual de corretivos.

- Índices de referência: 2007 = 4%; 2008 = 3%; 2009 = 2,66%; 2010 = 2,72%.
- Esperado $\geq 2,0\%$.

- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 2,5%
Regular	2,0 a 2,5%
Ruim	abaixo de 2,0%

- Cálculo:

CA	40.630	2,39%
CP	1.700.000	

CA = CORRETIVO AMOSTRADO NO ANO (TONELADAS). Fonte: RAM. **CP** = CORRETIVO PRODUZIDO NO ANO (TONELADAS). Fonte: SINDICALC. **Observação:** Os índices de referência dos anos de 2008 e 2009 foram calculados considerando-se a produção total do estado de 941.00 toneladas (fonte dos mapas trimestrais) sendo que a partir do ano de 2010 adotaram-se os dados da SINDICALC. Dessa forma o montante de referência aumentou em 90%.

Comentários acerca do resultado – o volume representativo das amostras de corretivos resulta em um percentual de representatividade que se classifica em um **padrão de desempenho BOM**. Em função da localização das empresas produtoras, a fiscalização desse produto concentra-se em duas semanas do ano. Mesmo com apenas 19 amostras efetuadas, foi possível atingir a representatividade de 2.138 tons/amostra, e dessa forma superar o volume previsto para amostragem dos produtos corretivos.

**Indicador
Eficácia:**

de Denominação: Inoculante amostrado em relação à produção anual.

Finalidade do Indicador: Avaliar a cobertura da amostragem de produto nacional coletada pela fiscalização em relação a produção anual.

- Índices de referência: 2007 e 2008 (não apurado); 2009 = 13,28%; 2010 = 18,49%.
- Esperado $\geq 20\%$.
- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 18%
Regular	12 a 17,9%
Ruim	abaixo de 12%

- Cálculo

IA	32.97	6,59%
IC	500,00	

Onde:

IA = INOCULANTE NACIONAL AMOSTRADO NO ANO (1000 DOSES). Fonte: Termos de Coletas emitidos (TCAs). **IC** = INOCULANTE PRODUZIDO NO ANO (1000 DOSES). Fonte: Estimado por histórico.

Observações: * Índice de 2009 considerou volume de produção de 339.980 doses. A partir de 2010 considerou-se 500.000 doses. * Nesse volume exclui-se a amostragem de produtos importados.

Comentários acerca do resultado – Devido à produção sazonal, curto período de estoque e prazo de validade, para atender a meta de coleta de inoculantes é preciso aumentar a freqüência de fiscalização do Produtor ou comerciante. Em 2011 tal fato não ocorreu, seu **desempenho classificou-se como RUIM**.



**Indicador
Eficácia:**

de Denominação: Processos julgados em 1^a instância em relação aos autos de infração lavrados:

Finalidade do indicador: Avaliar a sequência do trabalho da fiscalização (após a ação no campo);

- Índice inicial de referência: 2009 = 1,27; 2010 = 2,05.
- Esperado: >= 1.

- Padrão de desempenho:

Bom	acima de 0,9
Regular	0,6 a 0,9
Ruim	abaixo de 0,6

- Cálculo:

PJ	58
AI	49

1,18

PJ = PROCESSOS JULGADOS EM 1^a INSTÂNCIA. Fonte: RAM.

AI = AUTO DE INFRAÇÃO EMITIDOS. Fonte: RAM..

**Desempenho
Operacional:**

Em 2011 verificamos o atendimento de 81,7% das metas físicas programadas. Sendo que houve superação no número de empresas fiscalizadas, porém deficiência no número e volume de produtos amostrados. A meta de fiscalizações realizadas é composta por uma série de outras metas, distribuídas por tipo de estabelecimento e de produtos. O detalhamento dessas metas é acompanhado e reportado mensalmente para toda a equipe do estado, para o chefe do SEFIA e para a Coordenação da área (CFIC), em Brasília, através de planilha própria. No quadro abaixo se pode observar algumas das metas componentes da fiscalização realizada.

Tabela – Metas Físicas

Especificação		Un.	Programa do 2011	Realizado 2011	Meta Prev. 2012
Fiscalização Produtor	-	Nº	86	95	110
Fiscalização Comerciante	-	Nº	32	60	50
Produto amostrado	Fert. Sólido	Ton	55.500	45.173	40.500
	Fert. Líquido (min. + org.)	L	51.000	125.486	16.500
	Corretivos	Ton	26.000	40.630	18.000
	Inoculantes	Dose	84.000	32.970	60.000

Fonte: Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA

Apesar de não programadas como metas, as atividades abaixo necessitam ser mencionadas, tendo em vista a obrigatoriedade determinada pela legislação e o tempo demandado para atendê-las, estimado em cerca de 50%, os fiscais da área técnica dedicam-se a atividades administrativas, como por exemplo: registro de empresas e produtos; autorizações de embarque de importações, lançadas no sistema SISCOMEX; planejamento físico e financeiro para execução das atividades de fiscalização; autuação e tramitação de processos e documentos; encaminhamento de amostras ao laboratório e de laudos de análise às empresas; relatoria de processos



administrativos de apuração de infrações; orientações a empresas e ao público em geral; elaboração de relatórios de acompanhamento do POA.

Outras Atividades - como atividades eventuais, o Serviço presta apoio técnico à Divisão de Defesa Agropecuária e a Divisão de Política Agrícola, emitindo pareceres técnicos, participando de reuniões técnicas e de planejamento, bem como orientações ao VIGIAGRO e UTRAS.

Participação em Eventos - de acordo com a disponibilidade dos FFA's que atuam no Serviço, participa-se de reuniões técnicas que estabelecem as diretrizes da fiscalização, avaliam a execução das metas e discutem as oportunidades de mudanças na legislação.

Despesas Orçamentárias:

Tabela: Recursos Recebidos.

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a liquidar
3390.14	63.984,00	63.667,52	63.667,52	-
3390.30	4.480,00	4.480,00	3.480,00	1.000,00
3390.33	27.000,00	27.000,00	25.095,45	1.904,55
3390.37	3.612,40	3.612,40	2.143,50	1.468,90
3390.39	217.228,00	217.228,00	157.228,00	60.000,00
3390.92	62.600,00	62.600,00	62.600,00	-
3390.93	1.800,00	1.434,40	1.434,40	-
Total	380.704,40	380.022,32	315.648,87	64.373,45

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Comentários a respeito da Naturezas das Despesas empenhadas pelo Plano Interno FISFECOI:

Segundo o controle financeiro da SFA/RS o valor total de Empenhos Emitidos pelo PI foi de R\$ 380.022,32, sendo, R\$ 62.600,00 referente a exercícios anteriores; pagamento de análises laboratoriais; R\$ 156.328,00 referente às análises químicas realizadas em 2010 até abril de 2011, por laboratório credenciado; R\$ 60.000,00 empenhado para pagamento de análises fiscais e periciais de inoculantes, para laboratório credenciado; R\$ 24.881,05 em diárias e R\$ 26.283,64 em passagens, para participação de integrantes da equipe em quatro reuniões realizadas ao longo do ano, que somados seriam 27 participantes.

Descontados esses valores, chegaríamos a um total de R\$ 49.929,63 aplicados nas fiscalizações. Considerando apenas as 155 empresas fiscalizadas, sem contar os produtos amostrados, chegaríamos a um custo médio de R\$ 322,12/fiscalização.

Índice Estratégico:

Nome do Indicador: Índice de conformidade dos insumos agrícolas.

Resultado Estratégico: Conformidade dos insumos agrícolas.

Descrição Breve: Este indicador mede a qualidade dos insumos agrícolas, tendo por referência a análise de amostras colhidas durante a fiscalização, segundo um plano amostral, e parâmetros técnicos estabelecidos nos instrumentos legais.



Formula: Fertilizantes = Σ volume de produto dos CAFs dentro da garantia / Σ volume de produto total de CAFs * 100.

Base de Dados: Relatório Mensal Fertilizantes RS Jan-Dez 2011.

Tabela – Conformidade dos resultados das amostras de fertilizantes minerais certificados em 2011:

CONFORMIDADE (em volume de produto)				META 90%
Fertilizantes sólidos	Simples	Complexo	Misto	Média
1º Trim	78%	100%	92%	90%
2º Trim	NA	100%	71%	85%
3º Trim	99%	88%	93%	93%
4º Trim	NA	100%	100%	100%
TOT. ANO	91%	93%	95%	93%

- Para a meta de 90%, obteve-se o resultado médio de 93% de conformidade.

Análise Crítica:

1. Quanto ao cumprimento da Metas Físicas e o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo - As metas físicas não foram atingidas. O impacto de médio e longo prazo será o fato de se protelar a melhoria dos processos produtivos pelas empresas que não estão sendo auditadas, pois a nova formatação da fiscalização, busca conscientizar os responsáveis pela qualidade e os gestores das empresas para a adoção de procedimentos e auditorias internas que levem às Boas Práticas de Fabricação e Controle na indústria.

2. Problemas na execução das ações - Não há como se falar em “Gestão Estratégica” no poder público federal, se a “Estratégia de Gestão” é “Criar o Caos” ao invés de “Administrar a Crise”. O fator que restringiu o uso eficiente dos recursos humanos e financeiros para que fossem feitas as fiscalizações de forma eficiente (eficaz e econômica), foi o Decreto 7.446 de 1º de março de 2011 e da Portaria N° 215, de 16 de março de 2011, que restringiram a competência de autorizar a concessão de diárias ao Ministro e, sob delegação, ao Secretário Executivo; além, disso limitaram, equivocadamente, o número de diárias por servidor. Tal afirmação se fundamenta no fato de que os recursos financeiros estavam liberados no SIOR conforme as solicitações de descentralização, de acordo com as programações previstas no Plano Operativo Anual aprovado pela Coordenação e pela Secretaria de Defesa Agropecuária, porém não se conseguiu operacionalizar as ações. O que se percebeu não foi à intenção de reduzir gastos, mas a de criar dificuldades para os Serviços, pois para reduzir despesas bastaria cortar parte do orçamento e permitir que se usasse o recurso disponível da forma mais eficiente possível. A burocracia criada com tal decreto, que já não era pouca, mostrou seus resultados já no mês de março, pois não foi possível executar fiscalizações em função de não haver um ordenador de despesas na SFA/RS. Resolvido em abril, bastaram três meses, para que, em julho, os fiscais do interior, que atuam em diversos Serviços, tivessem o seu limite de diárias esgotado. Consequentemente, por não haver autorização para emissão de ordens de serviço para os fiscais que excederam as 40 diárias, não foram executadas as atividades de fiscalização planejadas no Plano Operativo Anual para o mês de Agosto. Só para citar



alguns exemplos: De 10 fiscalizações programadas em estabelecimentos produtores de fertilizantes apenas três foram realizadas; De três fiscalizações programadas em estabelecimentos produtores de inoculantes nenhuma foi realizada; Das 98 coletas de amostras de produtos programadas, para verificação da conformidade, nenhuma foi realizada. Além das atividades programadas, só nesse mês outras demandas dos administrados permaneceram pendentes, como por exemplo: nove estabelecimentos comerciantes, quatro estabelecimentos produtores e três estabelecimentos armazenedores, solicitantes de registro, nenhum foi vistoriado. Uma denúncia de venda de fertilizantes orgânicos sem registro na região da Serra, não foi apurada. Salienta-se ainda que o mês de agosto é considerado um dos meses de pico da produção de fertilizantes. A ausência da fiscalização neste período possibilita a maior ocorrência de fraudes na fabricação e comércio desses produtos e o consequente potencial de dano ao agricultor. No que se refere aos produtos inoculantes, insumo principalmente utilizado na cultura da soja, são produzidos, sobretudo, nessa época do ano. Logo, não havendo coleta nesse momento, não há como recuperar posteriormente, pois o uso inicia-se em outubro, portanto perdeu-se a melhor oportunidade de amostragem do ano e não se atingiu a meta. Os recursos humanos que já são restritivos para o atendimento da meta de eficácia, tornaram-se indisponíveis, impossibilitando uma abrangência maior da ação e por conseqüência o atendimento da própria sociedade, que deseja consumir insumos de alta qualidade.

3. Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas.

Fiscalização em ECs (187%) - Essa intensificação nas fiscalizações de estabelecimentos comerciais se deveu a quantidade de requerimentos de registro, para os quais se faz necessária a vistoria das instalações. Os fiscais do interior montam roteiros otimizados para vistoriar diversas unidades em uma mesma região. Essa ação não tem como ser programada com precisão, pois depende da demanda dos administrados. **Fiscalização em EPs (110%)** - esse aumento se deveu aos nove registros de estabelecimentos produtores que iniciaram suas operações, sendo necessária a vistoria de suas instalações.

4. Quanto à execução das ações e as diferenças positivas e negativas observadas entre a execução realizada e a prevista -

Ponderando o alcance de 81% das metas físicas com o universo de atuação, o tamanho da equipe, as restrições e a burocracia imposta à concessão de diárias, o desempenho geral foi satisfatório. Tomando-se os custos totais envolvidos na fiscalização e na capacitação da equipe, no ano de 2011, o valor de pouco mais de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) não é oneroso, pois somente os fertilizantes minerais sólidos consumidos no estado do RS somam 3.300.000 (três milhões e trezentos mil) toneladas, com valor aproximado de 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), logo se observa compensadora a relação custo/benefício para a sociedade. Na mesma linha de raciocínio, relativizando-se em nível de País, e dentro da instituição MAPA, a importância do RS (quarto maior produtor e consumidor de fertilizantes do Brasil) e do número de fiscais, sendo 3 com tempo integral, e 5 colegas das unidades descentralizadas, que somados os seus percentuais de tempo disponível ao setor, somaria mais 1,75 integrante, evidencia-se o bom desempenho do grupo.



**Comentários
Finais:**

Por fim, reitera-se a necessidade de se repensar os indicadores de desempenho a serem considerados no futuro,.além disso, a alta gestão, cargos políticos, deveria entender que o foco da fiscalização traduz-se em assegurar a melhoria da conformidade dos insumos da agricultura, para isso necessita de autonomia nas ações e de indicadores adequados, tanto para mensuração, como para a comunicação dos resultados à Sociedade.



Ação:	4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados - FISCORGEN								
Tipo:	Atividade.								
Produto:	Fiscalização realizada.								
Especificação do produto:	-								
Finalidade:	Acompanhar e monitorar as atividades de pesquisa, produção, armazenamento, comercialização, importação e outras envolvendo organismos geneticamente modificados no País.								
Descrição:	Acompanhamento e fiscalização de experimentos científicos; inspeção, verificação documental e de informações oficiais internacionais para garantir cumprimento às determinações da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança e legislação correlata aos organismos geneticamente modificados.								
Detalhamento:	Serão envolvidos os demais agentes do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.								
Unidade Responsável:	Coordenação de Biossegurança/Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário – CBIO/DAS.								
Coordenador da Ação Nacional:	Marcos Vinicius Segurado Coelho.								
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-RS								
Responsável no âmbito da UJ:	Mauro Marques Ruggiro.								
Estratégia da Ação:	De acordo com a Lei de Biossegurança, compete ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA a fiscalização das atividades e produtos que utilizem organismos geneticamente modificados e seus derivados destinados a uso animal, na agricultura, pecuária, agroindústria e áreas afins, observando a legislação pertinente. A Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul contou com 06 (seis) Fiscais Federais Agropecuários para a realização das fiscalizações decorrentes da Ação, sendo 03 (três) fiscais lotados na sede da SFA e 03 (três) nas unidades do interior do estado. Cabe salientar que estes fiscais não dispõem de tempo integral para o desenvolvimento das atividades de fiscalização de organismos geneticamente modificados, sendo o tempo de trabalho dividido com outras áreas de fiscalização, como as de sementes e mudas, aviação agrícola, fertilizantes, classificação vegetal e defesa vegetal. Também houve apoio de 02 (dois) servidores de nível médio.								
Desempenho Operacional:	<p>Tabela – Execução física das ações realizadas</p> <table border="1"><thead><tr><th>Unidade de Medida</th><th>Meta Prevista</th><th>Meta Realizada</th><th>Meta a ser realizada em 2012</th></tr></thead><tbody><tr><td>Fiscalização Realizada</td><td>102</td><td>108</td><td>120</td></tr></tbody></table>	Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012	Fiscalização Realizada	102	108	120
Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012						
Fiscalização Realizada	102	108	120						

O quadro acima mostra que a fiscalização de OGM's atingiu 105,88% da meta prevista, sendo que esta meta engloba fiscalização de pesquisa e de plantios comerciais. Os experimentos de liberação planejada de organismos geneticamente modificados, autorizados pela CTNBio e instalados por empresas de pesquisa, foram fiscalizados em sua totalidade, tendo desta maneira o Ministério da Agricultura cumprido com o objetivo de preservar os aspectos de biossegurança de eventos de transformação genética ainda



não liberados para o uso comercial. A fiscalização de plantios comerciais foi focada na cultura do milho, mais precisamente quanto ao atendimento ao disposto na Resolução Normativa Nº 4/2007, que estabelece as normas de coexistência entre lavouras de milho geneticamente modificado e lavouras de milho de cultivares convencionais. A meta total prevista foi atingida em função de um maior número de fiscalizações realizadas em experimentos de pesquisa. Inclusive foram fiscalizados no mês de dezembro alguns experimentos que inicialmente estariam programados para serem fiscalizados no início do ano de 2012.

Despesas Orçamentárias:

Elemento De Despesa	Programado	Liberado	Executado	% Executado
Diárias	15.133,50	11.947,50	10.396,00	87%
Combustível	2.541,40	1.938,80	1.938,80	100%
Passagens	0,00	3.000,00	3.000,00	100%
Manutenção Veículos	1.700,00	1.400,00	1.400,00	100%
Total	19.374,90	18.286,30	16.734,80	

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Quanto à questão financeira, os recursos para a execução da ação foram liberados dentro dos prazos previstos, fato este que colaborou efetivamente para a execução das ações de fiscalização e atingimento da meta realizada.

Indicadores:

Tabela – Indicadores de desempenho

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo da fiscalização de 2011 em relação ao ano anterior	Custo unitário da fiscalização em relação a estimativa inicial	Nº de fiscalizações realizadas como um percentual da meta física programada	Percentual de fiscalização realizada em relação ao universo de estabelecimentos
Unidade de Medida	R\$	R\$/fiscalização	Porcentagem	Porcentagem
Fonte	SFA	SFA	SFA	SFA
Fórmula de Cálculo	Variação absoluta (VA) do custo realizado de 2010 para 2011 $\text{CR2011} - \text{CR2010} = 16.390,44 - 119.223,54 = \underline{\underline{-102.833,10}}$	Custo unitário realizado (CUR) e programado (CUP) em 2011: $\text{CUR} = 16.390,44 : 108 = \underline{\underline{151,76}}$ $\text{CUP} = 19.374,90 : 102 = \underline{\underline{189,95}}$	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas $(108 : 102) \times 100 = \underline{\underline{105,88\%}}$	Relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de estabelecimentos sujeitos a fiscalização. $\underline{\underline{0,04\%}}$



Indicadores:

Atributo	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fórmula de Cálculo	Variação percentual do custo realizado de 2010 para 2011 $[(16.390,44 : 119.223,54) - 1] \times 100 = -86,25\%$	Variação % entre o custo unitário realizado e programado em 2011. $[(151,76 : 189,95) - 1] \times 100 = -20,10\%$		

Análise Indicadores:

Para o indicador de efetividade devemos considerar que a fiscalização de organismos geneticamente modificados ocorreu em empresas que realizam pesquisa de liberação planejada de OGM e em plantios comerciais de milho visando a verificação do atendimento à norma de coexistência. Quando a Coordenação de Biossegurança estipula as metas (previsto inicial) no SIPLAN e o SEFIA/DDA-RS lança o previsto corrigido, não é levado em conta estes dois tipos de fiscalização, sendo lançado um único valor para o conjunto de ações de fiscalização. Neste contexto, o indicador de efetividade deveria refletir as ações em separado, uma vez que os estabelecimentos a serem fiscalizados são diferentes. No caso de experimentos de liberação planejada, os mesmos foram desenvolvidos por quatro empresas de pesquisa, sendo que todas elas e todos os experimentos instalados foram fiscalizados, acarretando uma efetividade de 100%. Se considerarmos que os experimentos foram fiscalizados em duas oportunidades, a efetividade para este tipo de fiscalização passaria para 200%. Já na fiscalização de coexistência de plantios comerciais de milho a efetividade é muito alterada em função do universo da fiscalização, já que no estado do Rio Grande do Sul existem aproximadamente 250.000 estabelecimentos rurais que produzem milho. Considerando que das 108 fiscalizações realizadas, 55 foram em lavouras comerciais, a efetividade neste caso ficaria em 0,022%.

Para o indicador economicidade houve uma redução acentuada na variação percentual do custo realizado, de 2010 para 2011, em função de que naquele ano foi liberado recurso para aquisição de um automóvel, cujo valor foi computado no cálculo do custo das fiscalizações.

No indicador de eficiência obteve-se um custo unitário realizado menor que o custo programado, em função de que foi possível fazer um número maior de fiscalizações em cada viagem programada. No planejamento que é elaborado no Plano Operativo não é do conhecimento da fiscalização o nº de experimentos de liberação planejada que serão instalados durante o ano, fato este que dificulta a elaboração de um plano mais concreto de fiscalização. O planejamento da fiscalização de experimentos é feito com base em dados de anos anteriores, o que nem sempre acaba correspondendo com a realidade. Já nas fiscalizações de lavouras comerciais, os acessos às propriedades, tamanho das mesmas e situação de lavouras vizinhas determinam o tempo gasto em cada fiscalização e consequentemente o número de produtores fiscalizados por semana de trabalho.



Ação:	2179 – Fiscalização de Sementes e Mudas – FISCALSEM1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Fiscalizar a produção a comercialização e o uso de sementes e mudas, para garantir a oferta destes insumos com qualidade para os produtores rurais; autorizar e fiscalizar a importação e a exportação de sementes e mudas; certificar, através de Entidades de Certificação credenciadas, a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.
Descrição:	Análise e homologação de inscrição de campos para produção de sementes e de viveiros para produção de mudas; Coleta de amostras de sementes para análise com o objetivo de verificar cumprimento dos padrões estabelecidos; Vistoria de campos de produção de sementes e de viveiros de produção de mudas; Vistoria de equipamentos e instalações utilizadas para a produção de sementes e mudas; Fiscalização dos meios e procedimentos utilizados para produção e comercialização de sementes; Análise de documentos visando a autorização de importação e de exportação de sementes e mudas.
Detalhamento:	Execução direta, pelos fiscais lotados nas unidades descentralizadas do Ministério, ou descentralizadas, por meio de celebração de convênios com as unidades federativas.
Unidade Responsável:	Coordenação de Sementes e Mudas – CSM/DEFIA/SDA.
Coordenador da Ação Nacional:	José Neumar Francelino.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas – SEFIA/DDA/SFA-RS
Responsável âmbito da UJ:	no Mauro Marques Ruggiro.
Estratégia Ação:	<p>da A fiscalização da produção de sementes e de mudas e do comércio, interestadual e internacional é atribuição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, conforme disposto na Lei nº 10.711 de 05 de agosto de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5.153, de 23 de julho de 2004.</p> <p>O SEFIA é o segmento da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, responsável pela coordenação e execução dessa atividade em nível regional.</p> <p>Em cumprimento ao estabelecido no Plano Operativo 2011, foram utilizados para execução das atividades 10 (dez) Fiscais Federais Agropecuários e 03 (três) servidores da área administrativa de apoio. Deve-se ressaltar que a maioria destes fiscais atuam também em outras áreas de fiscalização, como fertilizantes, agrotóxicos, classificação vegetal, defesa vegetal e transgênicos, não dispondo desta maneira de tempo integral para a fiscalização de sementes e mudas.</p>
Atribuições:	<ol style="list-style-type: none">1. programar, controlar, orientar e realizar a fiscalização de estabelecimentos produtores de sementes e de mudas;2. orientar, controlar e avaliar a aplicação da legislação e normas complementares relativas <p>produção, comercialização, importação e exportação de sementes e de mudas;</p> <p>registro de pessoas físicas e jurídicas, que desenvolvem atividades citadas no</p>



Art. 4º e no Art. 6º do Regulamento da Lei 10.711/03, no RENASEM; e

- c) aferição de padrões de identidade e qualidade de sementes e de mudas produzidas e/ou comercializadas no Estado.
- instruir processos administrativos de fiscalização para o julgamento em 1ª Instância;
 - analisar os pedidos de inscrição de campos para produção de sementes, homologando ou denegando esses pedidos;
 - organizar e divulgar dados estatísticos e materiais científicos sobre consumo, produção , comercialização, utilização , exportação e importação de sementes e de mudas;
 - identificar a necessidade de capacitação e promover treinamento para os Fiscais Federais Agropecuários que atuam na fiscalização da produção e no comércio de sementes e mudas;

As sementes constituem insumos básicos que, empregados de forma correta, proporcionam aumentos significativos na produção agrícola. A fiscalização sobre a produção torna-se extremamente necessária, de forma a inibir a existência, no mercado, de produtos fraudados ou fora dos padrões de qualidade, que comprometam a produtividade das culturas e a renda dos agricultores e, inclusive, acarretem o desestímulo dos estabelecimentos regulares quanto à conformidade de seus produtos, em virtude da concorrência desleal.

Tabela 1 – Metas e resultados da ação no exercício

Desempenho Operacional:

Especificação	Programado 2011	Realizado 2011	Programado 2012
Fiscalização de estabelecimentos	140	125	126
Coleta de amostras da produção e comércio	170	59	150
Coleta de amostras importação	875	874	1000

Tabela 2 – Execução física das ações realizadas

Unidade de Medida	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser realizada em 2012
Fiscalização Realizada	1.185	1.058	1.276

Despesas Orçamentárias:

Elemento De Despesa	Programado	Liberado	Executado	% Executado
Diárias	78.993,00	55.368,80	53.388,67	96%
Combustível	10.098,00	6.857,81	6.857,81	100%
Passagens	26.580,00	44.913,00	44.913,00	100%
Serv.Terceiros P.Física	-	1.200,00	21,78	2%
Locação mão de obra	58.241,74	49.299,66	49.299,66	100%
Serv.Terceiros P. Jurídica	20.830,00	57.130,00	57.130,00	100%
Obrigações Tributárias	-	447,39	447,39	100%
Indenizações e Restituições	1.560,00	980,00	559,10	57%
Aquisição Mat. Permanente	99.500,00	-	-	0%
Total	295.802,74	216.196,66	212.617,41	

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Indicadores:

Tabela – Indicadores de Desempenho

Atributo	Indicador			
	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Descrição	Custo Da Fiscalização Em Relação Ao Ano Anterior	Custo De Unitário Da Fiscalização Realizada Em Relação A Estimativa Inicial	Nº De Fiscalizações Realizadas Como Percentual Da Meta Física Programada	Percentual De Fiscalização Realizada Em Relação Ao Universo
Unidade De Medida	R\$	R\$/Fiscalização	Percentagem	Percentagem
Fonte	Sfa	Sfa	Sfa	Sfa
Fórmula Do Cálculo	<p>Variação Absoluta Do Custo Realizado De 2010 Para 2011: $\text{Cr2011} - \text{Cr2010} = 170.992,63 - 367.006,54 = -\underline{\underline{196.013,91}}$</p> <p>Variação Percentual Do Custo Realizado De 2010 Para 2011 $[(\text{Cr2011} : \text{Cr2010}) - 1] \times 100 = [(170.992,63 : 367.006,54) - 1] \times 100 = -\underline{\underline{53,40}}$</p>	<p>Custo Unitário Realizado (Cur) E Programado (Cup) Em 2011: $\text{Cur} = (\text{Cr2011} : \text{Fr2011}) = (170.992,63 : 1058) = \underline{\underline{161,61}}$</p> <p>Cup=(Cp2011 : Fp2011) = (295.802,74 : 1185) = <u><u>249,62</u></u></p> <p>Variação % Entre O Custo Unitário Realizado E Programado Em 2011: $[(\text{Cur2011} : \text{Cup2011}) - 1] \times 100 = [(161,61 : 249,62) - 1] \times 100 = -\underline{\underline{35,25}}$</p>	<p>Relação Percentual Entre O Nº De Fiscalizações Realizadas E O Nº De Fiscalizações Programadas $(\text{Fr2011} : \text{Fp2011}) \times 100 = (1058 : 1185) \times 100 = \underline{\underline{89,28}}$</p>	<p>1) Relação Percentual Entre O Nº De Estabelecimentos Fiscalizados E O Número Total De Estabelecimentos Registrados $(\text{Fr2011} : \text{Er2011}) \times 100 = (125 : 2233) \times 100 = \underline{\underline{5,59}}$</p> <p>2) Relação Percentual Entre O Nº De Lotes De Sementes Importadas Fiscalizadas E O Número Total De Lotes De Sementes Importadas $(\text{Fr2011} : \text{Er2011}) \times 100 = (874 : 874) \times 100 = \underline{\underline{100}}$</p> <p>3) Relação Percentual Entre O Nº De Lotes De Sementes Fiscalizados E O Número Total De Lotes De Sementes Produzidos Na Uf. $(\text{Fr2011} : \text{Er2011}) \times 100 = (59 : 40.000) \times 100 = \underline{\underline{0,15}}$</p>
<p>Cr=Custo Realizado; Cp=Custo Programado; Fr=Fiscalizações Realizadas; Fp=Fiscalizações Programadas; Er=Estabelecimento Registrado</p>				



Comentários Finais:

A redução na variação absoluta do custo da fiscalização em 2011 em relação a 2010 se deve principalmente ao fato de que no ano de 2010 houve um investimento de R\$ 196.000,00 para aquisição de dois veículos a serem utilizados nas ações de fiscalização.

O custo unitário realizado foi 35,25% inferior ao custo unitário programado porque não houve a liberação dos recursos programados no elemento de despesa 4490.52.

A relação percentual entre o nº de fiscalizações realizadas e o nº de fiscalizações programadas ficou em 89,28%, índice este que consideramos razoável se levarmos em conta a limitação em 40 diárias imposta pelo governo.

O total de fiscalizações realizadas é composto do somatório de fiscalizações realizadas nos estabelecimentos registrados no sistema RENASEM, mais as amostras de sementes coletadas para fiscalização da produção e comércio e mais as amostras de sementes coletadas por ocasião da importação de sementes, uma vez que estes são os itens que compõem a informação do total de fiscalizações realizadas, constante no relatório mensal de atividades e que posteriormente alimenta o SIPLAN.

Para efeito do cálculo da efetividade, foi realizado o desdobramento conforme abaixo para proporcionar um melhor entendimento e também para retratar melhor os índices alcançados com relação ao universo que compõe cada item.

A relação percentual entre o número de estabelecimentos fiscalizados e o número de estabelecimentos registrados no sistema RENASEM ficou em 5,59%, índice este inferior ao realizado no ano de 2010, quando foi atingido um percentual de 6,41%. No entanto, devemos considerar que houve esta queda em virtude, principalmente, do aumento de 19,22% no número de estabelecimentos registrados, sendo que em números absolutos, foram realizadas 125 fiscalizações em 2011 contra 120 em 2010.

Quanto à fiscalização na importação de sementes, a meta foi atingida 100% porque a coleta de amostra deve ser feita em todos os lotes em função de determinação legal.

A coleta de 59 amostras da produção ficou abaixo da meta programada de 170 lotes porque a fiscalização nos produtores também ficou aquém do planejado e as duas ações estão intimamente ligadas. O não atendimento da meta desta ação deu-se em função da limitação das diárias imposta aos fiscais e principalmente também pela própria falta destes profissionais no quadro de servidores da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul.



Ação: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais

- PCEVEGETAL.

Atividade.

Tipo:

Produto:

Especificação

do produto:

Área controlada.

Taxa de Sanidade, relação percentual entre Área Prevenida onde não existe a praga (AP) mais área Controlada onde a praga está presente (AC) e a Área Total (AT).

Finalidade:

Garantir a segurança fitossanitária nacional, visando agregar valor qualitativo e quantitativo aos produtos vegetais e subprodutos, por meio de prevenção, controle e erradicação de pragas da horticultura, de plantas medicinais e condimentares, de flores plantas ornamentais, da cacaicultura, da cana-de-açúcar, da fruticultura e citricultura, da cafeicultura, das oleaginosas, de plantas fibrosas, de cereais, da silvicultura, de raízes e outras espécies vegetais para torná-los produtivos, competitivos e atender as exigências do mercado nacional e internacional.

Descrição:

Elaboração de diretrizes fitossanitárias; identificação de prioridades de pesquisa para pragas; levantamento fitossanitários de detecção, delimitação e verificação, estabelecimento de barreiras fitossanitárias, elaboração de planos de contingências e de emergências para pragas presentes; caracterização de áreas e locais livres de pragas; estabelecimento de sistema de manejo de risco de pragas, campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle; credenciamento de empresas que operam no comércio internacional de produtos vegetais, sistema de informação fitossanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias), acordos internacionais, estabelecimento de convênios com órgãos públicos estaduais, iniciativa privada e outros órgãos afins executores de defesa fitossanitária.

Detalhamento:

A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa fitossanitária; ou direta, realizada por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade da Federação.

Unidade

Coordenação Geral de Proteção de Plantas

Responsável:

Carlos Artur Franz.

Coordenador da

Ação Nacional:

Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-RS.

Unidade Executora:

Jairo João Carbonari.

Responsável no

Ação de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais e desenvolvida na SFA-RS pelo Serviço de Sanidade Vegetal, com a seguinte desenrolvida na SFA-RS pelo Serviço de Sanidade Vegetal, com a seguinte da equipe, na Sede em Porto Alegre:

âmbito da UJ:

Jairo João Carbonari – FFA Engenheiro Agrônomo

Estratégia da

Emerson Luis Nunes Costa – FFA Engenheiro Agrônomo

Ação:

Patrícia de Freitas Lima – FFA Engenheiro Agrônomo

Roque Danieli – FFA Engenheiro Agrônomo

Antonio Carlos Rodrigues Cruz – FFA Engenheiro Agrônomo

Vanessa Fioranza – Auxiliar Administrativa contratada

Felipe Marcon Pezda – Estagiário

Francine Saraiva Oliveira – Estagiária

A equipe da SSV/SFA-RS possui ainda o suporte técnico de FFA's lotados na Unidades Técnicas Regionais – UTRAS de Ijuí, Passo Fundo, Santa Maria, Lajeado e Pelotas.



Nas ações de Erradicação da *Cydia pomonella*, o DSV/SDA/MAPA formalizou contrato com a empresa Biofábrica Moscamed Brasil para o monitoramento de armadilhas de captura e remoção de hospedeiros da praga, nas áreas urbanas de Vacaria, Bom Jesus e Caxias do Sul no RS e Lages em SC.

A manutenção de convênios, contratos e parcerias, bem como a articulação dos agentes que compõem as principais cadeias produtivas do agronegócio do RS, são essenciais para a execução das atividades de Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais, visando a manutenção do *status* fitossanitário para pragas quarentenárias, com objetivo de garantir a produção e a comercialização das commodities, gerando empregos, renda e divisas para o RS e para o Brasil.

Atividade Executada:

1 - PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA CYDIA POMONELLA - PNECP:

Dentre as rosáceas (maçã, pêra, pêssego, ameixa e nectarina) cultivadas no RS destacam-se a produção de maçã com área de 16,3 mil ha e produção aproximada de 550 mil toneladas; e o pêssego com área cultivada de 14,9 mil ha e produção de 140 mil toneladas. A cadeia produtiva destas duas culturas são bastante distintas. A maçã é produzida em grandes áreas e, portanto por um número reduzido de produtores. Há uma forte verticalização da produção, onde a própria empresa é responsável pela produção, beneficiamento, estocagem a frio e comercialização. Anualmente cerca de 10 a 15 % da produção é exportada para mais de 30 países da Europa, Ásia e África. É uma cultura que emprega moderna tecnologia, produzindo frutas que atende os exigentes padrões internacionais de qualidade, com responsabilidade ambiental e social.

Já o pêssego é cultivado em pequenas áreas por um número expressivo de produtores localizados em diversas regiões do RS, sendo a produção comercializada no próprio país. É uma cultura com grande importância social, visto a geração de mão-de-obra frequentemente atendida pelos próprios membros das famílias proprietárias dos pomares.

O Programa Nacional de Erradicação da *Cydia pomonella* – PNECP, instituído pela Instrução Normativa nº 48, de 24 de outubro de 2007, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, tem por objetivo não somente erradicar a praga, mas também de manter o “status” de praga quarentenária presente no país com distribuição restrita, por meio de programa oficial de supressão, pois o Brasil é atualmente o único país integrante do Comitê de Sanidade Vegetal do Cone Sul (COSAVE) que apresenta esse “status” fitossanitário.

As pragas quarentenárias têm-se transformado num dos grandes entraves ao comércio internacional. No caso da maçã e da pêra, a *C. pomonella* tem sido um dos principais motivos de embargos comerciais. Além disso, o Brasil com este programa impõe aos demais países barreiras fitossanitárias à entrada dessas frutas. Para exportar maçã e pêra ao Brasil, a Argentina teve que estabelecer um Sistema de Mitigação de Risco, aprovado e inspecionado pelo Brasil, com elevados custos ao setor produtivo daquele país. Além das barreiras comerciais o estabelecimento da *C. pomonella* nos pomares comerciais brasileiros implicaria em elevação nos custos de produção, e maiores riscos de contaminação ambiental, devido ao aumento obrigatório do emprego de agrotóxicos para seu controle.

No RS as principais ações do PNECP consistem no monitoramento da



praga, por meio do uso de armadilhas com feromônio e na eliminação de plantas hospedeiras nas áreas urbanas das cidades de Vacaria, Bom Jesus e Caxias do Sul, além do monitoramento dos pomares comerciais de rosáceas (área total do RS de aproximadamente 37 mil ha) também por meio de armadilhas com feromônio.

O monitoramento dos pomares comerciais de rosáceas é executado por responsáveis técnicos (Engenheiros Agrônomos e Técnicos Agrícolas) das empresas produtoras, devidamente credenciados e habilitados pelo MAPA/RS e SEAPA/RS, por meio dos cursos de Certificação Fitossanitária de Origem – CFO.

Os resultados do PNECP são altamente positivos: a ausência de capturas nos últimos seis anos em Bom Jesus, quatro anos em Caxias do Sul, a drástica redução de capturas na área urbana de Vacaria (apenas três em 2011) e ausência de capturas em pomares comerciais do RS, indicam a importância da continuidade das ações, visando à erradicação da praga e a manutenção do status fitossanitário, garantindo com isso divisas ao País com as exportações de frutas e a geração de emprego e renda.

- **Principais Ações e Resultados:**

- 1.595 armadilhas instaladas e monitoradas na área urbana de Caxias do Sul;
- 1.200 armadilhas instaladas e monitoradas na área urbana de Vacaria;
- 50 armadilhas instaladas e monitoradas na área urbana de Bom Jesus;
- 100 armadilhas instaladas e monitoradas nas áreas urbanas de outros municípios próximos àqueles com ocorrência da praga;
- Seis anos sem captura no município de Bom Jesus;
- Quatro anos sem captura no município de Caxias do Sul;
- Ausência de capturas em pomares comerciais de rosáceas (maçã, pera, pêssego e ameixa);
- 58 plantas hospedeiras da praga removidas da área urbana de Vacaria;
- 597 fiscalizações realizadas;
- 43 Responsáveis Técnicos capacitados para o monitoramento da praga.

Atividade Executada:

2 – PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DOS CITROS:

O Rio Grande do Sul é o sexto maior produtor de laranjas do País e o segundo de tangerinas, com área colhida de 27,8 e 13,1 mil hectares, respectivamente. A produção gaúcha de laranjas é em torno de 380 mil toneladas por ano (2% da nacional) e a de tangerinas, de 160 mil toneladas (15%).

Já presentes no RS e classificadas como quarentenárias estão as pragas *Xanthomonas axonopodis* pv *citri*, agente causal do cancro cítrico e *Guignardia citricarpa*, agente causal da pinta preta ou mancha negra dos citros, conforme Instrução Normativa nº 52, de 20 de Novembro de 2007, alterada pela Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008. Devido à presença destas pragas no Estado, para o trânsito interestadual e internacional de frutos, é necessária a Certificação Fitossanitária de Origem – CFO, Certificação Fitossanitária de Origem Consolidada – CFOC e a Permissão de Trânsito dos Vegetais – PTV, de acordo com a Instrução Normativa nº 55, de



04 de Dezembro de 2007 e Instrução Normativa nº 54 de, 04 de Dezembro de 2007, respectivamente. Para atendimento destas exigências o SSV/RS em parceria com a SEAPA/RS realiza treinamentos para profissionais Engenheiros Agrônomos com vistas à habilitação para emissão de CFO/CFOC.

Em 2004, foi detectada pela primeira vez no Brasil a doença conhecida como huanglongbing – HLB ou “greening”. Esta é considerada a principal praga dos citros em várias regiões do mundo, causando perdas totais na produção de citros e sendo os seus sintomas dificilmente detectados, uma vez que sua distribuição não é uniforme, tanto na planta como no pomar. A doença, antes restrita ao Estado de São Paulo, ocorre atualmente em Minas Gerais e no Paraná. Não há tecnologia conhecida para o controle direto da doença, portanto o controle se restringe a eliminação de plantas contaminadas, visando a diminuição do patógeno na área e o controle do inseto vetor, principalmente por meio da aplicação de inseticidas. Estimativas dão conta que no Estado de SP mais de quatro milhões de plantas já foram cortadas e outras tantas estariam contaminadas pela bactéria, gerando prejuízos incalculáveis ao setor produtivo. Desta forma, medidas para evitar o ingresso da praga no RS são essenciais para evitar futuros prejuízos.

Como parte do programa de prevenção ao ingresso da praga, levantamentos de *Diaphorina citri* (inseto vetor do HLB) e da bactéria causadora do HLB, são realizados nas principais regiões produtoras de citros do RS, em ação conjunta com a SEAPA/RS e Embrapa Clima Temperado de Pelotas/RS. Os profissionais envolvidos são previamente treinados para identificação de sintomas.

Em 2011 o SSV/RS participou e contribuiu efetivamente na alteração da legislação de cancro cítrico. Atualmente a legislação prevê somente a erradicação da praga. Todavia, desde 2006 o MERCOSUL aprovou medidas menos restritivas, ou seja, a adoção de ações de manejo de risco. Apesar do Brasil já ter internalizado estas mudanças, é necessária a alteração da legislação para efetiva adoção. O cancro cítrico no RS, a exemplo dos demais estados da região Sul, tem ocorrência endêmica e, portanto é premente a alteração da legislação, que ainda encontra-se no DSV/SDA/MAPA, seguindo trâmites administrativos.

Destaca-se também a participação do SSV/RS na Câmara Estadual da Cadeia Produtiva da Citricultura e dos principais eventos técnicos realizados no RS, levando ao setor produtivo informações sobre as ações de monitoramento e status das pragas regulamentadas que ocorrem em citros e afetam sua produção e comercialização.

• **Principais Ações e Resultados:**

- 153 pomares inspecionados visando o monitoramento de pragas regulamentadas;
- 459 fiscalizações realizadas em pomares cítricos;
- 15 viveiros telados de mudas cítricas fiscalizados;
- 1.536 amostras coletadas e analisadas para detecção de HLB e *Diaphorina citri*;
- Ausência de HLB no RS;
- Baixa ocorrência de *Diaphorina citri* nos pomares cítricos do RS;
- 22 técnicos da SEAPA/RS e FFAs do MAPA treinados para o monitoramento de pragas na citricultura;
- Manutenção do status fitossanitário dos citros no RS, devido a não



ocorrência das pragas quarentenárias HLB e mosca negra dos citros.

Atividade Executada:

3 – PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE MOFO AZUL PARA EXPORTAÇÃO DE TABACO À REPÚBLICA POPULAR DA CHINA:

O Brasil é o segundo maior produtor e maior exportador de tabaco do mundo. Na cadeia produtiva de tabaco brasileiro estão envolvidos cerca de 186.000 pequenos produtores rurais (800.000 pessoas no meio rural), cujas propriedades têm área média de 16,1 hectares, dos quais 15% são destinados ao cultivo do tabaco, o que proporciona 70% da renda familiar. Anualmente cerca de 700 mil toneladas de tabaco processado são exportadas para mais de 100 países, representando divisas para o Brasil na ordem de US\$ 2,7 bilhões.

A República Popular da China tem se tornado um dos mais importantes mercados para o tabaco produzido no Rio Grande do Sul. Anualmente cerca de 50 mil toneladas são exportadas à China, gerando divisas na ordem de 270 milhões de dólares.

Entretanto, o Serviço de Quarentena da China (Administração Geral da Qualidade, Inspeção e Quarentena da República Popular da China – AQSIQ) anualmente tem realizado inspeções no tabaco produzido no RS, visando à certificação fitossanitária para a doença “mofo azul”, causada pelo fungo *Peronospora tabacina*, praga quarentenária ausente para aquele país. Em todas as missões, o SSV/RS acompanha as atividades dos inspetores chineses nas coletas de amostras e de análises fitossanitárias realizadas em laboratório credenciado pelo MAPA.

O SSV/RS em conjunto com o setor produtivo, elaborou uma proposta de minimização de risco fitossanitário para exportação de tabaco para a China, que consiste na adoção de ações nas lavouras, no estoque, no processamento e no embarque do produto. Além disso, foi implementado um sistema de rastreabilidade, possibilitando segregar o tabaco produzido no RS. A proposta foi apresentada pelo MAPA à China e resultou num protocolo de exportação que foi firmado entre as partes em Abril de 2010.

• **Principais Ações e Resultados:**

- 81 responsáveis técnicos treinados para o monitoramento de lavouras;
- 1.043 propriedades inspecionadas;
- 2.086 inspeções realizadas em lavouras comerciais;
- 123 amostras de tabaco coletadas e analisadas;
- 343 supervisões realizadas em áreas comerciais;
- 14 empresas produtoras/processadoras fiscalizadas;
- 49 amostras de tabaco processado, coletadas e analisadas em conjunto MAPA x AQSIQ;
- Nenhuma amostra positiva para a presença de mofo azul;
- Garantida condição fitossanitária para exportação de tabaco à China.

Atividade Executada:

4 – LEVANTAMENTO, CONTENÇÃO E ERRADICAÇÃO DE PRAGA QUARENTENÁRIA:

As pragas quarentenárias para o Brasil estão regulamentadas na Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, atualizada pela Instrução Normativa nº 41, de 1º de julho de 2008.



A detecção de praga quarentenária no Rio Grande do Sul, fez com que o SSV/RS, em parceria com especialistas e setor produtivo, elaborasse um plano de contingência, controle e erradicação da praga, o qual envolve pesquisa (identificação da espécie e métodos de controle), capacitação de técnicos para levantamentos fitossanitários, elaboração de material de divulgação e fiscalização constante nas áreas de ocorrência da praga, circunvizinhas e outras áreas cultivadas, contemplando todas as regiões produtoras do RS.

Em 2011 foram treinados 105 técnicos e o SSV-RS realizou 414 inspeções, sendo 96 em áreas sob monitoramento oficial, 4 em áreas vizinhas, e 314 em diferentes regiões do Rio Grande do Sul (54 municípios). As ocorrências continuam restritas às áreas sob monitoramento oficial, com permanente vigilância e controle do MAPA.

• **Principais Ações e Resultados:**

- 414 inspeções realizadas em lavouras visando o monitoramento da praga;
- 105 técnicos treinados para o monitoramento da praga;
- 54 municípios monitorados;
- Pesquisas em desenvolvimento para identificação de espécies;
- Manutenção da praga em área restrita.

Atividade Executada:

5 – PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA BANANICULTURA:

A bananicultura é uma atividade que abrange cerca de 12,3 mil ha no RS, cultivada principalmente em pequenas propriedades na região do litoral norte do Estado. Estão envolvidas diretamente nesta atividade cerca de 5 mil famílias e aproximadamente 20 mil pessoas; mais os empregos indiretos provenientes desta atividade.

Os municípios de Três Cachoeiras, Morrinhos do Sul, Mampituba, Dom Pedro de Alcântara, Torres, Terra de Areia, Osório, Três Forquilhas, Itati e Santo Antônio da Patrulha são responsáveis por 98% da área comercial.

A produtividade média do RS é de 11 ton/ha. Para esses produtores, o cultivo de banana é uma importante fonte de renda, ajuda a fixar esta população no campo com geração de emprego, principalmente para os produtores com menor acesso à tecnologia. As plantações, na maioria dos casos, situam-se em encostas, o que exige intensa mão-de-obra e que dificilmente se conseguiria desenvolver outra atividade econômica.

Atualmente, o SSV/RS, juntamente com OEDSV/RS, trabalha na prevenção e controle de duas pragas, a sigatoka negra provocada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis* e moko-da-bananeira pela bactéria *Ralstonia solanacearum*, ambas quarentenárias presentes para o Brasil com ocorrência restrita e sob sistema oficial de controle, conforme Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008.

A Sigatoka negra foi constatada pela primeira vez no Brasil em 1998, expandiu-se rapidamente causando grandes prejuízos, tendo em vista a alta capacidade de destruição. A presença da praga no RS foi confirmada em 2004, por meio de análise laboratorial de amostras coletadas em lavouras comerciais. Todavia diferente de outras regiões do país, a disseminação e as perdas de produção causadas pela doença são insignificantes. De acordo com especialistas da área, a praga pode estar passando por um período de adaptação (clima + hospedeiro), e que poderá trazer graves prejuízos à



cultura. Já o moko-da-bananeira, uma das principais doenças da cultura devido aos riscos que apresenta pelo seu alto grau de destruição, ainda não foi constatado no RS.

• **Principais Ações e Resultados:**

- Devido ao contingenciamento de recursos financeiros e limitação de 40 diárias por FFA, o monitoramento não pode ser realizado na época em que os sinais e sintomas da praga estivessem visíveis e detectáveis.

Atividade Executada:

6 – PREVENÇÃO E CONTROLE DA FERRUGEM ASIÁTICA DA SOJA:

Anualmente mais de quatro milhões de ha de soja são cultivados no RS, sendo o principal produto gerador de emprego e renda para o Estado, além das divisas alcançadas com as exportações de grãos, óleo e farelo.

No RS a ferrugem asiática da soja tem constituído o principal problema fitossanitário da cultura, a exemplo dos demais produtores da oleaginosa, acarretando prejuízos anuais (perda de produção mais controle) aproximados de U\$ 2,2 bilhões, segundo estimativas da Embrapa.

Dado a importância deste produto para a economia do Estado, e com fulcro na Instrução Normativa nº 2, de 29 de janeiro de 2007, no RS foi instituído o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, composto por 19 instituições públicas e privadas representativas dos setores envolvidos na cadeia produtiva da soja, sob a coordenação do SSV/RS.

O vazio fitossanitário consiste em manter as lavouras sem cultivo de soja por um período mínimo de três meses consecutivos, na entressafra, com intuito de interromper o ciclo da doença e com isso diminuir a fonte de inóculo para a safra seguinte. No RS, devido ao clima (frio), o cultivo na entressafra não é possível e as plantas remanescentes (guaxas ou tigueras) são eliminadas naturalmente pela formação de geadas. Por este motivo o Comitê deliberou pela não implementação do vazio fitossanitário no RS, diferente dos demais Estados produtores desta oleaginosa.

A intensidade de ocorrência da ferrugem da soja no RS é diretamente proporcional às precipitações, ou seja, em anos chuvosos a ocorrência é mais intensa. Atualmente no mercado estão disponíveis 84 fungicidas registrados para o controle da doença (fonte Agrofit: HTTP://WWW.agrofit.agricultura.gov.br/agrofit_cons/principal_agrofit_cons; acesso em 18 de janeiro de 2012). Os produtores bem como a assistência técnica têm conhecimentos razoáveis de monitoramento e controle. Todavia, carece conhecimentos sobre tecnologia de aplicação, bem como o uso adequado de maquinários e equipamentos, já que a doença incide primeiramente na parte inferior da planta, local de difícil acesso para os produtos (fungicidas) pulverizados.

Nos últimos anos o Comitê Estadual de Controle da Ferrugem Asiática da Soja, em parceria com a Emater/RS, Embrapa Trigo de Passo Fundo e Embrapa Soja de Londrina, realizou diversas ações sobre o tema, especialmente treinamento e capacitação de técnicos, com objetivo de reduzir as perdas de produção provocadas pela doença, otimização e redução da aplicação de fungicidas por meio do monitoramento e reconhecimento eficaz da praga.

• **Principais Ações e Resultados:**

- Uma reunião técnica realizada em parceria com Emater/RS;
- 27 técnicos da extensão rural treinados para o monitoramento e



Atividade Executada:

controle da praga.

7 – PREVENÇÃO E CONTROLE DA VESPA-DA-MADEIRA (*SIREX NOCTILIO*):

O RS possui uma área aproximada de 172 mil ha de pinus, espécie vegetal hospedeira da vespa-da-madeira (*Sirex noctilio*), praga quarentenária presente no Brasil desde 1988, mas restrita aos Estados do RS, SC, PR, SP e MG, conforme Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008. Com apoio do Fundo Nacional de Controle da Vespa da Madeira – FUNCEMA, O RS tem adotado com grande intensidade o monitoramento e o controle desta praga por meio do nematóide *Deladenus siricidicola*, parasita específico, produzido e distribuído pela Embrapa Florestas de Colombo/PR.

A vespa-da-madeira é um inseto originário da Europa, Ásia e Norte da África, entrou no Brasil em 1988. Praga que ataca culturas de Pinus, desde então vem trazendo grandes prejuízos ao setor madeireiro do País. Esta vespa põe ovos em árvores de Pinus e estes se desenvolvem como larvas que constroem galerias no tronco. Junto com os ovos, a vespa inocula também um fungo e uma substância tóxica que acabam matando a árvore. Em 1990, a Embrapa Florestas, em parceria com empresas do setor florestal, trouxe para o Brasil o nematóide *Deladenus siricidicola* para ajudar no controle da vespa-da-madeira. Este microorganismo ataca as larvas da vespa dentro do tronco e estas se transformam em vespas adultas estéreis, que fazem também a postura de ovos contendo centenas de nematóides. Dessa forma, o nematóide se dissemina de árvore em árvore e passa a atacar outras larvas da vespa-da-madeira. Para o efetivo controle da praga, além do nematóide foram introduzidos no país, apesar da baixa eficiência, insetos parasitóides. Entretanto os produtores de madeira devem seguir rigorosamente as práticas de manejo florestal, principalmente os desbastes, que são fundamentais para prevenir danos econômicos provocados por esta praga.

Nos últimos anos o plantio de pinus no RS tem se intensificado principalmente nas regiões denominadas Campos de Cima da Serra, Depressão Central e Serra do Sudeste, que fornecem matéria prima para a indústria de celulose e papel, e indústria moveleira. Nos plantios litorâneos, além de produtos madeiráveis também são extraídas resinas, que são utilizadas na indústria da fabricação de tintas, desinfetantes e tinner.

É fundamental aprimorar e intensificar o controle e o monitoramento desta praga quarentenária visando manter sob controle sua população, de modo a não afetar o comércio interestadual e internacional deste produto. O SSV/RS em parceria com a SEAPPA/RS capacita e credencia Engenheiros Agrônomos e Florestais para o monitoramento e controle da praga, além da Certificação Fitossanitária de Origem – CFO, necessária para o trânsito interestadual e exportação de pinus.

• Principais Ações e Resultados:

- 46 novos Responsáveis Técnicos credenciados para a Certificação Fitossanitária de Origem para *Sirex noctilio*;
- 127 fiscalizações da Certificação Fitossanitária de Origem;
- Total de 72 Responsáveis Técnicos habilitados atualmente para a Certificação Fitossanitária de Origem para *Sirex noctilio*.



Atividade
Executada:

8 – FISCALIZAÇÃO DE EXPERIMENTOS DE ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS:

Organismo geneticamente modificado (OGM) é aquele cujo material genético – ADN/ARN tenha sido modificado por qualquer técnica de engenharia genética. Não se inclui na categoria de OGM o resultante de técnicas que impliquem a introdução direta, num organismo, de material hereditário, desde que não envolvam a utilização de moléculas de ADN/ARN recombinante ou OGM, inclusive fecundação in vitro, conjugação, transdução, transformação, indução poliplóide e qualquer outro processo natural.

As atividades com OGM são regulamentadas e autorizadas pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio e a fiscalização da liberação planejada de OGM no meio ambiente segue de acordo com o inciso I do artigo 16 da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005 e é realizada no RS, pelo SSV e SEFIA, conforme previsto na Portaria 428/2010, com recursos do PI FISCORGEN.

De acordo com a CTNBio (www.ctnbiobio.gov.br/index.php/content/view/16658.html, acesso em 18 de janeiro de 2012), os seguintes eventos OGMs estão comercialmente liberados no Brasil):

- **Soja**

1. – Liberação Comercial de Soja Geneticamente Modificada Resistente a Insetos e Tolerante a Herbicida, Soja MON 87701 x MON 89788;
2. – Liberação Comercial de Soja Geneticamente Modificada Tolerante ao Glufosinato de Amônio, Soja Liberty Link (soja LL);
3. – Liberação Comercial de Soja Geneticamente Modificada Tolerante ao Glufosinato de Amônio, Soja Liberty Link (Soja LL);
4. – Liberação Comercial de Soja Geneticamente Modificada Tolerante aos Herbicidas do Grupo Químico das Imidazolinonas, Soja CV127, Evento BPS-CV127-9;
5. – Liberação Comercial de Soja Geneticamente Modificada tolerante a Herbicida Evento GTS-40-3-2.

- **Milho**

1. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos e Tolerante ao Glifosato, MON 89034 × MON 88017;
2. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos e Tolerante ao Glufosinato de Amônio, TC1507 x MON810;
6. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos e Tolerante a herbicidas, TC1507 x MON810 x NK603;
7. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos e Tolerante a herbicidas, MON 89034 × TC1507 × NK603;
8. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos e Tolerante ao Glifosato MON88017 e suas progêniess;
9. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado



Resistente a Insetos e Tolerante a Herbicidas, Milho MON 89034 x NK 603;

10. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos e Tolerante a Herbicidas, Milho Bt11Xmir162XGA21;
11. – Liberação Comercial de Milho Resistente a Insetos da Ordem epidóptera e Tolerância ao Herbicida Glifosato, evento TC 1507 x NK 603;
12. – Liberação Comercial de Milho Resistente a Insetos, Milho MON 89034;
13. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos, Milho MIR 162;
14. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos e Tolerante a Herbicidas, Milho MON 810 x NK603;
15. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Para Resistência a Insetos e Tolerância a Herbicida, Milho Bt11 x GA21;
16. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Resistente a Insetos da Ordem Lepidóptera e Pragas do Milho, Evento TC1507;
17. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Tolerante ao Glifosato, Milho GA21, Evento GA21;
18. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado Tolerante ao Glifosato, Milho Roundup Ready 2, Evento NK603;
19. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado resistente a Insetos Evento BT 11;
20. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado tolerante a herbicida Evento T25;
21. – Liberação Comercial de Milho Geneticamente Modificado resistente a Insetos Evento MON810;

• **Algodão**

1. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado Tolerante ao Glifosato, Algodão MON 88913;
2. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado T304-40 x GHB119, resistente a insetos e tolerante ao herbicida glufosinato de amônio, designado Algodão TwinLink;
3. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado Tolerante a Herbicidas Denominado GHB614 (Algodão GlyTol®);
4. – Liberação Comercial de Algodão Resistente a Insetos e Tolerante a Herbicida, Algodão MON 531 x MON 1445;
5. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado Resistente a Insetos, Algodão Bollgard II, Evento MON 15985;
6. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado, Resistente a Insetos e Tolerante ao Glufosinato de Amônio, Algodão Widestrike, Evento 281-24-236/3006-210-23;
7. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado, Algodão Roundup Ready, Evento MON1445;
8. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado Tolerante a Herbicida Evento LLCotton25;
9. – Liberação Comercial de Algodão Geneticamente Modificado



resistente a Insetos Evento 531.

• **Feijão**

1. – Liberação Comercial de feijoeiro geneticamente modificado resistente ao vírus do mosaico dourado do feijoeiro (Bean golden mosaic vírus – BGMV), evento de transformação Embrapa 5.1.

• **Principais Ações e Resultados:**

- 48 fiscalizações realizadas;
- 24 experimentos com OGM fiscalizados.

As despesas orçamentárias que custearam as atividades da ação de prevenção, Controle e Erradicação das Pragas dos Vegetais, com a exceção da atividade de nº 9 – Fiscalização de Experimentos de Organismos Geneticamente Modificados, custeadas pelo PI FISCORGEN, foram as seguintes:

Despesas Orçamentárias:

Tabela: Recursos Recebidos.

Elemento de Despesa	Programado	Liberado	Executado			
			Empenhado	Liquidado	Pago	%
3390.14	62.500,00	56.259,05	56.259,05	56.259,05	56.259,05	100
3390.30	18.374,00	20.482,00	20.482,00	20.482,00	20.482,00	100
3390.33	8.300,00	1.200,00	1.200,00	1.001,99	1.001,99	83,5
3390.36	5.351,90	1.593,00	442,50	442,50	442,50	100
3390.37	36.669,35	36.669,35	36.669,35	35.854,25	29.004,65	79,1
3390.39	23.000,00	25.000,00	25.000,00	24.994,47	24.994,47	99,98
3390.93	2.004,00	1.654,00	1.228,15	1.228,15	1.228,15	100
Total Custeio	156.199,25	142.857,40	141.281,05	140.262,41	133.412,81	95,1%
Total Geral	156.199,25	142.857,40	141.281,05	140.262,41	133.412,81	95,1%

Fonte: SIAFI GERENCIAL – Programação SSV/DDA/SFA-RS

Desempenho Operacional:

Para cálculo do desempenho operacional do Programa Interno PCEVEGETAL do RS (PROGRAMA: 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária; AÇÃO: 8572 – Prevenção, Controle e Erradicação de Pragas dos Vegetais), foi utilizado o indicador/meta “área controlada em Ha”, que foi definido pelo DSV/SDA/MAPA (coordenação nacional do Programa e Ação) no SIPLAN.

Área controlada (meta) foi considerada a área total em ha cultivada com vegetais hospedeiros de pragas quarentenárias, regulamentadas e que possuem exigências de certificação de países importadores, conforme descrição pormenorizada neste relatório.

Indicadores de Desempenho:

Metas e Resultados da Atividade

Meta	Previsão	Execução	Execução/previsão %
Área Controlada (Há) ¹	4.430.000	4.417.700	99,7

¹ Área estimada em há com monitoramento/controle de pragas quarentenárias e com exigência de certificação de países importadores.



**Indicador
Eficiência:**

de

Meta		Indicador	
	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Área Controlada	VA: - 0,003 R\$/Ha	VA: -12.300 Há	VA: -12.300Ha
	VR: -8,57%	VR: -0,28%	VR: 99,72%

Descrição:

Custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Objetivo:

Fornece o custo unitário programado e realizado do produto da ação. Quando o custo unitário realizado é menor do que o programado, indica que o órgão executor foi eficiente na execução do PI, conseguindo realizar o produto da ação com menos recursos. Ao contrário, quando o custo unitário realizado é maior do que o programado é sinal de que o órgão não foi eficiente na execução do PI, gastando mais do que havia previsto, o que pode ser indício de uma programação mal elaborada. Numa perspectiva histórica, tanto a análise do custo unitário realizado como do custo unitário programado podem fornecer valiosas informações sobre a eficiência do órgão na execução dos processos de trabalho pertinentes que dizem respeito ao PI.

Fórmulas de cálculo:

Custo unitário realizado (CUR) em 2011, em reais/quantidade realizada da meta física:

$$CUR2011 = (CR2011 : QR2011) = 140.262,41 : 4.417.700 = \mathbf{0,032}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2011, em reais/quantidade programada da meta física:

$$CUP2011 = (CP2011 : QP2011) = 156.199,25 : 4.430.000 = \mathbf{0,035}$$

Variação absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2011, em reais/quantidade da meta física:

$$VA2011 = CUR2011 - CUP2011 = 0,032 - 0,035 = \mathbf{-0,003}$$

Variação relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2011, em porcentagem:

$$VR2011 = [(CUR2011 : CUP2011) . 100] - 100 = [(0,032 : 0,035).100] - 100 = \mathbf{-8,57}$$

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA negativo (- 0,003) indica que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 8,57%.

**Indicador
Eficácia:**

de Descrição:

Número de unidades de produto da ação realizadas em relação à meta física programada, em termos absolutos e relativos.

Objetivo:

Mede o grau de realização da meta física do PI. Quando o valor absoluto do indicador for maior do que 0 (zero) e o valor relativo for superior a 100% indica que o serviço foi eficaz. No entanto o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.



Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2011, em quantidade da meta física:

$$VA2011 = QR2011 - QP2011 = 4.417.700 - 4.430.000 = \underline{\underline{-12.300}}$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em porcentagem:

$$VR2011 = [(QR2011 : QP2011) . 100] - 100 = [(4.417.700 : 4.430.000).100] - 100 = \underline{\underline{-0,28\%}}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA negativo significa que foram executadas menos (12.300) unidades que neste caso é igual a Ha, em relação à área estabelecida na meta. Com isso a EFICÁCIA foi negativa de -0,28%, ou seja, foram executadas 99,72% das unidades programadas.

**Indicador
Efetividade:**

de Descrição:

Porcentual de unidades realizadas do produto da ação em relação ao total de unidades do universo da ação.

Objetivo:

Mede o resultado gerado pelo PI em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor, ou seja, a relação entre o impacto previsto e o impacto efetivo da ação. Quanto maior o percentual obtido mais efetivo foi o PI.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) de unidades da meta física realizada em relação ao total de unidades em 2011, em quantidade:

$$VA2011 = QR2011 - QT2011 = 4.417.700 - 4.430.000 = \underline{\underline{-12.300}}$$

Relação entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em porcentagem:

$$VR2011 = (QR2011 : QP2011) . 100 = (4.417.700 : 4.430.000).100 = \underline{\underline{99,72\%}}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado:

Foi considerado como universo da ação a área total em Ha estabelecida como Meta. O VA negativo de 12.300 Ha e o VR de 99,72% indica que a meta não foi atingida e portanto a ação não foi EFETIVA.

Análise Crítica:

1- CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E O IMPACTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO.

Área controlada é entendida como sendo aquela cultivada com espécies vegetais hospedeiras de pragas quarentenárias e pragas regulamentadas exigidas no trânsito interestadual e internacional de vegetais e seus produtos. Todavia, não há em nível nacional uma orientação clara do Departamento de Sanidade Vegetal – DSV/SDA/MAPA, com intuito de



padronização e perfeito entendimento da meta a ser utilizada pelas Unidades da Federação.

A meta área controlada, estabelecida no SIPLAN pela coordenação nacional da ação, não foi atingida devido a atraso na descentralização de recursos e limitação de deslocamento de Fiscais do MAPA em função do limite imposto pelo Decreto 7.446, de 01 de Março de 2011, de 40 diárias/Fiscal/ano.

Apesar disso, os resultados fitossanitários alcançados são positivos, visto a manutenção do *status* fitossanitário do RS, ou seja, manutenção das áreas livres e/ou com ocorrência restrita de pragas quarentenárias e regulamentadas, garantindo com isso a produção, comercialização e exportação de vegetais e seus produtos, gerando empregos, renda e divisas ao RS e ao Brasil.

Análise Crítica:

2- EVIDENCIAR SE AS AÇÕES APRESENTARAM PROBLEMAS NA SUA EXECUÇÃO, ESPECIFICANDO OS PROBLEMAS OCORRIDOS, POR EXEMPLO: DOTAÇÃO INSUFICIENTE, CONTIGENCIAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS FORA DE PRAZOS, ETC.

Em 2011 houve atraso na descentralização de recursos e limitação de deslocamento de Fiscais do MAPA devido o limite imposto pelo Decreto 7.446, de 01 de Março de 2011, de 40 diárias/Fiscal/ano.

Com isso ações foram reduzidas ou deixaram de ser executadas no período adequado, especialmente o monitoramento de algumas pragas, onde aspectos como época do ano e fenologia da planta, devem ser observados.

Análise Crítica:

3- EVIDENCIAR E JUSTIFICAR AS AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS.

De acordo com o exposto no item 5.1 a Meta estabelecida não foi superada e nem mesmo atingida.

A Sanidade Vegetal, em nível nacional, carece de mecanismos eficazes de planejamento com definição e padronização de metas e indicadores. Atualmente, em termos de planejamento e acompanhamento são exigidos diversos mecanismos sem a devida padronização, como o Plano Operativo Anual, Gestão Estratégica do MAPA, SIPLAN e Relatório de Gestão, gerando de certa forma, interpretações ambíguas. Somado a isso, a área técnica responsável pela sanidade vegetal muitas vezes executa ações não previstas, que não podem ser planejadas, como novas ocorrências de pragas ou novas demandas na importação ou exportação com exigências fitossanitárias específicas.

É premente, portanto, o estabelecimento e padronização de indicadores que efetivamente externem a quantidade e a diversidade de atividades executadas pela Defesa Sanitária Vegetal.



Análise Crítica:

4- AVALIAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES EXAMINANDO AS DIFERENÇAS POSITIVAS E NEGATIVAS, PORVENTURA OBSERVADAS ENTRE A EXECUÇÃO REALIZADA E A PREVISTA.

A execução realizada foi inferior à prevista como pode ser observado no item indicadores de desempenho, cujo motivos estão relatados na análise crítica – item 1.

Os motivos estão relatados no item 5.1.

Todavia reitera-se a necessidade de definição e padronização de metas em nível nacional a serem utilizadas pela Defesa Sanitária Vegetal.



Ação:	2134 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus Produtos e Insumos – VIGIFITO1
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Termo de inspeção ou fiscalização emitido no controle do trânsito interestadual de vegetais e seus produtos.
Finalidade:	Garantir a sanidade vegetal, controlando a disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
Descrição:	Elaboração de normas; coordenação, integração e cooperação técnica com as instâncias estaduais e municipais no trato da vigilância e do controle fitossanitário do trânsito de vegetais e seus produtos no território nacional; capacitação técnica; análise de risco e quarentena vegetal.
Detalhamento:	Por meio da celebração de convênio os órgãos públicos estaduais de defesa fitossanitária, que aportam serviços de profissionais especializados, equipamentos, veículos e infra-estrutura física como contrapartida.
Unidade Responsável:	Coordenação – Fiscalização do Trânsito de Vegetais.
Coordenador da Ação Nacional:	Álvaro Antônio Nunes Viana
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-RS.
Responsável no âmbito da UJ:	Jairo João Carbonari
Estratégia da Ação:	A ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos e Insumos é desenvolvida na SFA-RS pelo Serviço de Sanidade Vegetal, com a seguinte da equipe na Sede em Porto Alegre: Jairo João Carbonari – FFA Engenheiro Agrônomo Emerson Luis Nunes Costa – FFA Engenheiro Agrônomo Patrícia de Freitas Lima – FFA Engenheiro Agrônomo Roque Danieli – FFA Engenheiro Agrônomo Antonio Carlos Rodrigues Cruz – FFA Engenheiro Agrônomo Vanessa Fioranza – Auxiliar Administrativa contratada Felipe Marcon Pezda – Estagiário Francine Saraiva Oliveira – Estagiária A equipe da SSV/SFA-RS possui ainda o suporte técnico de FFA's lotados na Unidades Técnicas Regionais – UTRAS de Ijuí, Passo Fundo, Santa Maria, Lajeado e Pelotas.
Atividade Executada:	1- TRÂNSITO INTERESTADUAL: De acordo com a Instrução Normativa nº 52, de 21 de novembro de 2007, e suas alterações, Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008, o Rio Grande do Sul possui cinco pragas classificadas como Quarentenárias Presentes, que são pragas de importância econômica, presentes no território nacional, mas com distribuição restrita, e com ações oficiais de controle e/ou erradicação; <i>Cydia pomonella</i> em rosáceas, principalmente maçã; <i>Sirex noctilio</i> – Vespa da Madeira, em pinus; <i>Xanthomonas axonopodis</i> pv. Citri – Cancro Cítrico e <i>Guignardia citricarpa</i> – mancha negra dos citros, ambas em citros; e <i>Mycosphaerella fijiensis</i> - Sigatoka Negra em banana. Para o controle oficial destas pragas, o MAPA juntamente com o Órgão Estadual de Defesa Sanitária Vegetal – OEDSV/RS (Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio - SEAPA/RS), possui cadastrados profissionais - Engenheiros Agrônomos e Florestais - autônomos ou da



Iniciativa privada, que executam as ações de monitoramento, controle e erradicação das pragas; e emitem para cada partida (carga) de vegetais e suas partes, hospedeiros destas pragas, no trânsito interestadual, um Certificado Fitossanitário de Origem – CFO, ou Certificado de Origem Consolidado – CFOC (Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007), que subsidia a emissão, pelos Fiscais do OEDSV/RS, da Permissão de Trânsito de Vegetais – PTV (Instrução Normativa nº 54, de 06 de dezembro de 2007), viabilizando com isso o comércio destes produtos, e minimizando os riscos de disseminação das pragas quarentenárias presentes.

O controle do trânsito interestadual é executado pelo OEDSV/RS em seis barreiras fitossanitárias, localizadas nos seguintes municípios na divisa com Santa Catarina: Irai (BR 386), Nonoai (RS 406), Marcelino Ramos (RS 331), Barracão (RS 343), Vacaria (BR 116) e Torres (BR 101). Além destas barreiras, o OEDSV/RS possui unidades localizadas estrategicamente no interior do RS que possuem infraestrutura para realização do controle do trânsito interestadual dos vegetais e suas partes.

Visando maior celeridade e eficiência no cumprimento das Instruções Normativas nº 54 e 55, de 2007, que, respectivamente, aprovaram as normas técnicas para utilização da PTV, CFO e CFC, a SEAPA/RS desenvolveu e está utilizando o SDA - Sistema de Defesa Agropecuária, totalmente informatizado. O SDA com acesso *on line* via web contém em seu banco de dados o cadastro dos responsáveis técnicos - RT habilitados para a emissão de CFO/CFOC, as listas de todas as pragas para as quais os RTs estão habilitados, o cadastro das unidades de produção georreferenciadas, das unidades centralizadoras de produtos certificados e dos agentes da SEAPA autorizados a emitirem a PTV.

Atualmente os CFO, CFC e a PTV são geradas eletronicamente e os cadastros das Unidades de Produção – UPs e Unidades de Centralização – UCs estão informatizados e são alimentados pelos próprios responsáveis técnicos, sob a supervisão da SEAPA/RS.

Permanentemente o SSV/RS em parceria com a SEAPA/RS, de acordo com a demanda da cadeia produtiva das espécies hospedeiras de pragas quarentenárias presentes, realiza cursos de Certificação Fitossanitária, visando a habilitação de Responsáveis Técnicos para a emissão de CFO e CFC, conforme orientações da Instrução Normativa nº 55, de 06 de dezembro de 2007.

Em 2011 no RS foram realizados dois cursos de Certificação Fitossanitária de Origem devidamente autorizados pelo Departamento de Sanidade Vegetal; para *Sirex noctilio* em *Pinus* realizado na Universidade Federal de Santa Maria/RS e *Cydia pomonella* em rosáceas, realizado em Vacaria/RS, onde foram capacitados, treinados e habilitados 46 e 43 profissionais, respectivamente.

Principais Ações e Resultados:

- 54.161 Permissões de Trânsito de Vegetais Emitidas no trânsito interestadual de vegetais;
- 937 Fiscalizações na Certificação Fitossanitária de Origem;
- 7.925 Fiscalizações em Barreiras no trânsito interestadual de vegetais;
- 2 Cursos de Certificação Fitossanitária de Origem realizados em parceria com a SEAPA/RS;
- 89 novos Responsáveis Técnicos habilitados para a realização da



Atividade Executada:

- Certificação Fitossanitária de Origem;
- Total de 379 Responsáveis Técnicos atualmente habilitados para a Certificação Fitossanitária de Origem.

2- CONFORMIDADES FITOSSANITÁRIAS NO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS:

O SSV/RS, de acordo com a Portaria nº 428/2010 que instituiu o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura e demais legislações pertinentes, é responsável pela conformidade fitossanitária na importação e exportação de vegetais, realizadas nas 14 Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGROs do RS.

2.1- Pareceres Técnicos em Processos de Exportação de Sementes e Mudas:

Os Pareceres Técnicos para exportação de sementes e mudas são determinados pela Instrução Normativa nº 50, de 29 de dezembro de 2006, a qual disciplina a importação e a exportação dos materiais de propagação.

De acordo com a Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006, e suas alterações, nas exportações de vegetais e suas partes é necessário a emissão do Certificado Fitossanitário – CF. O CF, documento internacionalmente reconhecido para certificar a isenção de pragas no trânsito de vegetais, é emitido pela Organização Nacional de Proteção Fitossanitária – ONPF do país exportador, no caso do Brasil pelo MAPA.

Quando o país importador apresentar exigências fitossanitárias específicas, denominadas Declarações Adicionais, estas devem constar no CF, e embasadas em uma Permissão de Trânsito de Vegetais, emitida pelo OEDSV, de acordo com a Instrução Normativa nº 54, de 04 de dezembro de 2007. Em 2011 foram emitidos 439 pareceres técnicos fitossanitários em processos de exportação de sementes e mudas.

2.2- Pareceres Técnicos em Processos de Importação de Sementes e Mudas:

Os Pareceres Técnicos para importação de sementes e mudas são determinados pela Instrução Normativa número 50, de 29 de dezembro de 2006, a qual disciplina a importação e a exportação dos materiais de propagação. As bases técnicas estão contidas na Instrução Normativa nº 23, de 02 de agosto de 2004, que estabelece as medidas fitossanitárias por via de ingresso por produto, e adota os requisitos fitossanitários para o ingresso de produtos vegetais, bem como nas Instruções Normativas números 06/2005, 36/2010, 07/2011 e 10/2011 as quais estabelecem requisitos fitossanitários na importação de espécies vegetais, suas partes, produtos e subprodutos.

No site do MAPA, lista de produtos vegetais de importação autorizada – PVI, é possível realizar buscas das exigências fitossanitárias por produto vegetal, nome científico, país de origem e parte vegetal a ser importada. Em 2011 foram emitidos 578 pareceres técnicos fitossanitários em processos de importação de sementes e mudas.

2.3- Pareceres Técnicos em Processos de Importação de Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes, Biofertilizantes e Turfas:

Os requerimentos de importação de fertilizantes, corretivos, inoculantes, biofertilizantes (sejam produtos acabados ou matérias-primas) e turfas (processadas ou não), de acordo com o Decreto 4954/2004 e Instruções Normativas 27/2006, 21/2009, 25/2009, 13/2011 e 23/2004, são encaminhados para o Serviço de Sanidade Vegetal para a emissão de



parecer fitossanitário e inclusão no Siscomex.

No parecer o FFA do SSV analisa possíveis riscos fitossanitários com a devida categorização de risco e os consequentes procedimentos que devem ser adotados no momento do ingresso do produto a ser importado. Em 2011 foram emitidos 137 Pareceres Técnicos referentes à importação de fertilizantes, corretivos, Biofertilizantes, inoculantes e turfas.

2.4- Análise de Laudos Fitossanitários com vistas à baixa de depositário:

Conforme Instrução Normativa nº 50, de 29 de dezembro de 2006, ao ingressarem materiais de propagação vegetal (sementes e mudas) no país, amostras são coletadas pelos Fiscais Federais Agropecuários do MAPA no ponto de ingresso (UVAGROs) para análises fitossanitárias, as quais são necessárias para determinar se as mercadorias estão aptas a serem comercializadas sob o ponto de vista da sanidade vegetal.

Toda vez que é detectada uma praga quarentenária, praga exótica, praga que não possui registro de ocorrência no Brasil ou qualquer outra situação que se enquadre nas vedações previstas no Regulamento de Defesa Sanitária Vegetal, ações corretivas são adotadas para providenciar que os produtos que já ingressaram no território nacional sejam devolvidos ao país de origem ou destruídos.

2.4.1- Destruções realizadas pelo SSV/DDA/SFA-RS em 2011, de sementes importadas devido à constatação de pragas quarentenárias:

Praga detectada	Produto importado	Origem	Destrução (kg)
<i>Setaria viridis</i> ¹	Sementes de melão	Tailândia	15
<i>Setaria pumila</i> ¹	Sementes de salsa	Estados Unidos	9.175
<i>Setaria viridis</i> ¹	Sementes de rainha margarida	Holanda	3
<i>Geranium molle</i> , <i>Geranium pusillum</i> ²	Sementes de cebolinha de tempero	França	150
<i>Reseda lutea</i> ²	Sementes de salsa	Itália	1.000
<i>Cirsium arvense</i> ¹	Sementes de arruda;	Holanda	10
<i>Cirsium arvense</i> e <i>Setaria viridis</i> ¹	Sementes de áster da china;	Holanda	5
<i>Setaria viridis</i> ¹	Sementes de áster da china;	Holanda	20
<i>Setaria viridis</i> ¹	Sementes de facélia	Holanda	2
<i>Amaranthus albus</i> ¹	Sementes de alface	Chile	1.200
<i>Alopecurus myosuroides</i> ¹	Sementes de erva-doce ou anis	Holanda	30
<i>Setaria viridis</i> e <i>Hibiscus trionum</i> ¹	Sementes de hissopo	Holanda	8
terra	Sementes de ervilha	EUA	2.000
Total			13.618

1- Praga Ausente A1

2- Praga sem registro de ocorrência no Brasil



2.4.2- Devoluções ao país de origem, realizadas pelo SSV/DDA/SFA-RS em 2011, de sementes importadas devido à constatação de pragas quarentenárias.

Praga detectada	Produto importado	Origem	Devolução (kg)
<i>Phalaris paradoxa</i> ¹	Sementes de trevo alexandria e branco	Uruguai	4.000
<i>Setaria viridis</i> ¹	Sementes de trevo branco	Uruguai	5.975
<i>Setaria viridis</i> ¹	Sementes de alfafa	Austrália	2.175
Total			12.150

1- Praga Ausente A1

2- Praga sem registro de ocorrência no Brasil

Em 2011 a quantidade total de sementes importadas com restrições fitossanitárias foi de 25.768 kg, que tiveram como destino a destruição ou devolução à origem e analisados 1.093 Laudos Fitossanitários visando a baixa de depositário.

2.5- Análise de Importação de Material de Pesquisa:

O produto vegetal importado destinado à realização de pesquisa científica deve atender o previsto na Instrução Normativa nº 1, de 15 de dezembro de 1998, que aprova as normas para importação de material destinado à pesquisa científica.

O requerimento de importação de produto destinado à pesquisa científica é analisado previamente pelo SSV/RS, quanto ao atendimento dos itens solicitados na legislação específica e, após, tramitado via processo ao Departamento de Sanidade Vegetal – DSV, para análise técnica e deferimento. Em 2011 foram analisados 18 solicitações de importação de material de pesquisa científica.

2.6- Análise e Cadastro de laudos Fitossanitários de Frutas importadas do Chile:

A importação de frutas do Chile foi objeto de suspensões temporárias determinadas pelo MAPA devido a interceptações do ácaro *Brevipalpus chilensis* (Acari: Tenuipalpidae), que é regulamentado pelo Brasil como praga quarentenária ausente, de acordo com a IN 52/2007 atualizada pela IN 41/2008. As interceptações de ácaros vivos ocorreram em partidas de frutas de dois dos hospedeiros principais de *Brevipalpus chilensis*: kiwi e uva. Além das suspensões das importações dos hospedeiros principais e secundários, as interceptações desencadearam uma série de reuniões bilaterais, auditorias aos sistemas chilenos de produção e certificação, e revisões da legislação fitossanitária brasileira.

As interceptações feitas em 2006 levaram às publicações da IN 34/2007, que alterou os requisitos fitossanitários para importação de frutos de uva do Chile, anteriormente estabelecidos na Portaria 129/1997; e da IN 35/2007, que estabeleceu os requisitos fitossanitários para importação de frutos de kiwi do Chile, que até então eram importados sem requisitos específicos, devido ao histórico de importações anteriores conforme IN 6/2005. As INs 34 e 35/2007 foram resultado de auditorias realizadas em 2006 e 2007 por técnicos do MAPA aos sistemas chileno de produção e certificação de uva e kiwi.

Mesmo com a nova legislação fitossanitária brasileira, o sistema de certificação chileno continuou demonstrando falhas, possivelmente relacionadas a não eficiência dos tratamentos, e novas interceptações de *Brevipalpus chilensis* vivos ocorreram. As importações de frutas do Chile foram novamente suspensas em 2008, desencadeando outra rodada de



reuniões e auditorias, e levando à publicação da IN 39/2008, que estabeleceu novos requisitos fitossanitários para importação de frutos de 17 espécies vegetais e de mudas de uma espécie vegetal considerados hospedeiros de *Brevipalpus chilensis*. A IN 39/2008 revogou as INs 34 e 35/2007.

Conforme a IN 39/2008, as partidas dos produtos vegetais aos quais a IN se refere, ao ingressarem no Brasil, estarão sujeitas à coleta de amostras para análise fitossanitária. Sendo assim, a amostragem com esse caráter não é obrigatória, mas deve ser considerada uma ferramenta importante para monitorar a condição fitossanitária das partidas de hospedeiros de *Brevipalpus chilensis*.

Nesse sentido, o SSV/DDA/SFA-RS analisa os resultados e cadastrá os laudos de diagnóstico fitossanitário emitidos por laboratório credenciado pelo MAPA, referentes às amostras de frutas importadas do Chile. No Rio Grande do Sul as importações têm ocorrido pela UVAGRO São Borja e pelo SVA Uruguaiana.

Em 2011 foram analisados e cadastrados 447 laudos referentes à análise fitossanitária de frutas importadas do Chile, sendo 372 sem qualquer detecção e 75 com ocorrência de ácaros ou insetos ou fungos, mortos ou vivos. Nenhum laudo recebido pelo SSV/DDA/SFA-RS em 2011 apontou detecção de *Brevipalpus chilensis* vivos.

2.7- Análise de Termos de Ocorrências:

O Termo de Ocorrência (TO) é o documento emitido pelo Fiscal Federal Agropecuário para registrar as não conformidades constatadas na importação e exportação. No mesmo documento é feita a notificação das não conformidades ao importador ou exportador interessado.

De acordo com o que consta da seção III do anexo da Instrução Normativa nº 36, de 10 de novembro de 2006, que aprova o Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional, qualquer ação que resulte no descumprimento das exigências das legislações vigentes deverá ser comunicada ao país de origem, por meio da Notificação de Não Conformidades, pelo Departamento Técnico competente. As informações de não conformidades, relatadas no TO, serão encaminhadas ao setor técnico da SFA/UF, que comunicará ao respectivo Departamento Técnico, com cópia para a Coordenação Geral do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional.

Na importação de vegetais, diversas são as causas determinantes da emissão de TO. Tais causas podem ser de caráter fitossanitário ou de outras naturezas. Consideramos de caráter fitossanitário as não conformidades relativas à detecção de pragas, produtos vegetais e substratos de importação proibida, como solo, madeira com casca e produtos/origens não cadastrados na lista de produtos vegetais de importação autorizada (PVIA) em relação à análise de risco de pragas (ARP), não cumprimento da NIMF 15 e, também, as não conformidades observadas nos certificados fitossanitários (CFs).

As causas consideradas de outra natureza são aquelas que não têm caráter fitossanitário, e estão relacionadas a pendências documentais (exceto as relacionadas ao CF) e questões de qualidade e classificação dos produtos. Na exportação, a grande maioria dos TOs refere-se a interceptações de pragas vivas.

Os TOs gerados a partir de causas não fitossanitárias, assim como os não relacionados à área vegetal (referentes a agrotóxicos e fertilizantes) são redirecionados às áreas técnicas correspondentes.



Considerando os princípios da Transparência e da Notificação de Não Conformidades da Convenção Internacional de Proteção dos Vegetais - CIPV/FAO, bem como as recomendações da Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias nº 13 (NIMF 13 - CIPV/FAO), toda não conformidade de caráter fitossanitário deveria ser comunicada pela ONPF (Organização Nacional de Proteção Fitossanitária) importadora à ONPF exportadora.

O SSV/DDA/SFA-RS forma processos com os TOs emitidos na importação quando as não conformidades estão relacionadas a interceptações de pragas, CF, NIMF 15, PVIA, solo e madeira com casca. Os processos abertos no SSV/RS são encaminhados ao Departamento de Sanidade Vegetal (DSV/SDA/MAPA) com vistas à notificação das ONPFs dos países exportadores.

Em 2011 foram analisados 483 Termos de Ocorrência, que originou 142 processos para Notificação a ONPFs exportadoras. Ocorrências fitossanitárias detectadas com depositário (sem Termos de Ocorrência) deram origem a outros 15 processos para Notificação.

2.8- Solicitação de Análise de Risco de Pragas:

Procedimento previsto na Instrução Normativa número 06, de 16 de maio de 2005, a qual condiciona a importação de espécies vegetais, suas partes, produtos e subprodutos à publicação dos requisitos fitossanitários específicos no Diário Oficial da União, estabelecidos por meio de Análise de Risco de Pragas – ARP, necessária quando as espécies nunca tiverem sido importadas pelo Brasil; quando houver novo uso proposto; quando provierem de novo país de origem; quando somente tiverem registro de importação em data anterior a 12 de agosto de 1997. Em 2011 o SSV/RS recebeu 04 solicitações de ARP.

2.9- Pareceres Técnicos Diversos:

Pareceres outros que não descritos acima, mas também relacionados a questões fitossanitárias como pareceres para realização de cursos de Certificação Fitossanitária de Origem, visando o credenciamento de responsáveis técnicos; procedimento necessário para o comércio interestadual ou internacional de vegetais e suas partes hospedeiros de pragas quarentenárias, regulamentadas ou por exigência do país importador. Pareceres em processos de detecção/interdição/destruição/devolução de vegetais e suas partes com presença de pragas quarentenárias, exóticas ou de importância econômica; entre outros. Em 2011 o SSV/RS emitiu 16 pareceres.

▪ Principais Ações e Resultados:

- 439 Pareceres Técnicos em Processos de exportação de sementes e mudas;
- 578 Pareceres Técnicos em Processos de importação de sementes e mudas;
- 137 Pareceres Técnicos em Processos de importação Fertilizantes, Corretivos, inoculantes, Biofertilizantes e Turfas;
- 1.093 Laudos Fitossanitários analisados visando a baixa de depositário;
- 18 Análises de Importação de Material de Pesquisa;
- 483 Termos de Ocorrências analisados;
- 447 Laudos Fitossanitários analisados na importação de frutas



do Chile;

- 16 Outros Pareceres Técnicos emitidos;
- 04 Solicitações de ARP analisadas e encaminhadas;
- 25.768 kg de sementes importadas destruídas ou devolvidas à origem devido à detecção de pragas.

Atividade Executada:

3- FISCALIZAÇÃO DE EMPRESAS DE TRATAMENTO FITOSSANITÁRIOS COM FINS QUARENTENÁRIOS:

Ao SSV/DDA/SFA-RS cabe instruir os processos de credenciamento das empresas para a realização de tratamento fitossanitário com fins quarentenários, no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, sub-produtos e embalagens de madeira, e ainda, fiscalizar as empresas credenciadas.

Toda a atividade é instruída pela Instrução Normativa nº 66 de 27/11/2006, na Norma Internacional de Medidas Fitossanitárias – NIMF nº 15, Lei dos Agrotóxicos (Lei nº 7802 de 11 de julho de 1989), Manual de Procedimentos para Tratamentos Fitossanitários com Fins Quarentenários – MPTF e, Decreto 24.114 de 12 de abril de 1934.

Além destas atividades principais, é realizado pelo SSV/DDA/SFA-RS a vistoria de empresas que solicitam o credenciamento; credenciamento de empresas (emissão do certificado, inserção no SIPE, etc.); fiscalização de empresas credenciadas (já mencionado); atendimento a denúncias; condução de processos administrativos; aplicação de autos de infração e multas e controle de relatórios de atividades enviados aos SSV/RS mensalmente pelas empresas credenciadas.

▪ Principais Ações e Resultados:

- 41 empresas credenciadas para a realização de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários;
- 27 empresas fiscalizadas;
- Acompanhamento dos relatórios de atividades de cada empresa;
- 06 renovações de credenciamento realizadas;
- 08 processos administrativos recebidos do SEFIA, concluídos;
- 03 denúncias recebidas e apuradas;
- 02 processos administrativos abertos;
- Participação em Reunião para harmonização de procedimentos em Curitiba (PR);
- Participação em GT para revisão da IN nº 66/2006.

Desempenho Operacional:

Meta *	Previsão	Execução	Execução/Previsão (%)
Fiscalização Realizada **	57.000	64.829	108,05

* Meta definida no SIPLAN;

** Ações do SSV/RS associadas ao trânsito internacional de vegetais e do OEDSV/RS relacionadas ao trânsito interestadual de vegetais.



Despesas Orçamentárias:

Elemento de Despesa	Programado	Liberado	Executado			
			Empenhado	Liquidado	Pago	%
3390.14	37.261,00	30.556,67	30.556,67	30.556,67	30.556,67	100
3390.30	3.970,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	3.390,00	100
3390.33	48.800,00	51.713,12	51.713,12	41.186,64	39.445,12	95,78
3390.36	5.109,80	5.109,80	5.041,60	5.041,60	5.041,60	100
3390.37	-	-	-	-	-	-
3390.39	4.504,42	2.500,00	2.500,00	1.320,36	1.320,36	52,8
3390.47	-	-	-	-	-	-
3390.92	-	-	-	-	-	-
3390.93	300,00	150,00	132,00	132,00	132,00	100
3391.39	-	-	-	-	-	-
Total - Custeio	99.945,22	93.419,59	93.333,39	81.627,27	79.885,75	97,86%
Total Geral	99.945,22	93.419,59	93.333,39	81.627,27	79.885,75	97,86%

Fonte: SIAFI GERENCIAL – Programação SSV/DDA/SFA-RS

Indicadores de Desempenho:

de	Meta	Indicador	Eficiência	Eficácia	Efetividade
	Fiscalização Realizada				
	VA: - 0,49 R\$/UM	VA: 8.829 UM	VA ¹ : -		
	VR: -28,0%	VR: 13,74%	VR: 113,74%		

¹ Não é possível determinar a Quantidade Total – QT da ação pois depende de demandas externas.

Indicador de Eficiência:

de Descrição:

Custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Objetivo:

Fornece o custo unitário programado e realizado do produto da ação. Quando o custo unitário realizado é menor do que o programado, indica que o órgão executor foi eficiente na execução do PI, conseguindo realizar o produto da ação com menos recursos. Ao contrário, quando o custo unitário realizado é maior do que o programado é sinal de que o órgão não foi eficiente na execução do PI, gastando mais do que havia previsto, o que pode ser indício de uma programação mal elaborada. Numa perspectiva histórica, tanto a análise do custo unitário realizado como do custo unitário programado podem fornecer valiosas informações sobre a eficiência do órgão na execução dos processos de trabalho pertinentes que dizem respeito ao PI.

Fórmulas de cálculo:

Custo unitário realizado (CUR) em 2011, em reais/quantidade realizada da meta física:

$$\text{CUR2011} = (\text{CR2011} : \text{QR2011}) = 81.627,27 : 64.829 = \mathbf{1,26}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2011, em reais/quantidade programada da meta física:

$$\text{CUP2011} = (\text{CP2011} : \text{QP2011}) = 99.945,22 : 57.000 = \mathbf{1,75}$$

Variação absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2011, em reais/quantidade da meta física:

$$\text{VA2011} = \text{CUR2011} - \text{CUP2011} = 1,26 - 1,75 = \mathbf{-0,49}$$



Variação relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2011, em porcentagem:

$$VR2011 = [(CUR2011 : CUP2011) .100] - 100 = [(1,26 : 1,75).100] - 100 = \underline{\underline{-28,0}}$$

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA negativo (- 0,49) indica que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 28,0%.

Indicador Eficácia:

de Descrição:

Número de unidades de produto da ação realizadas em relação à meta física programada, em termos absolutos e relativos.

Objetivo:

Mede o grau de realização da meta física do PI. Quando o valor absoluto do indicador for maior do que 0 (zero) e o valor relativo for superior a 100% indica que a serviço foi eficaz. No entanto o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2011, em quantidade da meta física:

$$VA2011 = QR2011 - QP2011 = 64.829 - 57.000 = \underline{\underline{8.829}}$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em porcentagem:

$$VR2008 = [(QR2011 : QP2011) .100] - 100 = [(64.829 : 57.000).100] - 100 = \underline{\underline{13,74}}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA positivo significa que foram executadas mais 8.829 unidades (fiscalizações), além das programadas, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 113,74%, ou seja, foram executadas 13,74% de unidades da meta além daquelas programadas.

Indicador Efetividade:

de Descrição:

Percentual de unidades realizadas do produto da ação em relação ao total de unidades do universo da ação.

Objetivo:

Mede o resultado gerado pelo PI em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor, ou seja, a relação entre o impacto previsto e a impacto efetivo da ação. Quanto maior o percentual obtido mais efetivo foi o PI.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) de unidades da meta física realizada em relação ao total de unidades em 2011, em quantidade:

$$VA2011 = QR2011 - QT2011$$



Relação entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em percentagem:

$$\text{VR2011} = (\text{QR2011} : \text{QP2011}) .100 = (64.829 : 57.000).100 = \\ \underline{\underline{113,74\%}}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Não é possível estabelecer o universo da ação, já que várias delas são dependentes de demandas geradas pelo setor produtivo e usuários dos serviços do MAPA.

Comentário do Resultado:

Não é possível estimar o QT e, portanto o VA não pode ser calculado. Já o VR de 113,74% significa que o Plano Interno foi EFETIVO.

Análise Crítica:

1- CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E O IMPACTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO.

A meta Fiscalização Realizada, estabelecida no SIPLAN pela coordenação nacional da ação, foi superada. É considerado nesta meta o número de fiscalizações e demais ações realizadas pelo SSV/RS e OEDSV/RS no trânsito (exportações e importações) interestadual e internacional de vegetais e suas partes.

É necessária a padronização entre as UFs e uma análise crítica desta Meta, já que valores expressivos são executados pelo OEDSV.

Análise Crítica:

2- EVIDENCIAR SE AS AÇÕES APRESENTARAM PROBLEMAS NA SUA EXECUÇÃO, ESPECIFICANDO OS PROBLEMAS OCORRIDOS, POR EXEMPLO: DOTAÇÃO INSUFICIENTE, CONTIGENCIAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS FORA DE PRAZOS, ETC.

Em 2011 houve atraso na descentralização de recursos e limitação de deslocamento de Fiscais do MAPA devido o limite imposto pelo Decreto 7.446, de 01 de Março de 2011, de 40 diárias/Fiscal/ano. Apesar de não interferir diretamente no cumprimento da meta, ações foram reduzidas ou deixaram de ser executadas no período adequado.

Análise Crítica:

3- EVIDENCIAR E JUSTIFICAR AS AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS.

A meta foi superada em 13,7%. Todavia esta é diretamente influenciada pela demanda dos usuários dos serviços do MAPA e do OEDSV que por sua vez é afetada por fatores de produção e comercialização de produtos de origem vegetal e suas partes que necessitam de certificação fitossanitária no trânsito interestadual e internacional.

Análise Crítica:

4- AVALIAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES EXAMINANDO AS DIFERENÇAS POSITIVAS E NEGATIVAS PORVENTURA OBSERVADAS ENTRE A EXECUÇÃO REALIZADA E A PREVISTA.

A meta estabelecida com base nos valores de anos anteriores foi superada. Isto indica maior fluxo de vegetais e seus produtos no comércio interestadual e internacional. A informatização das diferentes etapas da Certificação Fitossanitária de Origem incluindo a emissão do Certificado



Fitossanitário de Origem, Certificado Fitossanitário de Origem Consolidado e a Permissão de Trânsito de Vegetais, permitiu celeridade, confiabilidade e rastreabilidade da certificação fitossanitária.

Nos últimos anos os controles adotados pelo SSV/RS nas ações de conformidades fitossanitárias no trânsito internacional de vegetais e seus produtos, permitiu maior eficiência e rapidez no atendimento aos usuários destes serviços, bem como maior rigidez na análise de produtos vegetais importados e exportados, gerando com isso maior confiabilidade e segurança fitossanitária.



Ação:	4738 – Erradicação da Mosca da Carambola – ERRADMOSCA1
Tipo:	Atividade.
Produto:	Área controlada.
Especificação do produto:	Relação percentual entre a Área Prevenida (AP) mais a Área Controlada (AC) e a Área Total (AT) da fruticultura. $TSA = (AP + AC) / AT \times 100$ TSA = Taxa de Sanidade; AT = Área Total; AP = Área Prevenida - onde não existe a praga; AC = Área Controlada - onde a praga está presente.
Finalidade:	Elevar o acesso brasileiro ao mercado internacional de frutas, por meio da erradicação da mosca da carambola - <i>Bactrocera Carambolae</i> e da garantia de sanidade vegetal contra a praga em todo o território nacional.
Descrição:	Monitoramento, fiscalização fitossanitária, capacitação técnica em unidades federativas infectadas, contíguas ou próximas, consideradas de risco moderado a elevado, e monitoramento nos pontos de fronteiras e ingresso nas demais unidades, classificadas como de baixo risco de surgimento de foco da praga; revisão dos instrumentos normativos e celebração de acordos de cooperação técnica internacional.
Detalhamento:	A ação também poderá contar com a execução descentralizada, com a celebração de acordo com os estados de maior risco de foco da mosca da carambola, por intermédio dos órgãos executores de defesa fitossanitária.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Proteção de Plantas.
Coordenador da Ação Nacional:	Maria Júlia Signoretti Godoy.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Vegetal – SSV/DDA/SFA-RS.
Responsável no âmbito da UJ:	Jairo João Carbonari
Estratégia da Ação:	A ação de Erradicação da Mosca da Carambola é desenvolvida na SFA-RS pelo Serviço de Sanidade Vegetal, com a seguinte da equipe na Sede em Porto Alegre: Jairo João Carbonari – FFA Engenheiro Agrônomo Emerson Luis Nunes Costa – FFA Engenheiro Agrônomo Patrícia de Freitas Lima – FFA Engenheiro Agrônomo Roque Danieli – FFA Engenheiro Agrônomo Antonio Carlos Rodrigues Cruz – FFA Engenheiro Agrônomo Vanessa Fioranza – Auxiliar Administrativa contratada Felipe Marcon Pezda – Estagiário Francine Saraiva Oliveira – Estagiária A equipe da SSV/SFA-RS possui ainda o suporte técnico de FFA's lotados na Unidades Técnicas Regionais – UTRAS de Ijuí, Passo Fundo, Santa Maria, Lajeado e Pelotas.
Atividade Executada:	PROGRAMA NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA: A mosca-da-carambola <i>Bactrocera carambolae</i> , é praga quarentenária presente para o Brasil, com controle oficial e ocorrência restrita aos estados do Amapá (Instrução Normativa nº 52, de 20 de novembro de 2007, modificada pela Instrução Normativa nº 41, de 01 de julho de 2008), Pará (Portaria SFA-PA nº 119, de 12 de setembro de 2011) e Roraima (Portaria



SFA-RR nº 94, de 29 de dezembro de 2010).

Esta praga foi introduzida na América do Sul através do Suriname, tendo sido identificada no Norte do Brasil, alcançando o Amapá em março de 1996.

A mosca apresenta, durante o seu ciclo de vida, as fases de ovo, larva, pupa e adulto. As fêmeas colocam seus ovos sob a casca de frutos novos. Deles nascem as larvas, cujo desenvolvimento ocorre na polpa, o que a torna imprópria tanto para consumo de fruta fresca, como para a industrialização. Após completar o seu crescimento, as larvas saem do fruto para se transformarem em pupa no solo, permanecem nessa fase de 10 a 12 dias, quando então nascem os adultos com asas de coloração amarela, que reiniciam o ciclo. O ciclo completo (ovo, larva, pupa e adulto), varia de 28 a 30 dias. O tempo total de vida da mosca-da-carambola é cerca de 126 dias. Uma fêmea fértil põe entre 1.200 a 1.500 ovos, ou seja 12 a 15 ovos/dia. Os adultos, na busca de alimentos ou frutas para colocar os ovos, podem voar até cinco quilômetros.

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América estima que o Brasil poderá perder 5% da produção de laranja, caso não seja realizado o controle dessa praga nos pomares, quando atingir as áreas de produção. Considerando apenas laranja e manga, o País poderá ter prejuízos da ordem de 18,3 milhões de dólares anuais. Malavasi (1996) estima que as perdas na produção de frutas causadas pelas moscas-das-frutas, entre elas a da carambola, ultrapassem a 2 bilhões de dólares anuais. "Essas moscas representam o maior problema fitossanitário da fruticultura mundial, diminuindo a colheita, aumentando os custos de produção e dificultando o comércio de frutas frescas entre os países". No Havaí, ao lado da mosca-do-mediterrâneo (*Ceratitis capitata*), a mosca-da-carambola é considerada a espécie que mais causa prejuízos à fruticultura. A espécie *B. dorsalis*, a mais próxima da *B. Carambolae*, tem na sua lista de hospedeiros mais de 150 tipos de frutas de todas as famílias de plantas.

No Brasil, entre as culturas mais prejudicadas, caso a mosca-da-carambola se instale em definitivo, está a dos citros, já que possui o maior parque citrícola mundial.

O Programa Nacional de Erradicação da Mosca-da-carambola, estabelece diferentes níveis de risco de introdução para os Estados, sendo o RS de baixo risco. Nestes Estados, além da fiscalização nos pontos de ingresso de produtos vegetais, é previsto o monitoramento por meio de no mínimo 10 armadilhas.

No RS as 10 armadilhas previstas estão localizadas nos principais pontos de ingresso de produtos vegetais, assim distribuídas:

- Duas no Aeroporto Internacional Salgado Filho de Porto Alegre;
- Uma na CEASA de Porto Alegre;
- Duas na Unidade de Vigilância Agropecuária de São Borja (divisa com a Argentina);
- Uma no Serviço de Vigilância Agropecuária de Uruguaiana (divisa com a Argentina);
- Duas na Unidade de Vigilância Agropecuária de Jaguarão (divisa com Uruguai);
- Duas no Serviço de Vigilância Agropecuária do Porto de Rio Grande.



Inspeções semanais são realizadas pelos fiscais lotados nas unidades do MAPA onde as armadilhas estão instaladas e, mensalmente é efetuada a troca do piso adesivo e do atrativo por fiscais do SSV/RS. Em 2011 nenhum espécime da praga foi capturado nas armadilhas instaladas no RS.

Principais Ações e Resultados:

- 10 armadilhas instaladas e monitoradas;
- 120 supervisões realizadas;
- Nenhum espécime capturado no RS.

Despesas Orçamentárias:

Elemento de despesa	Programa do	Liberado	Executado				%
			Empenhado	Liquidado	Pago		
3390.14	6.372,00	3.185,90	3.185,90	3.185,46	3.185,46	100	
3390.30	3.480,00	3.030,00	3.030,00	3.030,00	3.030,00	100	
3390.33	-	-	-	-	-	-	
3390.36	-	-	-	-	-	-	
3390.37	-	-	-	-	-	-	
3390.39	-	-	-	-	-	-	
3390.47	-	-	-	-	-	-	
3390.92	-	-	-	-	-	-	
3390.93	280,00	200,00	36,00	36,00	36,00	100	
3391.39	-	-	-	-	-	-	
Total - Custeio	10.132,00	6.415,90	6.251,90	6.251,46	6.251,46	100%	
Total Geral	10.132,00	6.415,90	6.251,90	6.251,46	6.251,46	100%	

Fonte: Valores obtidos da Programação do SSV/DDA/SFA-RS e SIAFI GERENCIAL

Desempenho Operacional:

META	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO/PREVISÃO (%)
Área Controlada (Ha)	28.174.854	28.174.854	100

Indicadores Desempenho:

de	META	INDICADOR	EFETIVIDADE
	EFICIÊNCIA	EFICÁCIA	
Área Controlada (Ha)	VA:-0,00014 R\$/ha	VA: 0 há	VA: 0 ha
	VR: -38,9%	VR: 100%	VR: 100%

Indicador Eficiência:

de INDICADOR DE EFICIÊNCIA

Descrição:

Custo de uma unidade do produto da ação em relação à estimativa inicial.

Objetivo:

Fornece o custo unitário programado e realizado do produto da ação.



Quando o custo unitário realizado é menor do que o programado, indica que o órgão executor foi eficiente na execução do PI, conseguindo realizar o produto da ação com menos recursos. Ao contrário, quando o custo unitário realizado é maior do que o programado é sinal de que o órgão não foi eficiente na execução do PI, gastando mais do que havia previsto, o que pode ser indício de uma programação mal elaborada. Numa perspectiva histórica, tanto a análise do custo unitário realizado como do custo unitário programado podem fornecer valiosas informações sobre a eficiência do órgão na execução dos processos de trabalho pertinentes que dizem respeito ao PI.

Fórmulas de cálculo:

Custo unitário realizado (CUR) em 2011, em reais/quantidade realizada da meta física:

$$CUR_{2011} = (CR_{2011} : QR_{2011}) = 6.251,46 : 28.174,854 = \mathbf{0,00022}$$

Custo unitário programado (CUP) em 2011, em reais/quantidade programada da meta física:

$$CUP_{2011} = (CP_{2011} : QP_{2011}) = 10.132,00 : 28.174,854 = \mathbf{0,00036}$$

Variação absoluta (VA) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2011, em reais/quantidade da meta física:

$$VA_{2011} = CUR_{2011} - CUP_{2011} = 0,00022 - 0,00036 = \mathbf{-0,00014}$$

Variação relativa (VR) do custo unitário realizado em relação ao programado em 2011, em porcentagem:

$$VR_{2011} = [(CUR_{2011} : CUP_{2011}) . 100] - 100 = [(0,00022 : 0,00036) . 100] - 100 = \mathbf{-38,9}$$

Sendo:

CR = custo total realizado da ação

QR = quantidade realizada do produto da ação

CP = custo total programado da ação

QP = quantidade programada do produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA negativo indica que foram gastos menos recursos para execução da meta, em relação ao inicialmente programado, proporcionando uma EFICIÊNCIA de 38,9%.

Indicador Eficácia:

de Descrição:

Número de unidades de produto da ação realizadas em relação à meta física programada, em termos absolutos e relativos.

Objetivo:

Mede o grau de realização da meta física do PI. Quando o valor absoluto do indicador for maior do que 0 (zero) e o valor relativo for superior a 100% indica que o serviço foi eficaz. No entanto o grau de eficácia será tanto maior quanto maiores forem esses valores.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada em 2011, em quantidade da meta física:

$$VA_{2011} = QR_{2011} - QP_{2011} = 28.174,854 - 28.174,854 = \mathbf{0}$$

Variação relativa (VR) entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em porcentagem:

$$VR_{2011} = [(QR_{2011} : QP_{2011}) . 100] - 100 = [(28.174,854 : 28.174,854) . 100] - 100 = \mathbf{0}$$

Sendo:



QR = quantidade realizada do produto da ação
QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado:

O VA “0” significa que a meta foi executada exatamente na sua totalidade, proporcionando com isso uma EFICÁCIA de 100%.

Indicador Efetividade:

de Descrição:

Porcentual de unidades realizadas do produto da ação em relação ao total de unidades do universo da ação.

Objetivo:

Mede o resultado gerado pelo PI em relação ao objetivo que motivou a atuação do órgão executor, ou seja, a relação entre o impacto previsto e a impacto efetivo da ação. Quanto maior o percentual obtido mais efetivo foi o PI.

Fórmulas de cálculo:

Variação absoluta (VA) de unidades da meta física realizada em relação ao total de unidades em 2011, em quantidade:

$$VA2011 = QR2011 - QT2011 = 28.174.854 - 28.174.854 = 0$$

Relação entre a quantidade realizada de unidades do produto da ação e a meta física programada para 2011, em porcentagem:

$$VR2011 = (QR2011 : QP2011) .100 = (28.174.854 : 28.174.854) .100 = \underline{100 \%}$$

Sendo:

QR = quantidade realizada do produto da ação

QP = quantidade programada de produto da ação

Comentário do Resultado:

Foram executadas exatamente as quantidades de unidades programadas e também consideradas como o universo da ação.

Análise Crítica:

1- CUMPRIMENTO DAS METAS FÍSICAS E O IMPACTO DOS RESULTADOS ALCANÇADOS NA CONSECUÇÃO DOS OBJETIVOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO:

A meta estabelecida (área controlada em ha) foi alcançada em sua plenitude por meio da instalação e monitoramento das dez armadilhas previstas para o Estado do RS, considerado de baixo risco para a introdução da praga objeto deste Plano Interno.

O monitoramento da mosca-da-carambola é imprescindível para o RS com objetivo de salvaguardar a produção de frutas do RS e, em caso de ocorrência da praga, adotar de maneira rápida e eficiente as medidas de controle, supressão e erradicação.

A manutenção do RS como área livre da mosca-da-carambola, garante a exportação de frutas sem a adoção de medidas fitossanitárias restritivas impostas por países importadores, sem custos adicionais à produção, necessários ao seu controle e menores riscos de contaminação ambiental e à saúde humana, devido a não necessidade da adoção de controle químico.

Análise Crítica:

2- EVIDENCIAR SE AS AÇÕES APRESENTARAM PROBLEMAS NA SUA EXECUÇÃO, ESPECIFICANDO OS PROBLEMAS OCORRIDOS, POR EXEMPLO: DOTAÇÃO INSUFICIENTE, CONTIGENCIAMENTO, LIBERAÇÃO DE RECURSOS FORA DE PRAZOS, ETC:



Em 2011 houve atraso na liberação de recursos e limitação do número de diárias por Fiscais, que implicou no menor número de supervisões realizadas. Todavia, como o monitoramento foi realizado pelos Fiscais do MAPA lotados nas Unidades onde as armadilhas encontravam-se instaladas, não houve maior prejuízo na execução da atividade.

Análise Crítica:

3- EVIDENCIAR E JUSTIFICAR AS AÇÕES QUE SUPERARAM DE FORMA SIGNIFICATIVA AS METAS ESTABELECIDAS:

Não houve superação de metas e sim executadas conforme previsto.

Análise Crítica:

4- AVALIAR A EXECUÇÃO DAS AÇÕES EXAMINANDO AS DIFERENÇAS POSITIVAS E NEGATIVAS PORVENTURA OBSERVADAS ENTRE A EXECUÇÃO REALIZADA E A PREVISTA:

A meta estabelecida foi executada exatamente na sua plenitude e portanto não há diferenças positivas e/ou negativas a serem destacadas.



Ação:	4842 – Erradicação da Febre Aftosa – FEBREAFTOS.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Área livre.
Especificação do produto:	Área total declarada livre de febre aftosa, reconhecida pela Organização Internacional de Epizootíase/OIE.
Finalidade:	Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.
Descrição:	Realização de reuniões dos circuitos pecuários para estabelecimento das prioridades e estratégias zoossanitárias; elaboração de normas sanitárias; educação sanitária; cadastramento das unidades de produção, de vacinação, de atendimento a notificações de suspeitas e de controle do trânsito de animais e de seus produtos e subprodutos; rastreamento, fiscalização e controle da eficiência e da eficácia das vacinas produzidas; realização de diagnóstico e monitoramento soroepidemiológico nas unidades federativas; fiscalização sanitária e epidemiológica; e aperfeiçoamento do sistema de informação e análise epidemiológica.
Detalhamento:	Execução direta e descentralizada, em ações conjuntas com os serviços de defesa sanitária animal dos estados federativos e com os países fronteiriços.
Unidade Responsável:	Departamento de Saúde Animal - SDA
Coordenador da Ação Nacional:	Guilherme Henrique Figueiredo Marques.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Animal – SSA/DDA/SFA-RS.
Responsável no Âmbito da UJ:	Gilson Renato Evangelista de Souza
Estratégia	da A Febre Aftosa é uma enfermidade viral de alta transmissibilidade e grande impacto socioeconômico que atinge animais bovinos (que apresentam casco fendido). A estratégia de erradicação e prevenção da Febre Aftosa no estado do RS segue as orientações emanadas pelo Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA/DSA/MAPA. O Estado do Rio Grande do Sul tem reconhecimento nacional e internacional como zona livre de Febre Aftosa que pratica a vacinação, situação estabelecida em novembro/2002. A estratégia de vacinação envolve a imunização da totalidade da população bovídea (bovinos e bubalinos) anualmente, sendo que animais até 24 meses de idade são vacinados semestralmente. Tal estratégia é preconizada pelo DSA/MAPA a partir de orientações da Organização Internacional para Saúde Animal – OIE. Todos os 496 municípios do RS possuem bovídeos, o que resulta na existência de campanhas de vacinação em todas as municipalidades do RS. Outras medidas de prevenção, além da vacinação, são: o controle de trânsito, inclusive o internacional, e os controles de estoques de animais susceptíveis em propriedades rurais, as estratégias de educação sanitária da sociedade e programas de educação continuada dos quadros de servidores do Serviço Veterinário Oficial. Cabe destacar que a ocorrência de Febre Aftosa é seguida do estabelecimento de restrições ao trânsito de animais e seus produtos por parte de importadores e mesmo de destinos domésticos da produção, resultando em restrições comerciais tanto nacionais quanto internacionais. Tais restrições podem afetar mesmo cadeias não diretamente envolvidas na enfermidade, como a avicultura e as cadeias de produção vegetal.
Ação:	



O Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa - PNEFA encontra-se formalmente instituído pelo MAPA, por intermédio dos instrumentos legais relacionados no item 6, os quais determinam ações para o SSA. As referidas ações são atividades de nível regional com escopo no objetivo nacional, que é a erradicação da Febre Aftosa em todo o território nacional. Dentre as funções atribuídas ao SSA destacam-se:

- I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:
- a) vigilância sanitária e epidemiológica;
 - b) prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais;
 - c) emissão de certificado sanitário internacional para a exportação de animais vivos, material genético de animais (sêmen, embriões, óvulos, ovos férteis de aves), produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário, observados os requisitos estabelecidos pelo país importador;
 - d) autorização de importação para animais vivos e de material genético de animais, observados os requisitos estabelecidos pelo MAPA;
 - e) anuência de importação de produtos de origem animal, material biológico ou patológico de interesse veterinário;
 - f) aplicação de medidas de defesa sanitária animal, com vistas a evitar disseminação de doenças;
 - g) educação sanitária;
 - h) auditorias técnico-fiscal e operacional de campanhas sanitárias;
 - i) cadastro, habilitação e capacitação de médicos veterinários sem vínculo com a administração pública, para a execução de atividades de saúde animal;
 - j) inquéritos epidemiológicos; e
 - k) rastreabilidade animal;
- II - coletar, processar e manter os dados do sistema de informações sanitárias e epidemiológicas;
- III - orientar, controlar e auditar execuções de convênios, ajustes, acordos, contratos e demais instrumentos de parceria voltados à defesa sanitária animal, emitindo parecer técnico sobre o trabalho realizado;
- V - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades de fiscalização desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

Objetivos:

1 - Geral:

Manter a condição sanitária na zona livre de febre aftosa e erradicar a doença dos circuitos pecuários Norte e Nordeste, objetivando o acesso do produto nacional ao mercado.

2 - Específicos:

Executar estratégias que visem à manutenção do reconhecimento do RS como zona livre que pratica a vacinação num primeiro momento, mas em busca de atingir, a médio prazo, a condição de zona livre sem necessidade de vacinação.



Atividades Desenvolvidas:

3 - Dos beneficiários da ação:

Produtores, consumidores, frigoríficos, exportadores, importadores, transportadores, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária.

1 – Fiscalização das campanhas de vacinação:

A partir de 2009 as etapas de vacinação no RS passaram a ser praticadas em maio (todo rebanho) e novembro (animais até 24 m de idade), visando uma melhor adequação às características climáticas e ao sistema produtivo da RS, bem como ao calendário praticado na maioria dos estados brasileiros. A efetiva vacinação pode ser autorizada, acompanhada ou assistida. A vacinação autorizada ocorre quando o produtor rural recebe autorização do Serviço Veterinário oficial para realizar a vacinação; a acompanhada ocorre quando o Serviço Veterinário Oficial acompanha a realização da vacinação *in loco*; a assistida, por sua vez, ocorre quando um servidor do Serviço Veterinário Oficial realiza pessoalmente a operação de vacinação. O SSA responde pelas ações de supervisão da vacinação, acompanhando as ações realizadas pela SEAPA. Os resultados das campanhas de vacinação de 2011, em termos de percentual do rebanho imunizado, foram considerados plenamente adequados para o alcance das metas do PNEFA.

2 – Auditorias no Sistema de Atenção Veterinária:

O Sistema de Atenção Veterinária do RS compreende 248 Unidades Veterinárias Locais da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócios do RS - SEAPA, organizadas em 19 Supervisões Regionais gerenciadas pelo Departamento de Produção Animal – DPA/SEAPA, órgão em nível central que responde pela gestão do sistema em nível estadual. O SSA atua na realização de supervisões nos três distintos níveis do sistema, as quais são realizadas tanto de maneira independente, quando realizadas em nível central, tanto de maneira conjunta com o DPA naquelas realizadas nas Supervisões Regionais e nas UVL.

As dificuldades de pessoal enfrentadas por este SSA impedem que supervisões sejam realizadas em quantidade suficiente para realizar uma efetiva cobertura de pontos críticos de controle e prevenção de falhas.

3 – Coleta, compilação, análise e encaminhamento de dados e relatórios:

Todas as ações realizadas no âmbito do Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa no RS são compiladas por este SSA e remetidas para o Departamento de Saúde Animal – DSA/MAPA, onde são utilizadas como referência para definição de estratégias e avaliação situacional, bem como demonstrativo de ações para organismos internacionais e para auditorias externas.

4 – Acompanhamento de auditorias nacionais e internacionais:

O Estado do RS recebe missões e auditorias internacionais na área de Febre Aftosa com objetivo de manutenção e abertura de mercados aos produtos aqui produzidos. Além destas, auditorias anuais, realizadas pelo DSA/MAPA, são objeto de acompanhamento e atenção do SSA.

5 – Participação em grupos de decisões estratégicas do Estado:

O SSA participa de diversos grupos que atuam na definição ou realização



de estratégias no estado do RS, cujo objetivo é manter o alinhamento do estado com as metas e estratégias nacionais considerando suas particularidades.

6 - Realização de Estudo epidemiológico para avaliação de circulação viral na zona livre de febre aftosa com vacinação – continuação do estudo iniciado em 2010:

Este estudo foi realizado em toda área do país considerada livre de febre aftosa (23 estados) com o objetivo de comprovar a ausência de circulação do vírus nesta zona livre com vacinação e cumprir certificação acordada com mercados importadores de carne bovina.

As unidades elementares de amostras foram bovinos com idade entre 6 e 12 meses, tendo sido colhidas, aqui no RS, amostras (sangue) de 9078 animais em 315 propriedades rurais distribuídas por 93 municípios.

O método de diagnóstico empregado consiste na pesquisa de anticorpos contra proteínas não-estruturais (PNE) ou não capsidais do vírus da febre aftosa, complementada com inspeções clínicas, avaliação epidemiológica, colheita de amostras pareadas e de líquido esofágico-faríngeo (LEF) para isolamento viral.

Os testes foram realizados na rede de laboratórios oficiais do Ministério da Agricultura – LANAGROS.

Como pode-se deduzir pelos números apresentados esta foi uma atividade que demandou grande parte dos recursos utilizados por este PI.

7 – Vigilância Sanitária nos postos de Fronteira com a Argentina:

No mês de setembro de 2011 ocorreu o aparecimento de um foco de febre aftosa no Paraguai, país distante pouco mais de 200 Km da fronteira do Rio Grande do Sul com a Argentina o que provocou a instalação do estado de alerta sanitário devido à possibilidade de animais oriundos daquela região serem transportados de forma irregular para a Argentina ou mesmo para propriedades no território do RS, acarretando um risco muito elevado do vírus da Febre Aftosa ser introduzido no estado.

Com objetivo de incrementar as ações de prevenção a entrada do vírus da febre aftosa no Estado o SSA/RS, em conjunto com o Serviço Veterinário Oficial da SEAPA, atuou de forma ostensiva na região da fronteira com a Argentina através da realização de barreiras nas estradas, com apoio da Polícia Militar e também do Exército, e também com a formação de equipes compostas por Médicos Veterinários e auxiliares rurais que atuaram dirigindo-se às propriedades rurais com o objetivo de examinar animais das espécies susceptíveis em busca de sintomas ou indícios da existência da enfermidade, atividade esta definida do âmbito da epidemiologia como vigilância ativa. Este trabalho demandou grandes esforços além de recursos humanos, materiais e financeiros.

O SSA providenciou também a mobilização e deslocamento de pessoal lotado em UTRAS e nas diversas unidades do Serviço de Inspeção Federal (SIFs), junto aos frigoríficos, para o incremento das atividades de fiscalização nas unidades de vigilância (UVAGROS e SVA) localizados na fronteira com a Argentina visando coibir a entrada de produtos de origem animal, possíveis veiculadores do vírus, procedentes daquele país e do Paraguai. Esta atividade também necessitou de recursos financeiros utilizados com transporte e diárias.



**Desempenho
Operacional:**

1 – Metas exercício 2011:

Tabela 1 – Metas SIPLAN

Especificação	Programado	Realizado
Área livre (km ²)	281.749	281.749

Tabela 2 – Metas Plano Operativo

Metas de execução direta	Unidade de medida	
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	4
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Unidade Regional Supervisionada	5
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade Local Supervisionada	31
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela EAC's do órgão executor	Unidade de Atendimento a Comunidade Supervisionada	3
Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas contra febre aftosa	Revenda supervisionada	7
Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais	Propriedade supervisionada	11
Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	Reunião realizada	12
Atualizar informações no SIPLAN	Atualização realizada	12
Acompanhar, semanalmente, a atualização dos informes semanais - SIVCONT	Verificação atualizada	50
Analizar e enviar informes semestrais	Informe enviado	2
Total de ações que demandam recursos financeiros		58

2 – Metas para o exercício 2012:

Tabela 1 – Metas SIPLAN

Especificação	Programado
Área livre controlada (km ²)	281.749

Tabela 2 – Metas Complementares

Metas de execução direta	Unidade de medida	
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	2
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Unidade Regional Supervisionada	4



Tabela 2 – Metas Complementares

Metas de execução direta	Unidade de medida	
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade Local Supervisionada	11
Supervisionar as ações de vigilância e erradicação da febre aftosa executadas pela EAC's do órgão executor	Unidade de Atendimento a Comunidade Supervisionada	11
Supervisionar as ações do órgão executor nas revendas de vacinas contra febre aftosa	Revenda supervisionada	8
Supervisionar as ações do órgão executor nas propriedades rurais	Propriedade supervisionada	5
Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	Reunião realizada	15
Atualizar informações no SIPLAN	Atualização realizada	12
Acompanhar, semanalmente, a atualização dos informes semanais - SIVCONT	Verificação atualizada	52
Analizar e enviar informes semestrais	Informe enviado	2

Despesas Orçamentárias:

Tabela – Movimentação dos Recursos Financeiros Recebidos – Em R\$

Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar	Valores Pagos	% de Execução
409.522,82	408.666,87	401.532,16	7.134,71	386.383,04	99,79%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Indicadores:

Indicador de Referência - Área controlada em Km².

Tabela 1

	Nº indicadores	Despesas totais	Nº Total de Unidades referentes ao indicador	Custo 2011
Programado	281.749	R\$ 409.522,82	144.049	R\$ 279.633,79
Realizado	281.749	R\$ 144.049,20		

1 – Economicidade:

- VA = R\$129.033,08
- VR = 146,1%

2 – Eficácia:

- VA = R\$0,00
- VR = 100%

3 – Efetividade:

- VA = R\$137.699,80
- VR = 195,6%

4 – Eficiência:

- CUR = R\$1,45
- CUP = R\$1,45
- VA = R\$0,0
- VR = -0,02%



Análise:

O desempenho geral pode ser qualificado de excelente se considerado o quantitativo de FFAs envolvidos – somente um, o qual exerce simultaneamente a função de chefia, responde diretamente por outros três programas nacionais e supervisiona as ações de outros oito programas de responsabilidade do SSA. Se não for tomada em consideração, no entanto, a deficiência de pessoal como critério de avaliação de desempenho, mas sim as reais necessidades do Estado para o adequado andamento do programa, pode-se facilmente diagnosticar que existe uma larga distância entre o “passível de ser alcançado dentro das condições existentes x desejável como padrão absoluto de resultado”. Ainda existe demanda para pelo menos dois FFAs, especialmente se considerada a amplitude de atuação deste Serviço e a dimensão do agronegócio da área animal no RS. Este SSA contou em 2011 com a totalidade de 06 (seis) FFA Médicos Veterinários para execução dos 14 distintos programas e áreas de atuação que são de sua competência (este é o menor número de FFA dentre os SSA's dos Estados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Merece ainda preocupação a situação de FFA das UTRAs e UVAGROs que atuam conjuntamente com o SSA, a maior parte das quais tem quadro de FFA em vias de aposentadoria e uma crescente demanda em todos os programas de saúde animal desenvolvidos pelo MAPA, detalhados no relatório de gestão do PI PCEANIMAL.

O Estado do RS caracteriza-se por pequenas propriedades rurais com índices de produtividade significativas, totalizando 482122 estabelecimentos rurais cadastrados. Por essa razão existe um quantitativo expressivo de Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento à Comunidade (pertencentes ao Serviço Veterinário do Estado – SEAPA) os quais totalizam 413 unidades. Isso proporciona uma rede de atendimento bastante difusa, e que necessita de processo constante de auditoria e supervisão.

Considerando a persistente restrição de pessoal, as ações do SSA trataram especialmente da proposição e estabelecimento de estratégias de maior prioridade.

Comentários Finais:

1 – Cumprimento das Metas Físicas e o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo:

O cumprimento das metas é de fundamental importância para a manutenção da situação sanitária animal do Estado e do país. A situação atual permite que sejam realizadas as operações de exportação de produtos de origem animal haja vista a grande repercussão mundial das enfermidades dos animais no comércio internacional de produtos. Além disso, garante-se que as enfermidades que podem acometer animais e os humanos permaneçam sob controle minimizando os riscos à saúde da população brasileira consumidora destes produtos.

2 – Evidenciar se as ações apresentaram problemas na sua execução, especificando os problemas ocorridos, por exemplo: dotação insuficiente, contingenciamento, liberação de recursos fora de prazos, etc.:

Houve contingenciamento e atrasos para liberação de recursos a serem utilizados pela estrutura existente impedindo a realização de algumas atividades e atrasando outras. Necessitamos urgentemente de mais servidores para que seja possível atender com mais qualidade e eficiência as



metas propostas assim como buscar metas mais ousadas e com maior repercussão na sociedade em geral que são plenamente atingíveis. No caso específico da Febre Aftosa precisamos buscar a condição de *livre sem vacinação* o que sem dúvida vai exigir ainda maior atenção às atividades de vigilância agropecuária necessárias para impedir a reintrodução do agente infeccioso.

3 – Evidenciar e justificar as ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As metas foram atingidas dentro da normalidade.

4. Avaliar a execução das ações examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista:

As ações foram realizadas de forma adequada.



Ação:	8658 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doença dos Animais – PCEANIMAL.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Propriedade atendida.
Especificação do produto:	Número de propriedades que foram atendidas pelo sistema de defesa sanitária animal, no sentido de prevenir, controlar ou erradicar enfermidades dos animais.
Finalidade:	Garantir a segurança zoosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.
Descrição:	Estabelecimento de diretrizes zoosanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoosanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Detalhamento:	A execução poderá ser descentralizada, por meio de convênios com órgãos públicos estaduais, com a iniciativa privada e demais entidades envolvidas com a defesa sanitária; ou direta, realizada por técnicos das Superintendências Federais de Agricultura em cada unidade da Federação através dos Serviços de Defesa Agropecuária.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Combate às Doenças – Departamento de Saúde Animal
Coordenador da Ação Nacional:	Guilherme Henrique Figueiredo Marques.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Animal – SSA/DDA/SFA-RS.
Responsável no Âmbito da UJ:	Gilson Renato Evangelista de Souza.
Estratégia da Ação:	O SSA realiza suas atividades de acordo com as diretrizes estabelecidas pela legislação dos diversos programas nacionais. Além disso, executa atividades nas áreas de análise de dados e de convênio com a Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Agronegócio – SEAPA/RS. Dessa forma, as áreas que são cobertas pelo PI PCEANIMAL são de grande amplitude e encontram-se abaixo relacionadas: <ol style="list-style-type: none">Programa Nacional de Sanidade Avícola - PNSAPrograma Nacional de Sanidade Suídea - PNSSPrograma Nacional de Sanidade dos Animais Aquáticos - PNSAAPrograma Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose - PNCEBTPrograma Nacional de Sanidade de Caprinos e Ovinos - PNSCOPrograma Nacional de Sanidade dos Eqüídeos - PNSEPrograma Nacional de Controle da Raiva e Prevenção e Controle das Encefalopatias Espongiformes Transmissíveis – PNCRHPrograma Nacional de Controle de Resíduos Biológicos em Carnes - PNCRBCAnálise de dados epidemiológicosControle de Médicos Veterinário habilitados para emissão de GTAConvênio com SEAPA - responsabilidade pela análise de viabilidade e pelo acompanhamento da execução



Representações em grupos de trabalho – este SSA é membro ativo das seguintes entidades – Conselho Técnico Operacional (CTO) de Pecuária de Corte/FUNDESA; CTO de Pecuária de Leite/FUNDESA; CTO de Suinocultura/FUNDESA; CTO de Avicultura/FUNDESA; Comitê Estadual de Sanidade Suína; Comitê Estadual de Sanidade Avícola; Comitê Estadual de Anemia Infecto-Parasitária Equina;

Estão incluídas ainda nas ações desempenhadas pelo SSA aquelas contempladas com recursos de outro PI, a saber:

- a. Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA – PI FEBREAFTOSA

- b. Rastreabilidade Animal – SISBOV – PI RASTREAB1

Todos os programas e ações em Saúde Animal realizadas no âmbito do PCEANIMAL encontram-se formalmente instituídos pelo MAPA, conforme os instrumentos legais relacionados no item 6.

No PPA 2009-2011, foi contemplada, dentro do Programa 0357 – Segurança da Sanidade na Agropecuária, a ação 8658 - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais.

Diagnóstico
Atividade
Estado:
da
no

Especificação	Unidade	Total
População Bovina do RS	Cabeças	13.648.518
População Bubalina do RS	Cabeças	68.155
Abate de bovídeos em 2011	Cabeças	1.910.843
Nº de propriedades rurais que operam com bovídeos e/ou suídeos e/ou aves	Unidades	404.413
Nº de abatedouros de bovídeos/pequenos ruminantes/suídeos	Estabelecimentos	580
Abate de frangos no RS em 2011 (SIF)	Milhões de cab.	780
Produção de ovos no RS em 2011	Bilhões de unidades	2,6
Granjas de produção comercial de aves no RS	Aviários	32.612
Exportação de carne de aves do RS em 2011	Toneladas	743.500
Valor das exportações de carne de aves do RS em 2011	Bilhões U\$	1,7
Abate de suínos no RS em 2011	Milhões de cabeças	6,84
Exportação de carne de suínos do RS em 2011	Toneladas	162.600
Valor das exportações de carne suína do RS em 2011	Milhões U\$	474
Granja de reprodutores avícolas certificadas	Granjas	437
Granja de reprodutores suínos certificadas	Granjas	93
Propriedades Certificadas livres brucelose e tuberculose	Propriedades	1.059
Propriedades em processo de certificação como livres brucelose e tuberculose	Propriedades	1.837
Médicos Veterinários habilitados para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para aves	Médicos Veterinários	117
Médicos Veterinários habilitados para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para suínos	Médicos Veterinários	51
Médicos Veterinários habilitados pelo Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose	Médicos Veterinários	432

Fonte: MAPA / SICADERGS/ SINDILAT / ASGAV / SIPS



A suinocultura no RS se concentra nas regiões coloniais da Serra Gaúcha. Há uma forte profissionalização na produção, com predomínio de produtores integrados. O estado é o 2º maior produtor de suínos do Brasil, sendo o maior exportador, nacional desde 2006 e representando cerca de 32% das exportações brasileiras. A população alojada em 31/12/2011 era de 6,8 milhões de cabeças, com abate anual de 7,10 milhões de animais. A avicultura gaúcha, por sua vez, destina-se à produção de ovos, frangos de corte perus e genética, sendo a Serra Colonial e o Planalto Médio do RS as principais regiões produtoras. Há predomínio de produção integrada, com marcada profissionalização no processo produtivo. O RS responde por 21% da produção nacional de carne de aves, com cerca de 65% da produção destinada a exportação.

A bovinocultura do RS, por sua vez, destina-se a produção de leite, carne e material genético. As principais regiões de pecuária de corte estão na Metade Sul do estado. A produção de bovinos de corte ocorre essencialmente a pasto, com o predomínio de utilização de raças européias. Na metade sul do estado estão localizadas as maiores propriedades criadoras de bovídeos, bem como o maior número de bovídeos por estabelecimento.

O RS manteve o 2º lugar na produção nacional de leite, tendo produzido mais de 3,2 bilhões de litros em 2011, numa tendência de crescimento. A pecuária leiteira concentra-se especialmente no Planalto Central e nas regiões coloniais da Serra Gaúcha.

Objetivos:

1 – Geral:

Garantir a segurança zoosanitária nacional, visando agregar valor qualitativo aos animais, seus produtos e subprodutos, por meio da prevenção, controle e erradicação de enfermidades dos animais, de acordo com os parâmetros técnicos e sanitários recomendados pelos organismos internacionais.

2 – Específicos:

Executar estratégias que visem o desenvolvimento da situação de saúde animal de maneira homogêneo e consoante com as estratégias nacionais.

3 – Dos beneficiários da ação:

Produtores, consumidores, exportadores, importadores, transportadores, armazenadores e demais integrantes da cadeia produtiva agropecuária

Atividades:

1 - Registro de estabelecimentos:

O registro de estabelecimentos é uma estratégia estabelecida por distintos programas de saúde animal do MAPA, abrangendo as cadeias produtivas de aves e suínos. Na efetivação dos registros são realizadas vistorias iniciais de conformidade nos estabelecimento alvo, com foco em infra-estrutura, procedimentos operacionais, padrões de biossegurança. Após a auditoria de conformidade o estabelecimento pode ser encaminhado para registro no sistema SIPE/ORA ou receber orientações para adequações necessárias. Todas as auditorias de registro devem ser realizadas por médico veterinário do Serviço Oficial. Quanto ao público alvo, cabe destacar que o registro de estabelecimentos avícolas de reprodução é obrigatório, e aqueles destinados à produção de frangos de corte ou aves de postura tem prazo para registro estabelecido pela Instrução Normativa nº 56, de 06 de dezembro de 2009 e



alterada pela Instrução Normativa nº 59 de 02/12/2009.

No caso de suídeos todos os estabelecimentos de reprodução devem ser registrados, em processo semelhante ao realizado em aves em um procedimento que resulta no certificado GRSC – Granja de Reprodutores Suínos Certificada.

A área de atuação do PNSS no RS podemos ainda destacar, no ano de 2011, reuniões do Comitê de Sanidade Suína do RS, composto por diversos setores, inclusive FFAs do SSA e do SIPOA. Participação em treinamento de veterinários dos SIF de suínos e técnicos de defesa animal de vários estados da Federação para o diagnóstico de casos de tuberculose em frigoríficos e a padronização dos procedimentos desencadeados então.

2 - Certificação de estabelecimentos:

A certificação de estabelecimentos é estratégia estabelecida por distintos programas de saúde animal do MAPA e abrange as cadeias produtivas de aves, suínos e bovinos. Para realização de certificação são realizados exames laboratoriais específicos para cada espécie, em amostragens definidas pelo DSA. A manutenção de certificação se dá pela realização de exames periódicos, em prazos definidos em legislação e em continuidade aos processos de registro.

No âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose – PNCEBT, destacamos o trabalho deste SSA em amplo projeto de erradicação destas enfermidades realizado junto à Comarca de **Arroio do Meio** que pretende certificar como livres de Brucelose e Tuberculose mais de **2700** propriedades rurais. Em 2011 foram certificadas 1059 propriedades e outros 1837 processos de certificação encontram-se em andamento, pois são necessários pelo menos 9 meses para conclusão dos testes sanitários regulamentares.

Este programa de erradicação prevê o abate dos animais acometidos com posterior indenização aos proprietários, onde foi utilizada grande parte dos recursos disponibilizados por este PI. Foram abertos 238 processos de indenização.

Ainda neste projeto implantamos um sistema de remessa digital de relatórios que aumentou a eficiência e eficácia do controle, reduzindo a burocracia e atraiendo mais produtores para o processo de certificação de propriedades.

Desenvolvemos, com recursos do Edital CNPq/SDA nº 64/2008, um software – sistema de monitoramento e vigilância – denominado MOSS e que já foi implantado no município de Dois Irmãos e encontra-se sob análise para ser utilizado a nível nacional.

3 - Auditorias no Sistema de Atenção Veterinária:

O Sistema de Atenção Veterinária do RS comprehende 413 Unidades Veterinárias Locais e escritórios de atendimento á comunidade da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócios do RS - SEAPA, organizadas em 19 Supervisões Regionais gerenciadas pelo Departamento de Produção Animal – DPA/SEAPA, órgão em nível central que responde pela gestão do sistema em nível estadual. O SSA atua na realização de supervisões nos três distintos níveis do sistema, as quais são realizadas tanto de maneira independente, quando realizadas em nível central, tanto de maneira conjunta com o DPA naquelas realizadas nas Supervisões Regionais e nas UVL.



4 - Habilitação de Médicos Veterinários privados para emissão de Guia de Trânsito Animal:

A habilitação de Médicos Veterinários privados para emissão de Guia de Trânsito Animal está prevista na IN 18/2006, e é realizada de acordo com a necessidade e avaliação do Serviço Veterinário Oficial. A habilitação se dá por intermédio de portaria expedida pela SFA. Os Médicos Veterinários habilitados podem emitir GTA para as espécies animais e municípios para os quais se encontram habilitados. Cabe destacar que somente é permitida a habilitação de Médicos Veterinários privados para emissão de Guia de Trânsito Animal para suínos, aves de produção e eqüídeos em localidades onde o Serviço oficial julgue não ter condições de atender à demanda. Todos encaminham relatórios mensais ao SSA, que compila os mesmos e remete para o DSA.

5 - Habilitação de Médicos Veterinários privados para realização de diagnóstico junto ao Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose – PNCEBT:

O Programa Nacional de Controle e Erradicação de Brucelose e Tuberculose – PNCEBT exige que os Médicos Veterinários privados que tenham interesse em realizar diagnóstico relacionado ao programa devam ser habilitados junto à SFA-RS. A referida habilitação é conferida após o interessado ser treinado em curso específico de 40 h realizado por universidade ou instituições de pesquisa com participação de FFA do SSA como instrutor. Além disso, é realizada auditoria de habilitação na estrutura laboratorial necessária. Foram habilitados 40 veterinários em 2011.

6 - Monitoramento de animais silvestres e arredores de zonas de migração de animais:

As ações de monitoramento de animais silvestres envolvem essencialmente aquelas relacionadas à captura de aves migratórias para fins de monitoramento de Influenza Aviária, Doença de Newcastle e enfermidade do Nilo Ocidental. Tais ações são realizadas nos Parques Nacionais da Lagoa do Peixe e do Taim. Além disso, são realizadas ações de avaliação de risco de introdução daquelas enfermidades numa área de 10 km no entorno das áreas de migração, visando avaliar as populações humanas a animais de risco, potencial de disseminação de enfermidades da região e medidas de controle passíveis de aplicação.

7 - Compilação de dados epidemiológicos:

Todas as ações realizadas no âmbito dos programas abrangidos pelo PI PCEANIMAL no RS são compiladas por este SSA e remetidas para o Departamento de Saúde Animal – DSA/MAPA, onde são utilizadas como referência para definição de estratégias e avaliação situacional, bem como demonstrativo de ações para organismos internacionais e para auditorias externas.

8 - Colheita de material para o Programa Nacional de Controle de Resíduos Biológicos em Carnes – PNCRBC:

São realizadas colheitas de urina de bovinos machos em fase de terminação diretamente nas propriedades rurais, visando verificar e coibir a utilização



de substâncias ilegais (anabolizantes e antibióticos), bem como resíduos de antibióticos permitidos, porém cujos períodos prescritos de carências não tenham sido cumpridos. O objetivo é obter uma amostragem de toda população de bovinos do estado ao longo dos anos, de acordo com a concentração da mesma nos distintos municípios. Foram coletadas 122 amostras em 66 propriedades no Estado.

9 - Fiscalização da alimentação fornecida a ruminantes:

Esta atividade visa coibir o fornecimento de produtos de origem animal para a ingestão por ruminantes (bovídeos, ovinos e caprinos) com o objetivo de evitar o surgimento de casos de Encefalopatia Espongiforme Bovina, enfermidade conhecida popularmente como mal da vaca louca.

10 - Participação em grupos de decisões estratégicas do estado:

O SSA participa de diversos grupos que atuam na definição ou realização de estratégias no estado do RS, cujo objetivo é manter o alinhamento do estado com as metas e estratégias nacionais considerando suas particularidades.

Desempenho Operacional:

Metas Físicas:

Tabela 1 – Meta SIPLAN

Especificação	Programado	Realizado
Propriedade atendida (unidades)	77.243	79.456

Incorporamos, além desta, várias outras metas complementares que entendemos necessárias para alcançar a conformidade de produtos:

Tabela 2 – Metas complementares

Metas de execução direta	Unidade de medida	
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pela Unidade Central do órgão executor	Supervisão realizada	2
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pelas Unidades Regionais do órgão executor	Unidade Regional Supervisionada	5
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pelas UVL's do órgão executor	Unidade veterinária local supervisionada	35
Supervisionar as ações de prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais executadas pelo órgão executor em propriedades rurais	Propriedade rural supervisionada	56
Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	Reunião realizada	48
Realizar reuniões técnicas dos comitês estaduais	Reunião realizada	5
Ministrar palestras e treinamentos em doenças dos animais	Palestra	29
Atualizar informações no SIPLAN	Informação atualizada	12
Analizar e enviar informes epidemiológicos mensais	Informe enviado	12
Fiscalizar estabelecimentos avícolas de reprodução	Fiscalização realizada	24



Certificar estabelecimentos avícolas para salmoneloses e micoplasmoses	Certificação realizada	360
--	------------------------	-----

Despesas Orçamentárias:

Tabela 2 – Metas complementares

Metas de execução direta	Unidade de medida	
Supervisionar Médicos Veterinários Habilitados para atuar no PNCEBT	Supervisão realizada	48
Fiscalizar alimentos para ruminantes na fiscalização ativa e passiva para prevenção da EEB	Propriedade fiscalizada	40
Fiscalização de granjas GRSC	Granja fiscalizada	4

Indicadores:

Tabela – Movimentação dos Recursos Financeiros Recebidos – Em R\$

Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar	Valores Pagos	% de Execução
426.024,40	424.126,11	417.181,95	6.944,16	403.970,83	99,55%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Indicador de Referência - Propriedade atendida

Tabela 1

	Nº indicadores	Despesas totais	Nº Total de Unidades referentes ao indicador	Custo 2011
Programado	77.243	R\$ 426.024,40	429.194	R\$ 495.722,82
Realizado	79.456	R\$ 424.126,11		

1 – Economicidade:

- VA = -R\$71.596,71
- VR = 85,6%

2 – Eficácia:

- VA = 2.213
- VR = 102,9%

3 – Efetividade:

- VA = -349.738
- VR = 18,5%

4 – Eficiência:

- CUR = R\$5,34
- CUP = R\$5,52
- VA = -R\$0,18
- VR = -3,32%

Análise:

Em relação aos indicadores cabe salientar que a Coordenação Nacional definiu meta de 77.243 propriedades atendidas, embora o Estado possua mais de 400.000 propriedades, pois este número é epidemiologicamente representativo no âmbito das populações de animais de produção. Procura-se atender o máximo de propriedades que apresentem algum tipo de evento sanitário, não sendo necessária nenhuma atuação naqueles estabelecimentos que permaneçam com suas condições sanitárias sem alterações, embora todos sejam cadastrados no sistema de fiscalização agropecuário da SEAPA



Apreciação:

(sistema de informação denominado SDA).

O SSA/DDA/SFA-RS diminuiu seu quantitativo de FFAs de sete para seis pois um Médico Veterinário foi cedido por 24 meses pelo MAPA para atuar na OIE, organização internacional para saúde animal, embora o pleito por um maior quantitativo de FFA venha sendo reiteradamente realizado pela chefia deste Serviço desde 2006, pois ainda se faz necessária a lotação de pelo menos dois FFA neste Serviço. Ainda mais preocupante é a situação relacionada falta de servidores administrativos já que este SSA não dispõe de nenhum servidor administrativo de carreira, como relatado em anos anteriores, sendo que as atividades a eles destinadas são realizadas por servidores terceirizados com contratos temporários. Com a inexistência de servidores administrativos, muitas atribuições técnicas têm seu desempenho prejudicado pela demanda dos FFAs para realização de atividades administrativas.

O Rio Grande do Sul caracteriza-se por pequenas propriedades rurais com índices de produtividade significativas, totalizando 451.987 estabelecimentos rurais cadastrados no sistema de Fiscalização da SEAPA. Esse quantitativo deve ser considerado em relação à área do RS e Brasil: o estado representa cerca de 3,3% da área total do Brasil; suas propriedades rurais, no entanto, representam cerca de 17% do total de propriedades rurais do país. Por essa razão existe o já citado número expressivo de Unidades Veterinárias Locais e Escritórios de Atendimento à Comunidade. Isso proporciona uma rede de atendimento bastante difusa, e que necessita de processo constante de auditoria e supervisão com finalidades de padronização de procedimentos, diagnóstico de irregularidades, verificação da adoção de medidas corretivas e ainda o diagnóstico de necessidades coletivas ou focais visando planejamento estratégico.

Deve ainda ser considerada a amplitude de atuação deste SSA, que opera em conjunção com diversos setores da sociedade civil e governamental para alcançar seus objetivos em Saúde Animal, de maneira diretamente executiva. Esse trabalho demanda planejamento de ações, estabelecimento de parcerias estratégicas e controle de processos executivos.

Dessa forma, as atividades do SSA deixaram a desejar dentro das necessidades do estado e do país, em função das dificuldades de pessoal ocorridas durante os últimos seis anos. Mantém-se a preocupação quanto à demanda de FFA nas UTRAs e UVAGROS.

Comentários Finais:

1 - Cumprimento das Metas Físicas e o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo:

O cumprimento das metas é de fundamental importância para a manutenção da situação sanitária animal do Estado e do país. A situação atual permite que sejam realizadas as operações de exportação de produtos de origem animal haja vista a grande repercussão mundial das enfermidades dos animais no comércio internacional de produtos. Além disso garante-se que as enfermidades que podem acometer animais e os humanos permaneçam sob controle minimizando os riscos à saúde da população brasileira consumidora destes produtos.

2 – Evidenciar se as ações apresentaram problemas na sua execução, especificando os problemas ocorridos, por exemplo: dotação



insuficiente, contingenciamento, liberação de recursos fora de prazos, etc...:

Houve contingenciamento e atrasos para liberação de recursos a serem utilizados pela estrutura existente impedindo a realização de algumas atividades e atrasando outras. Na verdade necessitamos de mais servidores para que seja possível atender com mais qualidade e eficiência as metas propostas assim como buscar metas mais ousadas e com maior repercussão na sociedade em geral que são plenamente atingíveis.

3 - Evidenciar e justificar as ações que superaram de forma significativa às metas estabelecidas:

As metas foram executadas dentro da normalidade.

4 - Avaliar a execução das ações examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista:

As ações foram realizadas de forma adequada, o que permite dizer que é possível estabelecer metas maiores para os próximos anos desde que disponibilizados recursos humanos conforme vem sendo solicitado rotineiramente.



Ação:	8592 – Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar – RASTREAB1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Movimentação animal, insumos controlados, auditorias realizadas e registros genealógicos assegurados.
Finalidade:	Identificar a origem de animais e de insumos utilizados ao longo de todas as fases da produção agropecuária, a forma de utilização dos insumos, a movimentação dos animais, garantindo a origem, a qualidade, conformidade, segurança e inocuidade dos alimentos, quebrando barreiras técnicas e sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados interno e externo. Assegurar a fidedignidade das atividades de registro genealógico e eventos zootécnicos.
Descrição:	Estabelecimento de diretrizes zoosanitárias para o País, com o estabelecimento de barreiras sanitárias e estações de quarentena; elaboração de planos de contingência e de emergência; caracterização de áreas do País, zonas ou propriedades livres de enfermidades; campanhas nacionais e regionais de prevenção e controle local; consolidação de sistema de informação zoosanitária; edição de atos normativos (Instruções Normativas e Portarias) e acordos internacionais.
Detalhamento:	Fiscalização, identificação e escrituração da procedência dos animais, gestão da movimentação, registro de eventos zootécnicos e dos insumos utilizados no processo de produção, coordenar e fiscalizar as entidades delegadas para execução de registro genealógico das diversas raças.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Sistemas de Produção Integrada e Rastreabilidade.
Coordenador da Ação Nacional:	Jose Luis Ravagnani Vargas.
Unidade Executora:	Serviço de Sanidade Animal – SSA/DDA/SFA-RS.
Responsável no Âmbito da UJ:	Gilson Renato Evangelista de Souza.
Estratégia da Ação:	A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade no agro-negócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade Dos serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas prestadoras de serviço, como as certificadoras e empresas fabricantes de elementos de identificação. Além disto, desde janeiro de 2008 o protocolo para aprovação de propriedades rurais para exportação para a UE, exige uma auditoria oficial nas propriedades candidatas.
Abrangência da Ação:	A atividade de rastreabilidade de bovinos e bubalinos está direcionada para atender as exigências do Mercado internacional de carnes, sendo atualmente com exclusividade para a União Européia. Para satisfazer as exigências deste mercado os estabelecimentos rurais precisam atender às normas estabelecidas pela Instrução Normativa nº17 de julho de 2006 que constituem basicamente na identificação, através de elementos próprios e invioláveis, de todos os animais existentes nas propriedades e o controle praticamente “on line” de sua movimentação. Todas as entradas, saídas, nascimentos e mortes são registradas em um banco



de dados nacional único denominado de BND.

Estes procedimentos tem por objetivo identificar com precisão a localização dos animais pelo menos nos últimos 90 dias antes de serem abatidos e terem suas carnes exportadas para aquele bloco econômico.

Os produtores rurais aderem voluntariamente ao sistema dependendo dos seus interesses, sendo fator determinante a remuneração diferenciada pelos animais identificados.

Temos convicção de que esta atividade deveria ser estimulada pelo Poder Público do Estado haja vista a qualidade reconhecidamente superior dos nossos produtos quando comparados aos produzidos em outros estados da Federação.

Atividades Desenvolvidas:

1 - Auditorias em Estabelecimentos Rurais aprovados pelo Sistema de Rastreabilidade (SISBOV) no estado realizadas em conjunto com a Secretaria da Agricultura do Estado através de seu Departamento de Produção Animal (DPA).

2 - Participação em Missão Internacional para auditoria e reconhecimento do sistema de identificação animal oficial do Canadá.

3 - Houve o acompanhamento de auditorias realizadas no estado pela Missão Européia durante o mês de março.

4 - Realização de 06 reuniões de atualização de procedimentos na sede da Coordenação de Sistemas de Rastreabilidade (CSR/SDA/MAPA) em Brasília.

Desempenho Operacional:

Metas - Auditar/Fiscalizar Estabelecimentos Rurais aprovados no SISBOV e empresas certificadoras no Rio Grande do Sul.

Tabela 1 – Meta SIPLAN Exercício 2011

Especificação	Programado	Realizado
Fiscalização Realizada	15	16

As metas para 2012 ainda não foram atribuídas no SIPLAN.

Foram incorporadas, além da meta SIPLAN, outras metas complementares que entendemos necessárias para alcançar a conformidade de produtos:

Tabela 2 – Metas complementares Exercício 2011

Especificação	Programado	Realizado
Número de reuniões na sede da CSR	2	2
Acompanhamento de missão da União Européia	1	0

Tabela 3 – Metas Complementares Exercício 2012

Metas de Execução Direta	Unidade de Medida	Total
Realizar reuniões técnicas com o executor estadual	reuniões realizadas	2
Atualizar informações no SIPLAN	atualizações realizadas	11
Enviar relatório semanal de auditorias realizadas para CSR	relatórios enviados	48
realizar auditorias oficiais de conformidade	reauditorias realizadas	17



**Despesas
Orçamentárias
:**

Tabela – Movimentação dos Recursos Financeiros Recebidos – Em R\$

Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar	Valores Pagos	% de Execução
6.036,40	5.855,60	4.438,44	1.417,16	4.405,84	97,01%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Indicador de referência – Fiscalização realizada

Indicadores:

	Nº indicadores	Despesas totais	Nº Total de Unidades referentes ao indicador	Custo 2011
Programado	15	R\$6.036,40	150	
Realizado	16	R\$5.855,60		R\$40.863,14

1 – Economicidade:

- VA = R\$35.007,54
- VR = 14%

2 – Eficácia:

- VA = 1
- VR = 106,7%

3 – Efetividade:

- VA = -134
- VR = 10,7%

4 – Eficiência:

- CUR = R\$365,98
- CUP = R\$402,43
- VA = R\$36,45
- VR = -9%

**Comentários
Finais:**

1 - Cumprimento das Metas Físicas e o impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos de médio e longo prazo:

A atividade de fiscalização em propriedades rurais realizada em propriedades já Aptas a exportar para a União Européia (Reauditorias) tem como finalidade avaliar a conformidade do sistema de rastreabilidade brasileiro e foi pactuado em 10% do total de propriedades Aptas. No Estado a meta estabelecida foi plenamente atendida.

A atividade de fiscalização em propriedades rurais realizada em propriedades não Aptas é uma atividade realizada sob demanda haja vista não haver obrigatoriedade das propriedades rurais participarem do Sistema de rastreabilidade da cadeia produtiva de bovinos e bubalinos. Os produtores rurais aderem voluntariamente ao sistema e cabe ao MAPA atender a 100% da demanda que é bastante variável em função dos valores praticados no mercado. Quando os frigoríficos exportadores praticam valores atraentes os produtores acabam aderindo.

O serviço atende a demanda e desta forma contribui para incremento das exportações de carne bovina.



2 - Evidenciar se as ações apresentaram problemas na sua execução, especificando os problemas ocorridos, por exemplo: dotação insuficiente, contingenciamento, liberação de recursos fora de prazos, etc..:
Não houve contingenciamento e nem atrasos de recursos.

3 - Evidenciar e justificar as ações que superaram de forma significativa às metas estabelecidas:

As metas foram atingidas dentro da normalidade.

4 - Avaliar a execução das ações examinando as diferenças positivas e negativas porventura observadas entre a execução realizada e a prevista:

Foi estabelecida pelo nível central uma meta mínima de reauditorias de 10% do total de propriedades aptas a exportação a União Européia em cada unidade da federação. A meta foi plenamente atendida no Estado do RS e a única dificuldade encontrada foi adequar a programação em relação às possibilidades dos produtores em receber as auditorias.



Ação:	2019 – Fiscalização de Material Genético Animal - FISCGENE																								
Tipo:	Atividade.																								
Produto:	Fiscalização realizada																								
Especificação do produto:	Material genético animal em conformidade com as normas de produção e comercialização do total do material genético fiscalizado.																								
Finalidade:	Melhorar a qualidade dos produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.																								
Descrição:	Realização de atividades de inspeção e fiscalização de material genético animal e auditoria de sistemas de controle de qualidade nos estabelecimentos que industrializem ou distribuem, com finalidade de assegurar a identidade e a qualidade, incluindo ainda para isso análises fiscais em laboratórios oficiais nos produtos terminados. Capacitação de fiscais federais agropecuários em biotecnologia da reprodução, boas práticas de manipulação e auditoria. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais. Atuação de fiscais do Ministério, lotados nas Superintendências Federais de Agricultura nas unidades federativas e análises fiscais em laboratórios de apoio animal.																								
Detalhamento:																									
Unidade Responsável:	DMC/DEFIP/SDA																								
Coordenador da Ação Nacional:	Beronete Barros de Freitas de Araújo.																								
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP/DDA/SFA-RS.																								
Responsável no âmbito da UJ:	Alejandra Muller.																								
Estratégia	da A produção animal é o reflexo da qualidade dos produtos ofertados no mercado. A qualidade destes produtos se deve a ações de registro e fiscalizações nos estabelecimentos de multiplicação animal, visando ações de biossegurança que comprometem os serviços e os produtos destinados ao mercado consumidor, tendo como objetivo melhorar a qualidade destes produtos e serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.																								
Ação:	O Estado do Rio Grande do Sul conta hoje com 18 estabelecimentos produtores de sêmen/embriões e 38 estabelecimentos comerciais de sêmen.																								
Desempenho Operacional:	<table border="1"><thead><tr><th>Especificação</th><th>Programado</th><th>Realizado</th></tr></thead><tbody><tr><td>Fiscalização realizada (siplan)*</td><td>35</td><td>37</td></tr><tr><td>Estabelecimento produtor de sêmen/embrião registrado</td><td>-</td><td>2</td></tr><tr><td>Estabelecimentos comerciais de semen registrados</td><td>-</td><td>1</td></tr><tr><td>Treinamento realizado</td><td>-</td><td>4</td></tr></tbody></table> <p>Valor constante no SIPLAN como “somatório previsto corrigido”, estipulado pelo SEFIP-RS.</p>	Especificação	Programado	Realizado	Fiscalização realizada (siplan)*	35	37	Estabelecimento produtor de sêmen/embrião registrado	-	2	Estabelecimentos comerciais de semen registrados	-	1	Treinamento realizado	-	4									
Especificação	Programado	Realizado																							
Fiscalização realizada (siplan)*	35	37																							
Estabelecimento produtor de sêmen/embrião registrado	-	2																							
Estabelecimentos comerciais de semen registrados	-	1																							
Treinamento realizado	-	4																							
Despesas Orçamentárias:	<table border="1"><thead><tr><th>Elemento de despesa</th><th>Programado</th><th>Liberado</th><th>Executado</th></tr></thead><tbody><tr><td>3490.14</td><td>11.682,00</td><td>13.523,61</td><td>13.523,61</td></tr><tr><td>3490.30</td><td>4.250,00</td><td>3.100,00</td><td>3.100,00</td></tr><tr><td>3490.33</td><td>900,00</td><td>6.940,50</td><td>6.940,50</td></tr><tr><td>3490.39</td><td>3.500,00</td><td>2.500,00</td><td>2.500,00</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>20.332,00</td><td>26.064,11</td><td>26.064,11</td></tr></tbody></table>	Elemento de despesa	Programado	Liberado	Executado	3490.14	11.682,00	13.523,61	13.523,61	3490.30	4.250,00	3.100,00	3.100,00	3490.33	900,00	6.940,50	6.940,50	3490.39	3.500,00	2.500,00	2.500,00	TOTAL	20.332,00	26.064,11	26.064,11
Elemento de despesa	Programado	Liberado	Executado																						
3490.14	11.682,00	13.523,61	13.523,61																						
3490.30	4.250,00	3.100,00	3.100,00																						
3490.33	900,00	6.940,50	6.940,50																						
3490.39	3.500,00	2.500,00	2.500,00																						
TOTAL	20.332,00	26.064,11	26.064,11																						

Fonte: Programado = SIOR / Liberado e Executado = SIAFI GERENCIAL



Indicadores:

Atributo	Indicador				
	Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
Fiscalização Realizada	VR = 11,48%	VR = 19,46%	VR = 5,71%	VR = 66,6%	
Fiscalização Realizada	VA= R\$ 2646,03	VA= 113,06	VA=2	VA=-19	

Economicidade

VA: VARIAÇÃO ABSOLUTA: 2011/2010=CR2011-CR2010
 VR : VARIAÇÃO RELATIVA = (CR2011/CR2010) x 100-100
 CR : CUSTO REALIZADO
 VA : R\$25677,03 - R\$23031= R\$2646,03
 VR = (25677,03/23031)x 100 – 100 = 11,48%

Eficiência

CU: CUSTO UNITÁRIO
 R: REALIZADO
 P: PROGRAMADO
 Q: QUANTIDADE
 CUR = CR/QR = (25677,03/37) = R\$ 693,97
 CUP = CP/QP = (20332,00/35) = R\$580,91
 VA2011=CUR2011-CUP2011= R\$693,97-580,91=R\$113,06
 VR: (CUR/CUP)x 100-100 = (693,97/580,91) x 100 – 100
 = 19,46%

Eficácia

VA2011 = QR2011-QP2011 =37-35=2
 VR: (QR/QP)100-100 = (37/35) x 100 – 100 = 5,71%

Efetividade

QT: QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ALVO DA FISCALIZAÇÃO.
 VA:2011= QR2011-QT2011=37-56=-19
 VR: (QR/QT)x 100 = (37/56) x 100 = 66%

Análise
Indicadores:

Economicidade:

O aporte de recursos foi maior em relação a 2010, devido aos roteiros estabelecidos serem de maiores distâncias, o custo de fiscalização aumentou em relação ao ano anterior.

Eficiência:

Devido ao deslocamento de fiscais ter sido específico para o atendimento às demandas do FISCGENE, o custo aumentou em relação ao ano anterior, onde havia sido utilizado em conjunto com outros PI's. Além disso, o programado na rubrica referente às passagens aéreas foi bem menor do que o liberado/executado, pois as demandas inerentes à DMG entraram no custeio do PI na SFA/RS.

Eficácia:

As metas foram cumpridas na sua totalidade, conforme o estipulado no SIPLAN, inclusive superando o previsto.



Efetividade:

Este índice demonstra uma razoável efetividade da fiscalização, uma vez que 66,6 % do total dos estabelecimentos-alvo foram atingidos pela fiscalização no ano de 2011. Cabe salientar que, devido à carência de pessoal, a meta anual é estabelecida de acordo com o executável com os recursos humanos disponíveis.

Comentários Finais:

Em 2011 na área de fiscalização de material genético animal, no Estado do Rio Grande do Sul, foi dada continuidade à fiscalização de estabelecimentos comerciais/importadores de material genético animal, assim como fiscalizações de rotina nos produtores de sêmen bovino/suíno.

O cadastro/registro dos estabelecimentos avícolas foi realizado na sua totalidade pelos FFA's lotados em UTRA's em conjunto com o SSA, não havendo participação direta dos Fiscais do SEFIP/RS.

Dentro do que foi sido preconizado pelo SEFIP/RS, os objetivos foram alcançados pela realização das fiscalizações previstas e o atendimento de todas as solicitações de registro de novos estabelecimentos de multiplicação animal.

Com os resultados obtidos pelo Setor concluímos que o MAPA executa um bom controle nos sistemas de produção e comércio de material genético animal no Estado do Rio Grande do Sul.

Houve a participação em reuniões e treinamentos fora do Estado no intuito de harmonização dos procedimentos relativos à fiscalização em caráter nacional.

Tendo em vista a continuidade do aporte de recursos para 2012 dentro do programado, esperamos cumprir as metas na totalidade dando continuidade ao preconizado pela DMG/DFIP para todo o país.



Ação:	2140 – Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – FISPROVET1.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada
Especificação do produto:	Fiscalização realizada, registro realizado, auditoria realizada, vistoria realizada, treinamento realizado.
Finalidade:	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição:	Licenciamento de estabelecimentos produtores e comerciais e registro de produtos de uso veterinário para fins de licenciamento. Capacitação de fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação, auditoria, segurança, eficácia e estabilidade de produtos de uso veterinário. Participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Detalhamento:	Execução pelo corpo técnico do MAPA e das empresas credenciadas pelo Órgão.
Unidade Responsável:	CPV/DFIP/SDA.
Coordenador da Ação Nacional:	Cleber Taylor Melo Carneiro.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP/DDA/SFA-RS.
Responsável no âmbito da UF:	Alejandra Muller.
Estratégia da Ação:	<p>Garantir a qualidade, eficácia e segurança dos produtos de uso veterinário fabricados, manipulados, importados, exportados, fracionados, envasados, rotulados, armazenados, distribuídos e comercializados no Estado do Rio Grande do Sul, assegurando que as metas traçadas sejam cumpridas, garantindo a implementação dos objetivos.</p> <p>Todo o estabelecimento que fabricante ou que manipule, fracione, envase, rotule, controle a qualidade, comerce, armazene, distribua, importe ou exporte produtos de uso veterinário para si ou para terceiros deve, obrigatoriamente, estar registrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de acordo com o Art. nº 4 do Decreto 5053 de 22/04/2004. O Setor de Produtos Veterinários/SEFIP - Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul é responsável pela coordenação e execução desta atividade em nível regional, tendo como atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none">A) Licenciamento de estabelecimentos fabricantes, importadores, exportadores, fracionadores, manipuladores, envasadores, rotuladores, laboratórios de controle de qualidade, armazenadores, distribuidores e de comerciantes de produtos de uso veterinário;B) Análise prévia de processos de registro inicial de produtos veterinários;C) Cadastramento de produtos veterinários de higiene e embelezamento;D) Colheita amostras de produtos de uso veterinário, seus componentes e afins, para o controle de qualidade da produção, análise fiscal e registro;E) Autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações de insumos agropecuários, conforme legislação vigente;



F) Instruir processos administrativos decorrente de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo à devida notificação.

Desempenho Operacional:

ESPECIFICAÇÃO	PROGRAMADO	REALIZADO
ESTAB. FABRICANTE FISCALIZADO ¹	44	80
ESTAB. COMERCIAL FISCALIZADO ²	45	51
TOTAL DE FISCALIZAÇÕES	89	131*
TREINAMENTOS	--	02
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DE IMPORTAÇÃO	--	33
AUTOS DE INFRAÇÃO EMITIDOS	--	27
COLHEITA OFICIAL DE PRODUTOS VETERINÁRIOS	--	60
RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE ESTABELECIMENTO	--	660
RENOVAÇÃO DE LICENÇA DE PRODUTOS REGISTRADO	--	27
PRODUTOS CADASTRADOS (HIGIENE E EMBELEZAMENTO)	--	104

¹ Estabelecimentos fabricantes, importadores, manipuladores, laboratórios de controle de qualidade e exportadores.

² Estabelecimentos comerciantes, distribuidores e armazenadores.

*Valor do SIPLAN (Realizado).

No Total Físico Realizado em 2011, onde se lê 132, o correto é 131. Isto decorre do fato de que, nos meses de junho e dezembro, o número de fiscalizações foi preenchido equivocadamente, gerando no total 132 fiscalizações.

Metas Físicas:

Em 2011, o Setor de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário da Superintendência Federal de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul cumpriu integralmente as metas programadas para o ano e ainda executou outras atividades. Isto se deveu ao fato de que houve novas solicitações de licenciamento de estabelecimentos no Estado. Além disso, recebemos elevada demanda de denúncias no Setor de Produtos Veterinários ao longo do ano, o que gerou diversas fiscalizações.

O trabalho executado certamente contribui para garantir a qualidade, eficácia e segurança dos produtos de uso veterinário fabricados, manipulados, importados, exportados, fracionados, envasados, rotulados, armazenados, distribuídos e comercializados no Estado do Rio Grande do Sul.

Ações que apresentaram problemas de execução:

Até o mês de maio de 2011, uma fiscal atuante na área de produtos veterinários afastou-se em decorrência de licença-maternidade, restando somente uma fiscal. Por este motivo, o trabalho interno na Superintendência foi deficitário.

O nº de fiscais atuantes na fiscalização de produtos veterinários no RS é bastante reduzido, considerando a elevada demanda do setor, o que acarreta em deficiências na fiscalização, especialmente em estabelecimentos comerciantes.

Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As fiscalizações realizadas ao longo de 2011 em estabelecimentos fabricantes, importadores, distribuidores, manipuladores e laboratórios de



controle de qualidade de produtos de uso veterinário, de uma maneira geral, superaram as metas estabelecidas. Importante ressaltar que as metas estabelecidas foram muito baixas considerando a quantidades de estabelecimentos no Estado. Isso se deve a presença de somente 2 fiscais atuantes exclusivamente com produtos veterinários no Estado.

Ações prioritárias na LDO:

O controle de produtos de uso veterinário é fundamental, em virtude de que influencia diretamente na produtividade, qualidade e competitividade do agro-negócio brasileiro. Portanto, as ações prioritárias do setor baseiam-se em inspeções em estabelecimentos fabricantes, importadores, exportadores, envasadores, rotuladores, fracionadores, manipuladores, distribuidores e laboratórios de controle de qualidade de produtos de uso veterinário. Além disso, a realização de investigação de Avisos de Violação, decorrentes do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) e o atendimento a denúncias também são considerados prioritários.

Despesas Orçamentárias:

Elemento de Despesa	Programado R\$	Liberado R\$	Executado R\$*
3390.14	11.160,00	17.723,23	17.723,23
3390.30	3.900,00	4.000,00	3.600,00
3390.33	120,00	11.947,50	11.947,50
3390.36	0,00	0,00	0,00
3390.39	3.000,00	3.140,00	3.140,00
3390.93	718,00	598,00	406,55
4490-52	0,00	0,00	0,00
TOTAL	18.898,00	37.408,73	36.817,28

* Dados do SIPLAN e SIAFI GERENCIAL.

Indicadores:

Atributo	Indicador			
	Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Fiscalização Realizada	VR= -64,17%	VR= 32,36%	VR=47,19%	VR=10,59%
Fiscalização Realizada	VA= -R\$65.955,66	VA= R\$68,71	VA=42	VA=-1105

Economicidade:

VA: VARIAÇÃO ABSOLUTA: CR 2011 – CR 2010

VR: VARIAÇÃO RELATIVA: (CR 2011/ CR 2010) X 100 – 100

CR: CUSTO REALIZADO

VA = 36.817,28 – 102.772,94 = R\$ - 65.955,66

VR= (36.817,28/102.772,94) X 100 – 100 = - 64,17%

Eficiência:

CU: CUSTO UNITÁRIO

R: REALIZADO

P: PROGRAMADO

Q: QUANTIDADE

CUR= CR/QR = (36.817,28/131) = R\$ 281,04

CUP= CP/QP = (18.898/89) = R\$ 212,33

VA 2011= CUR 2011 – CUP 2011 = R\$ 281,04 - 212,33 = 68,71

VR = (CUR/CUP) X 100 – 100 = (281,04/212,33) X 100 – 100 = 32,36%



Eficácia:

VA 2011 = QR 2011 – QP 2011 = 131-89 = 42

VR= (QR/QP)X100 – 100 = (131/89)X100 – 100 = 47,19%

Efetividade:

QT: QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ALVO DA FISCALIZAÇÃO

VA: 2011 = QR 2011 – QT 2011 = 131 – 1236 = - 1105

VR: (QR/QT)x 100 = (131/1236)x 100 = 10,59 %

**Análise
Indicadores:**

Economicidade:

No ano de 2011, as metas foram cumpridas com diminuição de custo de 64,17 %, comparado com o ano anterior. Isto ocorreu devido à liberação de uma quantia significativa de recurso em 2010, utilizado para compra de material permanente (automóvel).

Eficiência:

Demonstra que o custo para atendimento de cada fiscalização foi reduzido, comparado ao ano de 2010, em virtude da utilização uma quantia significativa de recurso para a compra de material permanente (automóvel) em 2010.

Eficácia:

Demonstra um maior número de fiscalizações realizadas em comparação com as fiscalizações programadas, maximizando a eficácia.

Efetividade:

Foi realizada ao menos uma fiscalização em cada estabelecimento fabricante, importador, exportador, distribuidor, farmácia de manipulação veterinária e laboratório de controle de qualidade de produtos de uso veterinário licenciados no MAPA, localizados no Estado do Rio Grande do Sul, ao longo do ano de 2011. No entanto, as fiscalizações em estabelecimentos comerciantes são realizadas de maneira aleatória e por meio de denúncias, em função do elevado nº de estabelecimentos no Estado para o reduzido nº de fiscais atuantes na área. Diante do exposto, a efetividade constada foi de apenas 11,44%.

**Comentários
Finais:**

Em 2011, o Setor de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, da Superintendência do Estado do Rio Grande do Sul, apresentou maior economicidade e eficiência, comparados aos índices do ano anterior, em virtude da compra de material permanente de maior valor.

As fiscalizações atenderem indústrias fabricantes de produtos veterinários, estabelecimentos importadores, exportadores, distribuidores, comerciantes, farmácias de manipulação veterinárias e laboratórios de controle de qualidade do Estado. Além disso, foram realizadas investigações de Avisos de Violação, decorrentes do Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC) e atendimento a denúncias.



Ação:	2124 – Fiscalização de Insumos Destinados a Alimentação Animal – FISCINAN.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada
Especificação do produto:	Ingredientes, rações, concentrados e suplementos.
Finalidade:	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição:	Fiscalização das condições higiênico-sanitária dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de produtos destinados à alimentação animal; Fiscalização da conformidade e inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal; capacitação dos fiscais federais agropecuários em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC, auditoria, tecnologia de fabricação de ração, relatoria de processo; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Detalhamento:	Auditoria dos processos produtivos e fiscalização dos estabelecimentos e produtos pelos fiscais do MAPA.
Unidade Responsável:	Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA.
Coordenador da Ação Nacional:	Fernanda Marcuci Tucci.
Unidade Executora:	Serviço de Fiscalização de Insumos Pecuários – SEFIP/DDA/SFA-RS.
Responsável no âmbito da UJ:	Alejandra Muller
Estratégia da Ação:	<p>A qualidade dos insumos e serviços agrícolas e pecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade no agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.</p> <p>O Brasil ocupa posição de destaque no âmbito mundial no que concerne a produção animal, como carne, lã, leite e ovos. O País possui os melhores índices zootécnicos e uma vasta região agrícola que fornece grande parte dos ingredientes presentes nas rações destinadas ao consumo animal. Assim, o setor de alimentos para animais é elo fundamental da cadeia produtiva, estando diretamente vinculado à segurança sanitária com reflexo direto na saúde da população e manutenção dos contratos de exportação de insumos e produtos acabados. O controle dos ingredientes utilizados, como garantir a ausência de farinhas de origem animal em rações destinadas a ruminantes, o uso adequado de aditivos (antimicrobianos, coccidiostáticos, promotores de crescimento, etc...) e medicamentos de uso veterinário é fundamental para a garantia da saúde da população brasileira e dos mercados de exportação. A fiscalização da qualidade dos produtos e dos estabelecimentos produtores visa garantir a qualidade e a segurança em toda cadeia produtiva.</p>
Objetivos:	<p>Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.</p> <p>Garantir a qualidade e inocuidade dos produtos utilizados em alimentação animal, para toda cadeia produtiva, do produtor até o consumidor final, e</p>



Desempenho Operacional:

tanto em animais de produção quanto de companhia.

Especificação	Programado	Realizado
Fiscalização realizada (SIPLAN)	224	278
Total amostras colhidas	349	344
Amostras para análise de conformidade*	216	173
Amostra colhida para plano de ruminantes**	69	79
Amostras colhidas para análises de <i>Salmonella</i> ***	64	92
Produtos fiscalizados	-	833
Estabelecimentos registrados	-	35
Produtos registrados****	-	92
Autos de infração aplicados	-	173
Quantidade de advertências aplicadas	-	8
Quantidade de multas aplicadas	-	134
Valor de multas aplicadas arrecadado	-	R\$ 309.670,00
Termos de suspensão de atividades aplicados	-	02
Certificados de exportação expedidos	-	467
Anuências de importação concedidas	-	14

Notas:

* As metas de colheitas de amostras para análise de conformidade de produtos para alimentação animal não foram atingidas, pois em 2011 as fiscalizações foram focadas na avaliação da implantação do processo de Boas Práticas de Fabricação, de acordo com a IN nº 04 de 23/02/2007, e devido a impossibilidade de realização de viagens por cerca de 30 dias (na metade do ano), bem como pelo limite imposto durante 2011, de 40 diárias por FFA/ano.

** Neste item foram colhidas amostras acima do programado, pois houve situações de suspeita de contaminação (ou uso) de ingredientes de origem animal nas rações para ruminantes. Também houveram algumas empresas sorteadas para terem amostras colhidas que não estavam produzindo rações de ruminantes, ou que produziam um número de produtos menor que o sorteado, ou ainda que encontraram-se sem atividade. Quando a lista das empresas sorteadas para colheita de amostras para análise de microscopia foi informada ao SEFIP-RS, algumas empresas já haviam sido fiscalizadas e foi necessário retornar nestes estabelecimentos.

*** Foram colhidas amostras acima do programado, pois houve situações de suspeita de contaminação de ingredientes por *Salmonella sp* (matéria-prima exposta).

**** Relativo aos produtos registrados, cabe informar que em 16 de dezembro de 2010, foi publicada a Instrução Normativa 42, que isentou da obrigação de registro cerca de 99% dos produtos destinados a alimentação animal, permanecendo, entre outros, os sub-produtos oriundos do beneficiamento do arroz (farelo, quirera e casca de arroz moída). Nesse aspecto, o RS é o maior produtor deste cereal no Brasil, e por isso foram realizados 92 registros de produtos durante 2011.

Análise da ação:

1 - Cumprimento das Metas Físicas:

Foram fiscalizados mais estabelecimentos que o previsto. Apesar de este maior número representar apenas 82% do total de estabelecimentos registrados passíveis de fiscalização no RS, de uma forma geral, os estabelecimentos estão apresentando melhorias significativas no seu processo



produtivo e na garantia de produzir alimentos para animais com maior segurança, através da implantação das Boas Práticas de Fabricação e as fiscalizações tornaram-se mais objetivas no controle de qualidade e inocuidade do produto e pelo entendimento dos pontos principais por parte do fiscalizado com o conhecimento da IN 04 de 23 de fevereiro de 2007, combinados às INs 15, 22 e 30 (todas de 2009), IN 42 (2010) e ao Decreto 6.296 de 11 de dezembro de 2007, entre outras exigências legais.

Análise da ação:

2 - Ações que apresentaram problemas na execução:

As auditorias nos processos de boas práticas de fabricação (BPF) e autorizações para a fábrica produzir ração com medicamento ficaram em número um pouco aquém do esperado, entretanto um maior número de auditorias implicaria no não atendimento do número de fiscalizações estabelecido nas metas. Os estabelecimentos de menor porte apresentam lentidão na consolidação da implantação do processo de BPF, tanto pela falta de recursos financeiros para adequação estrutural como pela escassez de técnicos capacitados para esta atividade. As auditorias no processo de BPF em 2011 foram realizadas por solicitação do fabricante, não tendo sido possível que a fiscalização estabelecesse o cumprimento de um cronograma de auditorias que pudesse atender todos os estabelecimentos em um curto espaço de tempo.

Análise da ação:

3 - Ações que superaram de forma significativa as metas estabelecidas:

As fiscalizações realizadas superaram as programadas, em função do tipo de ação efetuada e no aumento do efetivo de FFAs. No ano de 2011, o número de auditorias nos processos de boas práticas de fabricação realizado (15 auditorias) foi menor que o esperado, de acordo com o número de fabricantes registrados. Cinco estabelecimentos solicitaram autorização para produzir alimentos com medicamentos, sendo que este tipo de ação demanda uma fiscalização minuciosa no processo produtivo. Dessa forma, a maioria das fiscalizações executadas foram ditas “de rotina” e em estabelecimentos clandestinos, caracterizadas por ações mais rápidas, nas quais são fiscalizados mais de um estabelecimento por dia, ao contrário das anteriormente citadas, que demandam vários dias na mesma empresa. As colheitas de amostras para análise de microscopia (pesquisa de sub-produtos de origem animal em produtos destinados a ruminantes) e microbiologia (pesquisa de salmonella) excederam as metas estabelecidas pela suspeita de irregularidades em alguns estabelecimentos, com o objetivo de garantir a inocuidade dos produtos, e por consequência a segurança alimentar da sociedade de um modo geral.

Análise da ação:

4 - Ações prioritárias na LDO:

A fiscalização dos produtos para alimentação animal objetiva garantir a qualidade e segurança dos produtos fiscalizados, pois os alimentos para animais fazem parte de um grupo de insumos fundamental ao agronegócio, incidem diretamente sobre a saúde dos consumidores de produtos de origem animal, sobre a eficiência de produção e sobre a manutenção das exportações. Diante da atual insuficiência de fiscais, a eleição dos estabelecimentos prioritários na fiscalização recai sobre as fábricas com maior volume de produção e com ênfase na produção de alimentos para animais que tenham seus produtos destinados ao consumo humano. Desta forma, a fiscalização foi conduzida visando abranger uma fração superior a



82% do volume de insumos produzidos para alimentação animal elaborados no estado do Rio Grande do Sul.

Despesas Orçamentárias:

Elemento Despesa	Programado (R\$) ¹	Liberado (R\$) ²	Executado (R\$) ²
3390.14	29.506,03	37.417,01	37.395,14
3390.30	8.850,00	7.800,00	7.800,00
3390.33	0,00	9.501,00	9.501,00
3390.39	7.000,00	45.650,00	45.650,00
3390.93	1.650,00	2.200,00	456,00
3390.52	7.200,00	0,00	0,00
TOTAL	54.206,03	102.568,01	100.802,14

¹Dados SIOR - ²Dados SIAFI GERENCIAL

Indicadores de Desempenho:

Atributo	Indicador			
	Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Fiscalização Realizada	VA = 29.301,83 VR = 57,75%	VA = 45,91 VR = 18,97%	VA = 54 VR = 124,10%	VA = -62 VR = 81,76%

Economicidade

VA : VARIAÇÃO ABSOLUTA = CR 2011 – CR 2010

VR : VARIAÇÃO RELATIVA = (CR2011 / CR2010) x100 -100

CR : CUSTO REALIZADO

VA = 80.036,92 - 50.735,09 = 29.301,83

VR = (80.036,92/50.735,09) x 100 – 100 = 57,75 %

Eficiência

CU: CUSTO UNITÁRIO

R: REALIZADO

P: PROGRAMADO

Q: QUANTIDADE

CUR = CR/QR = (80.036,92/278) = R\$ 287,90

CUP = CP/QP = (54.206,03/224) = R\$ 241,99

VA: CUR – CUP = 287,90 – 241,99 = R\$ 45,91

VR: (CUR / CUP) x 100 - 100 = (287,90/241,99) x 100 – 100 = 18,97 %

Eficácia

VA: QR – QP = 278 – 224 = 54

VR: (QR/QP) x 100 = (278/224) x 100= 124,10%

Efetividade

QT: QUANTIDADE TOTAL DE ESTABELECIMENTOS ALVO DA FISCALIZAÇÃO.

VA: QR – QT = 278 – 340 = - 62

VR: (QR/QT) x 100 = (278 / 340) x 100 = 81,76 %

Análise:

Indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão institucional sob exame nas contas:

Valor Relativo da Efetividade em Estabelecimento. VR = 81,76 %.

Responsável pelo cálculo/medição - Marcos Roberto Raber - Fiscal Federal Agropecuário – SEFIP/DDA/SFA-RS.



Avaliação do resultado, indicando as causas de sucesso ou insucesso:

Consideramos o resultado do indicador positivo. Em 2011 o índice foi 4 pontos percentuais maior que o de 2010. Embora o efetivo de FFAs tenha aumentado no RS na área de alimentação animal, os recursos tenham sido liberados conforme o programado, também houve um incremento de mais de 10 % no número de estabelecimentos registrados, aliado ao maior número de atendimentos a denúncias e investigações de violações realizadas durante o ano.

Em 2011 ocorreram 15 auditorias de Boas Práticas de Fabricação, e este tipo de fiscalização demanda mais tempo por estabelecimento que as fiscalizações de rotina.

Cabe ressaltar que a demora na aprovação do orçamento da União para 2011, a impossibilidade de realização de viagens ocorrida na metade do ano (por cerca de 30 dias), o limite imposto de 40 diárias por FFAs/ano e por último, a proibição de realizar novos empenhos em dezembro do ano em questão, foram cruciais para a definição dos índices acima.

É importante lembrar que o valor total de recursos descentralizados e executados (R\$ 80.036,92) extrapolou o inicialmente programado (R\$ 50.735,09) devido a opção consumada entre a CPAA x SFA-RS x SEFIP de adquirir, através de licitação, material para fiscalização (blocos de termos e caixas de amostra) e posteriormente encaminha-los para todas as SFAs das Unidades da Federação, atendendo a demanda nacional. Dessa forma, os índices de economicidade e eficiência, e por consequência os demais que utilizam estes dados, não revelam a realidade do SEFIP/SFA-RS na área de alimentação animal.

Comentários Finais:

No ano de 2011, nas atividades relativas ao PI FISCINAN, desenvolvidas no estado do Rio Grande do Sul, no âmbito da fiscalização dos estabelecimentos e produtos destinados à alimentação animal, podemos destacar os seguintes aspectos:

- A meta de fiscalizações de estabelecimentos foi superada em 24 % pela realizada, e ocorreram 20 fiscalizações a mais em relação ao ano de 2010.
- No quesito efetividade, no ano de 2011, foram realizadas 278 fiscalizações que relativas ao total de estabelecimentos alvo das fiscalizações (340), resulta em efetividade de quase 82 %.

Além das fiscalizações nos estabelecimentos, a fiscalização de insumos para alimentação animal envolve atividades como registro de produtos (92 registros), cadastro de produtos isentos de registro para importação (91 produtos), registro de novos estabelecimentos, renovação destes registros, anuência nos licenciamentos de importação e emissão de certificados de conformidade para produtos a serem exportados, emissão de pareceres de relatoria de julgamento em primeira instância, atendimentos ao público para esclarecer dúvidas a cerca da legislação (via telefone, e-mail ou pessoalmente), além do trabalho burocrático intrínseco ao manuseio de processos administrativos. As atividades acima citadas não envolvem custos de deslocamento de fiscais, porém são as atividades que demandam mais tempo.



Ação:	2180 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – FISCPLANTA2.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Termos de fiscalização e inspeção emitidos no controle do trânsito de vegetais e seus produtos.
Finalidade:	Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição:	Vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.
Detalhamento:	Fiscais Federais Agropecuários inspecionam a documentação e as mercadorias, verificando a sanidade e a legalidade do trânsito internacional de produtos agrícolas.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária.
Coordenador da Ação Nacional:	Marcos de Barros Valadão.
Unidade Executora:	Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-RS
Responsável pela Execução da ação na UJ:	Ana Lúcia dos Santos Stepan
Estratégia da ação:	<p>Os Fiscais Federais Agropecuários são as autoridades competentes para atuar na área de fiscalização da sanidade agropecuária das importações, exportações e transito aduaneiro de animais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal, conforme preceitua o Decreto nº 5.741, de 30.03.06.</p> <p>Os Fiscais Federais Agropecuários têm por competência fiscalizar o cumprimento das exigências estabelecidas para o trânsito internacional, dentre elas:</p> <ul style="list-style-type: none">a) realizar exames de animais vivos, a inspeção de animais, produtos e derivados de origem animal inclusive alimentos destinados aos animais, visando ao desembarque aduaneiro na importação ou na exportação;b) examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, a bagagem de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos e derivados de origem animal, que possam veicular agentes etiológicos de doenças;c) aplicar medidas de desinfecção, desinfestação, apreensão, interdição ou destruição a animais e seus produtos e derivados, quando passíveis de veicular agentes de doenças que constituam ameaça à agropecuária nacional;d) expedir certificados sanitários para trânsito interestadual ou internacional de animais, produtos ou derivados de origem animal, materiais biológicos ou materiais de multiplicação animal, com base nos certificados sanitários de origem. <p>Destacam-se como objetivos desta Ação: a) atender acordos fitossanitários internacionais em consonância com a legislação fitossanitária brasileira, tanto na importação quanto na exportação de vegetais e seus produtos; b) impedir a entrada no País de pragas vegetais oriundas de outros países, com vistas a evitar danos á economia, ao meio ambiente e á saúde da população,</p>



como também, garantir a fitossanidade de produtos nacionais e sua exportação.

A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitossanitárias estabelecidas em decorrência de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país e do exterior. Eventuais falhas na aplicação dessas normas, podem resultar em sérios prejuízos diretos à população brasileira, aos agentes econômicos e à economia, ao comprometer a sanidade vegetal e a credibilidade dos produtos agrícolas gaúchos e brasileiros.

Para que a defesa agropecuária torne-se eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias da DAS e da SFA-RS, para promover a integração das ações, atualização técnico-científica dos serviços e a capacitação dos servidores da DDA/SFA-RS, que atuam na área. Isto porque os desafios da vigilância nas fronteiras e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o país e, principalmente, no estado do Rio Grande do Sul que possui uma grande área de fronteira com outros dois países.

Os possíveis impactos econômicos e sociais adversos, decorrentes de problemas na defesa agropecuária, refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade agrícola, com consequência na redução das exportações em função da diminuição dos acessos e manutenção de mercado, no desemprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o estado e o país e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente. Assim, a vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira por meio de análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, produtos e subprodutos, é importante instrumento para a geração de emprego e renda e divisas geradas com o agronegócio no comércio internacional.

Para dar suporte na harmonização e padronização às ações do VIGIAGRO, suas rotinas operacionais foram organizadas em documento específico, aprovado por meio da Instrução Normativa do MAPA no 36/2006 (Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional nos Portos, Aeroportos e Fronteiras), elaborado com base em Leis, Decretos e legislações complementares estabelecidas pelos Departamentos Técnicos do Órgão Central

O Programa é gerido e executado no estado do Rio Grande do Sul pela Divisão de Defesa Agropecuária (DDA/SFA-RS) por 2 Serviços de Vigilância Agropecuária - SVAs (Porto de Rio Grande e Uruguaiana) e pelas 12 Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGROs.

As Unidades de Vigilância Agropecuária de Porto Xavier, São Borja, Itaqui e Uruguaiana, se localizam na fronteira do Brasil com a Argentina. A UVAGRO de São Borja fica localizada Centro Unificado de Fronteira no lado argentino e funciona, tanto para importações quanto exportações vegetais, pelo sistema de aduana integrada com os técnicos argentinos. O SVA de Uruguaiana realiza inspeções de mercadorias em três aduanas distintas, sendo uma Estação Aduaneira Interior-EADI/Ferroviária, uma EADI/Rodoviária e uma dedicada às exportações brasileiras localizada no lado argentino, com inspeção de mercadorias no sistema de aduana integrada com técnicos argentinos. As UVAGROs de Quaraí, Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí, fazem fronteira com o Uruguai, sendo que Livramento e Jaguarão também atuam pelo sistema de aduana integrada com os técnicos



uruguaios. O SVA Porto de Rio Grande realiza inspeções vegetais em seis locais distintos: no Porto Novo, no Terminal de Containeres, nos três Terminais Graneleiros e na Central de Exportações de Frutas. Existem ainda as UVAGRO Aeroporto de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, essa atendendo exclusivamente exportações de fumo, além de duas Aduanas Especiais, Metropolitana de Porto Alegre, (responsável pelos Portos de Porto Alegre e Triunfo e, pelas EADI de Novo Hamburgo e Canoas) e, a de Caxias do Sul, responsável pela EADI Caxias do Sul e pela central de exportações de maçã em Vacaria. No total, há no Rio Grande do Sul, 26 locais distintos para exames de vegetais e seus sub produtos, a maioria mais de 5 km um dos outros.

Desempenho Operacional:

Tabela 1 – Ações realizadas pela DDA/SFA-RS em 2011

Produto					
Fiscalizações Realizadas		Supervisão Realizada		Capacitação Técnica	
Programado	Realizado	Programado	Realizado	Programado	Realizado
78.000	91.595	48	4	12	41

Na tabela a seguir pode ser observada a evolução das indicadores físicos de desempenho nos últimos 5 anos:

Tabela 2 – Execução física das ações realizadas pela DDA/SFA-RS

Descriutivo	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Programadas	53.000	63.000	62.445	84.558	78.000
Nº Fiscalizações Realizadas	60.590	70.386	76.871	95.436	91.595
Diferença Programado x Realizado	7.590	7.386	14.426	10.878	13.595

No gráfico abaixo se pode observar o número de fiscalizações de importação e exportação na área animal, em cada unidade da DDA/SFA-RS, no ano de 2011.

Gráfico – 1





É importante notar o significativo aumento das fiscalizações de importação e exportação na área vegetal na UVAGRO de São Borja/DDA/SFA-RS, nos últimos 9 anos. De 2003 a 2011, houve um crescimento da demanda na ordem de 85,6%. Os dados anuais estão no gráfico a seguir.

Gráfico – 2



Despesas Orçamentárias:

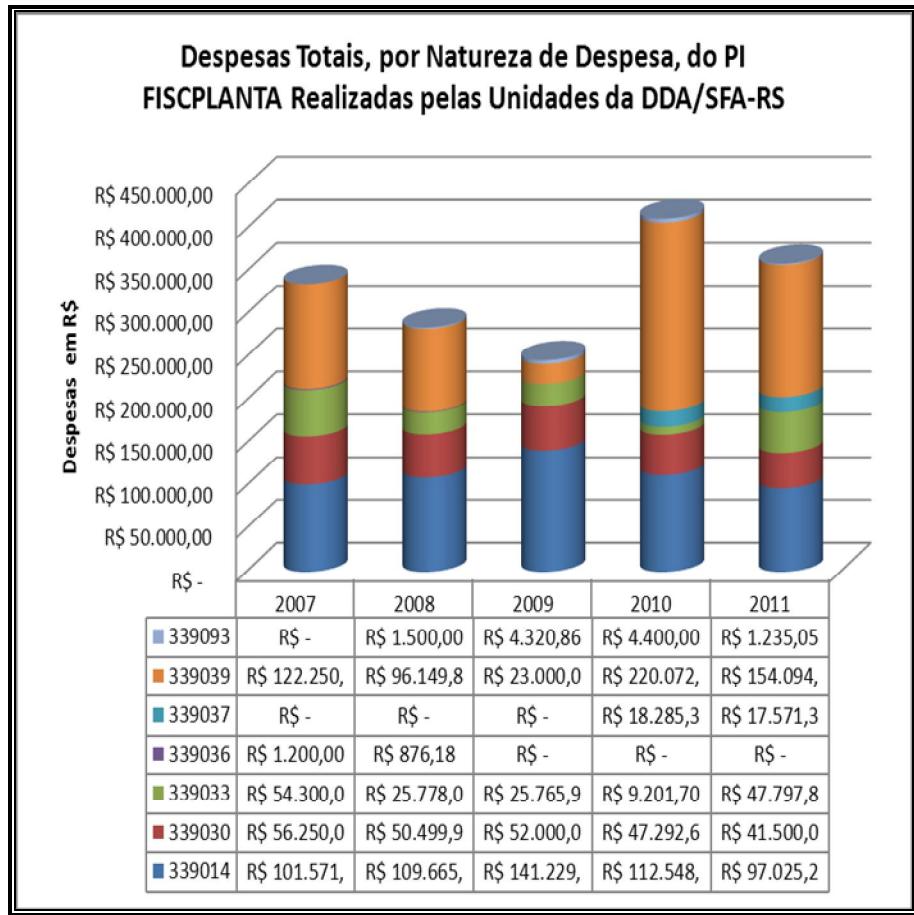
Tabela 1 – Resultados Financeiros da Ação no Exercício de 2011

Elemento Despesa	Programado	Liberado	Executado	% Executado
339014	R\$ 115.000,00	R\$ 97.025,20	R\$ 97.025,20	100,0%
339030	R\$ 75.000,00	R\$ 41.500,00	R\$ 41.500,00	100,0%
339033	R\$ 26.400,00	R\$ 54.112,00	R\$ 47.797,85	88,3%
339036	R\$ 12.000,00	R\$ -	R\$ -	
339037	R\$ 36.000,00	R\$ 17.571,34	R\$ 17.571,34	100,0%
339039	R\$ 459.000,00	R\$ 154.094,00	R\$ 154.094,00	100,0%
339093	R\$ 24.000,00	R\$ 1.235,05	R\$ 1.235,05	100,0%
TOTAL	R\$ 747.400,00	R\$ 365.537,59	R\$ 359.223,44	98,3%

Fonte: Divisão de Defesa Agropecuária – DDA



No gráfico seguinte se pode observar a evolução das despesas totais, por natureza de despesa, nos últimos 5 anos.



Fonte: Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Tabela 2 – Variação das Despesas por Natureza da Despesa

Variação do Executado	2008	2009	2010	2011
339014	8%	29%	-20%	-14%
339030	-10%	3%	-9%	-12%
339033	-53%	0%	-64%	419%
339036	-27%			
339037				-4%
339039	-21%	-76%	857%	-30%
339093			2%	-72%
TOTAL	-15%	-13%	67%	-13%

Fonte: Divisão de Defesa Agropecuária – DDA

Analizando as despesas realizadas, por natureza de despesa do PI FISCPLANTA, nos últimos 5 anos, fica evidente um incremento significativo nos gastos com Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039), principalmente no que tange a manutenção de bens imóveis. Os custos dessa despesa e aqueles relativos aos gastos de contratação de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (339037) passaram a ser custeado



pelo PI FISCPANTA em substituição ao PI MANUT. O aumento dos gastos em passagens aéreas ocorreu devido a grande número de servidores que participaram de eventos realizados em outros estados. As demandas de deslocamento foram feitas pela Coordenação do VIGIAGRO.

Indicador:

Avaliação do Grau de Economicidade:

O indicador utilizado para medida do grau de economicidade tem por base o volume de recursos despendidos para custeio das atividades necessárias à realização do produto avaliado que é o número de fiscalizações realizadas. Os indicadores de economicidade e suas variações estão expostos na tabela abaixo.

Tabela – Indicadores de Economicidade

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Realizadas	60.590	70.386	76.871	95.436	91.595
Variação do Nº Fiscalizações Realizadas		13,9%	8,4%	19,5%	-4,2%
Despesas Totais Realizadas	R\$ 335.571,28	R\$ 284.469,03	R\$ 246.316,71	R\$ 411.800,62	R\$ 359.223,44
Variação das Despesas Totais Realizadas		-18,0%	-15,5%	40,2%	-14,6%
Custo por Fiscalização Realizada	R\$ 5,54	R\$ 4,04	R\$ 3,20	R\$ 4,31	R\$ 3,92
Variação do Custo da Fiscalização Realizada		-37,0%	-26,1%	25,7%	-10,0%

Nota-se que entre 2010 e 2011 o custo por fiscalização realizada foi reduzido em 10%. O gráfico a seguir mostra a evolução do principal indicador de economicidade nos últimos 05 anos.





Indicador:

Avaliação da Eficácia:

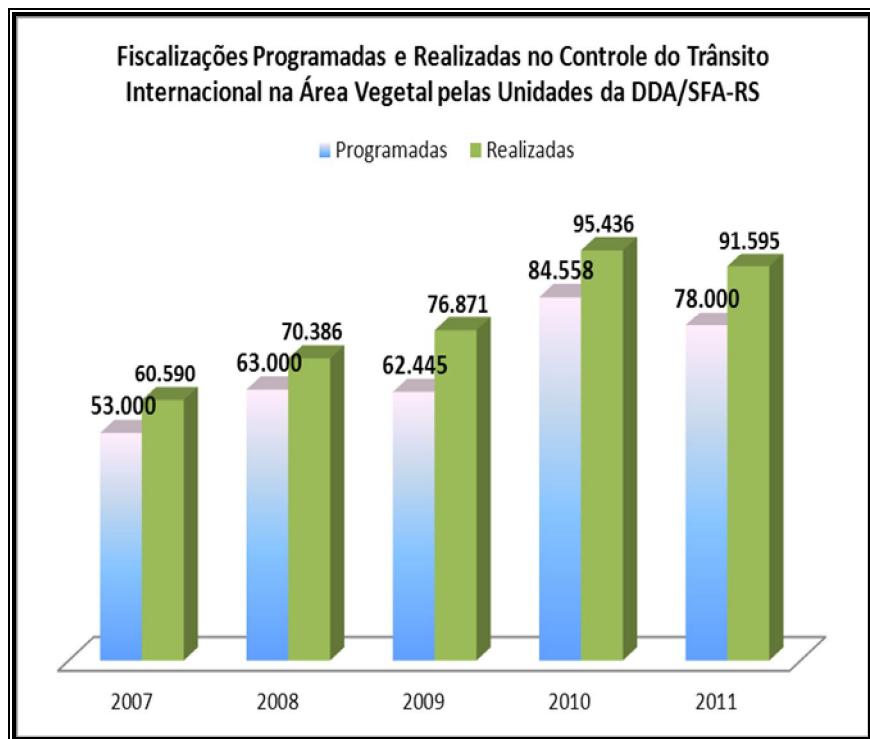
O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

O indicador utilizado para medida da eficácia da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos tem por base a relação entre o número de fiscalizações realizadas e o número e fiscalizações programadas. O indicador de eficácia e suas variações, nos últimos 5 anos estão expostos na tabela a seguir.

Tabela – Indicadores de Eficácia

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Programadas	53.000	63.000	62.445	84.558	78.000
Nº Fiscalizações Realizadas	60.590	70.386	76.871	95.436	91.595
% Fiscalizações Realizadas/Programadas	114%	112%	123%	113%	117%
Variação nº Fiscalizações Realizadas		13,9%	8,4%	19,5%	-4,2%

No gráfico seguinte se pode observar a evolução do número de fiscalizações realizadas nos últimos 5 anos, pelas Unidades da DDA/SFA-RS.



Indicador:

Avaliação do Grau de Eficiência:

Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos. Dessa forma, podem avaliar o uso de diferentes insumos, tais como a produtividade dos servidores. Este tipo de indicador não faz juízo de valor sobre o produto gerado, avaliando exclusivamente o processo. Para medir o grau de eficiência dos Fiscais



Federais Agrônomos, responsáveis pela execução da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos se utilizou o número de fiscalizações realizadas por Fiscal com formação em Engenharia Agronômica. O indicador de eficiência e suas variações, nos últimos 5 anos estão expostos na tabela a seguir.

Tabela – Indicadores de Eficiência

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Realizadas	60.590	70.386	76.871	95.436	91.595
Nº de FFAs Agrônomos	38	37	37	36	36
Variação nº FFAs Agrônomos		-2,7%	0,0%	-2,8%	0,0%
Nº fiscalizações por FFA Agrônomos	1.395	1.703	1.688	2.349	2.167
Variação do Nº de FFAs Agrônomos		18,1%	-0,9%	28,1%	-8,4%
Data Inicial do Período	01/01/07	01/01/08	01/01/09	01/01/10	01/01/11
Data Final do Período	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11
Nº de Dias úteis no Ano	261	262	261	261	260
Nº Feriados no Ano	12	9	16	14	11
Nº de Dias de Férias no Ano	30	30	30	30	30
Nº de Dias Trabalhados no Ano	219	223	215	217	219
Nº Fiscalizações por FFA Agrônomo por Dia Trabalhado	5,34	6,50	6,47	9,00	8,33
Variação do Nº Fiscalizações por FFA Agrônomo por Dia Trabalhado		17,8%	-0,5%	28,1%	-8,0%

Os indicadores de eficiência precisam ser melhor estudados pois efetivamente todas as solicitações de fiscalizações são realizadas pelos FFA, o que realmente precisa ser calculado é o tempo gasto com essas operações. A maioria das Unidades da DDA/SFA-RS têm FFAs trabalhando acima da capacidade de atendimento das solicitações de fiscalizações, tanto nas importações quanto nas exportações. Adicionalmente, precisa ser concluída uma fórmula que permita diferenciar inspeções documentais (embalagens e suportes de madeira) das inspeções de sementes e mudas, muito mais complexas e demoradas e que são consideradas como de mesmo peso quando a informação coletada é apenas o número de partidas inspecionadas, mascarando a real necessidade de FFA nas UVAGRO.

Como já foi feito em relatórios anteriores se destaca a situação crítica no que se refere à FFA Engenheiros Agrônomos.

Indicador:

Efetividade:

O indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao



objetivo geral de modificar a realidade social.

Para medir a efetividade da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos se utilizou o percentual de ocorrências sanitárias sobre o número de fiscalizações realizadas. Procura-se, assim atender à premissa que indica que quanto maior o índice de ocorrências detectadas, maior será a barreira à entrada de doenças e demais riscos ao meio ambiente aos consumidores e aos produtores brasileiros.

Tabela – Indicadores de Efetividade

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Realizadas	60.590	70.386	76.871	95.436	91.595
Nº Ocorrências Sanitárias	1.860	2.253	1.678	1.257	2.293
% Ocorrências Sanitárias por Partida Ispencionada	3,07%	3,20%	2,18%	1,32%	2,50%
Variação do % Ocorrências Sanitárias por Partida Ispencionada		17,4%	-34,3%	-33,5%	45,2%



Ação:	2181 – Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais, seus Produtos e Insumos – FISCANIMAL2.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Fiscalização realizada.
Especificação do produto:	Termos de fiscalização e inspeção emitidos no controle do trânsito de animais e seus produtos.
Finalidade:	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição:	Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena animal.
Detalhamento:	Fiscais Federais Agropecuários inspecionam a documentação e as mercadorias, verificando a sanidade e a legalidade do trânsito internacional de produtos pecuários.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral de Vigilância Agropecuária.
Coordenador da Ação Nacional:	Marcos de Barros Valadão.
Unidade Executora:	Divisão de Defesa Agropecuária – DDA/SFA-RS
Responsável no âmbito da UJ:	Ana Lúcia dos Santos Stepan.
Estratégia da Ação:	<p>Os Fiscais Federais Agropecuários são as autoridades competentes para atuar na área de fiscalização da sanidade agropecuária das importações, exportações e transito aduaneiro de animais, insumos, inclusive alimentos para animais, e produtos de origem animal, conforme preceitua o Decreto nº 5.741, de 30.03.06.</p> <p>Os Fiscais Federais Agropecuários têm por competência fiscalizar o cumprimento das exigências estabelecidas para o trânsito internacional, dentre elas:</p> <ul style="list-style-type: none">a) realizar exames de animais vivos, a inspeção de animais, produtos e derivados de origem animal inclusive alimentos destinados aos animais, visando ao desembarque aduaneiro na importação ou na exportação;b) examinar, em articulação com as autoridades aduaneiras, a bagagem de passageiros, acompanhadas ou não, com vistas a detectar produtos e derivados de origem animal, que possam veicular agentes etiológicos de doenças;c) aplicar medidas de desinfecção, desinfestação, apreensão, interdição ou destruição a animais e seus produtos e derivados, quando passíveis de veicular agentes de doenças que constituam ameaça à agropecuária nacional;d) expedir certificados sanitários para trânsito interestadual ou internacional de animais, produtos ou derivados de origem animal, materiais biológicos ou materiais de multiplicação animal, com base nos certificados sanitários de origem. <p>Destacam-se como objetivos desta Ação: a) atender acordos zoossanitários internacionais em consonância com a legislação fitossanitária brasileira, tanto na importação quanto na exportação de vegetais e seus produtos; b) impedir a entrada no País de enfermidades animais oriundas de outros países, com vistas a evitar danos á economia, ao meio ambiente e á saúde da população, como também, garantir a saúde animal.</p>



A eficiência da defesa agropecuária é assegurada pelo cumprimento de normas fitossanitárias estabelecidas em decorrência de acordos comerciais celebrados entre agentes econômicos do país e do exterior. Eventuais falhas na aplicação dessas normas, podem resultar em sérios prejuízos diretos à população brasileira, aos agentes econômicos e à economia, ao comprometer a sanidade animal e a credibilidade dos produtos pecuários gaúchos e brasileiros.

Para que a defesa agropecuária torne-se eficiente é necessário desenvolver um esforço de articulação institucional entre as instâncias da DAS e da SFA-RS, para promover a integração das ações, atualização técnico-científica dos serviços e a capacitação dos servidores da DDA/SFA-RS, que atuam na área. Isto porque os desafios da vigilância nas fronteiras e a diversidade de atividades agropecuárias exigem grande cobertura e efetividade das ações em todo o país e, principalmente, no estado do Rio Grande do Sul que possui uma grande área de fronteira com outros dois países.

Os possíveis impactos econômicos e sociais adversos, decorrentes de problemas na defesa agropecuária, refletem-se no comprometimento da produção e da produtividade pecuária, com consequência na redução das exportações em função da diminuição dos acessos e manutenção de mercado, no desemprego, na redução da renda no campo e na migração do campo para a periferia dos grandes centros urbanos, com impactos negativos para o estado e o país e comprometimento da segurança alimentar, da saúde humana e do meio ambiente. Assim, a vigilância e controle zoossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira por meio de análise documental e da inspeção de partidas de vegetais, produtos e subprodutos, é importante instrumento para a geração de emprego e renda e divisas geradas com o agronegócio no comércio internacional.

Para dar suporte na harmonização e padronização às ações do VIGIAGRO, suas rotinas operacionais foram organizadas em documento específico, aprovado por meio da Instrução Normativa do MAPA no 36/2006 (Manual de Procedimentos Operacionais da Vigilância Agropecuária Internacional nos Portos, Aeroportos e Fronteiras), elaborado com base em Leis, Decretos e legislações complementares estabelecidas pelos Departamentos Técnicos do Órgão Central

O Programa é gerido e executado no estado do Rio Grande do Sul pela Divisão de Defesa Agropecuária (DDA/SFA-RS) por 2 Serviços de Vigilância Agropecuária - SVAs (Porto de Rio Grande e Uruguaiana) e pelas 12 Unidades de Vigilância Agropecuária – UVAGROs.

As Unidades de Vigilância Agropecuária de Porto Xavier, São Borja, Itaqui e Uruguaiana, se localizam na fronteira do Brasil com a Argentina. A UVAGRO de São Borja fica localizada Centro Unificado de Fronteira no lado argentino e funciona, tanto para importações quanto exportações vegetais, pelo sistema de aduana integrada com os técnicos argentinos. O SVA de Uruguaiana realiza inspeções de mercadorias em três aduanas distintas, sendo uma Estação Aduaneira Interior-EADI/Ferroviária, uma EADI/Rodoviária e uma dedicada às exportações brasileiras localizada no lado argentino, com inspeção de mercadorias no sistema de aduana integrada com técnicos argentinos. As UVAGROs de Quaraí, Livramento, Aceguá, Jaguarão e Chuí, fazem fronteira com o Uruguai, sendo que Livramento e Jaguarão também atuam pelo sistema de aduana integrada com os técnicos uruguaios. Nas UVAGROs de Aceguá, Jaguarão e Santana do Livramento, existem quarentenários autorizados à importação de animais vivos. O SVA Porto de



Rio Grande realiza inspeções no Porto Novo e no Terminal de Containeres.. Existem ainda as UVAGRO Aeroporto de Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, essa atendendo exclusivamente exportações de fumo, além de duas Aduanas Especiais, Metropolitana de Porto Alegre, (responsável pelos Portos de Porto Alegre e Triunfo e, pelas EADI de Novo Hamburgo e Canoas) e, a de Caxias do Sul, responsável pela EADI Caxias do Sul. As UVAGROS de Porto Xavier, Itaqui, Santa Cruz do Sul e Quaraí só atuam na área vegetal.

Desempenho Operacional:

Metas Físicas:

Tabela 1 – Ações realizadas pela DDA/SFA-RS em 2011

Produto					
Fiscalizações Realizadas		Supervisão Realizada		Capacitação Técnica	
Programado	Realizado	Programado	Realizado	Programado	Realizado
38.000	38.404	48	10	12	31

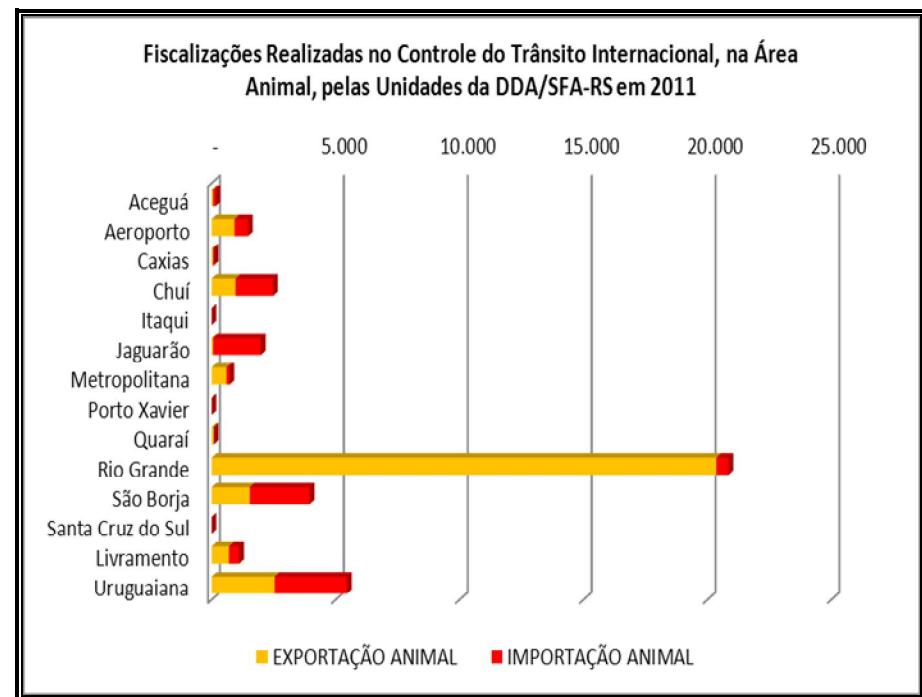
Na tabela a seguir pode ser observada a evolução das indicadores físicos de desempenho nos últimos 5 anos:

Tabela 2 – Execução física das ações realizadas pela DDA/SFA-RS

Descriutivo	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Programadas	32.000	40.800	36.102	41.010	38.000
Nº Fiscalizações Realizadas	36.550	38.925	37.337	37.119	38.404
Diferença Programado x Realizado	4.550	-1.875	1.235	-3.891	404

No gráfico abaixo se pode observar o número de fiscalizações de importação e exportação na área animal, em cada unidade da DDA/SFA-RS, no ano de 2011.

Gráfico 1:





É importante notar o significativo aumento das fiscalizações de importação e exportação na área animal na UVAGRO de São Borja/DDA/SFA-RS, nos últimos 9 anos. De 2003 a 2011, houve um crescimento da demanda na ordem de 96,1%. Os dados anuais estão no gráfico a seguir.

Gráfico 2:



**Despesas
Orçamentárias:**

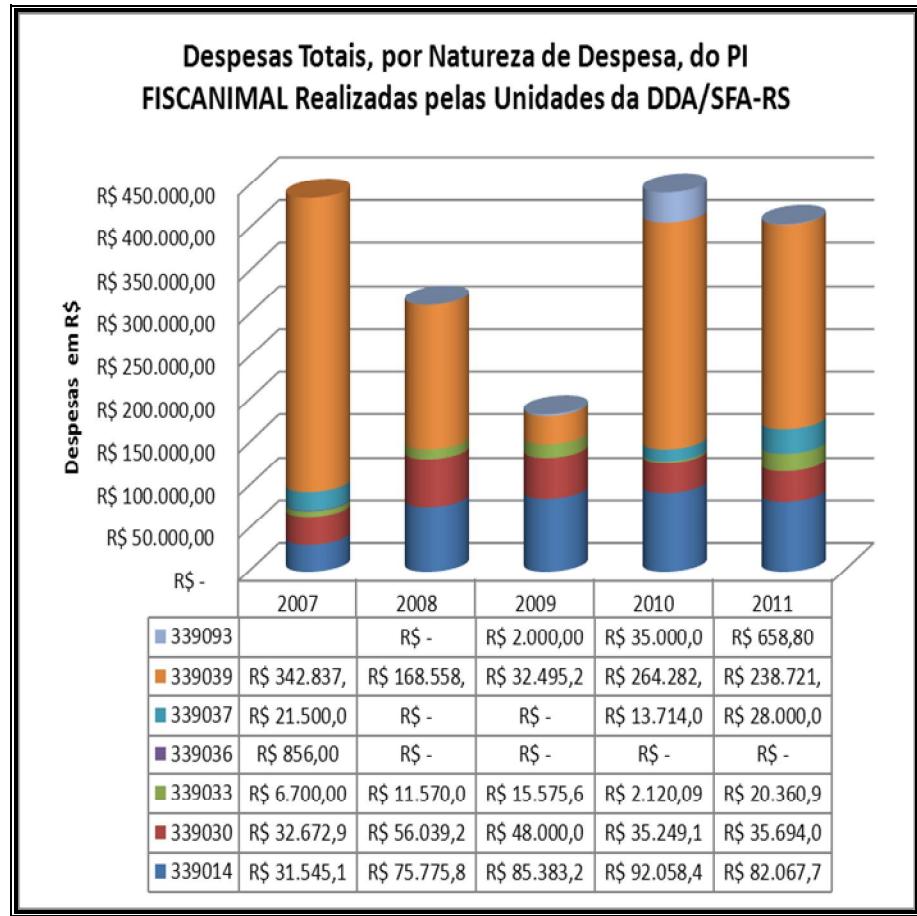
Tabela 1 – Resultados Financeiros da Ação no Exercício 2011

Elemento de Despesa	Programado	Liberado	Executado	% Executado
339014	115.000,00	82.067,77	82.067,77	100,0%
339030	85.000,00	35.694,00	35.694,00	100,0%
339033	26.400,00	23.144,00	20.360,94	88,0%
339036	12.000,00	-	-	
339037	36.000,00	28.000,00	28.000,00	100,0%
339039	291.000,00	238.721,64	238.721,64	100,0%
339093	24.000,00	658,80	658,80	100,0%
TOTAL	589.400,00	408.286,21	405.503,15	99,3%

Fonte: Divisão de Defesa Agropecuária – DDA.



No gráfico seguinte se pode observar a evolução das despesas totais, por natureza de despesa, nos últimos 5 anos.



Fonte: Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Tabela 2 – Variação das despesas por natureza de despesa

Variação do Executado	2008	2009	2010	2011
339014	140%	13%	8%	-11%
339030	72%	-14%	-27%	1%
339033	73%	35%	-86%	860%
339036	-100%			
339037				104%
339039	-51%	-81%	713%	-10%
339093			1650%	-98%
TOTAL	-28%	-41%	141%	-8%

Fonte: Divisão de Defesa Agropecuária - DDA

Os custos dessa despesa e aqueles relativos aos gastos de contratação de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (339037) passaram a ser custeado pelo PI FISCANIMAL em substituição ao PI MANUT. O aumento dos gastos em passagens aéreas ocorreu devido a grande número de servidores que participaram de eventos realizados em outros estados. As demandas de deslocamento foram feitas pela Coordenação do VIGIAGRO.



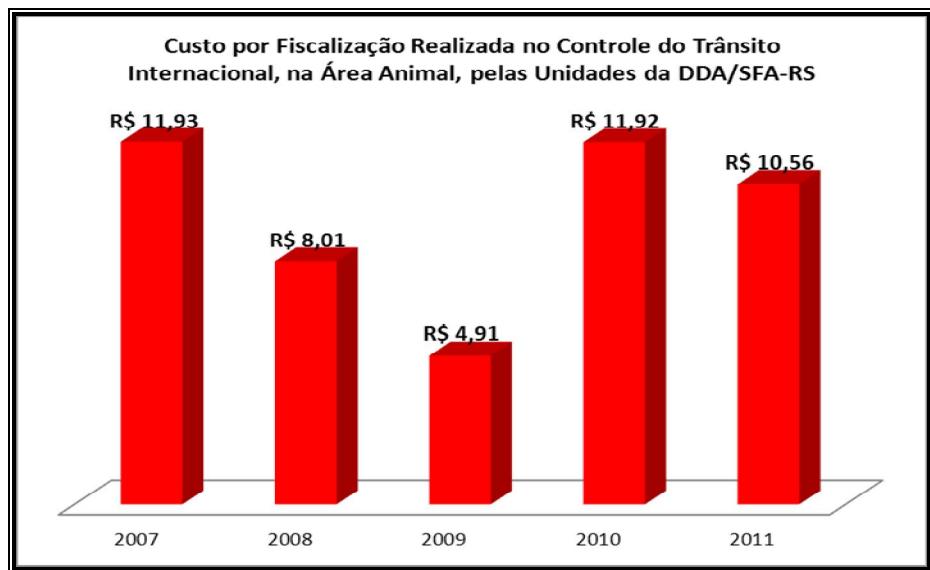
Indicador:

Avaliação do Grau de Economicidade:

O indicador utilizado para medida do grau de economicidade tem por base o volume de recursos despendidos para custeio das atividades necessárias à realização do produto avaliado que é o número de fiscalizações realizadas. Os indicadores de economicidade e suas variações estão expostos na tabela abaixo.

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Realizadas	36.550	38.925	37.337	37.119	38.404
Variação do Nº Fiscalizações Realizadas		6%	-4%	-1%	3%
Despesas Totais Programadas	R\$ 154.146,00	R\$ 223.292,00	R\$ 183.454,09	R\$ 613.220,49	R\$ 589.400,00
Despesas Totais Realizadas	R\$ 436.111,67	R\$ 311.943,15	R\$ 183.454,09	R\$ 442.424,53	R\$ 405.503,15
Variação das Despesas Totais Realizadas		-39,8%	-70,0%	58,5%	-9,1%
Custo por Fiscalização Realizada	R\$ 11,93	R\$ 8,01	R\$ 4,91	R\$ 11,92	R\$ 10,56
Variação do Custo da Fiscalização Realizada		-48,9%	-63,1%	58,8%	-12,9%

Nota-se que entre 2010 e 2011 o custo por fiscalização realizada foi em reduzido em 12,8%. O gráfico a seguir mostra a evolução do principal indicador de economicidade do PI FISCPLANTA nos últimos 5 anos.





Indicador:

Avaliação da Eficácia:

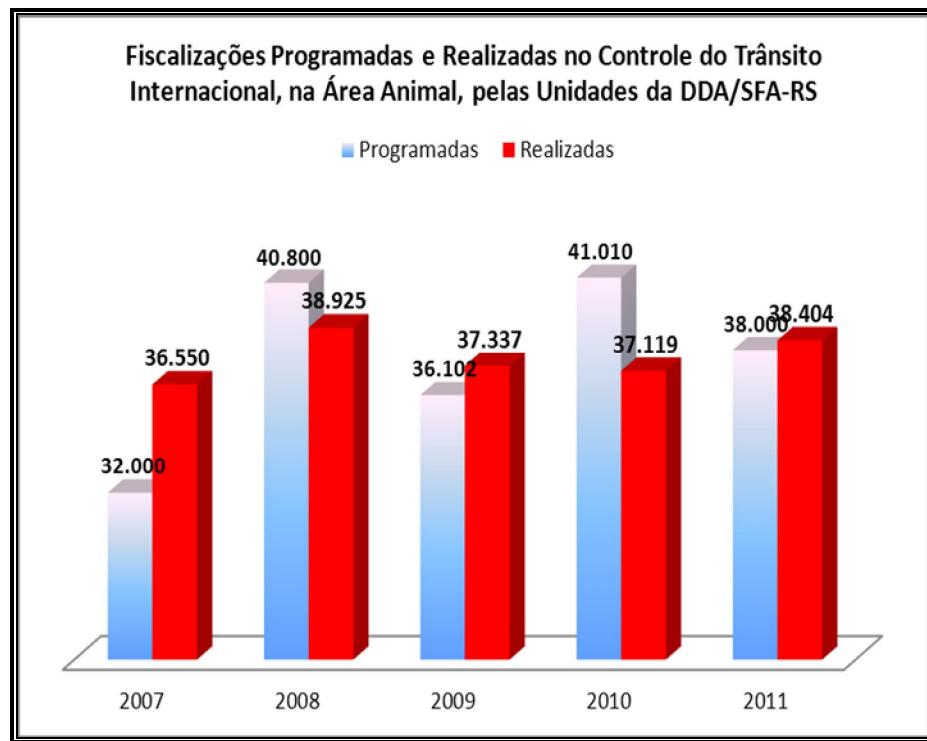
O indicador de eficácia visa avaliar se uma instituição/atividade/programa está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Este tipo de indicador não faz juízo de valor quanto as insumos consumidos no processo produtivo.

O indicador utilizado para medida da eficácia da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos tem por base a relação entre o número de fiscalizações realizadas e o número e fiscalizações programadas. O indicador de eficácia e suas variações, nos últimos 5 anos estão expostos na tabela a seguir.

Tabela – Indicadores de Eficácia

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Programadas	32.000	40.800	36.102	41.010	38.000
Nº Fiscalizações Realizadas	36.550	38.925	37.337	37.119	38.404
% Realizadas/Programadas	114%	95%	103%	91%	101%
Variação nº fiscalizações Realizadas	-	6%	-4%	-1%	3%

No gráfico seguinte se pode observar a evolução do número de fiscalizações realizadas, nos últimos 5 anos, pelas Unidades da DDA/SFA-RS.





Indicador:

Avaliação do Grau de Eficiência:

Os indicadores de eficiência são utilizados para avaliar a capacidade de um processo em converter insumos em produtos. Dessa forma, podem avaliar o uso de diferentes insumos, tais como a produtividade dos servidores. Este tipo de indicador não faz juízo de valor sobre o produto gerado, avaliando exclusivamente o processo. Para medir o grau de eficiência dos Fiscais Federais Agrônimos, responsáveis pela execução da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos se utilizou o número de fiscalizações realizadas por Fiscal com formação em Medicina Veterinária. O indicador de eficiência e suas variações, nos últimos 5 anos estão expostos na tabela a seguir.

Tabela – Indicadores de Eficiência

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Realizadas	36.550	38.925	37.337	37.119	38.404
Nº de FFAs Veterinários	36	33	35	35	32
Variação nº FFAs Veterinários		-9,1%	5,7%	0,0%	-9,4%
Nº fiscalizações por FFA Veterinário	1.015	1.180	1.067	1.061	1.200
Variação do Nº de FFAs Veterinários		13,9%	-10,6%	-0,6%	11,6%
Data Inicial do Período	01/01/07	01/01/08	01/01/09	01/01/10	01/01/11
Data Final do Período	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11
Nº de Dias Uteis no Ano	261	262	261	261	260
Nº Feriados no Ano	12	9	16	14	11
Nº de Dias de Férias no Ano	30	30	30	30	30
Nº de Dias Trabalhados no Ano	219	223	215	217	219
Nº Fiscalizações por FFA Veterinário por Dia Trabalhado	3,89	4,50	4,09	4,06	4,62
Variação do Nº Fiscalizações por FFA Veterinário por Dia Trabalhado		13,6%	-10,1%	-0,6%	12,0%

Os indicadores de eficiência precisam ser melhor estudados pois efetivamente todas as solicitações de fiscalizações são realizadas pelos FFA, o que realmente precisa ser calculado é o tempo gasto com essas operações.

A maioria das Unidades da DDA/SFA-RS têm FFA trabalhando acima da capacidade de atendimento das solicitações de fiscalizações, tanto nas importações quanto nas exportações. Adicionalmente, precisa ser concluída uma fórmula que permita diferenciar o tipo de fiscalização para diferenciar procedimentos muito mais complexos e demorados como a importação de animais. Estes tem o mesmo peso quando a informação coletada é apenas o número fiscalizações realizadas, mascarando a real necessidade de FFA nas UVAGRO.

Indicador:

Efetividade:

O indicador de efetividade tem o objetivo de avaliar o efeito de um determinado processo na realidade social. Um resultado será efetivo quando os impactos da atuação dão cumprimento às suas responsabilidades institucionais, às diretrizes e aos objetivos estratégicos. Avalia qualitativamente o processo, a fim de verificar a sua adequação quanto ao objetivo geral de modificar a realidade social.



Para medir a efetividade da Ação de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais, seus Produtos e Insumos se utilizou o percentual de ocorrências sanitárias sobre o número de fiscalizações realizadas. Procura-se, assim atender à premissa que indica que quanto maior o índice de ocorrências detectadas, maior será a barreira à entrada de doenças e demais riscos ao meio ambiente aos consumidores e aos produtores brasileiros.

Tabela – Indicadores de Efetividade

Descrição	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Fiscalizações Realizadas	36.550	38.925	37+337	37.119	38.404
Nº de Ocorrências Sanitárias	1.040	1.347	1.264	2.002	1.764
% Ocorrências Sanitárias por Partida inspecionada	2,85%	3,46%	3,39%	5,39%	4,59%
Variação do % Ocorrências Sanitárias por Partida inspecionada		22,8%	-6,6%	36,9%	45,2%



Ação:	8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal – IPVEGETAL2.
Tipo:	Atividade.
Produto:	Estabelecimento Ispencionado.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Garantir a segurança higiênica e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos.
Descrição:	Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para o controle da qualidade dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; inspeção, fiscalização, registro, credenciamento, monitoramento, certificação e auditorias dos pontos industriais de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; fiscalização e registro dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, bem como realização de análise prévia à importação e exportação desses produtos; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Detalhamento:	A execução desta Ação será realizada pelas unidades executoras nos estados, Distrito Federal e demais entidades envolvidas, sob coordenação do Órgão Central do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio de transferência de recursos, para efetuarem a inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, verificando o cumprimento das normas e dos regulamentos técnicos vigentes.
Unidade Responsável:	Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal/SDA.
Coordenador da Ação Nacional:	Helder Moreira Borges.
Unidade Executora:	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOA/DDA/SFA-RS.
Responsável no âmbito da UJ:	José Fernando Werlang
Estratégia da Ação:	Proteção ao consumidor – Garantir a segurança e qualidade de bebidas e vinagres consumidos pela população. Proteção ao produtor rural – Garantir a demanda de produtos vegetais a partir do controle da fraude obrigando a utilização das matérias-primas exigidas pela legislação. Proteção ao setor industrial – Evitar a concorrência desleal entre as indústrias a partir do controle da fraude.

Tabela 1 – Disponibilidade de pessoal técnico (na sede)

FFA	% do tempo
José Werlang ¹	50
Leandro Kroth	75
André Almeida	100

¹O FFA responde também pela chefia do SIPOV



Tabela 2 – Disponibilidade de pessoal técnico (nas unidades do interior do Estado)

UTRA	FFA	% tempo
Passo Fundo	Maria Inês Canfield	50
Santa Maria	José Brites	50
Santa Maria	José Simon	75
Santa Maria	Marcelo Ceretta	50

Tabela 3 – Estabelecimentos registrados no RS

Unidades SFA-RS	Registros de importadores	Registros de indústrias	% indústrias	Total de estabelecimentos	% total
Caxias do Sul	24	712	73,10	736	66,19
POA	80	84	8,62	164	14,75
Passo Fundo	3	54	5,54	57	5,13
Ijuí	3	37	3,80	40	3,60
Lajeado	2	31	3,18	33	2,97
S. Maria	4	26	2,67	30	2,70
Outros	22	30	3,08	52	4,68
Totais	138	974	100	1.112	100

Dispositivos Legais: Lei 10.970 de 12/11/2004, regulamentada pelo Decreto 99.066 de 06/03/1990

Lei 8.918 de 14/07/1994, regulamentada pelo Decreto 6.871 de 04/07/2009
Portaria 428 de 09/06/2010

Atribuição regimental do SIPOV, conforme Portaria 428/2010

Art. 19 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias-primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal;

b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional;

c) controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação;

d) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; e

e) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - orientar, acompanhar e auditar:

a) atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e

b) acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais,



quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;

III - emitir pareceres e proceder aos registros de:

- a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;
- b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal;
- c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e
- d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal;

IV - colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias-primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes;

V - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VI - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal;

VII - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;

VIII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origem vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

IX - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;

X - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, bem como embalam, processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal;

XI - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal;

XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;

XIII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da SDA/ MAPA;

XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência;

XV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; e

XVI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a



preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Desempenho Operacional:

Tabela 1 – Metas Físicas

Produto: estabelecimento inspecionado, conforme PPA 2008-2011				
Especificação	Programado	Executado	Universo	% do universo atingido
Unidade	50	41	974	4,21

Unidade = Inspeção de Indústria utilizando lista completa de verificação conforme definido pelo Ofício Circular 01/CGVB/DIPOV/SDA de 18/01/2010

Tabela 2 – Outras atividades desenvolvidas

Especificação	Realizado
Estabelecimento fiscalizado	116
Estabelecimento vistoriado (registro)	60
Produto fiscalizado	113
Certificação de importação	264
Certificação de produto exportado	556
Registro de estabelecimento	41
Outras tramitações de processos de registro de estabelecimento	334
Registro de produto	1164
Outras tramitações de processos de registro de produtos	3990
Intimação	101
Auto de Infração	90
Termo de liberação	3
Termo de inutilização	78
Relatório de 1ª instância	291
Julgamento de 1ª instância	457
Advertência aplicada	2
Multa aplicada	395
Valor das multas aplicadas (R\$ x 1000)	1.235.495,00
Valor da multas recolhidas (R\$ x 1000)	439.464,48
Encaminhamento à Dívida Ativa da União	69
Encaminhamento ao MP	12
Encaminhamento ao conselho do técnico responsável	20
Termos de Apreensão	28
Termo de interdição/Fechamento	5

Despesas Orçamentárias:

Tabela – Despesas de Custeio

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar
Diárias	27.666,75	27.618,74	27.618,74	-
Combustíveis	10.400,00	10.400,00	10.400,00	-
Passagens	5.200,00	5.200,00	3.900,00	1.300,00
Apoio Administrativo, Técnico/Operacional	54.864,00	54.864,00	50.292,00	4.572,00
Serv.Terceiros P.Jurídica	6.600,00	6.600,00	6.399,26	200,74
Total	104.730,75	104.682,74	98.610,00	6.072,74
% - Provisão Recebida x Empenhos Emitidos				99,95%

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Indicadores:

Tabela - Metas e resultados da ação no exercício

Atributo	Indicador			
Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia	Efetividade
<i>Inspeção de Indústria</i> Utilizando lista completa de verificação conforme definido pelo Ofício Circular 01/CGVB/DIPOV/SDA de 18/01/2010	Variação Absoluta R\$ - 7.247,82	Custo Unitário Realizado R\$ 1.215,09 Custo Unitário Programado R\$ 1.154,80	Variação absoluta - 9 Variação relativa - 18%	Variação absoluta - 933 Variação relativa 4,21 %

Memória de Cálculo

Meta Física PPA = Inspeção de indústrias utilizando lista completa de verificação, conforme definido pelo Ofício Circular 01/CGVB/DIPOV/SDA de 19/01/2010

Inspeções programadas 2011 = IP2011 = 50

Inspeções realizadas 2011 = IR2011 = 41

Total de indústria a serem inspecionadas no RS = 974

Custo realizado 2010 = CR2010 = R\$ 57.066,59

Custo realizado 2011 = CR2011 = R\$ 49.818,74

Custo programado 2011 = CP2011 = R\$ 57.740,00

Economicidade:

Custo da fiscalização em relação ao ano anterior

Variação Absoluta = CR2011 – CR2010 = 49.818,74 – 57.066,59 = 7.247,85

Variação Relativa = (CR2011 / CR2010 x 100) – 100 = (49.818,74/57.066,59 x 100) - 100 = -12,70%

Análise: O resultado não tem significado na medida que apenas uma fração de 4,2% do universo foi atingido pela fiscalização. O custo da atividade foi menor em 2011, relativamente a 2010, em função da restrição da descentralização de recursos.

Eficiência:

Custo unitário da fiscalização em relação à estimativa inicial

Custo Unitário Realizado = CUR2011 = CR2011 / IR2011 = 49.818,74 / 41 = R\$ 1.215,09

Custo Unitário Programado = CUP2011 = CP2011 / IP2011 = 57.740,00 / 50 = R\$ 1.154,80

Variação Absoluta = CUR2011 – CUP2011 = 1.215,09 – 1.154,80 = R\$



60,29

Variação Relativa = (CUR2011 /CUP201 x 100) – 100 = (1.215,09 / 1.154,86 x 100) – 100 = 5,22%

Análise: Os índices calculados para este indicador referem-se a apenas um produto, *ESTABELECIMENTO INSPECIONADO* com Lista de Verificação. No entanto, o serviço executa **obrigatoriamente** uma série de outras atividades externas que envolvem custo de deslocamento que não estão consideradas no cálculo: vistorias de estabelecimentos, atendimento a denúncias, colheita de amostras, liberação de importações, liberação de produtos apreendidos, verificação de atendimento de intimações, etc.

Custo Unitário-2011

Neste contexto, considerando-se apenas o número de inspeções, meta PPA, realizadas (= 41) se chega a um valor irreal de Custo Unitário Realizado = R\$ 1.215,09. No entanto, no mesmo período, ocorreram outras ações externas descritas acima que envolveram despesas de deslocamento, o que daria um Custo Unitário Realizado = R\$ 283,06.

Comparando os valores dos custos programado e realizado verifica-se que não houve diferença significativa (5,22%).

Eficácia:

Número de fiscalizações realizadas como percentual da meta física

Variação Absoluta = IR2011 – IP2011 = 54 – 50 = -9

Variação Relativa = (IR2011 / IP2011 x 100) – 100 = (41 / 50 x 100) – 100 = - 18%

Análise: A meta física proposta (50 inspeções de indústrias) não foi atingida por que tivemos uma série de **problemas de origem burocrática que restringiram a ação da fiscalização** mesmo quando existia disponibilidade de fiscais para a execução das ações fiscais. Desta forma, 10 programações de fiscalização de uma semana com dois Fiscais Federais Agropecuários não foram executadas por três motivos:

- No mês de março/2011, **duas programações não foram executadas** por que o Superintendente da SFA/RS não tinha sido subdelegado pela Secretaria Executiva do MAPA a autorizar a concessão de diárias, conforme disposto no Decreto 7446/2011;
- No meses de maio junho, **quatro programações não foram executadas** em função da não descentralização de recursos;
- Nos meses de agosto e setembro, **quatro programações não foram executadas** em função da não autorização para emissão de diárias para servidores que haviam excedido o limite de 40 definido pelo Decreto 7446/2011.

Efetividade:

Percentual de fiscalização realizada em relação ao universo

Variação Absoluta = IR2011 - total de indústrias = 41 – 974 = -933

Variação Relativa = IR2011 / total de indústrias x 100 = 41 / 974 x 100 = 4,21 % = 1,92

Análise: Este é o indicador mais importante pois mostra a situação crítica da fiscalização da produção de bebidas no estado do Rio Grande do Sul. **De 974 indústrias de bebidas existentes apenas 41 foram inspecionadas.** O quadro de fiscais que atuam na fiscalização de bebidas é insuficiente não só para atender à demanda de inspeções em indústrias como também para a manutenção básica do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal –



SIPOV, registro, controle de importações, certificação de exportações, atendimento às empresas, tramitação de processos de apuração de autos de infração, etc..

Comentários Finais:

A deficiência de fiscais na área de Inspeção Vegetal é crítica e crônica. Há anos que a situação se agrava sem que haja perspectiva de alteração do quadro. A atuação da fiscalização se restringe a um número insignificante de indústrias (4,2% em 2011) considerando aquelas registradas, sem contar as milhares de indústrias clandestinas produtoras de cachaça, vinho, sucos, polpas, etc.

Existe má distribuição dos FFA entre os estados e no próprio RS entre os diversos serviços técnicos.

Existe priorização na lotação de Fiscais Federais Agropecuários em algumas áreas em detrimento de outras, notadamente na Inspeção Vegetal, como se houvessem leis que devem cumpridas e outras cujo cumprimento não é necessário e como se a garantia à população de produtos seguros e genuínos não fosse importante.

Embora as bebidas não sejam consideradas como alimento, são consumidas por toda a população em volumes significativos assumindo a questão segurança, além da questão qualidade, importância significativa.

Com relação à área de Bebidas e Vinagres podemos afirmar que a finalidade da **Ação 8939 – Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal**, dentro do **Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas do PPA 2008-2011** *não foi atingida*, ou seja, a “garantia de segurança higiênico-sanitária e tecnológica dos alimentos, bebidas e demais produtos não está assegurada”.



Ação:	4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - PADCLASSIF
Tipo:	Atividade.
Produto:	Produto Fiscalizado.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Garantir a identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Descrição:	Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; classificação dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores; credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos alimentos e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados; fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal durante as fases de preparação, embalagem e comercialização; capacitação de recursos humanos para a fiscalização da qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal; celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores de alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal.
Detalhamento:	Pesquisas pelos Laboratórios da Rede Vegetal e definição dos padrões mediante elaboração de normas; credenciamento e inspeção de empresas classificadoras de produtos vegetais; e classificação de produtos em unidades onde a atividade não está terceirizada.
Unidade Responsável:	Coordenação Geral da Qualidade Vegetal – CGQV/DIPOV/DAS.
Coordenador da Ação Nacional:	Fábio Florêncio Fernandes.
Unidade Executora:	Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal – SIPOV/DDA/SFA-RS.
Responsável no âmbito da UJ:	Jose Fernando Werlang.
Estratégia da Ação:	De acordo com o Art. 2º da Lei 9.972 de 2000, a classificação dos produtos de origem vegetal, na importação, no mercado interno, bem como na compra do poder público, fica sujeita à organização normativa, à supervisão técnica, à fiscalização e ao controle do Ministério da Agricultura e do Abastecimento. As ações da qualidade vegetal são coordenadas no SIPOV/DDA/SFA/RS pela responsável pelo PI PADCLASSIF FFA Helena Pan Rugeri, juntamente com o FFA Vinicius Frizzo Pasquotto, e nas UTRAS por 4 FFA's, que também executam ações em todas as demais áreas de competência da DDA. No monitoramento da presença de resíduos e contaminantes em alimentos, as ações foram realizadas pelo FFA Leandro Luiz Kroth, gestor da área no RS.
Principais Atividades:	<ul style="list-style-type: none">- Credenciamento e supervisão técnica de empresa para a classificação de produtos vegetais;



- Inspeção de curso oficial de habilitação de classificador;
- Participação como instrutores da legislação em curso oficial de habilitação de classificador;
- Supervisão técnica de produto:
 - o Produtos importados pela fronteira do RS;
 - o Produtos mercado interno: com fiscalização nas embaladoras e no comércio (supermercados, atacadados e centro de comercialização).

As atividades de supervisão técnica da qualidade dos produtos vegetais na importação e no mercado interno (embaladoras e no comércio) têm por objetivo verificar a conformidade do mesmo com padrão estabelecido pelo MAPA.

Dispositivos Legais:

- Lei 9.972 de 2000;
- Decreto Lei 1.899 de 1981;
- Decreto 6.268 de 2007;
- Instruções Normativas nº 01/2000, 54/2011, 05/2001, 06/2001 e 09/2002;
- 70 normas que estabelecem os requisitos de identidade e de qualidade dos produtos vegetais padronizados.

Atribuição regimental do SIPOV, conforme Portaria 428/2010.

Art. 19 Ao Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal compete:

I - programar, promover, orientar e controlar a execução das atividades de:

- a) fiscalização e supervisão técnica da classificação de matérias-primas, produtos e subprodutos e derivados de origem vegetal;
- b) inspeção e fiscalização higiênico-sanitária e tecnológica dos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, inclusive os estabelecimentos cadastrados como importadores de vinhos estrangeiros e derivados da uva e do vinho para o mercado nacional;
- c) controle higiênico-sanitário dos produtos vegetais oriundos da produção interna, da importação e destinados à exportação;
- d) coleta de amostras de monitoramento e investigação de violações referentes ao controle de resíduos e contaminantes; e
- e) apoio para o controle de resíduos químicos e biológicos e de contaminantes;

II - orientar, acompanhar e auditar:

- a) atividades de inspeção e fiscalização de vinhos, de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico, de competência estadual outorgada pela legislação específica; e
- b) acordos e convênios firmados com os governos estaduais e municipais, quanto à execução da inspeção de produtos e derivados de origem vegetal e da classificação de produtos de origem vegetal, subprodutos, derivados e resíduos de valor econômico;

III - emitir pareceres e proceder aos registros de:

- a) vinhos, bebidas, vinagres e fermentados acéticos;
- b) produtos, subprodutos, matérias-primas, derivados e resíduos de valor econômico de origem vegetal;
- c) estabelecimentos industriais, manipuladores, fracionadores, embaladores, processadores, importadores e exportadores de



- produtos, subprodutos, derivados e resíduos de origem vegetal; e
- d) pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, envolvidas na classificação vegetal;
- IV - colher amostras de derivados da uva e do vinho, bebidas, vinagres e de produtos vegetais, subprodutos, derivados, matérias-primas, resíduos e materiais de valor econômico de origem vegetal para fins de análise fiscal e de controle de resíduos e contaminantes;
- V - estudar e propor alterações de padrões e especificações de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- VI - opinar, emitindo pareceres, sobre pedidos de credenciamento de pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, para execução de atividades da classificação de produtos de origem vegetal;
- VII - subsidiar levantamento de necessidades e desenvolver programações de treinamento e formação de classificadores de produtos vegetais, subprodutos e resíduos de valor econômico;
- VIII - acompanhar, orientar e auditar as entidades certificadoras de produtos de origem vegetal credenciadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- IX - instruir processo administrativo fiscal decorrente de infração aos dispositivos legais;
- X - acompanhar, orientar e realizar supervisões e auditorias técnico-fiscais e operacionais das atividades de inspeção de produtos de origem vegetal desempenhadas junto aos estabelecimentos que produzem, fabricam, padronizam, acondicionam, engarrafam, importam e exportam vinhos, derivados da uva e do vinho, bebidas e vinagres, bem como embalam, processam, industrializam, importam, exportam ou classificam produtos, matérias-primas, derivados e subprodutos de origem vegetal;
- XI - coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de inspeção e fiscalização de produtos de origem vegetal;
- XII - acompanhar e orientar, quando necessário, as atividades da inspeção sanitária de produtos de origem vegetal desempenhadas pelos Serviços de Vigilância Agropecuária, pelas Unidades de Vigilância Agropecuária e pelas Unidades Técnicas Regionais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no que diz respeito às atividades de competência;
- XIII - elaborar plano operativo anual das ações de inspeção de produtos de origem vegetal, conforme orientação técnica do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal, da SDA/ MAPA;
- XIV - gerenciar as programações orçamentárias e as execuções das programações físicas das ações específicas de atividades de competência;
- XV - apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais relacionadas às respectivas competências; e
- XVI - elaborar relatórios das atividades desempenhadas e subsidiar a preparação do Relatório de Gestão da Superintendência Federal.

Desempenho Operacional:

Tabela 1 – Metas Físicas

Produto Fiscalizado			
Unidade de Medida Em Toneladas	Programado	Executado	Executado x Programado
	1.281.568,73	1.077.819,73	84,10%



Tabela 2 - Outras atividades desenvolvidas

Especificação	Programado	Executado	% Executado/Programado
Fiscalização de Produto - t	4.700	2.009,84	- 42,76
Fiscalização de Produto Importado – t	1.276.868,73	1.075.809,70	- 83,94
Total fiscalização produto	1.281.568,73	1.077.819,54	- 84,10
Fiscalização de estabelecimentos – un.	70	70	100
Fiscalização dos Serviços das Credenciadas – un.	25	8	- 32,00
Coleta de Amostras de Produtos Vegetais, Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico	195	316	162,05
Capacitação de FFA para o exercício da classificação de produtos vegetais – nº	14	2	- 14,29
Treinamento de técnicos em fiscalização da classificação de produtos vegetais. – nº	16	0	0

Cabe ressaltar que as ações relativas a ação 4723 – Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal foram realizadas pela fiscalização do SIPOV/DDA, utilizando-se dos recursos descentralizados pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA através do PI PADCLASSIF, nos elementos de despesas 3090.14 e 3090.30. Meta programada e executada na ação de controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal:

Tabela 03 – Atividades Controle de Resíduos e Contaminantes

Especificação	Programado	Executado
Amostras coletadas/analisadas	168	168

Despesas Orçamentárias:

Tabela – Despesas de Custeio

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos a Liquidar
Diárias	23.435,00	23.397,53	23.397,53	-
Combustíveis	4.920,0	4.920,00	4.920,00	-
Passagens	1.000,00	1.000,00	381,02	618,98
Serv.Terceiros P.Jurídica	20.064,00	20.064,00	15.927,00	4.137,00
Restituições	1.000,00	994,30	994,30	-
Total	50.419,00	50.375,83	45.619,85	4.755,98
% - Provisão Recebida x Empenhos Emitidos				99,91%

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Indicadores:

Tabela - Metas e resultados da ação no exercício

Atributo	Indicador			
	Produto	Economicidade	Eficiência	Eficácia
Produto amostrado em toneladas	Variação Absoluta R\$ - 29.964,07 Variação Relativa - 39,64 % %	Custo Unitário Realizado R\$ 22,70/t Custo Unitário Programado R\$ 20,58/t Variação Absoluta R\$ 2,12/t Variação Relativa 10,38%	Variação absoluta - 2.691 t Variação relativa - 57,255	Variação absoluta Variação relativa

Tonelagem programada 2011 = TP2011 = 4.700 t

Tonelagem amostrada 2011 = TA2011 = 2.009 t

Custo realizado 2010 = CR2010 = R\$ 75.583,07

Custo realizado 2011 = CR2011 = R\$ 45.619,85

Custo programado 2011 = CP2011 = R\$ 93.767,50

Economicidade

Custo da fiscalização em relação ao ano anterior

Variação Absoluta = CR2011 – CR2010 = 45.619,85 – 75.583,07 = - 29.964,07

Variação Relativa = (CR2011 / CR2010 x 100) – 100 = (45.619,85 / 75.583,07 x 100) - 100 = - 39,64

Análise: O custo realizado diminuiu em 2011 relativamente a 2010 por três motivos:

a) Concentração da fiscalização no comércio, na implantação do Plano Estadual da Qualidade vegetal, resultando na ampliação do número de estabelecimentos e de amostras;

b) Redução da atividade da fiscalização pela redução de recursos descentralizados;

c) Redução da atividade da fiscalização em função de obstáculos burocráticos para a emissão de ordens de serviço causando sua paralisação por um período de três meses neste ano.

Eficiência

Custo unitário da fiscalização em relação à estimativa inicial

Custo Unitário Realizado = CUR2011 = CR2011 / TA2011 = 45.619,85 / 2.009 = R\$ 22,70 / t

Custo Unitário Programado = CUP2011 = CP2011 / TP2011 = 93.767,50 / 4700 = R\$ 20,58 / t

Variação Absoluta = CUR2011 – CUP2011 = 22,70 – 20,55 = R\$ 2,12 / t

Variação Relativa = (CUR2011 / CUP2011 x 100) – 100 = (22,70 / 20,58 x 100) – 100 = 10,38%



Análise: Os índices calculados para este indicador referem-se apelos a um produto definido no PPA – PRODUTO AMOSTRADO em toneladas. No entanto o serviço executa **obrigatoriamente** uma série de outras atividades externas que envolvem custo de deslocamento e que não estão consideradas neste indicador como demonstradas nas tabelas 05 e 06.

Neste contexto, chega-se a cálculo de custo irreal de R\$ 22,70 / t.

Eficácia:

Número de fiscalizações realizadas como percentual da meta física

Variação Absoluta = TA2011 – TP2011 = 2.009 – 4.700 = - 2.691 t

Variação Relativa = (TA2011 / TP2011 x 100) – 100 = (2.009 / 4.700 x 100) – 100 = - 57,25 %

Análise: A meta física relativa à amostragem de produtos não foi atingida devido aos motivos já descritos no item IV.1 – ECONOMICIDADE que causaram significativa redução na atividade de fiscalização.

Efetividade

Percentual de fiscalização realizada em relação ao universo

Variação Absoluta = TA2011 - total produzido

Variação Relativa = TA2011 / total produzido x 100

Análise: Este é o indicador mais importante pois mostra a situação crítica da fiscalização da Qualidade Vegetal pois não dispomos de informações sobre a existência das empresas que operam no setor e nem dos volumes produzidos.

De qualquer forma a quantidade de produto amostrado em 2011, no Rio Grande do Sul, de 2.009 toneladas é certamente insignificante quando comparada ao volume de grãos produzidos e comercializados para o consumo humano.

Comentários Finais:

Conforme se observa no campo “Finalidade” apresentado na página 193, 5º item, a segurança dos alimentos de origem vegetal deveria ser assegurada pelo Estado, no entanto, com relação a este quesito, muito pouco é realizado. Para tanto, deveríamos ter instrumentos legais que tornassem obrigatório:

- a) Registro dos estabelecimentos que processam os alimentos;
- b) Inspeção sanitária obrigatória com base nas Boas Práticas de Fabricação;
- c) Existência de Responsável Técnico nos estabelecimentos;
- d) Inclusão nos padrões de todos os produtos da previsão de fiscalização da presença de resíduos e contaminantes nos produtos.

Para atender ao último item descrito acima, a fiscalização deveria ter disponível rede de laboratórios para que a avaliação dos alimentos do ponto de vista de resíduos e contaminantes fosse atividade de rotina.

A deficiência de fiscais na área de Inspeção Vegetal é crítica e crônica. Há anos que a situação se agrava sem que haja perspectiva de alteração do quadro. A atuação da fiscalização sobre produtos comercializados para consumo humano é insignificante sobre o total existente.

Existe má distribuição dos FFA entre os estados e no próprio RS entre os diversos serviços técnicos.

Existe priorização na lotação de Fiscais Federais Agropecuários em algumas áreas em detrimento de outras, notadamente na Inspeção Vegetal, como se houvessem leis que devem cumpridas e outras cujo cumprimento não é necessário e como se a garantia à população de produtos seguros e genuínos não fosse importante.



Os alimentos fiscalizados pela Qualidade Vegetal constituem-se em parcela fundamental da alimentação da população brasileira e, como se pode observar neste relatório, a ação do Estado não atinge ao seu objetivo.

Com relação à área da Qualidade Vegetal podemos afirmar que a finalidade da Ação 4746 – Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais dentro do Programa 0356 – Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas do PPA 2008-2011 não foi atingida, ou seja, a “garantia da identidade, qualidade e segurança dos alimentos, bebidas e demais produtos, subprodutos e derivados de origem vegetal NÃO ESTÁ ASSGURADA”.



Ação: 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – CAPACITA1.

Tipo: Atividade.

Produto: Servidor Capacitado

Especificação do produto:
- Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Finalidade:
Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Descrição:
- Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Detalhamento:
-

Unidade

Responsável:

Coordenador da

Ação Nacional:

Unidade Executora: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA-RS

Despesas

Orçamentárias:

Coordenação – Geral de Desenvolvimento de Pessoas.
Maria Izabel Braga Coelho.

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Execução %
Diárias	9.850,00	9.654,23	98,01%
Passagens	6.958,24	6.958,24	100%
Serviços de Comunicação em Geral	180,00	180,00	100%
Serviços de Seleção e Treinamento	620,00	620,00	100%
Total	17.608,54	17.412,77	98,89%

Fonte: SIAFI GERENCIAL

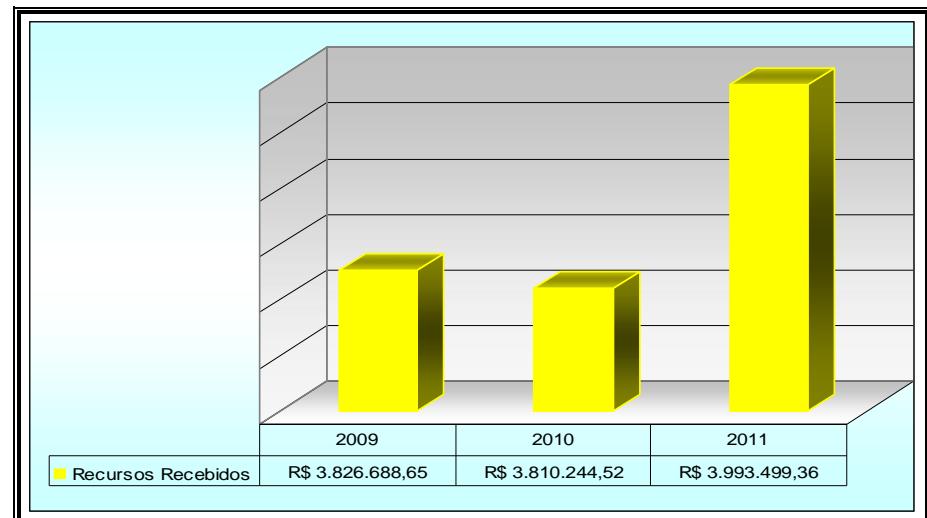
Os recursos acima descritos foram utilizado da seguinte forma:

- VIII Semana de Administração Orçamentária/Financeira .
- Formação Básica em Desenvolvimento de Competências.
- II Encontro Nacional de Desenvolvimento de Pessoas.



Ação:	4716 – Operações dos Serviços Administrativos da Unidades Descentralizadas - MANUTSFAS
Tipo:	Atividade.
Produto:	Superintendência mantida
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Constituir um centro de custos administrativos das Superintendências Federais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos Estados e Distrito Federal, integrantes do Orçamento da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição:	Atendimento dos custos dos serviços administrativos, quando os mesmos não puderem ser apropriados aos programas e ações finalísticas.
Detalhamento:	Pagamento das despesas administrativas das Superintendências Federais de Agricultura no âmbito de cada estado da Federação e do Distrito Federal.
Unidade Responsável:	Secretaria Executiva/MAPA.
Coordenador da Ação Nacional:	
Unidade Executora:	Divisão de Apoio Administrativo – DAD/SFA-RS
Responsável no âmbito as UJ:	Elidiana Maróstica – Sergio Sobrosa
Estratégia da Ação:	Manutenção e apoio a execução das ações desenvolvidas na SFA-RS.
Análise:	Apesar de todo gerenciamento e acompanhamento da SFA-RS no controle das despesas de custeio, os recursos solicitados não foram atendidos na sua totalidade, devido ao contingenciamento realizado, gerando assim um déficit financeiro na ordem de R\$173.951 (cento e setenta e três mil, novecentos e cinqüenta e um reais), valor este que foi custeado com recursos destinados as demais ações desempenhadas pela SFA-RS, impactando assim na manutenção e conservação das 21 (vinte e uma) unidades, além do corte de outros serviços necessários ao suporte das demais ações desenvolvidas no Estado.

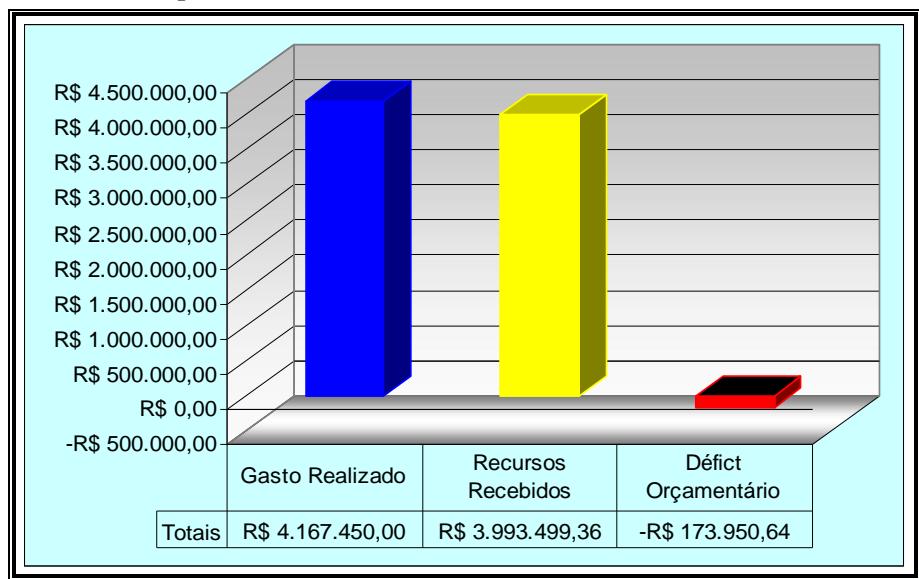
Gráfico 1: Recursos Recebidos 3 últimos exercícios.



Fonte: SIAFI GERENCIAL

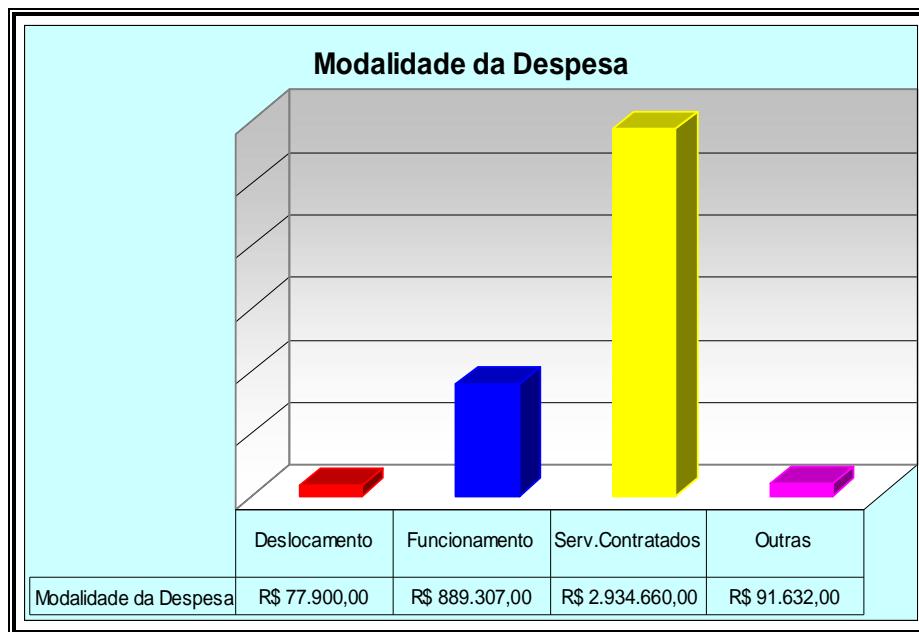


Gráfico 2: Despesas Realizadas x Recursos Recebidos.



Fonte: SIAFI GERENCIAL

Gráfico 3 – Modalidade de Despesas



Fonte: SIAFI GERENCIAL

Despesas Orçamentárias:

A seguir, demonstramos a execução orçamentária no exercício, bem como as principais despesas de custeio da SFA-RS.



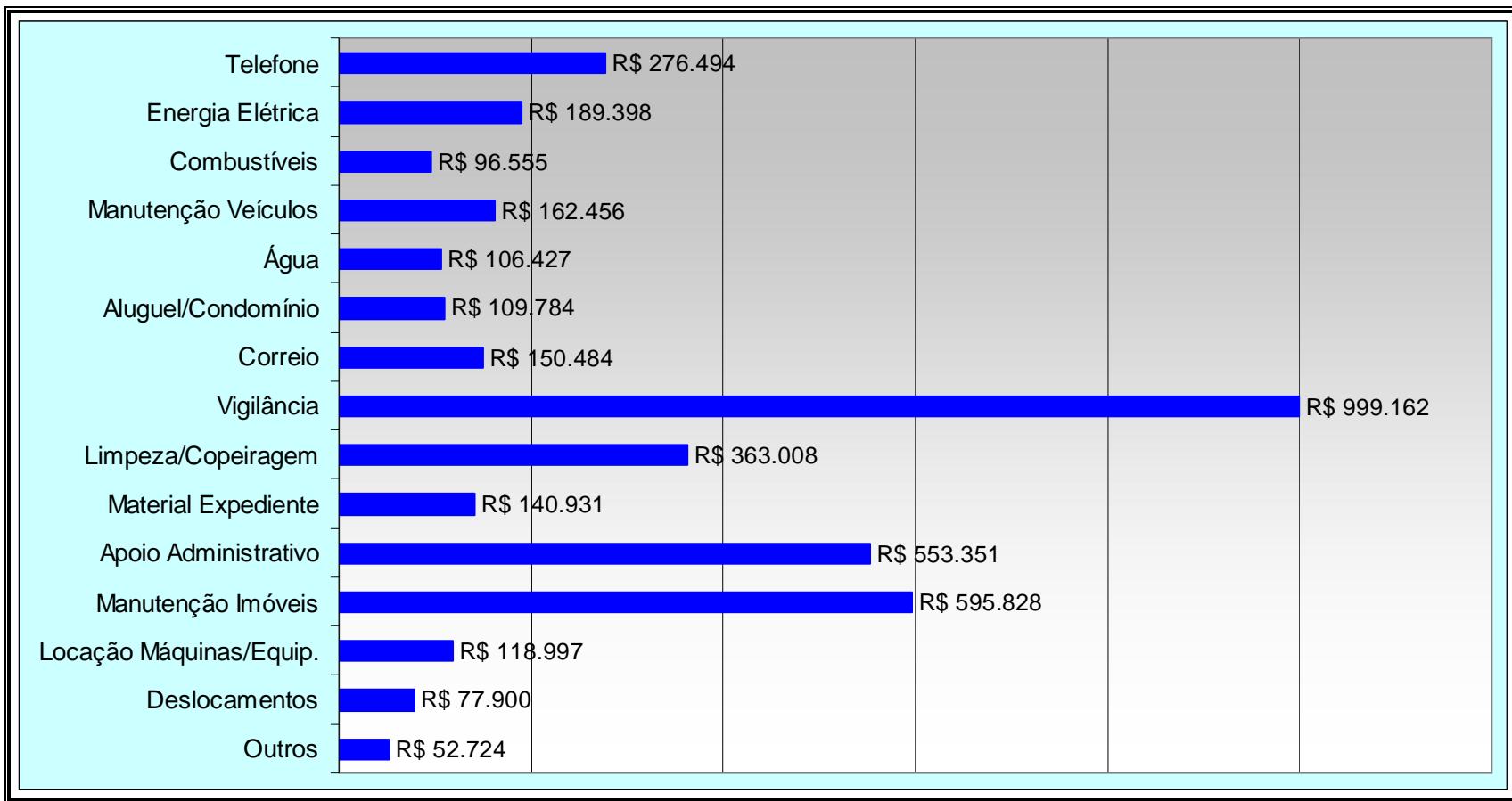
Tabela: Execução Orçamentária PI - MANUTSFAS

Natureza da Despesa	Provisão Recebida	Empenhos Emitidos	Empenho Liquido	Empenhos a Liquidar	Crédito Disponível	Valores Pagos	Valores a Pagar	Execução %
Diarias - Pessoal Civil	69.047,00	68.714,18	68.714,18	-	332,82	68.714,18	-	99,52%
Material de Consumo	220.442,79	220.442,79	167.062,91	53.379,88	-	165.986,51	1.076,40	100,00%
Passagens e Despesas com Locomoção	6.900,00	6.900,00	-	6.900,00	-	-	-	100,00%
Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	79.436,60	79.436,60	69.058,38	10.378,22	-	67.749,64	1.308,74	100,00%
Locacao de Mao-de-Obra	1.878.040,69	1.878.040,69	1.777.377,87	100.662,82	-	1.738.714,26	38.663,61	100,00%
Outros Servicos de Terceiros-Pessoa Jurídica	1.538.001,14	1.538.001,14	1.426.113,00	111.888,14	-	1.361.682,16	64.430,84	100,00%
Obrigacoes Tributarias e Contributivas	1.019,04	1.019,04	970,16	48,88	-	970,16	-	100,00%
Despesas de Exercicios Anteriores	25.983,37	25.983,37	25.678,49	304,88	-	25.678,49	-	100,00%
Indenizacoes e Restituições	136.743,30	136.231,30	128.048,98	8.182,32	512,00	128.048,98	-	99,63%
Outros Serv.Terceiros-Pes.Jurid-Op.Intra-Orc.	22.885,43	22.885,43	21.166,25	1.719,18	-	19.921,08	1.245,17	100,00%
Obrig.Tribut.e Contrib-Op.Intra-Orcamentarias	-	-	-	-	-	-	-	0,00%
Equipamentos e Material Permanente	15.000,00	14.812,00	-	14.812,00	188,00	-	-	98,75%
Total	3.993.499,36	3.992.466,54	3.684.190,22	308.276,32	1.032,82	3.577.465,46	106.724,76	99,97%

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Gráfico: Principais despesas de Custeio da SFA-RS, abrangidas pelo PI - MANUTSFAS



Fonte: SIAFI GERENCIAL

Fonte: Divisão de Apoio Administrativo – DAD/SFA-RS



Ação:

2272 – Gestão e Administração do Programa de Gestão da Política Agropecuária - GAPSPA

Tipo: Atividade.

Produto: -

Especificação do produto: -

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição:

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Detalhamento: -

Unidade

Responsável:

Coordenador da

Ação Nacional:

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário - DPDAG

Responsável no

âmbito da UJ: Sandra Machado.

Despesas Orçamentárias:

Tabela: Recursos Recebidos.

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	PROVISÃO RECEBIDA	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.39	15.000,00	15.000,00	15.000,00	100%
TOTAL - CUSTEIO	15.000,00	15.000,00	15.000,00	100%
TOTAL GERAL	15.000,00	15.000,00	15.000,00	100%

Fonte: SIAFI GERENCIAL



-Ação: 2B18 – Difusão de Tecnologias para o Desenvolvimento da Produção Agroenergética - DIFUAGROEN.

Atividade.

Produto: Tecnologia difundida

Especificação do produto:

Finalidade:

Descrição:

Novas tecnologias sendo utilizadas por produtores rurais, associações e cooperativas, permitindo maior eficiência produtiva e maior incremento na oferta de matérias – primas e produtos agroenergéticos (biocombustíveis).

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo;

manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Detalhamento:

Unidade

Responsável:

Coordenador da Ação Nacional:

Unidade

Executora:

Responsável âmbito da UJ:

Departamento da Cana – de – Açúcar e Agroenergia.

Denílson Ferreira.

Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Despesas Orçamentárias:

Tabela: Recursos Recebidos.

ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	PROVISÃO RECEBIDA	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.39	3.900,00	3.900,00	3.900,00	100%
<u>TOTAL - CUSTEIO</u>	<u>3.900,00</u>	<u>3.900,00</u>	<u>3.900,00</u>	<u>100%</u>
TOTAL GERAL	<u>3.900,00</u>	<u>3.900,00</u>	<u>3.900,00</u>	<u>100%</u>

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Ação:
Tipos:
Produto:
Especificação do produto:

8560 – Fomento a Inovação no Agronegócio - INOVAGRO

Atividade.
Projeto Apoiado.

Processos inovadores, iniciativas, ações e projetos locais ou regionais de desenvolvimento sustentável do agronegócio relacionados com o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, agricultura de precisão, engenharia agrícola, capazes de induzir ou introduzir inovação no mercado de insumos agropecuários, métodos produtivos, novas variedades vegetais, animais geneticamente melhorados, protótipos de equipamentos, máquinas agrícolas, novos processos agroindustriais e invenções, desenvolvidos e apoiados, preferencialmente por instituições coletivas.

Finalidade:

Estimular a ampliação do capital intelectual protegido no agronegócio, para facilitar o acesso do produtor rural e demais segmentos agropecuários às inovações tecnológicas, que contribuam para a melhoria da competitividade e a sustentabilidade do setor agrícola.

Descrição:

Promoção da cultura da propriedade intelectual com foco no agronegócio, enfatizando seu papel estratégico no estímulo à inovação, incentivando a ampliação do capital intelectual protegido, o desenvolvimento da biotecnologia agropecuária, a disponibilidade de recursos genéticos, visando o contínuo desenvolvimento tecnológico do setor agropecuário.

Detalhamento:

Aquisição de material permanente, celebração de acordos de cooperação, convênios e contratos; realização de levantamentos para identificação de demandas; sensibilização e mobilização de instituições governamentais, produtores rurais, suas organizações coletivas, indústrias de insumos, empresas de melhoramento, agroindústrias, instituições de pesquisa, ensino, de assistência técnica e extensão rural, por meio de seminários, reuniões, fóruns e publicações, para elaboração e implementação de ações integradas e projetos participativos, a utilização do instrumento da propriedade intelectual na orientação de estratégias com foco em inovações tecnológicas para o agronegócio e no desenvolvimento agropecuário sustentável. Fortalecimento de parcerias nos níveis federal, estadual e municipal, como a EMBRAPA, INPI, OEPA, universidades, MDIC, MCT, MMA, MDA, MI, MRE, sistema "S", instituições e agentes envolvidos com assistência técnica e extensão rural, iniciativa privada, representações de classe e da sociedade civil organizadas, ONG, empresas de melhoramento genético e detentores de coleções e bancos de germoplasmas, entre outros; apoio a projetos, iniciativas inovadoras e atividades, de forma direta ou descentralizada, por meio de convênios, contratos, termos de cooperação com estados, municípios, instituições e organizações da sociedade civil. Promover parcerias e apoiar ações integradas de:

- a) Promoção da implantação de núcleos de inovação tecnológica, necessários no sistema público de pesquisa agropecuária, focados nas demandas do agronegócio;
- b) Disseminação da cultura, intercâmbios, eventos e capacitação de agentes públicos e privados em estratégias de uso de propriedade intelectual, em biotecnologia e em agricultura de precisão;
- c) Identificação e reprodução de experiências bem sucedidas em inovações tecnológicas desenvolvidas por organizações coletivas de produtores rurais, indústrias de insumos agropecuários e agroindustriais, em articulação com



instituições de pesquisa, ensino, agentes e setores envolvidos com transferência de tecnologia;

d) Apoio às iniciativas voltadas ao desenvolvimento da bioindústria e da biotecnologia agropecuária, em cumprimento ao estabelecido pela Política de Desenvolvimento da Biotecnologia, na área da agropecuária;

e) Apoio ao desenvolvimento da agricultura de precisão e engenharia agrícola;

f) Apoio às iniciativas inovadoras e à construção e socialização do conhecimento voltados para a produção e o desenvolvimento sustentável do agronegócio;

g) Promoção, acompanhamento e monitoramento dos processos de fomento da propriedade.

Unidade

Responsável: Departamento de Propriedade Intelectual e Tecnologia da Agropecuária

Coordenador da

Ação Nacional: Roberto Lorena de Barros Santos.

Unidade Executora: Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – DPDAG.

Responsável no

âmbito da UJ: Sandra Machado.

Despesas

Tabela: Recursos Recebidos.

Orçamentárias:

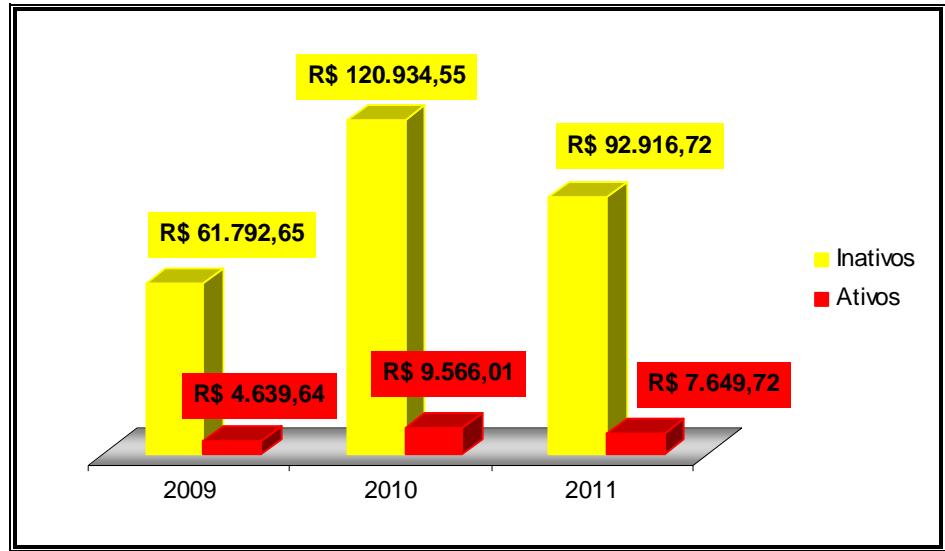
ELEMENTO DE DESPESA	PROGRAMADO	PROVISÃO RECEBIDA	EXECUTADO	
			VALOR	%
3390.14	281,42	281,42	281,42	
3390.30	200,00	200,00	200,00	100%
TOTAL - CUSTEIO	481,42	481,42	481,42	100%
TOTAL GERAL	481,42	481,42	481,42	100%

Fonte: SIAFI GERENCIAL



Ação:	0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis – INATPENS1.
Tipo:	Operações Especiais.
Produto:	Pessoa Beneficiada.
Especificação do produto:	-
Finalidade:	Garantir o pagamento devidos aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
Descrição:	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
Detalhamento:	Seguridade social
Unidade	
Responsável:	Secretaria Executiva.
Coordenador da Ação Nacional:	Nelson Suassuna da Moita.
Unidade Executora:	Serviço de Execução Orçamentária e Financeira – SEO/DAD.
Estratégia da Ação:	-
Indicadores:	-
Análise:	Foram recebidos pela SFA-RS no exercício 2010 o montante de R\$100.566,01 (cem mil, quinhentos e sessenta e seis reais e um centavos) e destinados ao pagamento de auxílio funeral, sendo R\$92.916,29 (noventa e dois mil, seiscentos e dezesseis reais e vinte e nove centavos) a servidores inativos e R\$7.649,72 (sete mil, seiscentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos) a servidores ativos.

Gráfico: Recursos despendidos





2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa.

A SFA-RS é Unidade Jurisdicionada – UJ com sua execução orçamentária realizada somente por créditos recebidos por movimentação, não sendo Unidade Orçamentária – UO e não tendo UGO consolidada ou agregada.

2.4.2 Programação de Despesas Correntes.

O quadro A.2.4 deste item não se aplica a SFA-RS por não se enquadrar-se nos requisitos da NOTA¹ disposta na consolidação das orientações para estruturação de conteúdos exigidos nas Partes A, B e C do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

2.4.3 Programação de Despesas de Capital – Quadro A.2.5.

O quadro A.2.5 deste item não se aplica a SFA-RS por não se enquadrar-se nos requisitos da NOTA¹ disposta na consolidação das orientações para estruturação de conteúdos exigidos nas Partes A, B e C do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas – Quadro A.2.6.

O quadro A.2.6 deste item não se aplica a SFA-RS por não enquadrar-se nos requisitos da NOTA¹ disposta na consolidação das orientações para estruturação de conteúdos exigidos nas Partes A, B e C do Anexo II da Decisão Normativa TCU nº 108, de 24 de novembro de 2010.

¹ Os quadros A.2.3, A.2.4, A.2.5 e A.2.6 somente devem ser preenchidos pela UJ que são UO ou que tenham, entre as suas unidades consolidadas ou agregadas, Unidade Gestora (UG) na qual tenham sido registradas contabilmente os créditos atribuídos originalmente pela LOA, assim como os créditos adicionais recebidos ou concedidos no exercício.



2.4.3.2 Movimento Orçamentário por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	130074	20.128.1442.8591	-	-
	Recebidos	130074	20.125.1442.8622	-	-
	Recebidos	130074	20.125.1442.4720	-	-
	Recebidos	130074	20.665.1426.8606	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.8938	-	-
	Recebidos	130074	20.541.1442.8593	-	-
	Recebidos	130074	20.125.1442.8598	-	-
	Recebidos	130074	20.122.1442.2272	-	-
	Recebidos	130074	20.122.6003.2B17	-	-
	Recebidos	130074	20.605.6003.8611	-	-
	Recebidos	130074	20.665.0393.2B47	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.4747	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2177	-	-
	Recebidos	130074	20.691.1437.8548	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2141	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.4745	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2179	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2909	-	-
	Recebidos	130074	20.603.0357.8572	-	-
	Recebidos	130074	20.603.0357.2134	-	-
	Recebidos	130074	20.603.0357.4738	-	-
	Recebidos	130074	20.604.0357.4842	-	-
	Recebidos	130074 Nota 1	20.604.0357.4842	-	-
	Recebidos	130074	20.604.0357.8658	-	-
	Recebidos	130074 Nota 1	20.604.0357.8658	-	-
	Recebidos	130074	20.125.1442.8592	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2019	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2140	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0375.2124	-	-
	Recebidos	130074	20.603.0357.2180	-	-
	Recebidos	130074	20.604.0357.2181	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.8939	-	-
	Recebidos	130074	20.125.0356.4746	-	-
	Recebidos	130074	20.128.0360.4572	-	-
	Recebidos	130074	20.122.0750.4716	-	-
	Recebidos	130074 Nota 2	20.604.0356.2132	-	-
	Recebidos	130074 Nota 2	20.603.0356.2136	-	-
	Recebidos	130074	20.64.0357.2139	-	-
	Recebidos	130074	20.122.0360.2272	-	-
	Recebidos	130074	20.573.1409.2B18	-	-
	Recebidos	130074	20.572.1442.8560	-	-
	Recebidos	130074	09.272.0089.0181	100.566,01	-



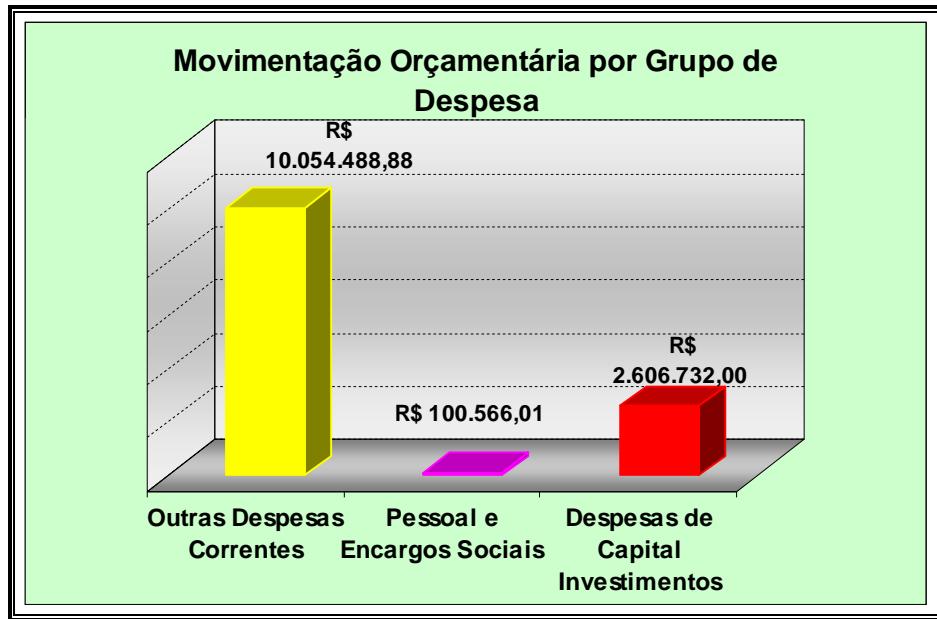
QUADRO A.2.7 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
			4 - Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-
	Recebidos	130074 Nota 1	20.604.0357.8658	72.800,00	-
	Recebidos	130074 Nota 1	20.604.0357.4842	2.519.120,00	-
	Recebidos	130074	20.122.0750.4716	14.812,00	-

Fonte: SIAFI GERENCIAL

Notas:	1 – Recursos recebidos e destinados a repasse via Convênio com a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul – Convênio MAPA – SEAPA nº 755826/2011, abordado no item 6.1 2 - Trata-se de Planos Internos do Laboratório Nacional Agropecuário em Porto Alegre – LANAGRO/RS, que apenas serviram para reembolsar despesas custeadas pela SFA-RS mediante plano Interno MANUTSFAS.
--------	---

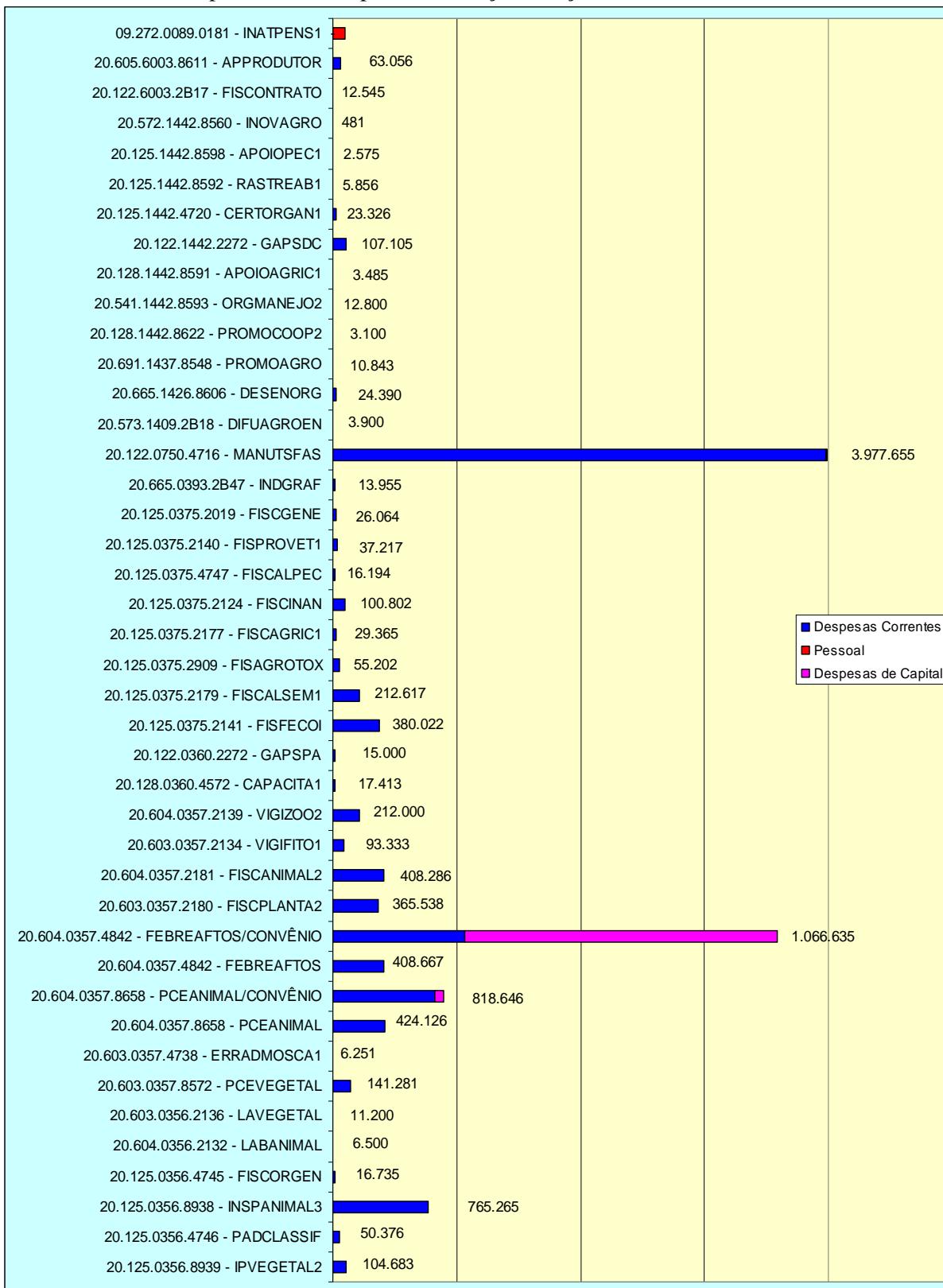
Gráfico 1.



Fonte: SIAFI GERENCIAL



Gráfico 2. Despesas correntes por classificação da ação.



Fonte: SIAFI GERENCIAL



Análise crítica – Os recursos orçamentários recebidos por movimentação externa destinados ao desenvolvimento das ações de Programas de Governo ocorreram de acordo com os respectivos planos operativos de cada ação, sendo executados praticamente em sua totalidade (99%).



2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa.

2.4.4.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.

Os quadros A.2.8 – A.2.9 e A.2.10 deste item não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS, tendo em vista sua execução orçamentária ser somente de créditos por movimentação.

2.4.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.

Descrita nos quadros dos itens 2.4.4.3, 2.4.5 e 2.4.6 a seguir:

2.4.4.3 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação.

QUADRO A.2.11

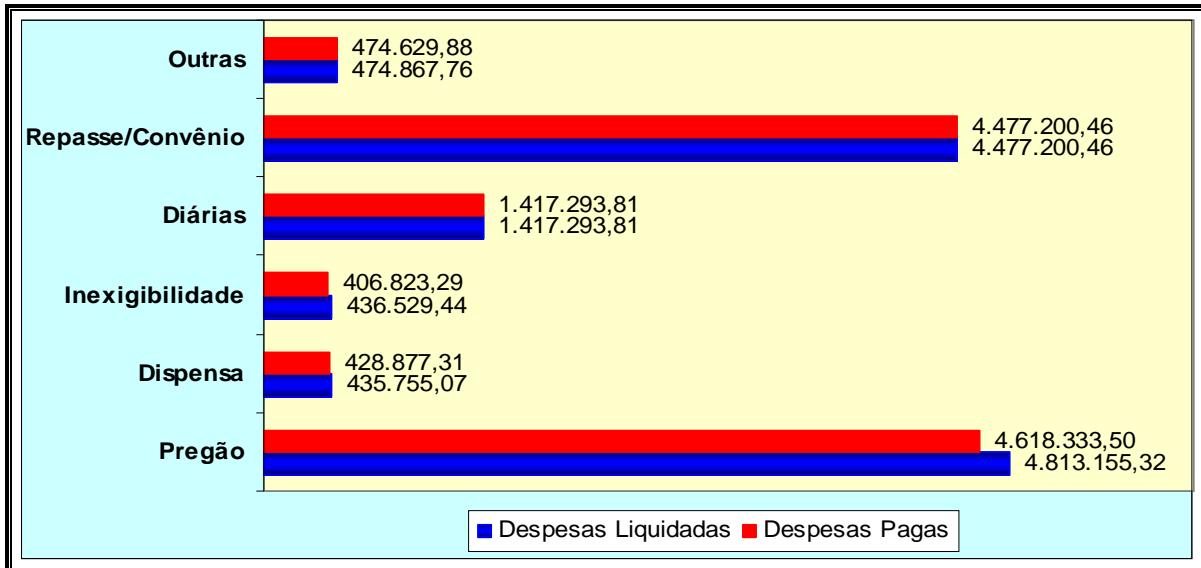
Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	4.813.155,32	5.092.173	4.618.333,50	3.878.346
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	213.309	-	213.309
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	4.813.155,32	4.878.864	4.618.333,50	3.665.037
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	872.284,51	825.700	835.700,60	609.254
Dispensa	435.755,07	417.005	428.877,31	384.216
Inexigibilidade	436.529,44	408.695	406.823,29	225.038
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	1.417.293,81	1.674.784	1.417.293,81	1.674.784
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	1.417.293,81	1.674.784	1.417.293,81	1.674.784
Outras	4.952.068,02	594.164	4.951.830,14	543.949

Fonte: SIAFI-GERENCIAL

Nota: Na modalidade de contratação “Outras” está incluído o valor de R\$4.477.200,46 referente a repasse mediante convênio firmado entre o MAPA e a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do RGS - SEAPA.

Gráfico 1: Modalidade de Contratação





2.4.5 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

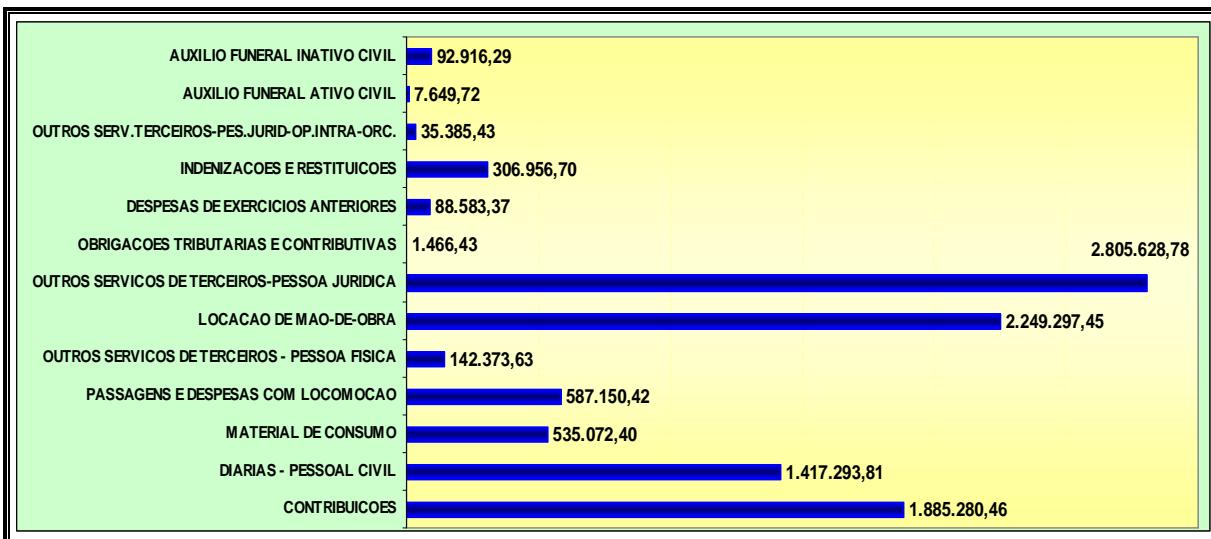
QUADRO A.2.12

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	1.517.859,82	1.805.285	1.517.859,82	1.805.285	-	-	1.517.621,94	1.805.285
Diárias	1.417.293,81	1.674.784	1.417.293,81	1.674.784	-	-	1.417.055,93	1.674.784
Auxílio Funeral Ativo Civil	7.649,72	9.566	7.649,72	9.566	-	-	7.649,72	9.566
Auxílio Funeral Inativo Civil	92.916,29	120.935	92.916,29	92.916,29	-	-	92.916,29	120.935
2 – Juros e Encar. da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	8.637.195,07	6.904.236	8.45.587,85	6.061.998	591.607,22	842.239	7.814.182,12	4.899.158
Contribuições ¹	1.885.280,46	-	1.885.280,46	-	-	-	1.885.280,46	-
Material Consumo	535.072,40	563.994	476.857,22	463.841	58.215,18	100.153	475.780,82	423.445
Passagens e Locomoção	587.150,42	494.273	540.686,34	480.053	46.464,08	14.220	524.062,16	404.782
Outros Serv.Terc. P.Física	142.373,63	213.107	131.973,63	212.213	10.400,00	894	130.664,89	207.713
Locação de mão de obra	2.249.297,45	2.050.668	2.132.118,28	1.896.846	117.179,17	153.822	2.048.296,83	1.779.860
Outros Serv. Terc. P. Jurídica	2.805.628,78	3.126.285	2.460.729,65	2.684.314	344.899,13	441.971	2.333.399,86	1.813.236
Obrigações Tribut. e Contrib.	1.466,43	8.311	1.415,94	8.311	50,49	-	1.415,94	4.898
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Exerc. Anteriores	88.583,37	109.922	88.278,49	70.947	304,88	38.975	88.278,49	70.947
Indenizações e Restituições	306.956,70	299.926	296.500,93	211.827	10.455,77	88.099	296.500,93	165.156
Outros Serviços Terceiros	35.385,43	37.750	31.746,91	33.646	3.638,52	4.104	30.501,74	29.121

Fonte: SIAFI-GERENCIAL – ¹ Contribuições: Convênio Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul

Gráfico 2: Despesas Correntes





2.4.6 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação.

QUADRO A.2.13

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	2.606.732,00	3.503.891	2.591.920,00	319.538	14.812,00	3.184.353	2.591.920,00	1.890
Equip. Mat. Permanente	14.812,00	3.503.891	-	319.538	14.812,00	3.184.353	-	1.890
Auxílios ¹	2.591.920,00	-	2.591.920,00	-	-	-	2.591.920,00	-
5 - Inversões Financeiras	–	–	–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	–	–	–
6 – Amortização da Dívida	–	–	–	–	–	–	–	–
–	–	–	–	–	–	–	–	–

Fonte: SIAFI-GERENCIAL – ¹Auxílios: Convênio Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul

Análise crítica

Foram disponibilizados a SFA-RS no exercício de 2011 o montante total de R\$12.813.423,77 distribuídos em 41 ações de Programa de Governo (planos internos), sendo empenhados o valor de R\$12.761.786,89 representando 99% dos recursos recebidos.

Dos recursos recebidos não foram aplicados diretamente em despesas correntes e de capital os valores de R\$1.885.280,46 e R\$2.591.920,00 respectivamente, sendo destinados a repasse através de convênio firmado entre o MAPA e a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Rio Grande do Sul, com a finalidade de controlar e erradicar a febre aftosa no Estado (item 6.1), portanto a SFA-RS aplicou diretamente nas ações de Programa de Governo (finalísticas e de custeio) o valor de R\$8.284.586,43, valor este que sofre uma redução em relação ao exercício de 2010 devido ao contingenciamento de créditos orçamentários, acentuado principalmente nos recursos destinados a investimentos (2010 – R\$3.503.891,00 x 2011 – R\$14.812,00).

Os recursos orçamentários disponibilizados, bem como, a execução financeira das ações é gerenciada pelos chefes de Serviços, de acordo com a área de atuação, desta forma a apresentação da análise das ações desenvolvidas no âmbito da SFA-RS estão demonstradas no item 2.3.2.

A seguir gráficos para melhor visualização da evolução dos recursos recebidos e das despesas realizadas.



Gráfico 1: Recursos Recebidos

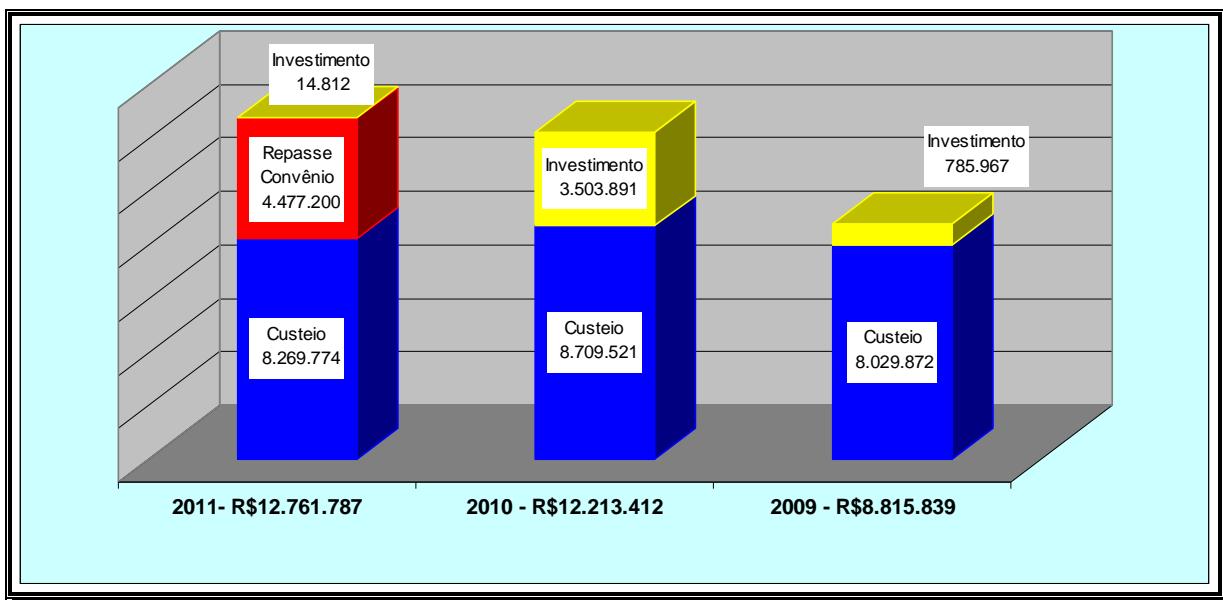
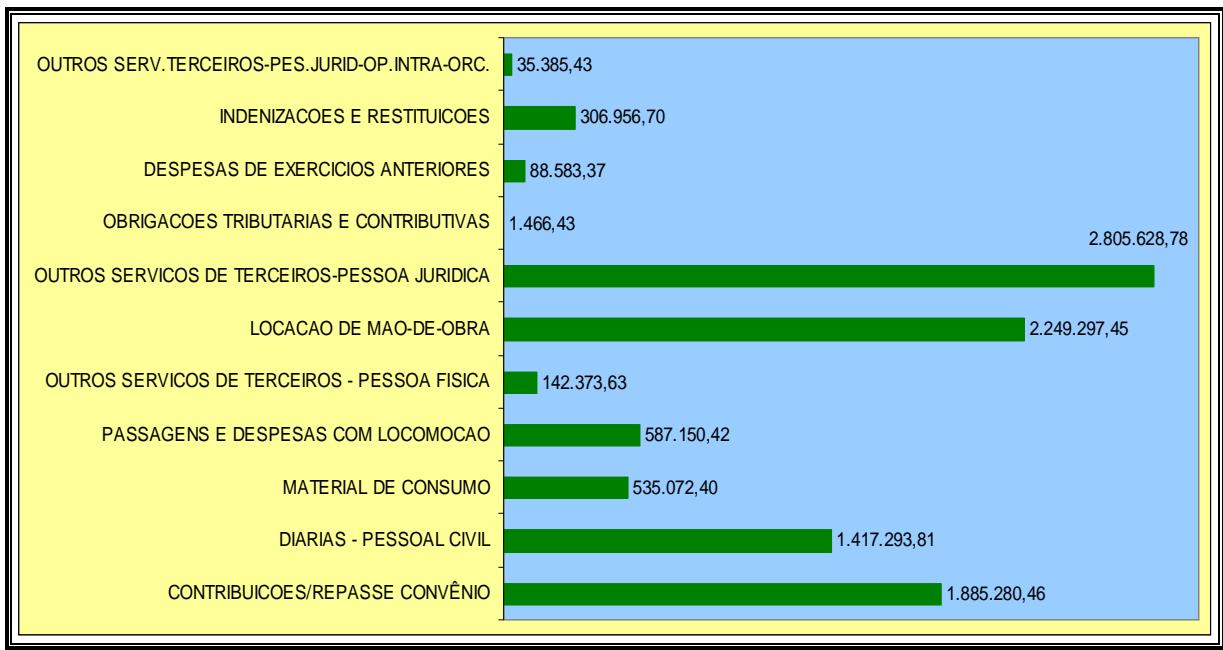


Gráfico 2: Despesas Correntes





2.4.7 Indicadores Institucionais.

As Superintendências Federais de Agricultura não possuem desenvolvidos indicadores institucionais, sendo utilizados para o relatório de gestão os indicadores das ações, conforme item 2.3.2.



3.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



3.2 Análise Crítica

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



4.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO A.4.1 – SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

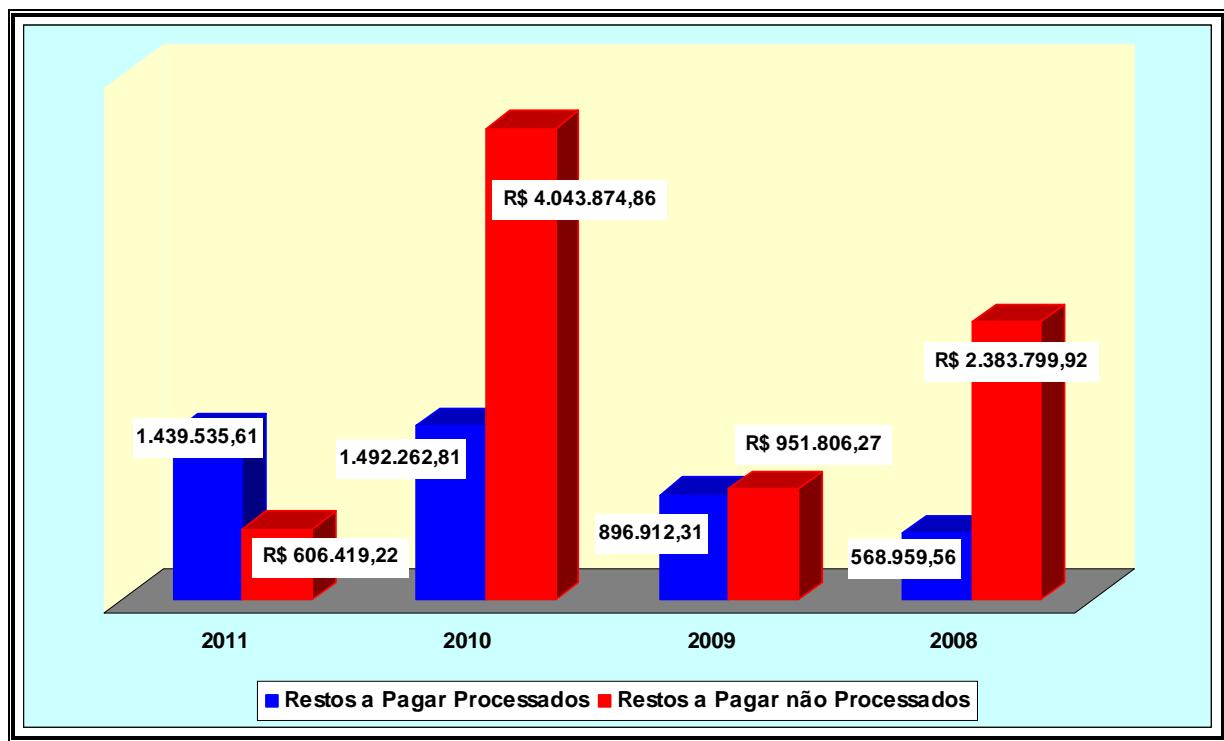
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	1.439.535,61			
2010	1.492.262,81	-	1.492.262,81	-
2009	896.912,31	-	896.912,31	-
2008	568.959,56	-	568.959,56	-

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2011	606.419,22			
2010	4.043.874,86	96.073,75	2.739.909,11	1.207.892,00
2009	951.806,27	202.519,88	749.286,39	-
2008	2.383.799,92	258.240,69	2.125.559,23	-

Observações:

Saldo a pagar em 31/12/2010 de Restos a Pagar não ProcessadosR\$225.162,19

Fonte: SIAFI – SIAFI GERENCIAL





4.2 Análise Crítica

1 – Do montante de RAP não Processados a pagar em 31/12/2010 de R\$225.162,19, temos:

1.1. O saldo de R\$36.616,47 referente ao exercício 2008 foi reinscrito e cancelado em sua totalidade em janeiro de 2011.

1.2. O saldo de R\$188.545,72 referente ao exercício 2009:

- R\$176.264,75 reinscrito e cancelados em janeiro de 2011.
- R\$5.235,00 foi pago em janeiro de 2011.
- R\$7.045,97 pago no exercício 2011.

2 – O saldo a pagar em 31/12/2011 R\$1.207.892,00 referente empenho nº 2010NE901220 – ALSAR TECNOLOGIA EM REDES LTDA, foi liquidado no exercício de 2011 e pago no mês de janeiro/2012 (em RAP processados).

3 – Situação dos Restos a Pagar inscritos em dezembro/2011:

Natureza da Despesa	RP Processados Inscritos	RP Processados Pagos	RP Não Processados Inscritos	RP Não Processados Cancelados	RP Não Processados Pagos	RP Não Processados a Pagar
Diárias Pessoal Civil	237,88	237,88	-	-	-	-
Material Consumo	1.076,40	1.076,40	58.215,18	-2.192,25	43.551,38	12.471,55
Passagens e Locomoção	16.624,18	16.624,18	46.464,08	-1,71	37.079,62	9.382,75
Outros Serv. Terceiros Pessoa Física	1.308,74	1.308,74	10.400,00	-	8.650,00	1.750,00
Locação Mão Obra	83.821,45	83.821,45	117.179,17	-	115.900,01	1.279,16
Outros Serv. Terceiros Pessoa Jurídica	127.329,79	127.329,79	344.899,13	-1.814,98	215.611,43	127.472,72
Obrigações Tributárias	-	-	50,49	-50,49	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	-	-	304,88	-	-	304,88
Indenizações e Restituições	-	-	10.455,77	-	9.346,27	1.109,50
Outros Serv. Terceiros	1.245,17	1.245,17	3.638,52	-	2.247,38	1.391,14
Equipamentos e Material Permanente	1.207.892,00	1.207.892,00	14.812,00	-	14.812,00	-
Total	1.439.535,61	1.439.535,61	606.419,22	-4.059,43	447.198,09	155.161,70

Observações: Os saldos relativos aos RP Cancelados, Pagos e a Pagar data base Fevereiro/2012

Fonte: SIAFI - GERENCIAL



5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

5.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	724	686	3	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	724	686	3	
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	723	685	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Total de Servidores (1+2)	724	686	3	-

Fonte: SIAPE / SGP/DAD/SFA-RS

Nota: A diferença entre lotação autorizada e efetiva corresponde aos 38 celetistas (Ex-Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC) cedidos sem ônus para outros órgãos federais do Estado pelo MPLOG desde 2009. Este ano houve o ingresso de mais 3 celetistas.



5.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da unidade jurisdicionada.

Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	2
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	1
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De ofício, no interesse da Administração	-
3.2. A pedido, a critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	-
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	2
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	2
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	7

Fonte: SIAPE / SGP/DAD/SFA-RS



5.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da unidade jurisdicionada.

Quadro A.5.3 – Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	21	21	-	-
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	-	-	-	-
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	18	18	-	-
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem vínculo	3	3	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções gratificadas	46	46	-	-
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	46	46	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	67	67	-	-

Fonte: SIAPE

5.1.4 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade.

Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	25	66	95	357	135
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	25	66	95	357	135
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	4	12	25	8
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	2	-	-	1
2.3. Funções gratificadas	-	2	12	25	7
3. Totais (1+2)	25	70	107	382	143

Fonte: SIAPE



5.1.5 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade.

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	1	58	52	184	245	60	42	13
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira		1	58	52	184	245	60	42	13
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	2	2	23	25	8	7	5
2.1. Cargos de Natureza Especial					1	2			
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior					1	2	4	3	1
2.3. Funções gratificadas				2	2	21	21	4	4
3. Totais (1+2)	-	1	60	54	207	270	68	49	18
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									

Fonte: SIAPE / SGP / DAD/SFA-RS

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.



5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

5.2.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e aposentadoria.

Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	362	17
1.1 Voluntária	302	17
1.2 Compulsória	4	
1.3 Invalidez Permanente	56	
1.4 Outras	-	
2. Proporcional	152	-
2.1 Voluntária	131	
2.2 Compulsória	6	
2.3 Invalidez Permanente	15	
2.4 Outras	-	
3. Totais (1+2)	514	17

Fonte: SIAPE

5.2.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada.

Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	1.029	-
1.1. Integral	1.027	-
1.2. Proporcional	2	-
2. Em Atividade	9	-
3. Total (1+2)	1.038	-

Fonte: SIAPE



5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				(Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	23	23	25	22	
• 1.1 Área Fim	20	21	24	21	
• 1.2 Área Meio	03	02	01	01	
2. Nível Médio	05	09	10	09	
• 2.1 Área Fim	03	06	06	06	
• 2.2 Área Meio	02	03	04	03	
Total	28	32	35	31	R\$210.724,40

Fonte: SGP/DAD/SFA-RS



5.4 Demonstração dos custos de pessoal da unidade jurisdicionada

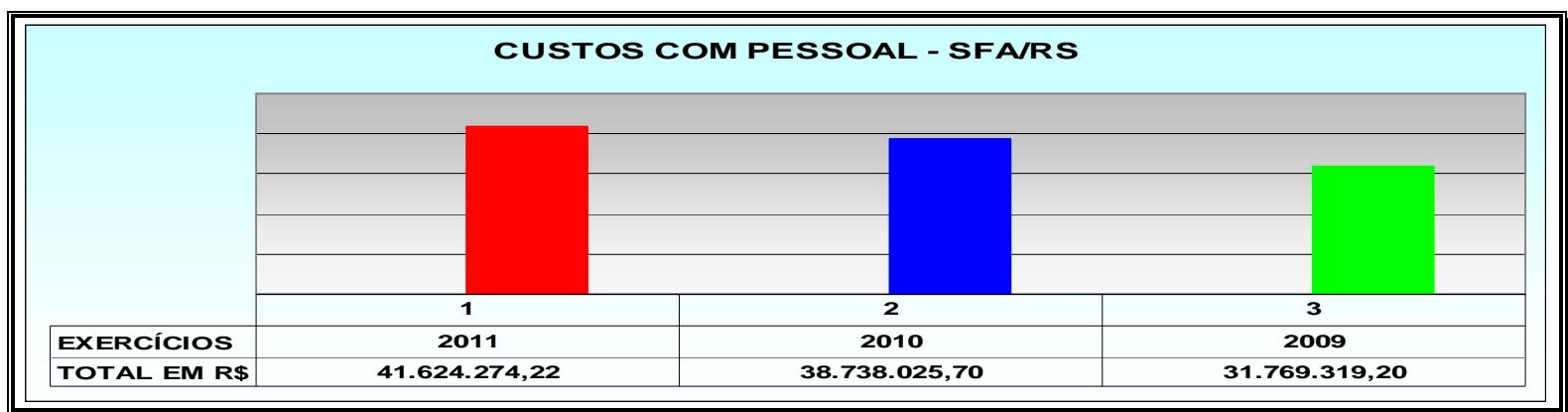
QUADRO A.5.9 – QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANOS ANTERIORES

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	13.682.017,89	421,01	17.836.768,61	3.140.268,34	1.042.503,30	350.877,00	152.640,17	3.464,55	35.379,84	36.244.340,71
	2010	13.064.426,87	743,80	16.643.140,15	2.593.464,32	1.084.615,95	207.072,93	119.596,29	40.187,93	68.228,43	33.821.476,67
	2009	11.070.406,56	-	13.729.635,93	2.073.064,44	502.719,52	96,62	136.397,16	-	119.481,51	27.631.801,74
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	180.469,67	-	89.806,98	-	11.474,87	1.272,00	4.588,22	-	27.763,56	315.375,30
	2010	158.602,57	-	73.496,49	-	10.858,82	964,00	4.781,41	-	28.828,32	277.531,61
	2009	97.102,54	-	21.823,44	-	1.512,00	-	-	-	22.011,27	142.449,25



Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial												
Exercícios	2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior												
Exercícios	2011	979.385,77	192.892,01	1.097.378,59	179.532,08	45.016,77	28.888,01	3.779,66	-	11.053,77	2.537.926,66	
	2010	826.581,05	169.890,01	943.981,35	116.287,16	38.009,99	4.946,79	4.705,91	-	7.983,61	2.112.385,87	
	2009	742.920,82	166.508,32	776.189,64	95.241,58	16.832,97	2.750,86	-	-	7.623,81	1.808.068,00	
Servidores ocupantes de Funções gratificadas												
Exercícios	2011	1.346.995,96	163.986,11	753.763,80	101.266,66	114.082,34	22.129,30	18.856,39	-	5.550,99	2.526.631,55	
	2010	1.346.995,96	163.986,11	753.763,80	101.266,66	114.082,34	22.129,30	18.856,39	-	5.550,99	2.526.631,55	
	2009	1.191.616,69	161.249,71	657.567,76	90.830,30	57.802,00	858,04	21.023,39	-	6.052,32	2.187.000,21	

Fonte: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA/BRASÍLIA





5.5 Terceirização de mão de obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

5.5.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão.

QUADRO A.5.9 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Cargos de apoio administrativo	32	30	29	2	0
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					
A terceirização de mão de obra na área administrativa que vem ocorrendo na SFA-RS nos últimos exercícios deve-se a carência de servidores de carreira administrativo, aliado a crescente demanda de serviço, sem quaisquer previsão de concurso público para preenchimento destas lacunas. Salientamos ainda, que esta situação possa se agravar pois a grande maioria dos atuais servidores de carreira que hoje ocupam estes postos já possuem tempo para aposentadoria.					

Fonte: SCC/DAD/SFA-RS

QUADRO A.5.10 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS.

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa
-	-	-
-	-	-
-	-	-

Fonte: DAD/SFA-RS

QUADRO A.5.11 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS.

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	
-	-	-	-
-	-	-	-
-	-	-	-

Fonte: DAD/SFA-RS



QUADRO A.5.12 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante												
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA-RS												
UG/Gestão: 130074					CNPJ: 00.396.895/0031-40							
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas			Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
2009	L	O	001/2009	05795290/0001-20	25/03/09	25/03/14		05	05	18	18	0 0 P
2009	V	O	005/2009	10314494/0001-32	01/04/09	01/04/14		29	29	02	02	0 0 P
Observação:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.												

Fonte: SCC/DAD/SFA-RS

QUADRO A.5.13 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante												
Nome: Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA-RS												
UG/Gestão: 130074					CNPJ: 0.396.895/0031-40							
Informações sobre os contratos												
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas			Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.	
					Início	Fim		P	C	P	C	
2010	5	O	007/2010	00932422/0001-03	14/10/2010	31/03/2012		0	0	3	3	0 0 P
2009	6	O	010/2009	82411885/0001-86	07/07/2009	05/07/2012		3	3	0	0	0 0 P
Observação:												
LEGENDA												
Área:												
1) Conservação e Limpeza;												
2) Segurança;												
3) Vigilância;												
4) Transportes;												
5) Informática;												
6) Copeiragem;												
7) Recepção;												
8) Reprografia;												
9) Telecomunicações;												
10) Manutenção de bens móveis;												
11) Manutenção de bens imóveis;												
12) Brigadistas;												
13) Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;												
14) Outras.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental;												
(M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contratante: (A) Ativo Normal;												
(P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de Trabalhadores: (P) Prevista no Contrato; (C) Efetivamente Contratada.												

Fonte: SCC/DAD/SAF-RS

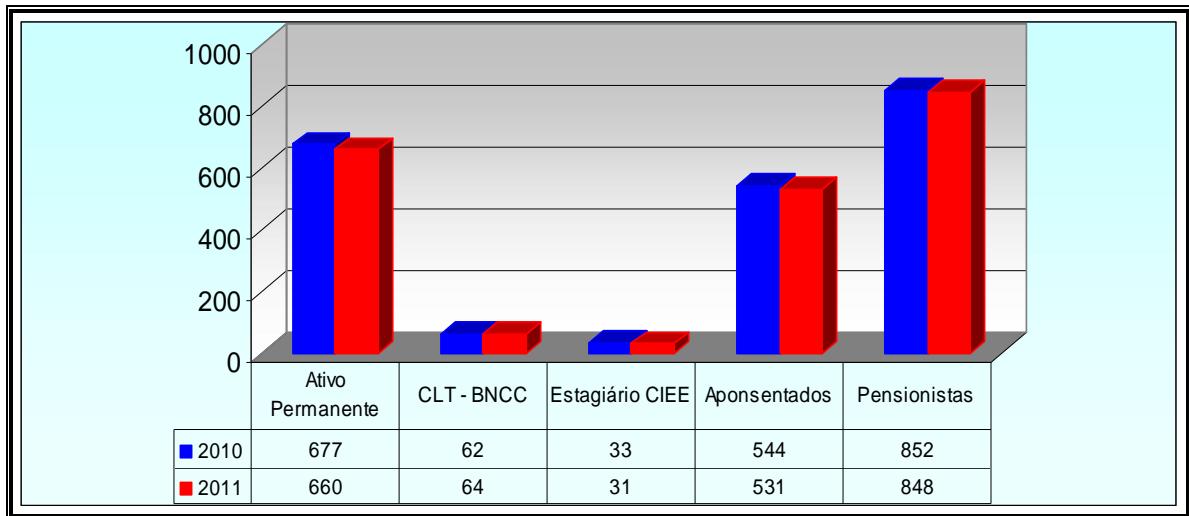


5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

5.6.1 Principais ações desenvolvidas pelo Serviço de Gestão de Pessoas da SFA-RS.

- Controle do arquivo das pastas funcionais dos servidores, aposentados e pensionistas;
- Controle da contratação temporária;
- Elaboração dos Boletins de Pessoal;
- Analisa e processa a concessão de licença prêmio;
- Analisa e processa aposentadorias;
- Analisa e processa a concessão de pensões;
- Analisa, acompanha, processa a adesão, alteração e exclusão dos servidores, aposentados, pensionistas e dependentes no Plano de Assistência à Saúde;
- Controle da declaração de bens e rendas dos servidores com cargos comissionados;
- Analisa e processa a concessão de Abono Permanência para os servidores que detém tempo de serviço para aposentadoria e optam em permanecer em atividade;
- Analisa e instrui, processos judiciais, Mandados de Segurança, dá cumprimento a Alvarás Judiciais, movidos por servidores aposentados e ativos, beneficiárias de pensão;
- Mantém o controle de férias e frequência dos servidores atualizados;
- Capacita a força-de-trabalho conforme necessidade demandada da Sede e das unidades do interior do Estado, alinhada ao Plano Anual de Educação do MAPA.

Gráfico 1 – Quadro Geral da Movimentação do SGP



Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

Nota 1 - Dos 660 servidores ativos incluídos em nossa folha de pagamento, apenas 605 desempenharam suas funções na SFA-RS este ano. Temos 78 servidores lotados no LANAGRO/RS (outra UG do MAPA) e contabilizados como nossos servidores apenas para efeitos de RH.

Nota 2 - Dos 64 servidores celetistas (anistiados do BNCC) incluídos em nossa folha de pagamento, apenas 26 desempenham suas funções na SFA-RS. Os demais foram cedidos sem ônus para outros órgãos federais do Estado pelo MPOG.

Embora a folha de pagamento dos servidores da SFA/RS seja composta de 724 servidores (660 + 64) até 31 de dezembro de 2011, contamos com uma força-de-trabalho efetiva de 605 servidores, considerando que este ano permanecem 2 servidores cedidos, 2 licenciados para capacitação e 1 de licença médica sem remuneração.



Tabela 1

PRODUTO DAS PRINCIPAIS AÇÕES	UNIDADE	REALIZADO 2009	REALIZADO 2010	REALIZADO 2011
Concessão Licença-Maternidade/Paternidade	nº	7	5	0
Concessão de Auxílio-Funeral	nº	19	27	23
Concessão de Pensão	nº	18	26	38
Concessão de Aposentadoria	nº	4	8	17
Concessão de Licença Médica	dias	3211	2409	1921
Concessão de Licença Médica	nº	97	137	86
Realização de Perícia Médica	nº	29	18	15
Concessão de Licença Assiduidade	nº	63	65	56
Concessão de Abono Permanência	nº	88	61	53
Conc. de Adicional de Insalubridade	nº	42	67	86
Admissão de Pessoal	nº	63		2
Demandas Judiciais para o RH	nº	125	154	87
Recadastramento de inativos	nº	65	94	23
Recadastramento de pensionistas	nº	154	246	253
Servidores cadastrados no PAS/MA	nº	300	281	271
Portarias emitidas	nº	460	521	429

Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

5.6.2 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.

1. Absenteísmo:

⇒ **Indicadores de Licença Médica:**

EFICÁCIA:

⇒ **Índice de dias de afastamentos por licença médica dos servidores:**

(%) = (Nº de dias de afastamento dos servidores totais / nº de dias trabalhados dos servidores totais) x 100

(%) = 1921/(660.365).100 = 0,79%

⇒ **Índice de servidores afastados por licença médica:**

(%) = (Nº de servidores afastados / nº de servidores totais) x 100

(%) = (86/660).100 = 13,03%

2. Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais:

⇒ **Índice de fiscais federais afastados por licença médica:**

(%) = (Nº FFA's afastados/ Nº de FFA's ativos) x 100

(%) = (25/272).100 = 9,19%

⇒ **Índice de agentes de inspeção afastados por licença médica:**

(%) = (Nº AISIPOA's afastados/ Nº de AISIPOA's ativos) x 100

(%) = (24/263).100 = 9,13%

⇒ **Índice de administrativos afastados por licença médica:**

(%)=(N° administrativos afastados / N° total administrativos ativos) x 100

(%)=(26/112).100 = 23,21%



Análise: O índice de servidores administrativos afastados por licença médica apresenta-se bastante superior aos índices dos fiscais federais e dos agentes de inspeção. Isso significa que os servidores administrativos estão adoecendo mais que os servidores técnicos, e deve-se traçar um plano de ação para trazer o índice para patamares mais aceitáveis, ou seja, em torno de 10%.

3. Rotatividade:

A carência de pessoal administrativo é suprida parcialmente com a contratação de terceirizados. O problema da falta de pessoal vem se agravando a cada ano com os pedidos de aposentadoria. Nossa quadra de pessoal está envelhecendo e, sem haver renovação, estamos perdendo muita força-de-trabalho, o que já se reflete em tarefas exclusivas de servidores detentores de senhas de sistemas que não podem ser terceirizadas.

A rotatividade aparece em alto número também na área técnica, na atividade fim, principalmente no interior do Estado. Em momentos críticos como a deflagração de uma doença sanitária, existe a necessidade de deslocamento de servidores para a área com foco, descobrindo outras frentes de trabalho igualmente importantes.

A rotatividade só reduzirá na SFA-RS com a renovação do quadro de pessoal tanto para atividades técnica como administrativas através de concurso público.

Em 2011 a SGP emitiu 74 portarias de remoção de servidores. Este acompanhamento é feito através das portarias de localização e neste total não estão computados os processos originários de Brasília.

4. Educação Continuada:

Tabela 2

Cursos oferecidos em 2011	Modalidade	Competência	Plano Interno	Nº de Servidores Capacitados	Carga Horária	Horas Treinadas
CURSOS ADMINISTRATIVOS						
Gestão e Fiscalização de Contratos – ESAF/RS	Presencial	DAD/ SFA-RS	MANUT	4	32h	138h
Repactuação, Planilhas De Custos E Formação De Preços – ESAF/RS	Presencial	DAD/ SFA-RS	MANUT	1	28h	28h
Depreciação E Aspectos da Contabilidade Pública – ESAF/RS	Presencial	DAD / SFA-RS	MANUT	3	16h	64h
Viii Semana De Adm. Orç. Financeira – ESAF/RS	Presencial	CGDP/ MAPA	CAPACITA	3	40h	120h
Formação de Pregoeiros ESAF/RS	Presencial	DAD / SFA-RS	MANUT	1	32h	32h
Contabilidade Publica Avançada ESAF/RS	Presencial	DAD / SFA-RS	MANUT	1	24h	24h
Elaboração de Editais, Termos de Referência e Projetos Básicos - ESAF/RS	Presencial	DAD / SFA-RS	MANUT	1	40h	40h
P.A.D - ESAF/RS	Presencial	DAD / SFA-RS	MANUT	1	40h	40h
Gestão de Frotas	Presencial	DAD / SFA-RS	MANUT	1	16h	16h
Introdução à Educação a Distância UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	2	15h	30h



Cursos oferecidos em 2011	Modalidade	Competência	Plano Interno	Nº de Servidores Capacitados	Carga Horária	Horas Treinadas
Gestão Estratégica nas Organizações Públicas - UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	2	60h	120h
Noções de Direito Administrativo - UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	3	45h	135h
Administração de Conflitos - UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	4	45h	180h
Gestão Pública - UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	2	180h	360h
Aperfeiçoamento em Gestão de Pessoas - UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	2	180h	360h
Desenvolvimento por Competências - UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	1	45h	46h
Elaboração de Pareceres, Relatórios e Notas Técnicas - UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	2	45h	90h
Palestra - Avaliação de Desempenho 360º UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	1	4h	4h
Gestão de Pessoas e Desenvolvim. de Equipes UFSC	Distância	CGDP/ MAPA	CAPACITA	3	45h	135h
Gerência de Projetos - Teoria e Prática - ENAP	Distância	SFA-RS	SEM CUSTO	1	30h	30h
Formação Básica em Desenvolvimento de Competências	Presencial	CGDP/ MAPA	CAPACITA	1	24h	24h
II Encontro Nac. de Desenvolvim. de Pessoas –	Presencial	CGDP/ MAPA	CAPACITA	1	24h	24h
Subtotal:				41 servidores		2.040h

Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

Tabela 3

Cursos oferecidos em 2011	Modalidade	Competência	Plano Interno	Nº de Servidores Capacitados	Carga Horária	Horas Treinadas
CURSOS TÉCNICOS						
O Veterinário e seu Papel na Saúde Ambiental	Presencial	SEFIP / SFA-RS	FISCINAN	1	8h	8h
Desmistificando as Abelhas Nativas	Presencial	DDA / SFA-RS	SEM CUSTO	1	24h	24h
Apicultura Profissional	Presencial	SIPOA / SFA-RS	INSPANIMA L3	1	50h	50h



Cursos oferecidos em 2011	Modalidade	Competência	Plano Interno	Nº de Servidores Capacitados	Carga Horária	Horas Treinadas
1ª Reunião Técnica da UTRA / Lajeado	Presencial	DDA/ SFA-RS	SEM CUSTO	47	4h	188h
Técnica em Sanidade Florestal	Presencial	DDA / SFA-RS	FISCPLANTA2 FISCANIMAL2	3	40h	120h
I Workshop em Alimentação Animal	Presencial	SEFIP / SFA-RS	FISCINAN	7	8h	56h
Biotécnicas Avançadas da Reprodução	Presencial	SEFIP / SFA-RS	FISCGENE	1	40h	40h
Formação Básica p/ Técnicos do DIPOA - MEL	Presencial	SIPOA / SFA-RS	INSPANIMAL3	3	84h	252h
Detecção de Organismos Geneticamente Modificados/MG	Presencial	SEFIA / SFA-RS	FISCORGEN	2	16h	32h
Biologia Molecular Aplicada à Reprodução Animal/ DF	Presencial	SEFIP / SFA-RS	FISCGENE	2	40h	80h
Oficina de Instrumento de Desempenho e Visão Estratégica	Presencial	SIPOA / SFA-RS	INSPANIMAL3	1	40h	40h
Workshop Indicações Geográficas	Presencial	SIPOA / SFA-RS	INSPANIMAL3	1	3h	3h
Programa Piloto de Proficiência -Classificação Vegetal	Presencial	DDA / SFA-RS	SEM CUSTO	1	15h	15h
Relatório de Processo Administrativo de Apuração de Infração	Presencial	SEFIP / SFA-RS	FISCGENE	4	32h	128h
10º Seminário Nacional e Internacional de Queijos e Leite	Presencial	SIPOA / SFA-RS	INSPANIMAL3	2	10h	20h
Doutorado em Sanidade Animal – UFSM/RS	Presencial	DDA / SFA-RS	SEM CUSTO	1	1440h	1440h
				Subtotal:	78 servidores	2.496h

Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

Tabela 4

Modalidade Curso	Total de Servidores Capacitados	Total de Horas Treinadas
Cursos Administrativos	41	2.040
Cursos Técnicos	78	2.496

Gráfico 2

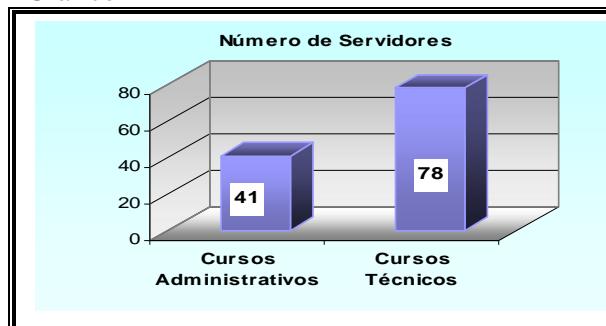
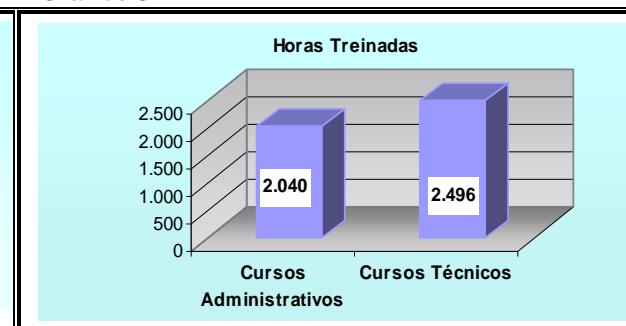


Gráfico 3





No esforço de atender aos objetivos do Planejamento Estratégico do MAPA, dentro da Perspectiva de Pessoas, Aprendizado e Crescimento, a SFA/RS buscou capacitar seus servidores em 2011, como também, buscar o bem-estar das pessoas em seu ambiente de trabalho para atingir aos seguintes macro objetivos:

- Desenvolver e reter competências do corpo funcional;
- Desenvolver cultura voltada para resultados;
- Valorizar e motivar as pessoas e fortalecer o trabalho em equipes interdisciplinares.

A finalidade da tabela acima é mostrar a abrangência dos servidores capacitados e o registro do quantitativo de horas treinadas por curso, tanto da área administrativa quanto técnica.

O processo de educação a distância (EaD) implantado pelo MAPA em 2009, chamado “Caminho do Conhecimento” permitiu maior acesso dos servidores à educação, principalmente do interior do Estado. Trata-se de uma parceria entre o MAPA e a Universidade Federal de Santa Catarina, cabendo ao SGP/DAD, através de seu Agente de Desenvolvimento de Pessoas, a divulgação e orientação dos cursos e acompanhamento dos resultados. Desta forma, a SFA/RS atingiu 1.490 horas só com cursos a distância sem movimentar recursos por esta UG, contra 2.998 horas de cursos presenciais.

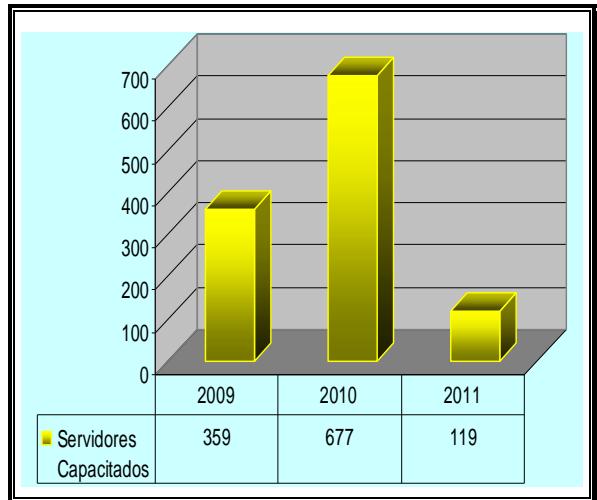
O PI CAPACITA é de competência Coordenação Geral de Gestão de Pessoas – CGDP/SE/MAPA, portanto não há programação nesse PI por parte da SFA/RS e toda descentralização de recursos é feita por Brasília mediante processo de solicitação de capacitação externa.

O SGP/DAD oferece também a logística para a capacitação da área técnica e não só da área administrativa, seja na formulação de processos de solicitação de capacitação para a CGDP/SE/MAPA, na montagem de cursos e eventos como no controle das horas treinadas de todos os servidores com objetivo de mapear o desenvolvimento dos servidores e atender aos indicadores de capacitação (horas treinadas), metas e estratégias do MAPA.

A contabilização total das horas de capacitação de servidores neste ano, tanto da sede como do interior do Estado, mostra que o investimento em capacitação diminuiu bruscamente, como demonstrado no quadro abaixo, correspondendo este ano a 84% do atingimento da meta nacional (média de 45 horas por servidor) definida para 2011. Vale ressaltar que houve uma redução o número de servidores capacitados, caindo bruscamente de 677 para apenas 119.

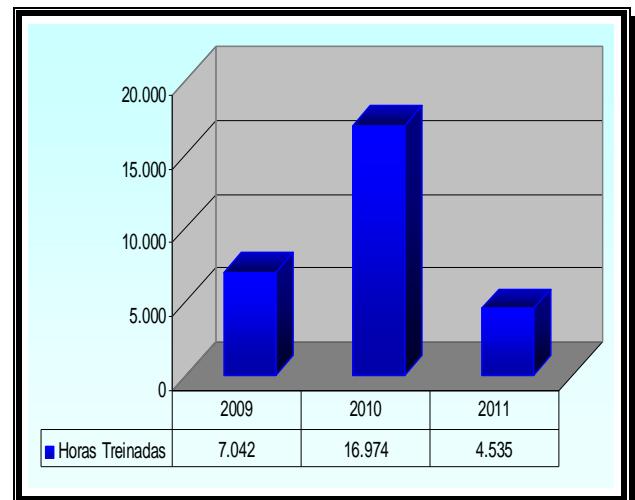
Essa redução deve-se ao Decreto da Presidência da República Nº 7446/2011 que instituiu restrições de viagens aos servidores durante todo primeiro semestre de 2011, assim como a limitação de horas viajadas por servidor no segundo semestre deste mesmo ano. Muitos cursos já formatados e divulgados tiveram que ser cancelados, afetando bruscamente o atingimento de nossas metas.

Gráfico 4



Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

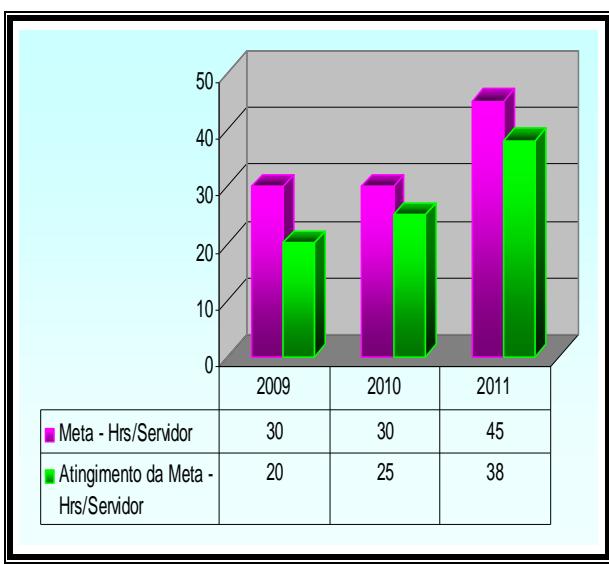
Gráfico 5



Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

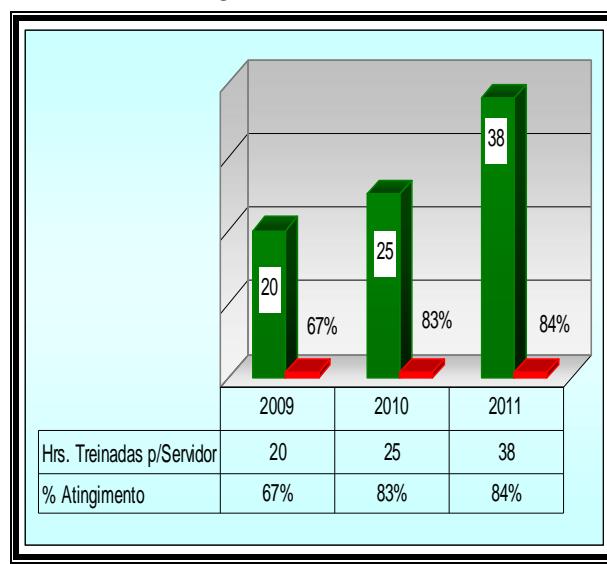


Gráfico 6 - Metas



Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

Gráfico 7 – Atingimento das Metas



Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

⇒ Indicador do MAPA:

Índice de Capacitação em Competências:

(horas/ano/servidor) = 4.535 horas treinadas / 119 servidores capacitados = 38 horas treinadas

5. Satisfação e Motivação:

A iniciativa estratégica da SFA/RS para garantir a satisfação e a motivação dos servidores foi a implantação do ProveRH - Programa de Valorização e Excelência dos Recursos Humanos do MAPA.

No decorrer deste exercício, embora ainda sem recursos do Programa, buscou-se oferecer oficinas de trabalhos manuais utilizando técnicas escolhidas pelos servidores. As aulas foram ministradas por terapeuta ocupacional contratada, e ministradas em horários alternativos. Para apresentação dos trabalhos e dos talentos desenvolvidos, foi montado um bazar de final de ano, onde os participantes puderam expor e vender seus produtos.

A satisfação e a motivação dos servidores tem se mostrado maior quando lhes é dada a oportunidade de fazer cursos que proporcionem o crescimento pessoal e profissional.

Nota-se que é necessário trabalhar intensamente a satisfação e motivação dos servidores além dos limites da capacitação, pois existem problemas antigos de natureza salarial que precisam ser corrigidos urgentemente, para que haja resgate do moral dos servidores administrativos.

A tabela abaixo dos níveis salariais mostra o desnível que existe entre os servidores de atividade meio de nível médio e superior, em relação aos servidores de nível médio e superior que atuam na área fim. Ou seja, pessoas com o mesmo nível de escolaridade, ou até superior, que trabalham para o atingimento das mesmas metas institucionais ganham muito menos que outros, por não serem contemplados com carreiras privilegiadas.

Trabalhar a motivação e a satisfação dos servidores hoje é reduzir urgentemente as diferenças salariais existentes. Trata-se de uma ação ministerial e de governo e não de ações da SFA/RS isoladamente. Busca-se minimizar os problemas de insatisfação e baixa motivação dos servidores através de atividades que visam aumentar a autoestima, a qualidade de vida, a saúde e o crescimento pessoal e interpessoal, como palestras educacionais e motivacionais, campanhas antitabagismo e de vacinação, atividades laborais e confraternização dos servidores em datas comemorativas.



6. Disciplina:

Neste exercício houve a abertura de apenas um Processo de Sindicância em março de 2011, já concluído, e de um PAD - Processo Administrativo Disciplinar, em novembro de 2011, que ainda se encontra em andamento.

7. Desempenho funcional:

Conforme Planilha de Avaliações do Boletim de Pessoal nº 76 de 30/12/2011, o desempenho dos servidores referente ao 2º Ciclo de Avaliação, no período de novembro de 2010 e outubro de 2011, leva em consideração a Nota Institucional (máximo de 80 pontos) e Nota individual (máximo de 20 pontos).

A avaliação da Nota Institucional é balizada pelo atingimento ou não das metas institucionais.

8. Níveis salariais:

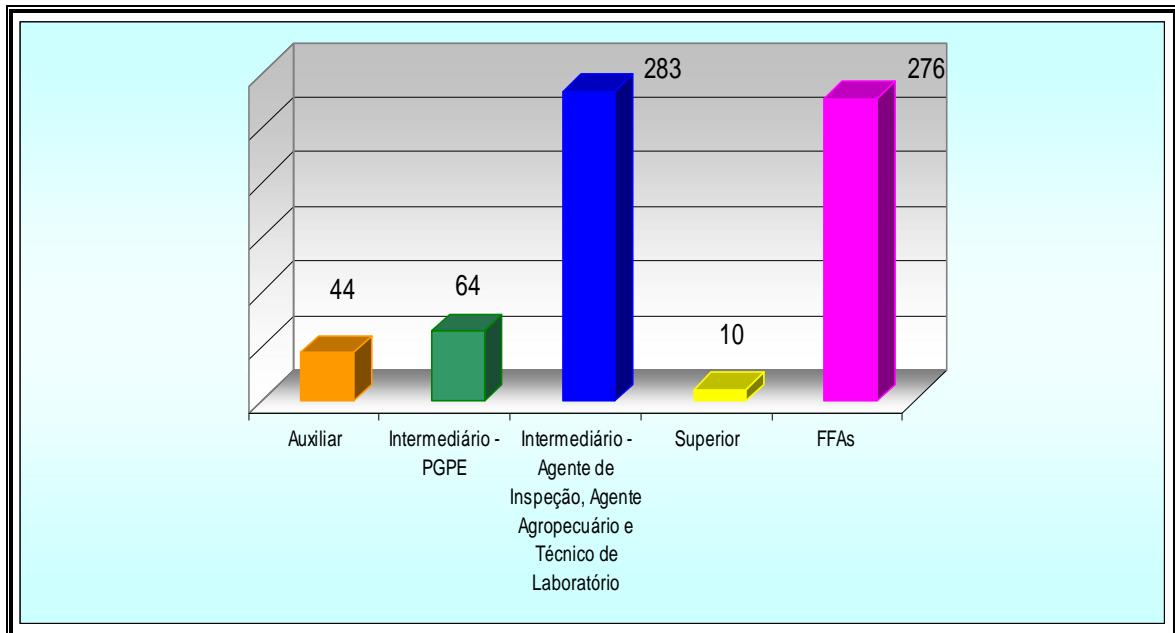
Os salários básicos dos servidores estão distribuídos conforme os níveis salariais abaixo:

Tabela 5: Níveis Salariais

Nível Auxiliar	44	R\$ 1.157,36 a R\$1.156,56
Nível Intermediário – PGPE	64	R\$ 1.568,42 a R\$1.923,11
Nível Intermediário – Carreira de Agente e Inspeção, Técnico de Laboratório e Agente Agropecuário	283	R\$ 2.362,26 a R\$2.583,76
Nível Superior – PGPE	10	R\$ 1.990,22 a R\$ 3.383,00
Nível Superior – Carreira de Fiscal Federal Agropecuário	276	R\$ 4.438,59 a R\$7.395,00

Fonte: SGP/DAD/SFA-RS

Gráfico 8 – Níveis Salariais



Fonte: SGP/DAD/SFA-RS



9. Demandas trabalhistas:

Em 2011, foram atendidas 87 demandas trabalhistas, a título de pensões alimentícias, adicionais de insalubridade, equiparações de gratificações de aposentados verso ativos, anuênios e regularizações de salários de anistiados, entre outras demandas.

Muitas das demandas trabalhistas, principalmente as de equiparação salarial, exigem cálculos detalhados dos valores devidos que ultrapassam os últimos cinco anos, gerando a confecção de planilhas bastante elaboradas e precisas. Outros cálculos são de valores a serem devolvidos ao erário, exigindo igualmente conhecimento processual do servidor. Esse é mais um exemplo de que o conhecimento dos servidores está acima do cargo que ocupa e das atividades que desempenha.

Tal é o volume crescente de serviço que houve necessidade de subtrair um servidor das atividades diárias de recursos humanos para cuidar exclusivamente de todas as demandas judiciais, impactando bastante a rotina do SGP.

10. Ressaltamos ainda os seguintes indicadores gerenciais sobre Recursos Humanos da SFA-RS.

Tabela 6

Sigla	Tipo	Indicador	Fórmula	Cálculo	Valor
Ialimedd (%)	Eficácia	Afastamento dos Servidores <u>(dias de afastamento)</u> por licença médica	(número de dias de afastamento) / (Nº de servidores totais x período considerado em dias trabalhados) x 100	1921 / (660.335).100	0,87%
Ialimed (%)	Eficácia	Servidores totais afastados por Licença Médica	(Nº de servidores afastados / Nº total de Servidores ativos) x 100	(86/660).100	13,03%
Iaffa (%)	Eficácia	Afastamento Servidores FFA por licença médica	(Nº de FFA afastados / Nº total de FFA ativos) x 100	(25/272).100	9,19%
Iagtec (%)	Eficácia	Afastamento Servidores AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total	(Nº de AISIPOA-AG.ATIV.AGROP. afastados/ Nº de AISIPOA-AG.ATIV. Total) x 100	(24/263).100	9,13%
Iaadm (%)	Eficácia	Afastamento de servidores Administrativo por licença médica	(Nº de Administrativos afastados/ Nº total de administrativos ativos) x100	(26 / 112).100	23,21%
Iaap (30d) (%)	Eficácia	Concessão de Aposentadoria em 30 dias	(Nº de aposent. concedidas / Nº de aposent. solicitadas) X 100	(17 / 17).100	100%
Ipapc	Eficiência	Produtividade na concessão de aposentadoria	Nº de aposentadoria concedidas / Nº de servid. envolvidos na ação.	(17 / 1)	17 por servidor

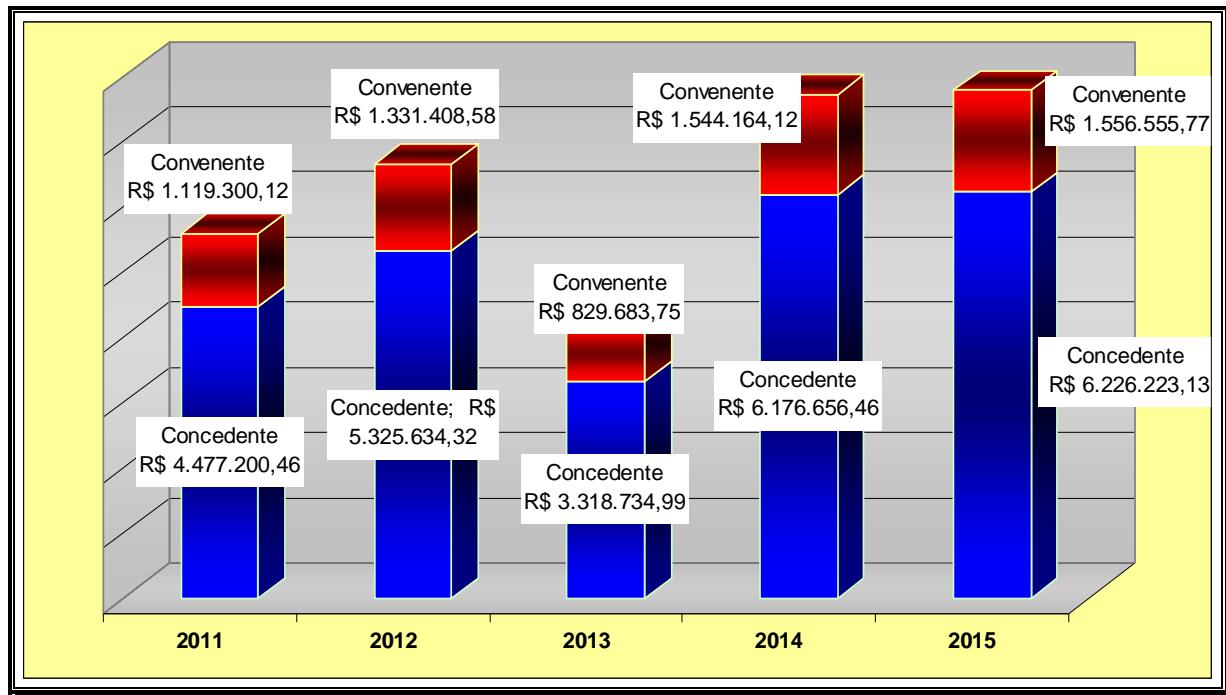
Fonte: SGP/DAD/SFA-RS



6.1 Instrumentos de transferências vigentes no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferências vigentes no exercício 2011.

No exercício de 2011 foi celebrado o convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, através da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul – SFA-RS e a Secretaria da Agricultura, Pecuária e Agronegócio do Estado do Rio Grande do Sul - SEAPA-RS, nº 755826/2011, com o objetivo de manutenção e estruturação do Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal no Estado do Rio Grande do Sul, visando à prevenção, a controle e erradicação das doenças dos animais, a ser alcançado de acordo com a execução das metas para os exercícios de 2011 a 2015 no valor total de R\$31.905.561,70, sendo R\$25.524.449,36 da Concedente (MAPA) R\$6.381.112,34 DA Convenente (SEAPA).





Quadro A.6.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante								
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA								
CNPJ: 00.396.895/0001-25			UG/GESTÃO: 130074 – 00001					
Informações sobre as transferências								
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência	Sit.
			Global ¹	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício		
1	755826/2011	93.021.632/0001-12	25.524.449,36	6.381.112,34	4.477.200,46	4.477.200,46	15/08/2011	31/12/2015
LEGENDA								
Modalidade:			Situação da Transferência:					
1 – Convênio			1 – Adimplente					
2 – Contrato de Repasse			2 – Inadimplente					
3 - Termo de Cooperação			3 - Inadimplência Suspensa					
4 - Termo de Compromisso			4 – Concluído					
			5 – Excluído					
			6 – Rescindido					
			7 – Arquivado					
¹ Valor Global a ser repassado pela Concedente								

Fonte: Processo nº 21042.001121/2011-13 Volumes I,II e III.



6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios.

Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Name:	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA					
CNPJ:	00.396.895/0001-25					
UG/GESTÃO:	130074 - 00001					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	1	-	-	4.477.200,46	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	1	-	-	4.477.200,46	-	-

Fonte: Processo nº 21042.001121/2011-13 - Volumes I,II e III

6.1.3 Informações sobre o conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2012 e os seguintes.

Quadro A.6.3 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - MAPA						
CNPJ: 00.396.895/0001-25		UG/GESTÃO: 130074 - 00001	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012		
Convênio	1	4.477.200,46	4.477.200,46	5.325.634,32	100%	
Contrato de Repasse	-	-	-	-	0%	
Termo de Cooperação	-	-	-	-	0%	
Termo de Compromisso	-	-	-	-	0%	
Totais	1	4.477.200,46	4.477.200,46	5.325.634,32	100%	

Fonte: Processo nº 21042.001121/2011-13 - Volumes I,II e III



6.2 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse

Quadro A.6.4 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA					
CNPJ: 00.396.895/0001-25		UG/GESTÃO: 130074 – 00001			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos		
			(Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2011	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	-
		Montante Repassado	-	-	-

Fonte: Processo nº 21042.001121/2011-13 - Volumes I,II e III

Nota: Não ocorreram prestações de contas no exercício de 2011.



6.2.1 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse.

Quadro A.6.5 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse

Em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA				
CNPJ: 00.396.895/0001-25		UG/GESTÃO: 130074 – 00001		
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados		Instrumentos	
			Convênios	Contratos de Repasse
2011	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	-
			Contas Não analisadas	1
		Montante repassado (R\$)		4.477.200,46
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	-
			Quantidade Reprovada	-
			Quantidade de TCE	-
		Contas não analisadas	Quantidade	-
			Montante repassado (R\$)	-
2010	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-
		Quantidade Reprovada		-
		Quantidade de TCE		-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-
		Montante repassado (R\$)		-
2009	Quantidade de contas prestadas		-	-
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-
		Quantidade Reprovada		-
		Quantidade de TCE		-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-
Exercícios anteriores a 2009	Montante repassado		-	-
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-
		Montante repassado		-

Fonte: Processo nº 21042.001121/2011-13 - Volumes I,II e III



6.3 Análise Crítica

Os repasses dos recursos do convênio estão sendo liberados e aplicados de acordo com o Plano de Trabalho e seu cronograma, tendo suas etapas e metas sendo cumpridas pela Convenente.

Quanto a prestação de contas dos recursos liberados no exercício 2011, a mesma será efetuada no exercício de 2012.



7.1 Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

QUADRO A.7.1 – DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, **FRANCISCO NATAL SIGNOR**, CPF nº **508.094.828-00**,
Superintendente, exercido na *Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul*, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Porto Alegre, 30 de março de 2012.

Francisco Natal Signor
CPF – 508.094.828-00
Superintendente Federal de Agricultura no RS



8.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO A.8.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	01		14
	Entregaram a DBR	01		14
	Não cumpriram a obrigação	0		0

Fonte: DAD/SFA-RS



8.2 Análise Crítica

Todos os servidores abrangidos pela Lei nº 8.730/93 que desempenharam suas atividades na SFA-RS no exercício 2011 apresentaram no Serviço de Gestão de Pessoas – SGP a declaração de bens.



9.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

A Portaria n.º 428, de 09 de junho de 2010 que aprova o Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, não prevê a criação de controles internos nas SFAs, atribuição essa que fica limitada ao Gabinete do Ministro, que dispõe inclusive do cargo de assessor especial de controle interno.

Por essa razão, entendemos que esta SFA não possui condições de responder ao quadro referente à estrutura de controles internos.



10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO A.10.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? As aquisições foram realizadas através de editais de licitação padrão, aprovados pela AGU, que já contemplam esses critérios.					X
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? Foi adquirido papel A4.				X	
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? Sim, havia previsão no edital.					X
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none">• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				



Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X				

Considerações Gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.



11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



12.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

A gestão de tecnologia da informação (TI) é centralizada no MAPA-BRASILIA, através da Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI.



13.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

A SFA-RS, não utilizou no exercício de 2011 o expediente de pagamento de despesas via cartão de crédito corporativo.



14.1 Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS.



14.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária – Pessoas Físicas e Jurídicas

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.6 Prestação de Contas da Renúncia de Receitas

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.7 Comunicação a RFB

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.9 Declaração

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS



14.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB

- Não se aplica a esta Unidade Jurisdicionada – SFA/RS.



15.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não houveram deliberações do TCU no exercício para a SFA-RS.



15.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houveram deliberações do TCU no exercício para a SFA-RS.



15.3 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Não houveram recomendações do Órgão de Controle Interno no exercício para a SFA-RS.



15.4 Recomendações da OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não houveram recomendações do Órgão de Controle Interno no exercício para a SFA-RS.



16.1 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendidas no exercício

Não houveram recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna no exercício para a SFA-RS.



16.2 Recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna pendentes de atendimento

Não houveram recomendações da unidade de controle interno ou de auditoria interna no exercício para a SFA-RS.



17.1 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis

QUADRO B.1.1 DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁVEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Denominação completa (UJ):	Código da UG:
SUPERINTENDENCIA FEDERAL DE AGRIC. PEC. E ABASTECIMENTO – SFA/RS	130074

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativa ao exercício de 2011 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília, DF	Data	31 de Dezembro de 2011
Contador Responsável	Alberto Jeronimo Pereira	CRC nº	006624/T-8 GO

Fonte: CCONT/SPOA